

Carlos Alberto Torres Quental

A mediação digital como suporte para a participação
no contexto dos sindicatos de professores

Proposta de um modelo com base na análise de experiências de e-participação

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2014

Carlos Alberto Torres Quental

A mediação digital como suporte para a participação
no contexto dos sindicatos de professores

Proposta de um modelo com base na análise de experiências de e-participação

Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2014

© 2014
Carlos Quental
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Carlos Alberto Torres Quental

A mediação digital como suporte para a participação
no contexto dos sindicatos de professores

Proposta de um modelo com base na análise de experiências de e-participação

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Informação (Especialização em Sistemas e Tecnologias da Informação), sob a orientação do Professor Doutor Luis Borges Gouveia

Resumo

A década de 2000 fez da Internet o meio preferencial para a comunicação entre cidadãos. Nasceu o *Youtube*, o *Second Life*, o *Twitter*, o *Facebook*, o *LinkedIn*, as redes sociais em geral e a Web 2.0. O advento da Internet, da Web 2.0, das redes sociais, permitiram desenvolver novas formas de relacionamento entre governos e cidadãos, com destaque para a interação mediada eletronicamente entre cada cidadão ou grupos de cidadãos e diferentes organismos, públicos, privados ou de âmbito social, dando origem a uma nova forma de participação designada por e-participação.

Neste contexto, o objetivo do presente estudo é contribuir para uma melhor compreensão dos benefícios desses ambientes colaborativos, promovendo a qualidade de interação entre os atores, ou seja, contribuir para o estudo da e-participação em organizações, com aplicação, principalmente, na relação entre sindicatos de professores, professores e outros atores da sociedade civil.

No contexto dos sindicatos de professores portugueses, a adoção de tecnologias de informação e comunicação é já uma realidade. No entanto, os sindicatos privilegiam a disseminação de informação unidirecional, quer através de correio eletrónico, SMS ou *newsletters*, quer através dos seus portais Web. Estes ainda carecem de interação, participação e colaboração.

Acreditamos, por isso, que seria útil e desejável desenvolver uma solução tecnológica que promove a participação estruturada e a comunicação multidirecional (síncrona e assíncrona) entre sindicatos, os seus membros e outras partes interessadas na educação,

num único lugar, neutro e regulamentado, de forma a reduzir o fosso de comunicação identificado e fortalecer a relação entre esses atores chave.

Propomos, assim, uma plataforma de mediação digital projetada para reunir vários atores num espaço deliberativo compartilhado, baseada num modelo concetual e a prova correspondente de conceito para apoiar a comunicação entre sindicatos de professores e a sociedade civil, em geral. Acreditamos que esta proposta pode enriquecer os portais dos sindicatos de professores com características inovadoras e, como resultado, contribuir para fortalecer a relação entre os sindicatos e a comunidade educativa e promover a participação de todos os interessados no processo de educação.

A prova de conceito deste estudo, uma plataforma de mediação digital com suporte para comunicação síncrona e assíncrona bidirecional, foi adequada ao contexto dos sindicatos de professores através de dez experiências de utilização aplicadas na Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), com o envolvimento de outros atores, como os sindicatos membros da FENPROF e outros sindicatos de professores, representantes de municípios e empresas, associações de pais, políticos e sociedade civil.

Neste estudo apresentam-se os resultados obtidos a partir das experiências de utilização, analisam-se e discutem-se esses resultados à luz do modelo proposto, a que chamamos *esfera da participação* e, em face disso, fazem-se recomendações para que os sindicatos sejam organizações mais dinâmicas e se transformem em entidades ligadas.

Palavras-chave: mediação digital, Web social, participação pública, participação, e-participação, sindicalismo, FENPROF, SPRC, liberopinion

Abstract

The 2000s made the Internet the preferred means for communication between citizens. The *Youtube*, *Second Life*, *Twitter*, *Facebook*, *LinkedIn*, the social networks in general, and the Web 2.0 were born. The rise of these tools, based on the Web 2.0, enabled the development of new ways of interaction between governments and citizens. Particularly relevant is the electronically mediated interaction between each citizen or groups of citizens and several public, private, or social, organizations, which has led to a new form of participation, known as e-participation.

In this context, the aim of the current study is to contribute to a better understanding of the benefits of these collaborative environments by promoting the quality of interaction among participants, i.e., to contribute to the study of e-participation in the organizations, especially in the relationship between teachers' unions, teachers, and other participants from the civil society.

Regarding the Portuguese teachers' unions, the adoption of information and communication technologies is already a reality. Nevertheless, the application of these technologies is usually limited to the unidirectional spread of information, either via email, SMS or newsletters, or through their Web portals. In other words, the unions still lack in interaction, participation and cooperation.

Therefore, we believe it would be useful and desirable to develop a technological solution that promotes a structured participation and a multidirectional communication

(synchronous and asynchronous) among the unions, their members and other participants interested in the educational system, in a single, neutral, and regulated place in order to reduce the identified communication gap and strengthen the relationship between these key actors.

Accordingly, we propose a platform for digital mediation, based on a conceptual model, and designed to bring together different stakeholders in a deliberative shared space, and the corresponding proof of concept to support the communication between the teachers' unions and the civil society in general. The aforementioned platform is expected to enrich the teachers' unions' portals with innovative features, and thus help strengthen the relationship between the unions and the educational community, and promote the participation of all stakeholders in the education process.

The proof of concept of the current study, a platform for digital mediation with support for synchronous and asynchronous two-way communication, was properly adapted to the context of the teachers' unions through ten experiments applied at the National Federation of Teachers (FENPROF) and the Teachers' Union of the Centre Region (SPRC). These experiments also included the participation of member unions of FENPROF and other teachers' unions, municipalities' and companies' representatives, parents associations, politicians and the civil society.

The outcomes of the performed experiments are analysed and discussed considering the proposed model, here named *participation sphere*, and, in light of these, different suggestions are proposed for the unions to become more dynamic and to turn into connected entities.

Keywords: digital mediation, social Web, public participation, participation, e-participation, unionism, FENPROF, SPRC, liberopinion

Résumé

Les années 2000 ont fait de l'Internet le moyen privilégié pour la communication entre les citoyens. Pendant cette période sont nés *YouTube*, *Second Life*, *Twitter*, *Facebook*, *LinkedIn*, les réseaux sociaux en général et le Web 2.0. L'avènement d'Internet, du Web 2.0, des réseaux sociaux, ont permis le développement de nouvelles formes de relations entre les gouvernements et les citoyens, en particulier l'interaction médiée par voie électronique entre les citoyens ou groupes de citoyens et diverses organisations publiques, privées ou sociales, donnant naissance à une nouvelle forme de participation appelée e-participation.

Dans ce contexte, l'objectif de cette étude est de contribuer à une meilleure compréhension des avantages de ces environnements collaboratives, en promouvant la qualité d'interaction entre les acteurs, c'est à dire, de contribuer à l'étude de l'e-participation en organisations, surtout en ce qui concerne la relation entre les syndicats d'enseignants, les enseignants et d'autres acteurs de la société civile.

Dans le contexte des syndicats portugais d'enseignants, l'adoption de technologies d'information et de communication est déjà une réalité. Cependant, les syndicats favorisent la propagation de l'information à sens unique, que ce soit par email, SMS ou des *newsletters*, ou à travers leurs portails Web. Ceux-ci manquent encore d'interaction, de participation et de collaboration.

Nous croyons donc qu'il serait utile et souhaitable de développer une solution technologique qui favorise la participation structurée et la communication multidirectionnelle (asynchrone et synchrone) entre les syndicats, leurs membres et d'autres intervenants de l'éducation, en un seul endroit, neutre et réglementé afin de réduire l'écart de communication identifié et de renforcer la relation entre ces acteurs clés.

Ainsi, nous proposons une plateforme de médiation numérique conçue pour rassembler les différents acteurs dans un espace délibératif partagé, basée sur un modèle conceptuel et la preuve correspondante de concept afin de faciliter la communication entre les syndicats d'enseignants et la société civile en général. Nous croyons que cette proposition peut enrichir les portails des syndicats d'enseignants avec des fonctionnalités innovantes et, par conséquent, contribuer à renforcer les relations entre les syndicats et la communauté éducative et de promouvoir la participation de toutes les parties prenantes dans le processus de l'éducation.

La preuve de concept de cette étude, une plateforme de médiation numérique avec support pour la communication synchrone et asynchrone bidirectionnelle, a été adaptée au contexte des syndicats d'enseignants à travers dix expériences d'utilisation appliquées à la Fédération nationale des enseignantes (FENPROF) et au Syndicat de la Région Centre (SPRC), avec la participation d'autres acteurs, tels que les syndicats membres de la FENPROF et d'autres syndicats d'enseignants, les représentants des municipalités et des entreprises, les associations des parents, les politiciens et la société civile.

Cette étude présente les résultats obtenus par l'utilisation d'expériences, ceux-ci sont analysés et discutés en accord avec le modèle proposé à ce qu'on appelle *sphère de participation* et, ainsi, on recommande aux syndicats pour qu'ils soient des organisations plus dynamiques et deviennent des entités connectées.

Mots-clés: médiation numérique, Web social, participation public, participation, e-participation, syndicalisme, FENPROF, SPRC, liberopinion

Aos meus pais, aos meus irmãos ... à família!
À mulher ... às mulheres!
Ao filho que tanto amei e desejei!

Agradecimentos

Quero agradecer a todos os que me acompanharam neste trajeto, que sofreram, que me deram alento e ânimo para percorrer a encosta que leva ao cimo da montanha.

Ao Professor Doutor Luis Borges Gouveia, o apoio, a coordenação, a amizade e empenho no desenvolvimento deste trabalho. A uma mente brilhante!

À Universidade Fernando Pessoa pela disponibilização dos recursos necessários à concretização deste projeto, assim como ao Instituto Politécnico de Viseu.

À FENPROF e ao SPRC pela disponibilidade e apoio na elaboração das experiências.

À Libertrium pelo seu apoio na utilização da plataforma Liberopinion.

À Anabela Roque, do Centro de Documentação da FENPROF, pela sua simpatia.

Ao Francisco Almeida e Luis Lobo, da FENPROF e SPRC, por todo o empenho e apoio na elaboração, organização e concretização das experiências de utilização.

Aos meus colegas do departamento, especialmente ao Artur Sousa e Steven Abrantes por todo o trabalho que tiveram comigo e pela força que sempre me deram. À Joana Fialho, pela sua disponibilidade.

A um amigo muito especial, Augusto Guimarães, por fazer parte da minha vida.

Aos meus pais pelo carinho e pelo esforço de uma vida. À minha família.

À Ana, minha esposa, por todo o apoio, pelo carinho, pela compreensão, pelo tempo que não disponibilizei. Ao Miguel, esse filho adorado, pela sua constante preocupação!

Aos amigos que não enumero. A lista seria longa!



Com o apoio do Instituto Politécnico de Viseu

Índice

Índice de Figuras	XXIII
Índice de Tabelas	XXIX
Lista de acrónimos e abreviaturas	XXXIII
1 Introdução.....	1
1.1 Contextualização do estudo	4
1.2 Motivação e Objetivos	12
1.3 Estrutura da tese.....	14
2 Mediação digital	17
2.1 Definição e dependências	21
2.1.1 Conceitos básicos de democracia	21
2.1.2 E-participação, e-democracia e e-governança.....	22
2.2 Tipos de e-participação.....	26
2.2.1 E-consultas	28
2.2.2 E-consultas vs consultas tradicionais	28
2.2.3 E-petições	30
2.3 E-consultas em organizações sindicais. Sindicalismo 2.0.....	32
2.4 Os cidadãos participam no sistema político?.....	34
2.5 Fatores críticos de sucesso, limites e barreiras	35
2.6 Resumo do capítulo	37
3 Participação pública.....	39
3.1 Participação pública em Portugal	42
3.2 Barreiras e benefícios.....	47
3.3 As TIC no envolvimento dos cidadãos	52

3.3.1	Áreas típicas de participação	55
3.3.2	Ferramentas da Internet / Web 2.0.....	56
3.4	Resumo do capítulo	61
4	Movimento sindical	63
4.1	Os primórdios do sindicalismo	64
4.2	Entre duas guerras mundiais	67
4.3	Do pós-guerra à atualidade	70
4.4	Princípios e direitos sociais na Europa	74
4.5	O sindicalismo em Portugal	76
4.6	Os sindicatos de professores	81
4.6.1	Federação Nacional dos Professores	95
4.6.2	Sindicato dos Professores da Região Centro	96
4.6.3	Relações conflituosas	98
4.7	A cultura digital nos sindicatos	101
4.7.1	Do Sindicalismo 1.0 ao sindicalismo 2.0	104
4.7.2	Ferramentas web 2.....	105
4.8	Resumo do capítulo	111
5	Metodologia.....	113
5.1	Procedimento	117
5.2	Estudo prévio exploratório.....	119
5.2.1	Temas explorados	121
5.2.2	Resumo dos resultados	122
5.3	Resumo do capítulo	125
6	Proposta de modelo	127

6.1	Atores da e-participação	137
6.2	Modelo de comunicação	140
6.3	Percurso de desenvolvimento do modelo	142
6.3.1	Definição e desenvolvimento de condições.....	143
6.3.2	Planeamento	144
6.3.3	Conteúdos	145
6.3.4	Processos e Ferramentas	145
6.3.5	Plataforma de mediação digital	151
6.4	Resumo do capítulo	166
7	Experiências de utilização: Sindicatos de professores / FENPROF / SPRC.....	167
7.1	Experiência 1 – Contraportagens: e-petição num movimento social	169
7.1.1	Resultados.....	172
7.2	Experiência 2 - Manifesto Educação	175
7.3	Experiência 3 - Greves.....	177
7.4	Experiência 4 - Auscultação aos professores.....	178
7.5	Experiência 5 - Debate com o secretário-geral da FENPROF.....	179
7.6	Experiência 6 - Discussão sobre o apoio ao ensino privado.....	181
7.7	Experiência 7 - Precariedade, desemprego e ... prova de ingresso na profissão 184	
7.8	Experiência 8 - As políticas orçamentais, o sufoco das escolas, universidades e politécnicos.....	186
7.9	Experiência 9 - Política de Educação põe em causa Escola Pública e a sua Qualidade.....	187
7.10	Experiência 10 - Em defesa da Escola pública	188
7.11	Resumo do capítulo	196
8	Avaliação das iniciativas de participação.....	199

8.1	Dimensões e Métricas	200
8.2	Resultados	201
8.3	Discussão dos resultados à luz do modelo proposto	218
8.4	Resumo do capítulo	223
9	Conclusão	225
9.1	Revisitar os objetivos	228
9.2	Principais resultados e contribuições	232
9.3	Trabalho futuro	237
9.4	Recomendações	240
	Referências	245
	Anexo A - O Meu Movimento e Conselho Digital	267
	Anexo B - Proposta para o portal do sindicato	270

Índice de Figuras

Figura 1 – Insatisfação com os políticos (Fonte: COUNCIL OF EUROPE (2013))	6
Figura 2 – Participação dos cidadãos nas eleições a) Presidenciais b) Parlamento Europeu c) Assembleia da República	7
Figura 3 – Taxa de escolarização em Portugal (Fonte: (PORDATA, 2014a)).....	8
Figura 4 – Comunicação unidirecional entre Sindicatos e comunidade educativa	10
Figura 5 – Progresso de investigação	14
Figura 6 – Modelo que ilustra a classificação de temas em pesquisas recentes e identifica as ligações entre elas (linha 1, 2 e 3) (Adaptado de: Sussha & Grönlund, 2012, p.377) .	24
Figura 7 – Formas de e-participação (Adaptado de Medaglia, 2012,p.348)	25
Figura 8 – Poster de estudantes franceses na primavera de 1968.....	26
Figura 9 - Comunicação multidirecional entre professores e sindicato.....	34
Figura 10 - Estrutura <i>reader-to-leader</i> : motivar a participação mediada por computador. À medida que os utilizadores tomam consciência dos media sociais, tornam-se leitores, alguns contribuirão, depois colaborarão e alguns serão, possivelmente, líderes (Adaptado de Preece & Shneiderman (2009)).....	35
Figura 11 – Projeto <i>iLeger</i> : eleições legislativas.....	43
Figura 12 – Iniciativa de participação cívica “A minha rua”	44
Figura 13 – Espaço Cidadão da Assembleia da República	45
Figura 14 – Gráfico que representa os 7 movimentos mais votados.....	46
Figura 15 – Quadro concetual do paradigma Web 2.0 (Fonte: Kim et al. (2009)).....	59
Figura 16 – Estrutura da Federação de Professores.....	96

Figura 17 – Variação nos membros dos sindicatos a nível mundial (Fonte: COUNCIL OF EUROPE (2013)).....	102
Figura 18 – Ciclos da investigação-ação (Adaptado de Kuhne & Quigley (1997)).....	114
Figura 19 - Modelo de investigação-ação proposto por O’Leary (Fonte: O’Leary (2004))	116
Figura 20 – Influência no contexto nacional	123
Figura 21 – Influência no contexto local	124
Figura 22 – Cultura e normas, política e liderança.....	124
Figura 23 – Iniciativas de e-petições	125
Figura 24 – Escada de participação de Arnstein (Arnstein, 1969)	128
Figura 25 – Escada de participação (adaptado de Wiedemann & Femers (1993))	129
Figura 26 – Escada de e-participação (Adaptado de Carver (2001))	129
Figura 27 – Modelo descritivo da e-participação (Adaptado de Sæbø et al. (2008))...	130
Figura 28 – Dimensão integrada da e-participação	132
Figura 29 – Modelo de implementação de e-participação dos 7Ps (Adaptado de Islam (2008))	133
Figura 30 – Modelo de participação: cubo da democracia (Fung, 2006)	134
Figura 31 – Comunicação unidirecional entre sindicatos e comunidade educativa (Sousa, Agante, Qunental, & Gouveia, 2014)	136
Figura 32 – Esfera da participação: Modelo proposto.....	141
Figura 33 - Computadores com ligação à Internet no ensino básico e secundário (Fonte: PORDATA, 2014)	146
Figura 34 – Computadores com Internet em % do total de computadores no ensino básico e secundário (Fonte: PORDATA, 2013)	146
Figura 35 - Indivíduos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos (Fonte: PORDATA, 2014)	147
Figura 36 - Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino (Fonte: PORDATA, 2013).....	149
Figura 37 - Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino (Fonte: (PORDATA, 2014c))	151
Figura 38 – Área de participação “O que eu faria”	153

Figura 39 – Comunicação multidirecional entre professores e sindicato	154
Figura 40 - Gestão editorial de um evento de participação	155
Figura 41 – Exemplo de edição no backoffice	155
Figura 42 – As perguntas e respostas no <i>frontoffice</i> e as votações.....	156
Figura 43 - Diagrama simplificado da plataforma <i>Liberopinion</i>	157
Figura 44 – Interação e colaboração da comunidade através de perguntas, opiniões, debates	157
Figura 45 – Exemplo de um evento de participação	158
Figura 46 – Exemplo da iniciativa de participação inquérito.....	159
Figura 47 – Áreas funcionais da plataforma <i>Liberopinion</i>	160
Figura 48 - Diagrama de casos de uso simplificado do ator professor.....	164
Figura 49 - Diagrama de casos de uso simplificado do ator representante do sindicato	164
Figura 50 - Diagrama de casos de uso simplificado do ator editor	165
Figura 51 – Website do portal <i>contraportagens</i>	169
Figura 52 – Alguns jornais nacionais que publicaram notícias.....	170
Figura 53 – Formulário da e-petição	171
Figura 54 – Mapa correspondente ao eixo viário A25, A23 e A24.....	173
Figura 55 – Percentagem de subscritores por género	174
Figura 56 - Manifesto “Uma Escola para um Portugal com futuro”	175
Figura 57 – Formulário para subscrição e listagem de subscritores.....	176
Figura 58 – Percentagem de subscritores por género	176
Figura 59 – Acessos de utilizadores registados no portal na greve de novembro de 2012	177
Figura 60 – Número de acessos registados na greve de junho de 2013	178
Figura 61 – Descrição geral dos visitantes entre 15 e 30 de junho de 2013 registados pelo <i>Google Analytics</i>	179
Figura 62 – Distribuição das visitas por região na <i>Auscultação aos Professores</i>	180

Figura 63 - Página de entrada para o debate em direto com a explicação das questões a discutir	181
Figura 64 - Nº de visitas registadas no Google Analytics	181
Figura 65 - Website para discussão das opções do governo sobre o apoio ao ensino privado (http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=9)	182
Figura 66 – Visitas registadas no dia 21 de novembro.....	182
Figura 67 – Visitas registadas no dia 22.....	183
Figura 68 - Nº de acessos registados entre 21 e 29 de novembro	183
Figura 69 – Percentagem de participantes por género.....	183
Figura 70 – Percentagem de participantes por idade.....	183
Figura 71 - Página principal do portal do SPRC a divulgar a plataforma de participação	184
Figura 72 - Website para discussão das opções do governo sobre o apoio ao ensino privado (http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=10).....	185
Figura 73 - Nº de acessos registados entre 3 e 12 de dezembro	185
Figura 74 - Website para discussão das políticas orçamentais do governo (http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=11)	186
Figura 75 – Fluxo de visitantes no dia 13 de dezembro	187
Figura 76 - Nº de acessos registados entre 13 e 30 de dezembro	187
Figura 77 - Debate sobre a política de educação	188
Figura 78 - Nº de acessos registados entre 17 e 30 janeiro de 2014.....	188
Figura 79 – Website do movimento Escola Pública.....	189
Figura 80 – Divulgação da petição no <i>website</i> da FENPROF, do SPRC e do SPZS ...	190
Figura 81 – Formulário para recolher assinaturas <i>online</i>	191
Figura 82 – Número de acessos registados no dia 13 de março, após a divulgação da iniciativa	191
Figura 83 – Número de acessos registados entre 11 e 31 de março de 2014	192
Figura 84 – Registo de acessos entre as 6 e as 24 horas de 21 de Março.....	192
Figura 85 – Registo de acessos ao portal entre março e julho de 2014.....	192
Figura 86 – Percentagem de participação por género.....	194

Figura 87 – Comparação da duração da visita entre as experiências 5 a 9 e 10.....	211
Figura 88 – Relação entre os novos visitantes e os que retornam	211
Figura 89 – Média entre os novos visitantes e os que retornam em todas as experiências	212
Figura 90 – Comparação das várias experiências por género	212
Figura 91 - Docentes do sexo feminino em % dos docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino	213
Figura 92 – Comparação das várias experiências por idade.....	213
Figura 93 - Indivíduos que utilizam Internet em % do total de indivíduos por grupo etário	214
Figura 94 – Perguntas aceites vs rejeitadas nas experiências de e-consulta.....	217
Figura 95 – Percentagem de perguntas por utilizador nas diversas experiências.....	217
Figura 96 - Evolução no tempo do tamanho esperado das comunidades ASCU	220
Figura 97 – Evolução do portal do sindicato: da participação à mediação digital	237
Figura 98 – Gráfico com os 7 movimentos mais votados	267
Figura 99 – Resultado da consulta ao movimento mais votado	267
Figura 100 – Lista de movimentos	268
Figura 101 – Resultado obtido ao clicar em qualquer movimento.....	268
Figura 102 – Formulário de contacto ao gestor do portal ou ao primeiro-ministro	269
Figura 103 – Erro resultante do envio do formulário	269
Figura 104 – O que é o Conselho Digital	269
Figura 105 – Portal Web do sindicato	270

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Princípios básicos da participação pública (André et al., 2006)	41
Tabela 2 – Distribuição das Câmaras Municipais por níveis de participação (Fonte: Fedotova et al. (2012)).....	45
Tabela 3 - Comparação das características principais da Web 1.0 e 2.0 (Adaptado de Kim et al (2009)).....	58
Tabela 4 – Descrição operacional da Web 2.0 segundo David Osimo (2008).....	61
Tabela 5 - Número de membros dos sindicatos afetos à FENPROF.....	96
Tabela 6 – Presença na Internet, segundo o tipo de presença (Fonte: Correia et al. (2012))	106
Tabela 7 - Participantes entrevistados no estudo do sindicato	121
Tabela 8 – Espetro de participação do IAP2 (Adaptado de IAP2 (2007))	131
Tabela 9 – Comparação dos níveis de participação pública	131
Tabela 10 – Mecanismo de seleção de participantes (Adaptado de Fung (2006)).....	138
Tabela 11 – Mecanismos de comunicação e decisão	139
Tabela 12 – Mecanismos de autoridade e poder	140
Tabela 13 – Desenvolvimento do modelo	142
Tabela 14 - Computadores com ligação à Internet no ensino básico e secundário: total e por nível de ensino.....	147
Tabela 15 - Indivíduos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos: por nível de escolaridade mais elevado completo	148

Tabela 16 - Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino.....	150
Tabela 17 – Experiências em que os diversos atores participaram	168
Tabela 18 – Totais de população e subscritores	173
Tabela 19 – Visitas ao <i>website</i>	174
Tabela 20 – Resultados do Manifesto	176
Tabela 21 - Acessos registados no portal e nas páginas referentes à greve em junho de 2013	177
Tabela 22 – Inquérito para auscultação aos professores e respetivas respostas.....	179
Tabela 23 – Distribuição das assinaturas por distrito	193
Tabela 24 – Totais de população e subscritores	194
Tabela 25 – Distribuição dos subscritores por distrito e por sexo.....	195
Tabela 26 – Resumo das iniciativas	196
Tabela 27 – Modelo ASCU (Activists, Socializers, Connected, Unplugged) (Adaptado de Ferro & Molinari (2010))	199
Tabela 28 – Nível de participação em iniciativas de Internet.....	200
Tabela 29 – Ferramentas utilizadas nas experiências	201
Tabela 30 – Definição das métricas do <i>Google Analytics</i>	202
Tabela 31 – Cronograma das experiências	205
Tabela 32 – Comparação dos resultados das experiências 1, 2 e 10	207
Tabela 33 – Intervalo de confiança e erro da amostra nas experiências 1, 2 e 10.....	207
Tabela 34 – Comparação dos subscritores <i>online</i> vs <i>offline</i>	208
Tabela 35 – Resultados das experiências 3 e 4.....	208
Tabela 36 – Comparação dos resultados das experiências 5 a 9	209
Tabela 37 - Intervalo de confiança e erro da amostra nas experiências 5 a 9	210
Tabela 38 – Duração da visita	210
Tabela 39 – Duração da visita na experiência 10	210
Tabela 40 – Distribuição geográfica dos acessos	214

Tabela 41 – Canais (Origem/meio) que originaram o tráfego referente à experiência 10	215
Tabela 42 – Canais (origem/meio) que originaram o tráfego referente às experiências 6 a 9	215
Tabela 43 – Categoria de dispositivos utilizados	216
Tabela 44 – Resumo das experiências, dados de visitas e participações.....	216
Tabela 45 – Número de votos nas perguntas colocadas nas experiências.....	218
Tabela 46 - Cumprimento dos princípios de participação pública	222
Tabela 47 – Interação com os decisores e instituições	223
Tabela 48 – Operacionalidade dos objetivos.....	230
Tabela 49 – Níveis de e-participação nas experiências de utilização.....	236

Lista de acrónimos e abreviaturas

ACTU - *Australian Council of Trade Unions*

AFL - *American Federation of Labor*

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores

AITUC - *pan-India Trade Union Congress*

Ajax - *Asynchronous Javascript and XML*

ASCU - *Activists, Socializers, Connected, Unplugged*

ASPL - Associação de Professores Licenciados

CDE - Comissão Democrática Eleitoral

CDP - Comissão Diretiva Provisória

CEEP - Confederação Europeia das Empresas Públicas

CES - Confederação Europeia de Sindicatos

CGIL - Confederação Geral Italiana do Trabalho

CGT - Confederação Geral do Trabalho

CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical

CIO - Congresso de Organizações Industriais

CISC - Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos

CISL - Confederação Internacional dos Sindicatos Livres

CSS - Cascading Style Sheets

DOM - Document Object Model

e-gov - *e-government*

EPA - *United States Environmental Protection Agency*

FENPROF - Federação Nacional dos Professores

FNE - Federação Nacional da Educação

FTP – *File Transfer Protocol*

GEPDES - Grupo de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário
GNU/GPL - *General Public License*
HTML - *Hypertext Markup Language*
IAIA - *International Association for Impact Assessment*
IAP2 - Associação Internacional para a Participação Pública
IE-CSEE - Internacional da Educação
IWW - *Industrial Workers of the World*
JOC - Juventude Operária Católica
LOC - Liga Operária Católica
MUD - Movimento de Unidade Democrática
NATO - *North Atlantic Treaty Organization*
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
PDF - Portable Document Format
PHP - *PHP: Hypertext Preprocessor*
RSS - *Really Simple Syndication*
SGBD - Sistema de Gestão de Bases de Dados
SEPLEU - Sindicato de Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas de Educação e Universidades
SINAPE - Sindicato Nacional dos Professores da Educação
SINDEP - Sindicato Nacional e Democrático dos Professores
SIPE - Sindicato Independente dos Professores e Educadores
SIPPEB - Sindicato dos Educadores e Professores do Ensino Básico
SMS - *Short Message Service*
SPGL - Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
SPLIU - Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades
SPE - Sindicato dos Professores no Estrangeiro
SPM - Sindicato dos Professores da Madeira
SPN - Sindicato dos Professores do Norte
SPRA - Sindicato dos Professores da Região Açores
SPRC - Sindicato dos Professores da Região Centro
SPZN - Sindicato dos Professores da Zona Norte

SPZS - Sindicato dos Professores da Zona Sul

SQL - *Structured Query Language*

UGT - União Geral dos Trabalhadores

UNDESA - *United Nations Department of Economics and Social Affairs*

UNESCO - *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization*

UNI - *UNI Global Union*

UNICE - União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa

UON - União Operária Nacional

UPPOP - União do Professorado Primário Oficial Português

WAP - *Wireless Application Protocol*

WSFW - *World Federation of Scientific Workers*

XHTML - *eXtensible Hypertext Markup Language*

XML - *EXtensible Markup Language*

XSL - *EXtensible Stylesheet Language*

XSLT - *XSL Transformations*

1 Introdução

A cidadania na Grécia Antiga estava ligada à noção de cidade-estado e era um conceito utilizado para designar os direitos dos cidadãos. Na Grécia de Platão e Aristóteles, eram considerados cidadãos os homens livres. Era uma cidadania limitada, pois excluía-se as mulheres, os metecos (estrangeiros residentes) e os escravos (Morgado & Rosas, 2010).

Os cidadãos eram indivíduos que viviam nas Pólis (cidade) e que participavam das coisas de interesse público, bem como das decisões políticas. O conceito de política estava ligado à ideia de liberdade. Os gregos da antiguidade acreditavam que política e liberdade estavam associadas à capacidade do homem de agir em local público, na Ágora, que era um espaço público fundamental na constituição da Pólis, onde ocorriam as discussões políticas e os tribunais populares, sendo, portanto, o espaço adequado para o exercício da cidadania.

Este conceito foi sendo alargado ao longo da história e, hoje, abrange uma série de valores sociais que determinam o conjunto de direitos e deveres dos cidadãos. Hoje, cidadão é o indivíduo que possui direitos e deveres, que se interessa e participa dos destinos da sociedade e que tem plena consciência do valor do seu voto no sistema representativo e democrático. Atualmente, este conceito de cidadania tem sido contestado com o surgimento e reconhecimento de movimentos sociais que reivindicam novos direitos sociais (Turner & Engin, 2010).

É evidente que a cidadania está, geralmente, associada à natureza das democracias, pela sua fundamentação na igualdade dos direitos dos cidadãos e pode ser dividida em quatro dimensões: a legal, consagrada na Constituição; a política, pois o cidadão tem uma palavra a dizer no governo do Estado; a cívica, uma vez que pressupõe o envolvimento do cidadão nos assuntos cívicos; e a económica dado que confere autorização ao seu titular para trabalhar em determinado território (Sebastião, Pacheco, & Santos, 2012).

O filósofo grego Aristóteles afirmava que o principal objetivo da política é o interesse comum (Aristóteles, 1985) e definiu cidadão como aquele que tem participação na vida da cidade, ou seja, aquele que participa do poder público (Santos, Esteves, & Gonçalves, 2012). Efetivamente, política é poder e, ao longo dos séculos, tivemos provas desse poder, nem sempre no interesse comum, que os governantes tiveram sobre os cidadãos.

Hoje, o poder é cada vez mais baseado no conhecimento e, nesse sentido, a comunicação pode, geralmente, ser entendida como um ato de poder. Poder, entendido, neste caso, como a capacidade de influenciar as decisões de outras pessoas para apoiar os valores, os interesses e a vontade das pessoas que detêm o poder (Castells, 2009). O significado de poder, segundo Nye (2010), é o ato de mudar o comportamento de alguém contra as suas preferências iniciais, controlar a agenda de possibilidades a serem escolhidas por um determinado ator social e criar, moldar ou influenciar crenças, percepções e interesses.

Hoje os políticos, detentores do poder, começam a preocupar-se com o desinteresse, confiança e participação dos cidadãos na política democrática. Os governos e as instituições políticas em todo o mundo estão a tentar utilizar cada vez mais a Internet na tentativa de revitalizar a democracia por meio de consulta pública *online* e participação dos cidadãos (Dahlgren, 2009; Macnamara, 2010). Atente-se nas eleições australianas a que Gibson & Ward (2008) chamaram “*google election*”, e nas presidenciais americanas que resultaram na eleição de Barack Obama, com 52,92% dos votos populares contra os 45,66% de McCain (FEDERAL ELECTION COMMISSION, 2008), o primeiro Presidente Afro-Americano dos Estados Unidos da América (Nagourney, 2008) e o primeiro *Internet president* como Greengard (2009) o apelidou devido ao elevado uso da Internet na sua campanha.

A campanha de Obama trouxe uma grande visibilidade à utilização dos meios eletrónicos para este fim, embora a maioria dos meios de comunicação usados pelos políticos tenham poucos recursos interativos (Goot, 2008). Os políticos continuam a utilizar os novos meios com estratégias antigas e, por isso, Goot afirma que nas eleições australianas os cidadãos se envolveram *online*, de forma independente, em blogues e *websites* de grupos ativistas como *getup*¹, *election tracker*², *you decide*³, entre outros. Durante a campanha

¹ www.getup.org.au

² www.electiontracker.net.au

³ <http://youdecide2007.org>

de Obama, Rainie e Smith afirmam que 46% dos americanos usaram a Internet para acessar a notícias acerca da campanha, partilhar pontos de vista e mobilizar outros cidadãos (Rainie & Smith, 2008).

Outro exemplo de uma campanha política bem-sucedida foi o caso do candidato independente Indrek Tarand, da Estónia, às eleições para o Parlamento Europeu de 2009, em que reuniu 25,8% do total dos votos e foi eleito deputado após a realização de uma campanha em que utilizou, principalmente, o *Facebook*, *Twitter* e *Youtube* e canais de media *online* (Astrom, Hinsberg, Jonsson, & Karlsson, 2013).

Em Portugal, “o ambiente de indignação crescente que se vive face às políticas de austeridade impostas pelo governo a mando da troika tem servido para o surgimento de cada vez mais iniciativas que trazem novas perspetivas sobre o potencial dos meios digitais ao serviço da cidadania” (GlobalVoices, 2012). Esses movimentos sociais utilizam as ferramentas da Internet, como o *Facebook* e *Twitter*, para convocarem os cidadãos para manifestações, a que Teresa Alves chama de “*expressões vivas da representação social de uma democracia participativa*” (Alves, 2013, p.125). A autora analisa as manifestações de 12 de março de 2011 (conhecida como a da *Geração à Rasca*, cujos principais lemas contestatários foram a denúncia do desemprego jovem, do sistema de falsos recibos verdes e da precariedade laboral), em várias cidades portuguesas, e que reuniu cerca de 300 mil pessoas por todo o país e a do dia 15 de setembro de 2012, dia em que cerca de 500 mil pessoas se concentraram em 33 cidades portuguesas segundo o lema *Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas!* Foi a manifestação mais participada desde o 25 de abril de 1974.

Os movimentos sociais *Indignados de Lisboa*, *Plataforma 15 de outubro* e *PAGAN – Plataforma Anti-Guerra Anti-NATO* têm em comum o facto de se caracterizarem pela atividade de natureza política, pela inexistência de estrutura hierárquica na sua organização e pelo facto de a grande maioria dos seus membros não estarem ligados a qualquer partido político. Esta falta de estrutura e organização faz com que, segundo alguns políticos, estes movimentos sejam, apenas, sazonais, a não ser que se transformem em partidos políticos, perdendo a sua génese.

É neste contexto de descontentamento pela política e pelos políticos que a cidadania e a participação cívica ganham mais relevância. Os cidadãos querem participar mais e melhor

das decisões que os governos e as organizações, em geral, tomam em seu nome. As Tecnologias de Informação e Comunicação e a Internet, em particular, parecem trazer novas oportunidades para o ativismo cívico e para a promoção da cidadania.

1.1 Contextualização do estudo

A década de 2000 fez da Internet o meio preferencial para a comunicação entre cidadãos. Nasceu o *Youtube*, o *Second Life*, o *Twitter*, o *Facebook*, o *LinkedIn*, as redes sociais em geral e a Web 2.0. O advento da Internet, da Web 2.0, das redes sociais, permitiram desenvolver novas formas de relacionamento entre governos e cidadãos, com destaque para a interação mediada eletronicamente entre cada cidadão ou grupos de cidadãos e diferentes organismos, públicos, privados ou de âmbito social, dando origem a uma nova forma de participação designada por e-participação (Gouveia, 2004), relacionada com consulta e diálogo entre governos e cidadãos utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (Macintosh, 2004) de forma a encontrar soluções para problemas sociais (Kotsiopoulos, Pappadimitriou, & Kolomvos, 2009; Meijer, Burger, & Ebbers, 2009).

Estas novas propostas dos conceitos de espaço e conhecimento são recursos que, no contexto da sociedade da informação e da era do conhecimento, permitem à sociedade civil adquirir capacidades de participação expressas através de formas de intervenção social ativa (Santos, 2010).

Luis Borges Gouveia aponta como principais características da sociedade de informação a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, o uso da informação como um recurso estratégico e a interação entre indivíduos e instituições de forma predominantemente digital (Gouveia, 2004) e diversos autores destacam a importância do fenómeno da Internet no emergir de uma nova economia de informação e conhecimento articulada em rede (Benkler, 2006; Castells, 2001; Friedman, 2010).

A relação entre o envolvimento na elaboração de políticas e prestação de serviços aos cidadãos está interrelacionado em muitos estudos sobre *e-Government* (e-Gov). Chadwick & May (2003) realizaram uma análise comparativa das políticas nacionais de e-Gov e concluíram que o potencial democrático das TIC foi marginalizado devido à existência de um modelo de gestão dominante nas interações cidadão-governo. Contudo, a partir de 2004 foi evidente o interesse pelo potencial das TIC na participação. Ann

Macintosh (2004), num relatório da OCDE para analisar este aspeto, prevê o aumento dos esforços de participação *online*. Esta observação foi apoiada por muitas iniciativas que atraíram a atenção generalizada. Apesar de existirem céticos (Benko, 2008; Morozov, 2011; Putman, 2000) e outros, acredita-se, tal como Macintosh (2004), Coleman & Blumler (2009), Medaglia (2012), que as tecnologias baseadas na Internet têm potencial para alterar e melhorar o modo como os intervenientes interagem uns com os outros no processo democrático.

A disseminação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação pela Administração Pública e pelos cidadãos propiciou o desenvolvimento de uma relação mais imediata entre governantes e sociedade civil em geral, o que veio criar, também, um novo campo de disputas e conflito social, devido à ampliação da participação do cidadão, do seu envolvimento cívico e do controle social sobre as atividades governamentais. Estas questões são já discutidas no contexto da sociedade da informação e da sociedade em rede por vários autores, como é o caso de Benkler (2006).

Estes conflitos sociais são bem visíveis nas diversas manifestações a que assistimos, desde 2010, nalguns países do mundo, iniciadas pelas chamadas primaveras árabes, que foram impulsionadas pela utilização das redes sociais, o que originou mesmo a queda de governos, como é o caso da Tunísia, com a “*Revolução de Jasmim*” e o Egito, com os *Dias da Fúria* na praça Tahrir. Farivar (2011) apresenta alguns casos em que a Internet é utilizada para estas mudanças.

O *Wikileaks* embaraçou estados com a divulgação de dados secretos (Domscheit-Berg & Klopp, 2011). Na Europa⁴, na Tunísia⁵, no Egito⁶, no Brasil⁷, nos Estados Unidos⁸, em Portugal⁹ repetem-se as manifestações de cidadãos com local e data marcada através das redes sociais. Estas tornaram-se o principal veículo de comunicação de pessoas, cada vez mais desiludidas com os políticos e as políticas levadas a cabo pelos governos. O uso espontâneo do *Twitter*, *Facebook* e serviços de localização, tornaram-se ferramentas

⁴ O movimento dos *Indignados* em Espanha é exemplo disso, assim como os *Indignados* em Portugal ou a *Plataforma 15 de outubro*

⁵ A Tunísia deu origem à primavera árabe com a “*Revolução de jasmim*”

⁶ Ficou conhecida como *Dias de Fúria*, *Revolução de Lótus* e *Revolução do Nilo*

⁷ Em 2011 houve manifestações em 35 cidades de 20 estados, todas convocadas através das redes sociais

⁸ “*We are the 99%*” era o mote do movimento intitulado “*Occupy Wall Street*”, em Nova Iorque, referindo-se à crescente desigualdade na distribuição de riqueza

⁹ As manifestações de 12 de março de 2011 e 15 de setembro de 2012 reuniram 300 e 500 mil pessoas, respetivamente

frequentes para aqueles que querem protestar ou somente marcar a sua posição contra a corrupção, as desigualdades sociais e económicas.

Todas estas movimentações têm como base a maior participação dos cidadãos nas democracias. A definição de democracia envolve muitas divergências entre os defensores da democracia direta, chamados de otimistas, e da democracia representativa, chamados de pessimistas. Para os primeiros, as TIC são responsáveis por uma revolução nos modelos democráticos que conhecemos, pois permitem que os cidadãos participem de qualquer lugar e sobre qualquer assunto possibilitando a concretização da democracia direta, *um sistema de tomada de decisões sobre assuntos públicos no qual os cidadãos estão diretamente envolvidos* (Held, 2006, p.4). Para os segundos, a democracia representativa é a melhor opção, já que nem todos podem participar, levando-nos à velha e muito discutida questão da exclusão digital (Benko, 2008). Com a revolução tecnológica os cidadãos poderiam participar na deliberação dos assuntos públicos, políticos e sociais e as dificuldades subjacentes à democracia direta seriam superadas.

Contudo, a adoção da democracia direta pelos Estados é quase nula apesar de todas as possibilidades tecnológicas envolvidas que permitem um relacionamento constante com os cidadãos na tomada de decisão. Os governos insistem em não modificar as suas estruturas representativas para revolucionar o uso da Internet nos processos democráticos, o que aumenta a desilusão dos cidadãos relativamente aos políticos e às suas políticas (COUNCIL OF EUROPE, 2013), como mostrado na Figura 1.

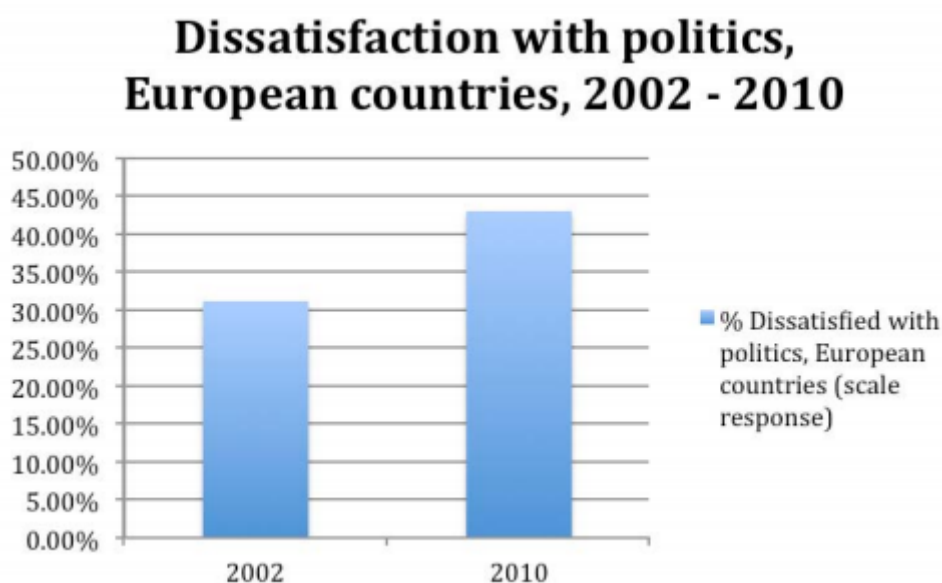


Figura 1 – Insatisfação com os políticos (Fonte: COUNCIL OF EUROPE (2013))

Como resultado, os cidadãos mostram-se desinteressados na escolha dos seus representantes conforme ilustrado na Figura 2 acerca das eleições para a presidência da República, parlamento europeu e parlamento português, o que contrasta com o aumento considerável da taxa real de escolarização mostrada na Figura 3. Os cidadãos, hoje claramente mais educados, estão desiludidos com os políticos e as suas políticas e é necessário motivá-los. As TIC podem ter um papel importante na participação pública, com ênfase na e-participação.

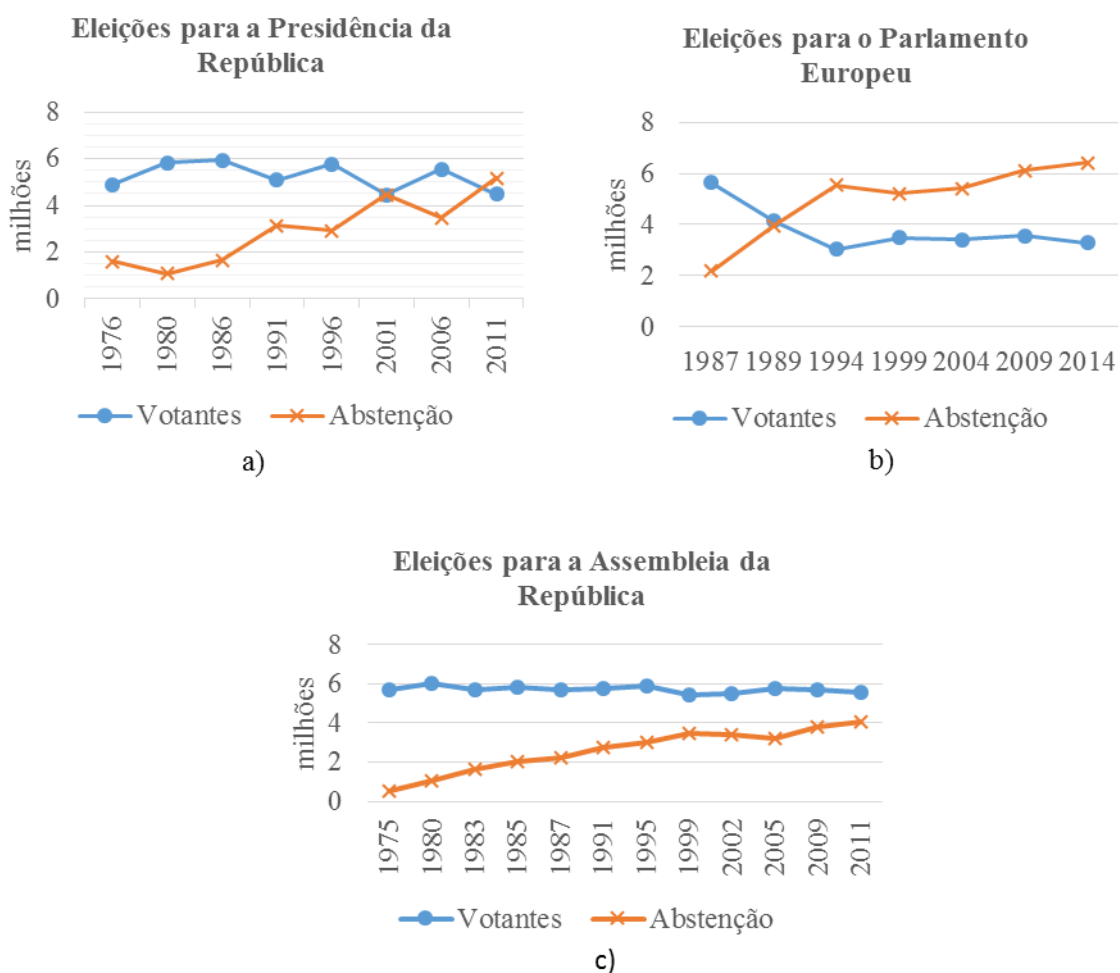


Figura 2 – Participação dos cidadãos nas eleições a) Presidenciais b) Parlamento Europeu c) Assembleia da República

A e-participação é uma das formas apresentadas pela literatura sobre e-democracia, ou seja, o uso das TIC para a participação do cidadão na administração pública. É uma forma direta de participação. Contudo, uma cultura administrativa de grande qualidade de governança é fundamental para o sucesso de iniciativas de e-participação, havendo conflitos evidentes sobre o impacto que a e-democracia tem no e-Gov e na e-participação, mas a e-participação traz grandes esperanças na revitalização da comunidade e na

promoção da mudança social (Girish, Gulati, Yates, & Tawileh, 2010). Estes autores argumentam que *voice and accountability* (dar voz e responsabilidade) é um pré-requisito para que a e-participação seja efetiva. Ann Macintosh (2008) sugere que há uma ligação direta entre reformas democráticas e e-participação, embora não se conheçam estudos em países não-democráticos.

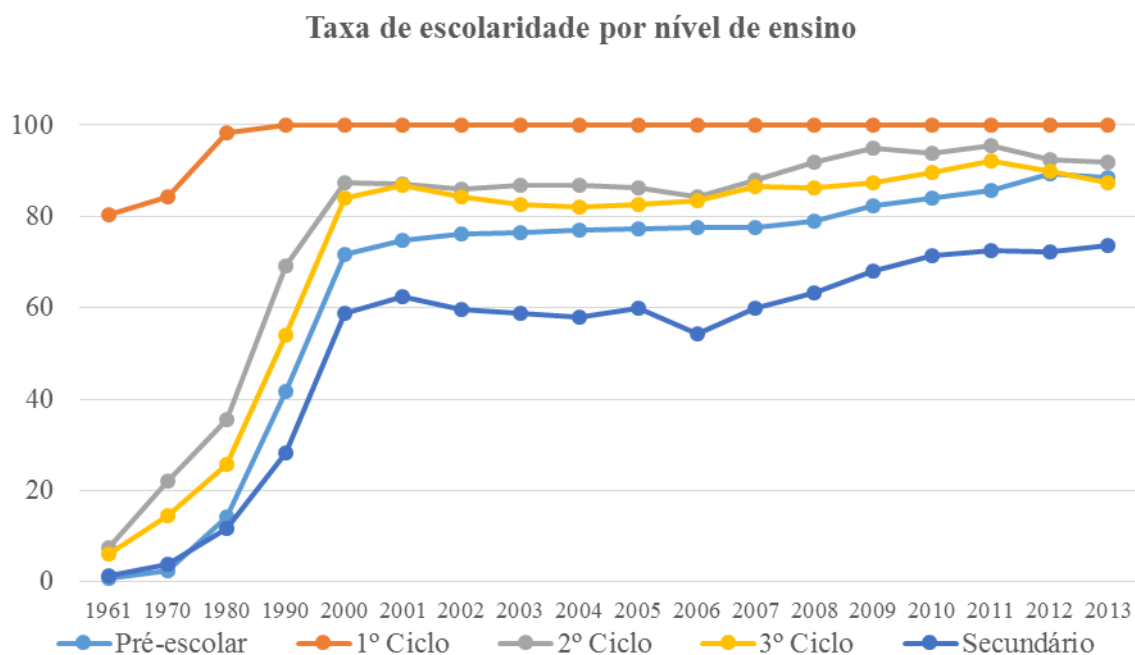


Figura 3 – Taxa de escolarização em Portugal (Fonte: (PORDATA, 2014a))

Os cidadãos participam em ambientes *offline* e *online* por um variado número de razões e motivações. Alguns não contribuem, preferindo ter acesso a informações apenas, um comportamento muitas vezes descrito negativamente como *lurking*. Um dos desafios da investigação é perceber a razão pela qual os cidadãos escolhem permanecer como observadores passivos de um processo, em vez de participar ativamente.

A e-participação descreve os esforços para ampliar e aprofundar a participação política, permitindo que os cidadãos comuniquem uns com os outros e com os seus representantes eleitos e governos utilizando as TIC (Efthimios Tambouris, Liotas, & Tarabanis, 2007) reforçada pela mudança na forma de pensar e agir no sentido de uma cultura aberta e colaborativa (Effing, Hillegersberg, & Huibers, 2011).

De acordo com Sæbø, Rose, & Skiftenes Flak (2008), a participação digital não é nova, mas tem sido estimulada pela evolução de muitas atividades existentes que avançaram significativamente devido aos avanços nas tecnologias da Internet.

Saebo e Skiftenes identificaram como atividades de e-participação significativas (Sæbø et al., 2008), a votação eletrônica (e-votação), o discurso político em linha, a tomada de decisão *online*, o ativismo eletrônico (e-ativismo), as consultas eletrônicas (e-consulta), as campanhas eleitorais *online* (e-campanha) e as petições eletrônicas (e-petição) (Medaglia, 2012).

Nos últimos anos foram realizados vários estudos sobre utilização das TIC em processos democráticos, tais como petições (Seaton, 2005), consultas (Tomkova, 2009), deliberações (Rose & Saebo, 2010), atividades de planejamento e orçamento participativo (Peixoto, 2009), eleições e atividades governamentais (Sousa, Agante, & Gouveia, 2013) suportados por ferramentas como *newsletters*, serviços de alerta, votações, pesquisas, *webcasts*, *podcasts*, e motores de pesquisa.

As expectativas criadas pela disponibilidade de novas tecnologias levaram a um aumento considerável da utilização das TIC na participação pública e a novas práticas. Não se pode afirmar, contudo, que o uso das ferramentas da Internet irá aumentar a participação pública e contribuir para uma melhor formulação de políticas.

Embora existam alguns casos de sucesso que demonstram resultados positivos, as iniciativas de participação pública e envolvimento dos cidadãos são, muitas vezes, impedidas por barreiras práticas tais como a baixa adoção, aceitação reduzida, dificuldades de coordenação e falta de avaliação de impacto (Sæbø et al., 2008) (Macintosh, Coleman, & Schneeberger, 2009). Rose & Grant (2010) afirmam que os projetos que procuram o envolvimento dos cidadãos são tão complexos de implementar como quaisquer serviços de e-Gov e têm dificuldades adicionais, como incluir os *stakeholders* (intervenientes) e integrá-los dentro da formulação de políticas do ciclo de vida.

De acordo com Carman (2010) o desafio de como cultivar o envolvimento dos cidadãos através de mecanismos institucionais permanece sem solução e resulta em sustentabilidade fraca, sendo necessário dedicar alguma atenção à equidade e neutralidade no que diz respeito à utilização de ferramentas de envolvimento dos cidadãos.

A disponibilidade de novas tecnologias estimula oportunidades para desenvolver novas formas de envolvimento digital. No entanto, alguns estudos indicam que a rápida

evolução de interações *online* não consegue deixar clara a sua lógica subjacente, o que muitas vezes tem como resultado ignorar o potencial das TIC. As organizações políticas querem tirar o máximo proveito das TIC no âmbito das suas atividades de governança tradicionais, mas não se prepararam adequadamente, não compreendem nem avaliam o seu impacto.

Neste trabalho iremos utilizar o discurso em linha, as consultas eletrónicas, as petições *online* através de experiências de utilização aplicadas a organizações sindicais. A literatura estuda, com maior ênfase, o e-Gov. Existem vários estudos que analisam os *websites* de sindicatos, mas não encontramos estudos que analisem a participação eletrónica em sindicatos de professores. Assim, depois de analisar a literatura e os *websites* de vários sindicatos, concluímos que estes estão mais concentrados na comunicação unidirecional, como mostra a Figura 4, e não suportam um eficiente processo de comunicação escalável baseado nos objetivos e necessidades de todas as partes interessadas.



Figura 4 – Comunicação unidirecional entre Sindicatos e comunidade educativa

Depois de observar este tipo de comunicação e de conversar informalmente com responsáveis de sindicatos, analisámos documentos, servidores de correio eletrónico, listas de notícias, grupos de comunicação dos sindicatos, conversámos com elementos dos sindicatos, com professores, o que nos levou à primeira questão de investigação: *Como fortalecer o relacionamento entre os sindicatos de professores e a comunidade educativa, e promover a participação entre todos os interessados no processo educativo, através da mediação digital?*

A fim de responder a esta questão, acreditamos que seria útil e desejável utilizar uma solução tecnológica que promove a participação e a comunicação estruturada e multidirecional (síncrona e assíncrona) entre o sindicato dos professores, os seus membros e outras partes interessadas na educação, num único lugar, neutro e regulamentado.

Tal solução tomaria a forma de uma ferramenta de e-participação e levaria em conta os requisitos e as necessidades desses atores. Por um lado, permitiria que os professores ficassem mais esclarecidos sobre as questões e problemas de educação mais importantes e, por outro lado, permitiria que os sindicatos tomassem em consideração as ideias e preocupações da comunidade educativa (por exemplo, professores, estudantes, pais).

Como resultado, é proposta uma aplicação Web, projetada para reunir as principais partes interessadas na educação, num espaço deliberativo partilhado. Com esta aplicação pretende-se promover a participação, reduzir o fosso de comunicação identificado e fortalecer a relação entre esses atores chave.

Como está a ser desenvolvida uma plataforma para participação em períodos eleitorais, a plataforma *iLeger* (Sousa, Agante, & Gouveia, 2011), decidiu-se adaptá-la para a participação em organizações, concretamente no contexto dos sindicatos de professores, dando origem a uma nova plataforma, *Liberopinion*¹⁰. Atualmente, a plataforma consiste em duas aplicações, *iLeger* e *Governómetro*, que pretendem medir o desempenho da atividade governamental (Sousa, Agante, & Gouveia, 2010). O *iLeger* combina, num único espaço neutro e regulado, os principais interessados na campanha eleitoral, candidatos e membros da comunidade, e promove a comunicação multidirecional entre eles. A interação e colaboração são suportados através de perguntas, respostas, sugestões, comentários, votos, pesquisas e debates ao vivo (Sousa, Agante, & Gouveia, 2011, 2013).

O trabalho dos autores debruça-se sobre este paradigma da e-participação em organizações sindicais, apresentando eventos de participação, como e-consultas, e-petições, e-inquéritos, *e-foruns* utilizando uma plataforma de e-participação que agrega num único local, neutro e regulado, os professores e os representantes dos sindicatos e que possibilita uma comunicação multidirecional entre eles.

¹⁰ <http://www.liberopinion.com>

O objetivo do presente estudo é contribuir para uma melhor compreensão dos benefícios desses ambientes colaborativos, promovendo a qualidade de interação entre os atores, ou seja, contribuir para o estudo da e-participação, principalmente a relação entre um sindicato e professores de diferentes níveis de ensino.

Este estudo pode ser caracterizado como único, no sentido de que não encontramos na literatura estudos de mediação digital em sindicatos de professores. A comunidade de sindicatos pareceu uma boa escolha, pois estas organizações são tradicionalmente intervenientes importantes no desenvolvimento e disseminação de tecnologia, especialmente em projetos com uma tradição sócio tecnológica (Mumford, 2006).

1.2 Motivação e Objetivos

Apesar de existirem já algumas iniciativas de e-participação, o domínio de investigação da participação eletrónica está ainda na sua infância, revelando alguma imaturidade (Macintosh et al., 2009; Panopoulou, Tambouris, & Tarabanis, 2009; Susha & Grönlund, 2012).

Este tipo de ferramentas surgiu, inicialmente, como parte da pesquisa na área do e-Gov, posicionando assim as agências governamentais a nível local, nacional ou transnacional no centro das atenções. No entanto, o estabelecimento de conclusões mais generalizadas, é importante uma vez que a relevância do conceito não está limitado às funções governamentais. Outros mecanismos de formulação de políticas baseadas em relações formais de representação incluem partidos políticos, sindicatos, ou quaisquer outros contextos micro institucionais. Essas comunidades são afetadas pelas tecnologias de engajamento de várias maneiras e em muitos casos precisam reformular os seus processos políticos tradicionais e até mesmo a sua estrutura interna e organizacional.

Os sindicatos são organizações políticas que apoiam os cidadãos numa parte sensível das suas vidas: as relações de trabalho. Dependendo do ambiente específico em que existem, os sindicatos desenvolvem as suas estratégias como atores sociais. A estrutura, o papel da sociedade e os desafios estratégicos dos sindicatos são um campo interessante onde as TIC podem desempenhar papel importante. Este estudo tenta ligar a utilização das TIC na participação pública no contexto dos sindicatos de professores. Esta investigação pode ser dividida nas seguintes questões de motivação:

Como as organizações políticas entendem as influências institucionais para explorar as TIC para o envolvimento público e como isso se reflete sobre o seu ambiente organizacional?

Como é que as TIC para o engajamento público se adaptam aos mecanismos de formulação de políticas existentes durante os seus processos de institucionalização?

Como é que os diferentes atores influenciam a adoção e uso das TIC para o envolvimento público e qual o seu efeito sobre os processos de institucionalização?

Será que os cidadãos participam ou só apoiam as questões apresentadas por outros utilizadores?

Os principais objetivos deste estudo são:

Objetivo 1 - Apresentar uma revisão da literatura relativamente à participação pública e mediação digital em organizações governamentais e não-governamentais com particular destaque para as interseções com o estudo institucional das TIC em sindicatos.

Objetivo 2 – Identificar os principais intervenientes no modelo de participação em sindicatos.

Objetivo 3 – Mostrar como a perspetiva institucional tem potencial para ilustrar o uso das TIC nos sindicatos.

Objetivo 4 - Descobrir novas perceções que esta perspetiva pode suscitar em iniciativas de governança digitais liderados por comunidades não-governamentais, elaborando experiências de utilização no contexto dos sindicatos.

Objetivo 5 - Para examinar de forma holística o impacto das TIC, avaliar as conclusões das experiências de utilização. Com base nisso, desenvolver implicações para a teoria e a prática, bem como futuras direções de pesquisa.

A natureza desta pesquisa é exploratória, pois tenta melhorar o nosso conhecimento sobre um fenómeno bastante novo com propostas teóricas ainda em formação. As principais fontes de dados são quantitativas, apoiadas por contactos informais realizados dentro das organizações envolvidas.

A Figura 5 ilustra o percurso da pesquisa para o trabalho realizado.



Figura 5 – Progresso de investigação

Os três momentos de investigação representados na Figura 5 correspondem aos objetivos enumerados:

- A fase teórica centra-se nos dois primeiros objetivos, tem como objetivo estabelecer a base teórica e tecnológica.
- A fase empírica aborda os objetivos 3 e 4, com a elaboração das experiências de utilização.
- A fase 3 assume o objetivo 5 e sintetiza as ideias do estudo desenvolvendo-as em função da questão de investigação.

Este caso fornece um contexto interessante para investigar o uso de ferramentas de participação digital na política formal para além de organizações governamentais. Os dados foram recolhidos ao longo de 3 anos.

1.3 Estrutura da tese

Esta dissertação encontra-se dividida em nove capítulos. No primeiro e presente capítulo é realizada uma contextualização do estudo, listados os objetivos propostos e apresentado o problema que motiva este trabalho bem como a questão de investigação que lhe está associada.

No segundo capítulo aborda-se a interação direta e mediada eletronicamente entre cada cidadão ou grupo de cidadãos e os diferentes organismos. Aborda-se o conceito de mediação digital, a democracia eletrónica, os tipos de e-participação.

O terceiro capítulo aborda a participação pública, os conceitos, a participação pública em Portugal, as barreiras e benefícios, as áreas típicas de participação e as ferramentas web 2.0.

No quarto capítulo aborda-se, de forma simples e breve, um pouco da história do sindicalismo mundial, europeu e português.

No quinto capítulo apresenta-se a metodologia usada ao longo deste trabalho, a investigação-ação, e fundamenta-se a razão da escolha desta metodologia.

No sexto capítulo apresentam-se vários modelos utilizados ao longo do tempo para a participação pública e uma proposta de modelo para este estudo no contexto dos sindicatos de professores, assim como a arquitetura funcional e os principais requisitos funcionais da solução tecnológica proposta, uma aplicação Web que tem por base o modelo proposto.

No sétimo capítulo são apresentados os resultados das várias experiências de utilização.

O oitavo capítulo apresenta os resultados obtidos a partir das experiências de utilização e analisam-se, comparam-se e discutem-se, sucintamente, os principais resultados obtidos nessas experiências, essencialmente na perspetiva das visitas à plataforma e das ações de participação dos intervenientes. Apresentam-se também os resultados de outras iniciativas de participação pública e, sempre que possível, fazem-se comparações.

No nono capítulo sintetiza-se o trabalho realizado, revisitam-se os objetivos iniciais, delineados na introdução da tese, e apresentam-se as considerações finais, abordam-se os principais contributos deste trabalho de investigação, apresentam-se algumas considerações e novas direções para futura investigação e recomenda-se um conjunto de boas práticas, identificadas ao longo das experiências realizadas, a considerar em iniciativas de mediação digital para a participação pública no contexto dos Sindicatos.

2 Mediação digital

O uso de meios eletrônicos para dar suporte à atividade do governo e da administração pública central e local permite que o Estado desenvolva com os cidadãos novas formas de relacionamento. Entre estas, destaca-se a interação direta e mediada eletronicamente entre cada cidadão ou grupo de cidadãos que o pretenda e os diferentes organismos públicos, dando desse modo lugar a uma nova proposta de participação pública designada por mediação digital.

A definição de mediação digital é assumida, aqui, como sendo a interação mediada por tecnologia entre a esfera da sociedade civil e a esfera política formal, representantes políticos, governos, administração pública ou outras instituições como empresas, sindicatos ou quaisquer outras organizações não-governamentais. O foco é o cidadão e a finalidade é potenciar a sua capacidade de participar na governação digital, criando espaços de comunicação de ideias, práticas, opiniões, projetos, de forma a tomar parte na tomada de decisão das instituições, quando necessário.

A maioria das atividades da vida real já tem um equivalente *online*. Seguindo essa tendência, o campo da participação pública tem visto uma crescente integração das TIC e da Internet, o que nos leva ao conceito de participação eletrónica ou e-participação (Sanford & Rose, 2007). A literatura, em geral, relaciona a mediação digital com e-participação ou participação eletrónica, espaços públicos virtuais, espaços públicos em rede, esfera virtual, entre outros.

Ann Macintosh (2004) afirma que e-participação é um campo da e-democracia que está relacionada com consulta e diálogo entre governos e cidadãos utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) de forma a encontrar soluções para problemas sociais (Kotsiopoulos et al., 2009; Meijer et al., 2009) e Medaglia (2012) refere e-

participação como o uso das TIC no apoio à tomada de decisão democrática e a UNESCO (*United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization*), em sentido amplo, como o uso das TIC nos processos democráticos (UNESCO, 2005).

A participação pública tem sido o principal instrumento para democratizar, legitimar e melhorar a qualidade da tomada de decisões (Rui Lourenço & Costa, 2007) e pode ser definida como um processo que envolve os cidadãos na tomada de decisão dos governos ou de outros *stakeholders*. Vários autores definem, de forma genérica, a e-participação como sendo a participação dos cidadãos nos processos de prestação de serviços públicos em várias etapas da cadeia de produção (planeamento, tomada de decisão, implementação, avaliação) (Macintosh et al., 2009; Susha & Grönlund, 2012), o que segundo estes autores demonstra a ténue diferença existente relativamente ao e-Gov. Defendemos, contudo, que o alcance da e-participação é muito mais amplo e engloba a participação dos cidadãos em praticamente qualquer serviço público e não necessariamente em campos relacionados com a política ou a governação eletrónica, como é o caso deste estudo.

De acordo com Arnstein (1969) a participação cívica refere-se à redistribuição de poder, por parte da autoridade, aos cidadãos. Do ponto de vista da autora, há oito tipos de participação pública que podem ser apresentados como uma escada com 8 etapas, já suficientemente discutidas na literatura, que vão desde a manipulação até ao controlo social, com degraus intermédios identificados como informação, consulta, delegação de poderes e parceria. A autora advoga que quanto mais próximos os cidadãos estiverem do topo da escada, mais capazes se revelam de controlar o seu envolvimento em procedimentos participativos e de exigir que os processos postos em prática sejam inteligíveis para aqueles que neles participam.

A criação de espaços públicos que possibilitem à sociedade civil encontrar um espaço de expressão, conflito e negociação, coloca-a no centro de um processo onde as ações públicas deixam de ser da exclusiva responsabilidade do Estado, passando a ser criadas e desenvolvidas por atores que assumem como objetivo central a promoção da democracia, permitindo aos cidadãos exercer democraticamente o seu poder através de parcerias de autoridade pública (Hansen & Reinau, 2006; Islam, 2008).

Uma definição de esfera pública virtual relaciona os meios de comunicação de massa com a esfera pública *habermasiana* e procura novos entendimentos sobre ela a partir das possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias. A constituição do espaço público *habermasiano* realiza-se através do estatuto de mediação entre sociedade civil e sociedade política e até de mediação entre os membros da própria sociedade civil (Santos, 2012). Santos afirma que, por exemplo, “*o poder dos media é enorme, mas o exercício deste poder não garante os resultados que seriam expectáveis, desejáveis e até exigíveis*”. Ora, o que se verifica é que quanto maior é o seu poder tanto mais frágeis se revelam os seus resultados no plano das funções de cidadania. A nova esfera pública também traz novos modos de ação e valores como abertura, relação entre pares, colaboração. O conceito de esfera pública em rede referido por Benkler (2006) é defendido por outros autores como uma nova definição de esfera pública condizente com as mudanças do mundo contemporâneo, especialmente caracterizada pela introdução das novas tecnologias na vida quotidiana, sendo entendida como o espaço da comunicação de ideias, práticas, opiniões e projetos da sociedade para os agentes públicos. Benkler (2006) argumenta que a esfera pública dos meios de comunicação em massa e a esfera pública em rede coexistem enquanto Kostakis (2011) afirma que o uso das novas tecnologias não transforma as democracias.

Apesar de existirem já algumas iniciativas de e-participação, o domínio de investigação da participação eletrónica está ainda na sua infância, revelando, portanto, alguma imaturidade (Macintosh et al., 2009; Panopoulou et al., 2009; Susha & Grönlund, 2012). Por outro lado, verifica-se que os cidadãos de alguns países procuram desempenhar papéis mais ativos nos processos democráticos e que não ficam satisfeitos em serem apenas uma parte do processo de votação. Por exemplo, em Rainie & Smith (2008) refere-se que 23% dos utilizadores de Internet americanos já participaram em debates *online* sobre assuntos relacionados com a governação, normalmente em canais não oficiais do governo.

Smith & Dalakiouridou (2009) fazem uma revisão das iniciativas legislativas e políticas relevantes para a participação pública europeia levadas a cabo na primeira década do século XXI e referem que, entre 2000 e 2002, os documentos aprovados pela Comissão Europeia diziam essencialmente respeito à transparência e à prestação de contas, enquanto a partir de 2002 foi dada mais preponderância às consultas aos cidadãos. No

nível e-consulta, os governantes realizam consultas *online* e gerem todo o processo. Os cidadãos são encorajados a contribuir com as suas opiniões.

Em 2004, Macintosh considera a *e-participação* como uma subárea do campo da democracia eletrónica (*e-democracia*). Concretamente, a autora refere que a democracia eletrónica consiste em duas subáreas: *e-votação* (*e-voting*) e *e-participação* (*e-participation*). Em 2009 e 2012, Grönlund e Susha, consideram que a relação entre os dois campos não está ainda completamente clarificada (Grönlund, 2009; Susha & Grönlund, 2012) e que a área da *e-participação* está também intimamente ligada à área de investigação em *e-government*. A Organização das Nações Unidas (ONU), na sua medição do índice de participação eletrónica, utiliza os modelos de participação eletrónica, e relaciona esta área de investigação com o uso de redes sociais, grupos de notícias (*newsgroups*), blogues, inquéritos, fóruns e outras ferramentas interativas para facilitar o envolvimento dos cidadãos (UNDESA, 2012).

Devido à crise na democracia representativa, bem visível na cada vez menor participação em eleições (Quental & Gouveia, 2014), há um aumento considerável na utilização de ferramentas da Internet para consulta pública e envolvimento dos cidadãos.

Existem várias ferramentas para a e-participação: *Webcasts* (instrumentos para transmissão de reuniões e debates em direto através da Internet), perguntas mais frequentes (FAQ), blogues, salas de *chat*, consultas eletrónicas rápidas (*quick e-polls* – por exemplo, uma pergunta sobre se gosta ou não do governo), fóruns de discussão eletrónica (onde os utilizadores, geralmente com interesses comuns, podem trocar mensagens abertas), e-painéis (permitem a um conjunto de indivíduos recrutados, em oposição a um conjunto de pessoas autopropostas, participar, através das TIC, e dar a sua opinião sobre uma variedade de assuntos, em intervalos específicos ao longo de um período de tempo), e-petições, comunidades virtuais (espaços *online* onde os utilizadores com um interesse comum se podem reunir para comunicar e construir relacionamentos), serviços de alerta (uma forma de comunicação unidirecional, frequentemente utilizada para alertar e informar as pessoas sobre uma nova notícia ou evento como e-mail, RSS¹¹), orçamento participativo eletrónico (um instrumento utilizado pelas autarquias para

¹¹ *Really Simple Syndication* (RSS) é um padrão desenvolvido em linguagem XML (*eXtensible Markup Language*), que serve para agregar conteúdo, que permite aos responsáveis por *sites* e blogues divulgarem notícias ou novidades. Para isso, o *link* e o resumo da notícia é armazenado num arquivo conhecido como *feed* ou *RSS feed*. É possível distribuir conteúdo de um *website* para centenas de outros *websites*

promover a aproximação entre os munícipes e a administração local), um instrumento que permite uma maior eficácia de participação, uma maior transparência e uma maior possibilidade de discussão (Sebastião et al., 2012), participação direta dos cidadãos, através de amplos processos de consulta, na definição das prioridades de investimentos do orçamento público para um determinado território. O Orçamento Participativo é uma prática de deliberação pública sobre questões orçamentais introduzido no Brasil, na cidade de Porto Alegre, em 1989, e que agora é utilizado em diversas cidades de todo o mundo (Shah, 2007).

2.1 Definição e dependências

2.1.1 Conceitos básicos de democracia

A palavra democracia tem a sua origem na palavra *demokratia* na Grécia Antiga e é a conjugação de *kratos* (poder) com *demo* (o povo) (Clarke & Foweraker, 2001). É o regime político em que o poder (*kratos*) reside no povo (*demo*). Literalmente, democracia significa “*poder do povo*”, isto é, que o poder pertence ao povo mas este é, apenas, um problema de terminologia e não da definição da democracia. Atenas, por exemplo, considerada o berço da democracia, exercia-a de forma um pouco limitada: mulheres, estrangeiros e escravos não participavam das decisões políticas da cidade.

Uma das principais funções da democracia é a proteção dos direitos humanos fundamentais, como a liberdade de expressão, de religião, a proteção legal, e as oportunidades de participação na vida política, económica, e cultural da sociedade. Claro que não se resume, apenas, a estas dimensões e podemos dividi-la, tal como argumentado por Gronlund, num sistema de apoio à decisão e num sistema social. O primeiro aspeto refere-se aos processos formais em que as decisões sociais são realizadas, incluindo os formalmente chamados decisores – os políticos – e as relações entre estes e o público. O segundo aspeto refere-se ao projeto social em geral que é configurado para incluir características democráticas, tais como imprensa livre, liberdade de expressão, entre outros (Gronlund, 2002).

A democracia pode ser direta ou indireta. Na democracia indireta ou representativa o povo exprime a sua vontade elegendo representantes que tomam as decisões em nome dele. Na democracia direta ou participativa o poder não é delegado, mas colocado diretamente nas mãos dos cidadãos. Embora a democracia direta seja vista como o modelo de democracia

mais avançada, a sua adoção pelos Estados é quase nula apesar de todas as possibilidades tecnológicas envolvidas que permitem um relacionamento constante com os cidadãos na tomada de decisão.

Em Portugal, o processo de democratização nascido no 25 de abril potenciou modalidades de constituição de uma democracia potencialmente mais participativa e as novas tecnologias são grandes facilitadores desses processos de democracia participativa (Alves, 2013).

Atualmente a democracia é exercida, na maioria dos países, de forma mais participativa, embora os políticos teimem em colocar os cidadãos mais no papel de ouvintes, do que no papel de colaboradores nas tomadas de decisão.

2.1.2 E-participação, e-democracia e e-governança

A UNESCO (*United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization*), define e-participação, em sentido amplo, como o uso das TIC nos processos democráticos (UNESCO, 2005) e Medaglia (2012) como o uso das TIC no apoio à tomada de decisão democrática.

Outros autores definem, de forma genérica, a e-participação como sendo a participação dos cidadãos nos processos de prestação de serviços públicos em várias etapas da cadeia de produção (planeamento, tomada de decisão, implementação, avaliação) (e.g. Sussha & Grönlund (2012) e Macintosh et al. (2009)), o que segundo estes autores demonstra a ténue diferença existente relativamente ao e-Gov. Ann Macintosh (2004) afirma que e-participação é um campo da e-democracia que está relacionada com consulta e diálogo entre governos e cidadãos utilizando as TIC e Kotsiopoulos et al. (2009), Meijer et al. (2009) e Zaidi & Qteishat (2012) completam esta definição como sendo a utilização das TIC para envolver os cidadãos e ajudá-los a interagir uns com os outros e com os seus representantes eleitos de forma a encontrar soluções para problemas sociais. Definições semelhantes são adotadas por outros autores, como Rocha, Silva, Lamas, Castro, & Silva (2005), Al-Jaghoub, Al-Yaseen, & Al-Hourani (2010), Alshehri & Drew (2012), M. Freire, Fortes, & Barbosa (2014) Castillo et al. (2014).

Também Gouveia (2004) designa e-participação como sendo a área de intervenção do *e-government* (e-Gov) com a qual se pretende promover a tomada de decisão participativa,

inclusiva e consciente, por parte dos cidadãos e Grönlund (2009) e Susha & Grönlund (2012) também argumentam que a e-participação é um campo de pesquisa com direito próprio, mas que não pode ser separado de um campo mais vasto que é o e-Gov, acrescentando que a relação entre e-democracia e e-participação não está convenientemente definida. Grönlund (2009) afirma que a União Europeia define e-Gov como o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas administrações públicas, combinadas com a mudança organizacional e novas competências, a fim de melhorar os serviços públicos e os processos democráticos. Nesta visão, a participação faz parte integrante do e-Gov. Contudo, consideramos que o alcance da e-participação é muito mais amplo e engloba a participação dos cidadãos em praticamente qualquer serviço público e não necessariamente em campos relacionados com a política ou a governação eletrónica. Claro que para haver e-participação tem que existir democracia, pois não conhecemos países não democráticos onde a e-participação seja promovida.

Por sua vez, e-democracia pode ser definida como a relação entre governos e sociedade civil e que, essencialmente, envolve a utilização das TIC para a comunicação entre estes na tentativa de melhorar os processos democráticos. Vários autores utilizam o termo e-democracia de várias formas, embora com o mesmo significado. Entre outras definições, podemos referir democracia eletrónica (Chadwick, 2003), democracia digital (Fuchs, 2008), democracia virtual (Hacker, Dijk, & Jan, 2000). Susha & Grönlund (2012) apresentam um modelo que analisa as recentes pesquisas efetuadas nesta área e identifica as relações entre elas (Figura 6).

A categoria “*stakeholders*” representa problemas de pesquisa sobre as preocupações dos atores envolvidos e dos interesses em projetos de participação eletrónica e iniciativas. A linha 1 (ver Figura 6) mostra a relação entre governo e administração e os constrangimentos para a participação dos cidadãos. Muitos autores argumentam que os governos e administrações devem assumir novas regras devido às mudanças rápidas nos ambientes político e social.

A categoria “*Environment*” (linha 2, ver Figura 6) inclui vários fatores que circundam as práticas de democracia digital, tais como a mudança das estruturas sociais, os sistemas políticos e os fatores tecnológicos. Os autores afirmam que certas características do sistema político democrático e do regime atual de governança da Internet impõem restrições na representação e participação *online* de atores não-

institucionais, reconhecendo que é necessário tomar atenção a este aspeto e fazer uma análise abrangente das oportunidades e desafios da participação *online* para a sociedade civil.

A categoria “*Applications and forms*” descreve a utilização de práticas democráticas digitais na Internet, incluindo o uso de outras tecnologias. Há uma distinção clara entre iniciativas institucionais como *e-Information*, *e-Service* e iniciativas dos cidadãos tais como as redes sociais. Vários estudos apontam para a necessidade de fazer uma ponte entre estas duas formas de participação dos cidadãos (linha 3, ver Figura 6) explorando possíveis vias para aprofundar o debate político *online*. Será interessante estudar os motivos que levam os cidadãos a preferir as redes sociais ao invés de iniciativas de e-governança.

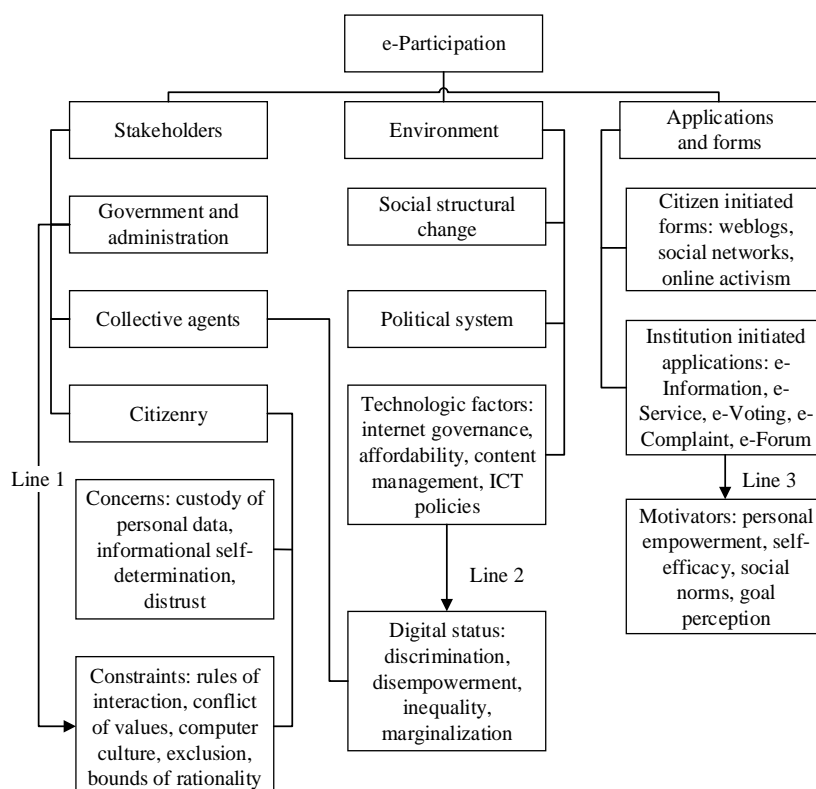


Figura 6 – Modelo que ilustra a classificação de temas em pesquisas recentes e identifica as ligações entre elas (linha 1, 2 e 3) (Adaptado de: Susha & Grönlund, 2012, p.377)

É necessário explorar mais detalhadamente como as formas de participação eletrónica do governo e dos cidadãos podem ser melhoradas para o benefício de ambos e como o uso de tecnologias da Web 2.0 pode transformar o debate político público. Será que, efetivamente, os efeitos da e-participação relativamente à comunicação pelos canais tradicionais melhoram a qualidade da participação pública ou, simplesmente, alteram os

padrões de participação do cidadão? Os cidadãos encontram algum valor/mais-valia na e-governança como ferramenta de participação democrática?

Medaglia (2012) apresenta as principais categorias utilizadas para classificar o desenvolvimento da e-participação (Figura 7): atores, atividades e efeitos, fatores e avaliação. É claro que, devido ao desenvolvimento das redes sociais, importa aqui representá-las devidamente, embora a maioria dos autores não as considere devido à necessidade de melhor estudo. Staiou & Gouscos (2010), por sua vez, argumentam que os projetos de e-participação necessitam de ter uma estrutura bem organizada. É necessário definir os atores a envolver, enquadrar a questão a ser discutida, esforçar-se por produzir uma posição partilhada que reúna consenso.

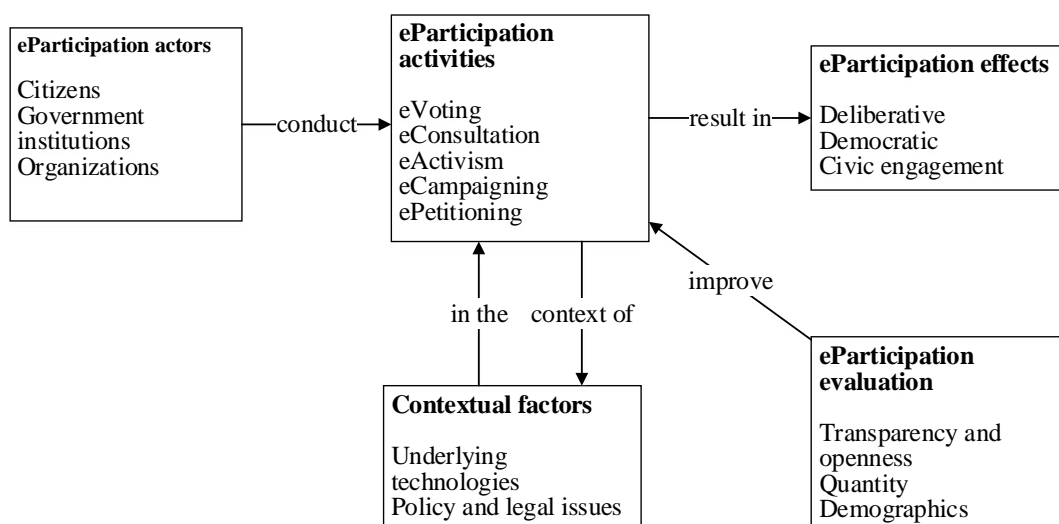


Figura 7 – Formas de e-participação (Adaptado de Medaglia, 2012,p.348)

Mas a participação só é efetiva se os cidadãos tiverem o poder de afetar o resultado do processo em que estão envolvidos. Arnstein (1969) considerada, por alguns autores, o *pai* da participação contemporânea, define bem a participação dos cidadãos com a frase “*citizen participation is citizen power*”, argumentando que é a redistribuição de poder que permite que os não cidadãos, aqueles que estão atualmente excluídos dos processos políticos e económicos, possam ser deliberadamente incluídos no futuro. Argumenta, ainda, que há uma diferença fundamental entre participar e ter o poder real necessário para afetar o resultado do processo. Esta diferença está bem patente num cartaz pintado na primavera de 1968 pelos estudantes franceses, ilustrado na Figura 8, e que continua bem atual.



Figura 8 – Poster de estudantes franceses na primavera de 1968

2.2 Tipos de e-participação

Existem vários tipos de mediação digital. O mais simples envolve perguntas e respostas em fóruns de discussão integrados num *website*, em que cidadãos são convidados a colocar as suas opiniões, dúvidas e preocupações, e receber *feedback* de *stakeholders*, que podem ou não ser autoridades governamentais.

As votações *online* são outro tipo que, basicamente, permite medir rapidamente uma questão específica. É o caso da e-consulta aos professores sobre as medidas a tomar contra o governo e discutida mais abaixo e o exemplo do “*Your Voice in Europe*” da Comissão Europeia¹².

As e-petições são uma outra forma de e-consulta que permitem aos cidadãos interagir e influenciar decisões políticas dos governos ou de organismos como os Parlamntos dos países. É uma das primeiras práticas de ação coletiva que surgiram a partir de utilizadores de Internet através de listas de discussão ou *websites* que atuam como portais de alojamento. Em termos de características técnicas, os *websites* contêm principalmente um espaço digital onde os utilizadores podem assinar petições, bem como acompanhar o desenrolar das já existentes. Outras ferramentas para apoiar o processo de petição também podem ser integradas. Os serviços de suporte envolvem fóruns de discussão, funcionalidades para comentar ou opções como concordar / discordar.

¹² http://ec.europa.eu/yourvoice/consultations/index_en.htm

Ralf Lindner & Riehm (2009) comparam os sistemas de e-petições utilizados pelo Parlamento escocês, o Parlamento de *Queensland*, o *Bundestag* alemão e vários municípios noruegueses. Jungherr & Jürgens (2010) analisam um grande conjunto de assinaturas recolhidas por petições dirigidas ao Parlamento alemão. Os seus resultados sugerem que, embora a maioria dos utilizadores assinem petições apenas ocasionalmente, também existe um extenso grupo de cidadãos que assinam petições em vários temas não relacionados; este grupo foi caracterizado como *consumidores de ativismo*. Curiosamente, descobriram que a popularidade de uma petição está dependente do sucesso de petições que estejam ativas durante o mesmo período. Um exemplo é a e-petição que está a decorrer no âmbito da Federação Nacional de Professores em todos os distritos de Portugal sobre a Escola Pública e que também é objeto de estudo pelos autores¹³.

Os e-painéis são versões mais sofisticadas de consultas *online*. Um grupo de cidadãos é convidado a trocar pontos de vista através de fóruns de discussão *online*, pesquisas, chats ou votos em torno de um tema comum ou iniciativa política. É o caso de uma iniciativa de participação pública com o líder da Federação Nacional dos Professores¹⁴ e outros elementos na plataforma *Liberopinion* e que também é caso de estudo por parte dos autores¹⁵.

O mais comumente associado com e-consultas são as consultas editoriais onde cidadãos e representantes da sociedade civil são convidados a comentar, geralmente sob a forma de discussões *online* com base em documentos de políticas direcionadas. Outra tendência cada vez mais comum aponta para iniciativas de e-consulta combinando vários dos elementos acima referidos, sob a forma de um portal completo dedicado a uma campanha política específica ou a multinível com características de segmentação de diversos públicos. Alguns exemplos são os projetos *Liberopinion*¹⁶, *Madrid participa*¹⁷ ou *Ask Bristol*¹⁸.

¹³ Este conjunto de e-petições poder ser visto em <http://www.escolpaublica.net>

¹⁴ <http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=1>

¹⁵ Várias iniciativas podem ser visualizadas em <http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=9>, <http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=10>, <http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=11> e <http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=12>

¹⁶ <http://www.liberopinion.com>

¹⁷ <http://www.madrid.es/portal/site/munimadrid/menuitem.88f602b2ae84e0517bd9abe25202a5a0/?vgnnextoid=8449e3d5d3e07010VgnVCM100000dc0ca8c0RCRD&vgnnextfmt=default/>

¹⁸ <http://www.bristol.gov.uk/page/council-and-democracy/have-your-say-ask-bristol>

2.2.1 E-consultas

As consultas *online* consistem no uso da Internet para questionar um grupo de cidadãos num ou mais tópicos, permitindo partilha de informação entre os participantes utilizando plataformas onde podem dar contribuições, informar e influenciar a política e tomada de decisão.

As e-consultas devem ter em consideração alguns aspetos importantes, tais como: garantir que todos os cidadãos possam expressar as suas opiniões sobre as questões e políticas que os afetam; ter em conta que o tempo dos participantes é valioso; o portal ou plataforma deve ser fácil de usar; deve mostrar as contribuições; deve permitir o anonimato para os indivíduos que o desejem.

As e-consultas tendem a ter uma duração bem definida, podem utilizar moderadores e têm temas para discussão pré-definidos pelo *stakeholder*. Infelizmente, os estudos existentes mostram que são poucos os cidadãos que participam. Ferro & Molinari (2010) baseiam-se no modelo ASCU (*Activists, Socializers, Connected, Unplugged*) para afirmar que só os ativistas (3 a 5% da população) participam e Cruickshank, Edelman, & Smith (2010) argumenta que a participação de 1% dos cidadãos em qualquer iniciativa de e-participação é considerada um sucesso.

2.2.2 E-consultas vs consultas tradicionais

Uma característica importante das e-consultas é que dão a oportunidade de fornecer *feedback* e de influenciar o processo político fora do ciclo eleitoral e não, apenas, nas campanhas eleitorais, a cada 3 ou 4 anos.

A consulta *online* ocorre num período de tempo muito mais rápido do que a comunicação tradicional entre governo e cidadãos (AGIMO, 2008). A necessidade de recorrer a um chefe de departamento de alto nível ou até mesmo a um ministro impõe atrasos incomensuráveis com a natureza da consulta *online* (Macnamara, 2010).

Para as instituições governamentais, a Internet promove eficiência e eficácia através da redução dos custos de transação (Tolbert & Mossberger, 2006). Para os cidadãos comuns, que têm as suas próprias vidas com várias atividades e responsabilidades, a e-participação tem a conveniência prática da comunicação *online*, o imediatismo da comunicação, o

acesso 24 horas por dia e a flexibilidade de localização, assumindo que os cidadãos podem participar e refletir sobre questões no seu tempo disponível. Isso não é possível em reuniões convencionais, que exigem viagens, presença física num local específico. Ao contrário dos *media* tradicionais, as aplicações de Internet permitem multinível, ou seja, comunicação um-para-um, um-para-muitos, muitos-para-um e muitos-para-muitos. No caso de e-consultas, a Internet permite um nível de reciprocidade e envolvimento que seria difícil e oneroso para as instituições em comunicação *offline*.

As consultas públicas associam-se com a democracia deliberativa, transcendem as barreiras geográficas e podem acomodar grandes grupos orientados de forma mais eficiente, um conceito de *ágora* virtual onde cidadãos comuns, políticos e especialistas que normalmente são perfilados em estruturas de poder rígidas, se podem envolver (Tomkova, 2009).

Neste sentido, as e-consultas têm uma vantagem comparativa com as versões *offline*, onde a logística de documentos em formato papel é cara, demorada e possivelmente suprimida, se surgirem preocupações orçamentais. A literatura, contudo, é cautelosa ao avaliar o valor acrescentado das e-consultas.

O governo do Reino Unido, por exemplo, tem sido bem-sucedido no lançamento da iniciativa “*Downing Street-House of Commons Government e-petitions*”¹⁹ para estimular a participação cívica, recebendo assinaturas de mais de três milhões de cidadãos do Reino Unido (cerca de 7% da população britânica) (Tomkova, 2009). Pelos padrões de e-participação esta taxa de participação é louvável. No entanto, as expectativas levantadas por estas iniciativas podem ser enganosas tal como acontece em Portugal. Sebastião, Pacheco e Santos, após um levantamento das petições efetuadas na X Legislatura, argumenta que o impacto das petições *online* no sistema político, medida pelo número de assinaturas, é baixa – apenas 6,8% resultaram em discussão no Parlamento Português (Sebastião et al., 2012).

O Parlamento Europeu, no entanto, está mais bem situado, pois as recomendações resultantes são levadas ao conhecimento das comissões do Parlamento e / ou outras instituições da União Europeia em questão²⁰. O Parlamento Europeu tem uma comissão

¹⁹ <http://petitions.direct.gov.uk>

²⁰ <http://www.europarl.europa.eu>

permanente e um conjunto de procedimentos especificados na regra 192 das Regras e Procedimentos do Parlamento Europeu. A eficácia deste processo, no entanto, exigiria investigação mais aprofundada²¹.

O potencial para a e-consulta parece ser cada vez mais viável a partir da perspectiva de participação dos *stakeholders*. Se melhor participação pode ser conseguida usando um meio de custo relativamente baixo, como a Internet, então o objetivo custo-benefício de consultas em larga escala pode ser atingido.

As vantagens potenciais de uma abordagem de e-consulta em vez da utilização de métodos tradicionais de consulta incluem:

- Amplo envolvimento, maior facilidade de contribuir;
- Melhor qualidade de ideias expressas, opiniões e propostas - não apenas pontos de vista expressos, mas iteração e capacidade de resposta a outras propostas;
- Maior perceção da legitimidade democrática e perceção de igualdade (cidadãos e *stakeholders*);
- Mais sensível às limitações de tempo e níveis de interesse dos participantes;
- Menor custo que os métodos tradicionais;
- Cria resultados quantitativos estatisticamente significativos;
- Menores custos de promoção e direcionamento para vozes não representadas;
- Baseada num modelo de aprendizagem coletiva ao invés de votação num conjunto de opiniões e conhecimentos existentes.

2.2.3 E-petições

O direito de petição foi reconhecida pela primeira vez, ainda que indiretamente, na Magna Carta inglesa em 1215 e reafirmado na Declaração dos Direitos Inglesa de 1689 (Östling, 2011).

Na área de participação política, as petições e as consultas públicas são uma ferramenta simples, mas eficaz, que permitem interagir e influenciar decisões políticas dos governos ou de organismos como os Parlamentos dos países. As petições são utilizadas para recolher assinaturas de um público vasto com uma finalidade objetiva. Geralmente são

²¹ Ver petições em <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/00533cec74/Petições.html> e a iniciativa de cidadania europeia em <http://ec.europa.eu/citizens-initiative/public/welcome?lg=pt>

definidas como pedidos formais a uma autoridade, geralmente uma instituição governamental (Lindner & Ulrich, 2008). Em sistemas e-petição, os cidadãos assinam uma petição *online* que propõe uma questão para apreciação do sistema político (Prosser & Müller-Török, 2002). A conexão com o processo político formal é importante: um determinado número de assinaturas pode forçar o Poder Legislativo a discutir o assunto, permitindo que os cidadãos influenciem diretamente a agenda política.

Em Portugal, o direito de petição pode ser exercido junto de qualquer órgão de soberania ou de quaisquer autoridades públicas, sobre qualquer matéria, desde que a pretensão não seja ilegal e não se refira a decisões dos tribunais. O direito de petição pode considerar-se como um dos mais antigos direitos fundamentais dos cidadãos face ao poder político, encontrando-se previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, no capítulo dos direitos, liberdades e garantias de participação política.

Para além disso, o exercício do direito de petição encontra-se regulamentado no artigo 232.º do Regimento da Assembleia da República e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto, alterada pela Lei nº 6/93, de 1 de março, pela Lei nº 15/2003, de 4 de junho e pela Lei n.º 45/07 de 24 de agosto, que estabelece o regime do exercício do direito de petição em geral e, em especial, no caso das petições dirigidas à Assembleia da República²².

Em Portugal, qualquer petição submetida e dirigida ao Presidente da Assembleia da República, que seja subscrita por um mínimo de 1000 cidadãos é, obrigatoriamente, publicada em Diário da Assembleia e, se for subscrita por mais de 4000 cidadãos, é apreciada em Plenário da Assembleia. Da apreciação das petições pela Assembleia da República podem resultar diversas consequências, de que se destacam: a comunicação ao Ministro competente, para eventual medida legislativa ou administrativa; a remessa ao Procurador-Geral da República, à Polícia Judiciária ou ao Provedor de Justiça; a iniciativa de um inquérito parlamentar; a apresentação, por qualquer Deputado ou Grupo Parlamentar, de um projeto de lei sobre a matéria em causa.

Sebastião, Pacheco e Santos, após um levantamento das petições efetuadas na X Legislatura em Portugal entre 2005 e 2009, concluíram que, em termos absolutos, existe preferência pela petição *online*. Contudo, a intensidade das petições *online* no sistema político, medida pelo número de assinaturas, é baixa – somente 8,9% das petições *online*

²² <http://www.parlamento.pt/EspacoCidadao/Paginas/DireitoPeticao.aspx>

resultaram na publicação em Diário da República (pelo menos 1000 assinaturas) e apenas 6,8% na discussão em Plenário da Assembleia (pelo menos 4000 assinaturas). Argumentam que, apesar de disponível e acessível a todos os indivíduos, se verifica que a petição *offline* é o tipo preferido para a aglomeração de assinaturas, daí decorrendo o seu maior impacto no sistema político, e que a petição *online* facilita a manifestação dos sentimentos dos indivíduos em relação ao sistema político, é mais espontânea e usada para a expressão de interesses particulares (Sebastião et al., 2012).

As e-petições têm sido origem de grandes avanços como dispositivo para transformar as democracias representativas em democracias mais participativas (Lindner & Ulrich, (2008), um mecanismo algures entre a democracia representativa e a democracia direta (Carman, 2010).

Alguns exemplos de e-petições mostrados na literatura: o parlamento escocês em 2000, o parlamento de Queensland, Austrália, em 2002, o parlamento federal alemão, em 2005, o parlamento inglês em 2008, o sistema de e-petição do governo britânico desde 2006²³, o sistema de e-petições do parlamento europeu²⁴ ou na Coreia do Sul²⁵, e-petição contra o comércio de baleias²⁶, entre outros. Atualmente, esta forma de participação está presente em grande parte dos países ocidentais (Lindner & Riehm, 2009).

O estudo da petição *online*, do modo de funcionamento e da configuração e definição da agenda política, foi abordado por Laurie, Lindner, Diaz e Jungherr (Sebastião et al., 2012).

2.3 E-consultas em organizações sindicais. Sindicalismo 2.0

Segundo Pinnock (2005) as organizações sindicais só tardiamente reconheceram o potencial das TIC e quando fizeram a sua adoção, limitaram-se a armazenar, tratar e difundir informação através de computadores e Internet. O grande obstáculo à sua implementação reside, essencialmente, no interior das organizações (Rego, Naumann, & Alves, 2010), quer no que concerne às competências requeridas, quer principalmente às mudanças que elas permitem induzir.

²³ <http://epetitions.direct.gov.uk/>

²⁴ <http://www.europarl.europa.eu/parliament/public/staticDisplay.do?id=49>

²⁵ <http://www.epeople.go.kr/jsp/user/on/eng/intro01.jsp>

²⁶ <http://www.care2.com/causes/plan-to-legalize-whaling-fails-a-victory-for-whales.html>

As organizações sindicais, em geral, investem tempo e recursos humanos em ferramentas de comunicação mais tradicionais. Não aproveitam as potencialidades da Internet, na medida em que a maioria das organizações adota uma comunicação unidirecional e Rego, Alves, Silva, & Naumann (2013) argumentam que é difícil conhecer o impacto de utilização dos sítios dos sindicatos, pois não existem muitos mecanismos *online* que proporcionem uma participação efetiva dos utilizadores. É necessário promover a inclusão, a participação e a transparência.

A Internet, ao possibilitar a existência de novas metodologias e novas formas de comunicação, levará estas organizações a consultar os sócios antes de tomar decisões importantes e a implementar ferramentas de comunicação bidirecionais, como as que apresentamos, contribuindo para a sua transformação qualitativa. É o Sindicalismo 2.0.

O nosso objetivo é contribuir para uma melhor compreensão dos benefícios destes ambientes colaborativos, promovendo a qualidade de interação entre atores, isto é, contribuir para o estudo da e-participação, em geral, mas sobretudo na relação entre uma organização sindical e os professores de vários níveis de ensino, pois não encontramos estudos relacionados. Este estudo incide sobre a Federação Nacional de Professores (FENPROF)²⁷, a maior organização sindical de professores do país, que integra o Sindicato de Professores do Norte, do Centro, da Grande Lisboa, do Sul, da Região Madeira, da Região Açores e no Estrangeiro, com principal incidência no Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC).

Correia, num artigo sobre a presença dos sindicatos na Internet, afirma que apenas 59,6% têm um sítio, poucos têm inscrição em linha (curiosamente só sindicatos de professores a disponibilizam) e poucos publicam informação relativamente à sua atividade, como o relatório de contas ou estatutos (Correia, Alves, Garrido, Gonçalves, & Fidalgo, 2012).

O SPRC tem um portal há cerca de 14 anos²⁸ (desde 2001), onde disponibiliza informação e legislação aos professores, assim como estatutos, plano de atividades e relatório de contas. Tem listas de discussão entre os representantes do sindicato para tomadas de decisão sobre os variados assuntos e listas de distribuição utilizadas para enviar, quase diariamente, informação ou esclarecimentos aos seus membros. Durante esta investigação

²⁷ <http://www.fenprof.pt>

²⁸ <http://www.sprc.pt>

iniciou um processo de participação, permitindo aos seus membros questionar sobre problemas jurídicos, apresentar sugestões e aceitou o desafio de promover vários eventos de participação utilizando o *Liberopinion*, uma plataforma de e-participação que permite participação efetiva em processos deliberativos formais e informais através da Internet, que agrega num único local, neutro e regulado, os professores e os representantes do sindicato, possibilitando uma comunicação multidirecional entre eles, como mostrado na Figura 9.

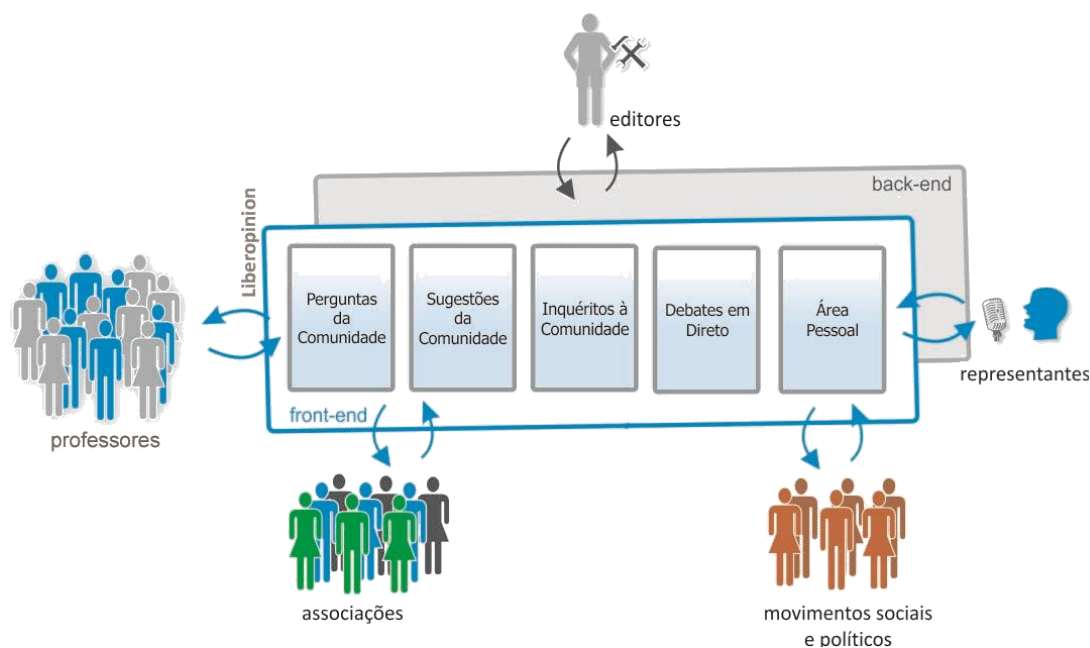


Figura 9 - Comunicação multidirecional entre professores e sindicato

2.4 Os cidadãos participam no sistema político?

Que motivo existe para os cidadãos não participarem no sistema político ou simplesmente assinarem uma petição? Um dos motivos apresentados por Maloney-Krichmar & Preece (2005) para encorajar um comportamento colaborativo é o altruísmo, enquanto Axelrod (2006) afirma que o altruísmo não é necessário desde que haja reciprocidade, argumentando que estratégias de sucesso podem promover a cooperação, mesmo de um egoísta.

Preece e Schneiderman apresentam um modelo com vários níveis de participação como forma de motivar a participação dos cidadãos: “*reader-to-leader framework*” (Preece & Shneiderman, 2009). Segundo este modelo, mostrado na Figura 10, todos são leitores, alguns destes contribuem e a seguir tornam-se colaboradores, e possivelmente líderes.

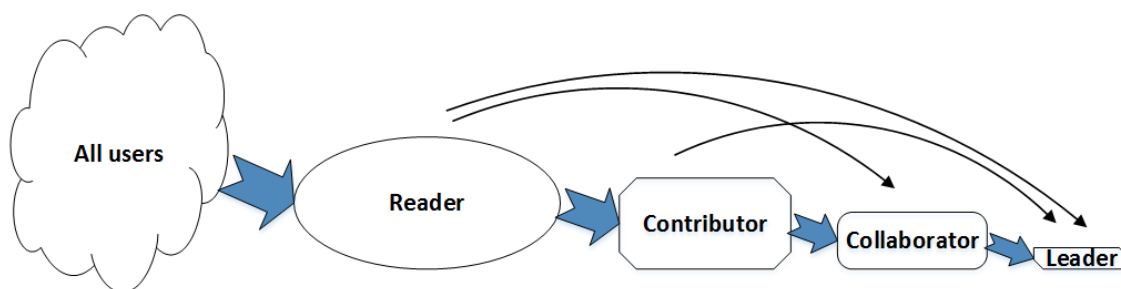


Figura 10 - Estrutura reader-to-leader: motivar a participação mediada por computador. À medida que os utilizadores tomam consciência dos media sociais, tornam-se leitores, alguns contribuirão, depois colaborarão e alguns serão, possivelmente, líderes (Adaptado de Preece & Shneiderman (2009))

A participação, em cada uma das fases, é caracterizada por certos comportamentos que precisam de mudar, ser encorajados e apoiados. Alguns, por várias razões, deixarão de participar. Segundo estes autores, se as pessoas considerarem que têm benefícios, é uma motivação para lerem o conteúdo. Fazer com que as pessoas retornem, cooperem e colaborem é mais difícil, como também argumentado por Jungherr e Jürgens (Jungherr & Jürgens, 2010).

Segundo Preece & Shneiderman (2009) o tamanho da comunidade, a personalidade dos participantes, o tema, as interações sociais, a alteração de fatores, como a privacidade, têm um impacto considerável na participação.

2.5 Fatores críticos de sucesso, limites e barreiras

Staiou & Gouscos (2010) identificam dez fatores críticos de sucesso nas iniciativas de e-participação que necessitam de ser seguidos para garantir o envolvimento dos cidadãos na interação com decisores e instituições:

- Diversidade: os participantes devem representar múltiplos pontos de vista, ideias recursos e redes sociais;
- Inclusão: barreiras à participação devem ser reduzidas;
- Igualdade: deve ser assegurada a igualdade de participação;
- Transparência: os trabalhos em curso devem ser comunicados a todos os participantes;
- Legitimidade: todas as decisões devem ser justificadas adequadamente;
- Deliberação: deve ser fornecida a oportunidade de partilhar não só ideias, mas também valores;

- Substância: é necessário criar oportunidades de aprendizagem e de aplicar o que é aprendido;
- Influência: a influência no resultado deve ser assegurada;
- Processo em curso: é necessário dar a oportunidade para a participação em todas as fases do processo e deve ser dado tempo para comentários;
- Alojamento: deve ser dada a oportunidade para participar várias vezes e em vários locais.

Por seu lado, Macintosh et al. (2009) refere cinco grandes barreiras ao sucesso que necessitam de ser superadas para que as iniciativas de e-participação incluam o maior número de pessoas e obtenham os resultados esperados:

- Complexidade social: número e heterogeneidade dos atores; estes têm origens, necessidades, competências e necessidades diferentes;
- Cultura política contemporânea: muitas vezes inclui elementos de desconfiança para com as instituições políticas, o que cria uma subsequente falta de confiança nas iniciativas participativas, fazendo com que não sejam levadas a sério;
- Estruturas organizacionais inapropriadas: as organizações precisam de integrar a e-participação nas suas estruturas e processos regulares; as pessoas não participam se as organizações não respondem e não interagem;
- Dependência tecnológica: foco exagerado na tecnologia, como sendo a solução e não a ferramenta; são necessárias ferramentas e métodos para as iniciativas de e-participação capazes de facilitar a superação das barreiras;
- Literacia: barreira mais importante; os cidadãos necessitam de saber mais sobre e-participação, o que pode e não pode oferecer, porque é necessária, como funciona e como pode, eventualmente, facilitar a vida quotidiana.

Nyholm & Haveri (2009) também referem papéis indefinidos (os atores têm dificuldades em compreender os seus papéis como parte de uma rede. As dificuldades na coordenação de atores da rede também se relacionam com os papéis indefinidos de atores), interesses diversos, dificuldade na motivação dos cidadãos, marginalização dos políticos, cultura organizacional diferente, falta de confiança e quadros institucionais inadequados.

Harper Reed, Diretor de Tecnologia da campanha para a reeleição de Obama em 2012, num artigo publicado na Revista do Jornal Expresso, afirmou que houve um choque de

culturas e que “*o mundo da política e dos políticos não gosta de mudança: eles têm uma fórmula que funciona há muito tempo e quando tivemos de alterar essa fórmula encontramos resistências*” (Ricardo Lourenço, 2014). Reed criou o programa Narval que agregou uma base de dados com informações sobre mais de 200 milhões de americanos. “*A dashboard dava poder às pessoas e facilitava o seu envolvimento*”. Obama quis recrutar engenheiros e não políticos. “*A tecnologia muda, não sabemos o que existirá em 2016, mas vingou a ideia de que é importante envolver as pessoas e disponibilizar-lhes tecnologia para elas executarem*”.

As Nações Unidas, por sua vez, no relatório de 2014 sobre e-Gov, apresentam recomendações para um ambiente bem-sucedido de e-participação (UNDESA, 2014):

- Configurar estruturas legais e institucionais para permitir a liberdade de informação, a privacidade e a proteção de dados, a fim de garantir um ambiente seguro para a e-participação;
- Empoderar as pessoas através do desenvolvimento de capacidades para a literacia de media digital para educar os cidadãos e promover o desenvolvimento de competências, transferência de conhecimento e divulgação iniciada pelo público;
- Em iniciativas de governo eletrónico, criar plataformas e canais existentes já utilizados pelos cidadãos para criar visibilidade, uma relação cada vez mais forte e de confiança com o público a baixo custo;
- Promover a utilização das TIC, as ferramentas de media digital e social para aumentar a disseminação de informação e engajamento do cidadão;
- Assegurar a integração de ferramentas de comunicação *offline* e *online* para uma decisão política inclusiva e melhoria de serviços.

2.6 Resumo do capítulo

Neste capítulo, discutiu-se o conceito de mediação digital, a sua relação com a democracia, a participação cívica, a constituição do espaço público. Discutiu-se a interligação da e-governança com a e-participação, mostrando argumentações de vários autores e apresentaram-se os conceitos de democracia, as relações entre e-participação, e-democracia e e-governança.

Descreveram-se, também, os tipos de e-participação, os intervenientes, a comparação de iniciativas *online* e *offline*, os fatores críticos de sucesso, os limites e barreiras e abordou-se a sua aplicação em organizações sindicais.

Reconheceu-se que a área da e-participação ainda necessita de evoluir, fundamentalmente nos aspetos concetuais e teóricos.

3 Participação pública

O conceito de tomada de decisão participativa na gestão pública foi historicamente estabelecido na antiga Atenas há cerca de 2500 anos. O poder coletivo por meio de direitos e obrigações predefinidas impunha a tomada de decisão direta e coletiva como uma obrigação do cidadão.

Com efeito, o primeiro grande apologista do valor da deliberação em política foi Aristóteles (Vieira & Silva, 2013). Tal como hoje acontece, a agenda política era marcada por um aumento progressivo de críticas à democracia representativa, embora o renascer dessa raiz aristotélica, traduzido num paradigma democrático deliberativo, date apenas dos anos 1980 (Cohen, 1986; Habermas, 1985; MANIN, 1987).

Entre os clássicos, muitos foram os autores que, como Rousseau, acusaram a representação política de ser um mecanismo fraudulento cuja finalidade era, apenas, de dominar os representados. Estas críticas foram e continuam a ser identificáveis nos teóricos contemporâneos. Fung (2006), por exemplo, afirma que existem três problemas concretos que a representação pode apresentar: ilegitimidade, injustiça e ineficiência. Este, como outros autores, indica os mecanismos de participação popular como uma forma de combater os defeitos da representação e argumenta que é possível identificar que desenhos institucionais participativos são mais eficientes para corrigir determinados problemas da representação.

Para Arnstein (1969), reconhecida por muitos autores como o *pai* da participação contemporânea, a participação pública é a redistribuição do poder que permite aos cidadãos participar na determinação de como os objetivos e as políticas são definidas, os fundos provenientes dos impostos são alocados, os programas são operacionalizados.

Existem muitas definições, quase todas similares. Creighton (2005) afirma que é o processo pelo qual as preocupações, necessidades e valores do público são incorporados na tomada de decisão governamental ou corporativa; Tambouris et al. (2007) define-a como uma interação entre os governantes e os cidadãos, tendo o objetivo global de alcançar decisões melhores para os problemas que afetam a vida quotidiana dos cidadãos; André, Enserink, Connor, & Croal (2006) e a *International Association for Impact Assessment* (IAIA) como o envolvimento de indivíduos e grupos que são positiva ou negativamente afetados por uma intervenção proposta (por exemplo, um projeto, uma política) sujeita a um processo de decisão ou que estão interessados na mesma e a *United States Environmental Protection Agency* (EPA) afirma que pode ser qualquer processo que envolve diretamente o público na tomada de decisões e dá plena importância à participação do público nessa tomada de decisão.

A EPA e a IAIA têm posições idênticas no que refere à participação pública ser bem-sucedida:

- Definir claramente os objetivos;
- Convidar o público interessado para o processo de decisão para promover a justiça, a equidade e a colaboração;
- Compromisso dos gestores e funcionários com o processo para que estejam dispostos a obter e considerar a opinião do público na tomada de decisão;
- Representação inclusiva e efetiva, isto é, fazer com que os resultados cheguem a todas as partes interessadas;
- Capacidade para envolver as pessoas;
- Acreditar que a opinião das pessoas resulta numa melhor governança e transparência em todo o processo, partilhando com as pessoas a informação acerca dos problemas e opiniões.

Estas associações também indicam uma lista de princípios de melhores práticas para que a participação pública seja bem-sucedida. Na Tabela 1 apresentam-se os princípios básicos da participação pública indicados por estas associações.

A democracia deliberativa consiste na deliberação pelo próprio povo e não pelas elites políticas ou representantes eleitos (Bohman, 1998; Fishkin, 1991); hoje, como aconteceu ao longo do tempo, é muito discutida, mas pouco praticada. Nas décadas seguintes a 1980, a ideia de deliberação instituiu-se como o ideal regulador da esmagadora maioria das

propostas teóricas sobre a natureza da democracia e, no final da década de 1990, Bohman afirmava que estávamos perante uma proposta teoricamente amadurecida. Esta ideia de deliberação pode ajudar a transformar preferências, pois os participantes aprendem a assumir papéis em questões de interesse comum. O paradoxo é que este processo de formação de opinião pode não respeitar os pressupostos da situação deliberativa e, mesmo assim, ter consequências positivas para a qualidade da democracia. Em 2003, por exemplo, o primeiro-ministro português, Durão Barroso e o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, deram o seu apoio à iniciativa da administração Bush para a invasão do Iraque por forças norte-americanas. Estes deram uma série de justificações para que o mundo apoiasse a iniciativa, como o perigo que Saddam Hussein representava para o seu próprio povo e países vizinhos, a possível associação com a Al-Qaeda, ou, acima de tudo, que tinha capacidade para desenvolver armas de destruição maciça. Esta última fez correr muita tinta na imprensa mundial e nunca se provou a existência da capacidade de construir armas não convencionais, pelo contrário. Esta deliberação, contudo, permitiu que houvesse lugar a um debate mais informado do que teria havido se tal deliberação não tivesse ocorrido.

Tabela 1 - Princípios básicos da participação pública (André et al., 2006)

Princípios básicos da participação pública	
Adaptada ao contexto	Compreender, valorizar e respeitar as instituições sociais, os valores e a cultura das comunidades
Informativa e pró-ativa	Reconhecer que o público tem o direito a ser informado o mais cedo possível e de forma séria sobre as propostas. A difusão de informação simples e compreensível ao público aumenta o interesse e a motivação para participar
Adaptável e comunicativa	Reconhecer que o público é heterogéneo, de acordo com a sua demografia, conhecimento, poder, valores e interesses
Inclusiva e equitativa	Assegurar que todos os interesses são respeitados em relação à distribuição dos impactos, compensação e benefícios. A participação ou defesa dos interesses dos grupos menos representados, incluindo os povos indígenas, mulheres, crianças, idosos e pobres deve ser encorajada. A equidade entre as gerações presente e futura deve ser promovida, numa perspetiva de sustentabilidade
Educativa	Contribuir para o respeito e a compreensão mútuos de todas as partes interessadas
Cooperativa	Promover a cooperação, a convergência e a criação de consenso, em vez da confrontação
Imputável	Melhorar a proposta em estudo, tendo em conta os resultados do processo de participação pública; incluindo a informação e resposta às partes interessadas sobre os resultados do processo, especialmente sobre o modo como os seus comentários contribuíram para a tomada de decisão

As inovações democráticas não têm ocorrido apenas no campo das políticas participativas. O próprio surgimento dos mecanismos de participação, por um lado, e a crescente transnacionalização dos fenómenos políticos, por outro, têm feito com que a própria representação apresente novas facetas, que vão além da dimensão eleitoral

(Avritzer, 2007). A participação dos cidadãos na política não se pode resumir ao voto de 3 em 3 ou de 4 em 4 anos.

A participação pública é essencial para a manutenção da democracia, tem sido o principal instrumento para democratizar, legitimar e melhorar a qualidade da tomada de decisões (Lourenço & Costa, 2007) e pode ser definida como um processo que envolve os cidadãos na tomada de decisão dos governos ou de outros *stakeholders*.

As perspetivas mais entusiastas não têm reservas em afirmar que a Internet reúne as condições necessárias para responder a todos os requisitos básicos da teoria normativa de Habermas sobre a esfera pública democrática (Morgado & Rosas, 2010), pois é um meio universal e anti-hierárquico. Os autores explicam que a Internet parece a mais ideal situação de comunicação porque *“oferece acesso universal, comunicação não coerciva, liberdade de expressão, agenda sem restrições, comunicação fora das tradicionais instituições políticas e porque gera opinião pública mediante processos de discussão”*.

Isabel Morgado, por sua vez, refere que há o risco de as novas tecnologias se transformarem *“em mecanismos galopantes de recolha de informação (sem comunicação), gerada por peritos e sofisticadas máquinas políticas concebidas para conduzir a opinião pública no sentido de objetivos cada vez mais paroquiais, enfocados ou privados”* (Morgado & Rosas, 2010, p.109).

3.1 Participação pública em Portugal

A Internet e as Tecnologias de Informação e Comunicação devem ser encaradas como meios para fomentar o processo democrático e possibilitar um relacionamento bidirecional entre os cidadãos e as instituições democráticas de forma transparente, direta e personalizada (UMIC, 2003). Em Portugal a participação pública através de referendos está consagrada na Constituição da República Portuguesa, nos artigos 113, 115, 256 e 295²⁹ e é vinculativo se a participação for superior a 50% dos eleitores inscritos. Este instrumento foi utilizado para as alterações legislativas que despenalizaram a interrupção voluntária da gravidez, em 1998 e 2007, e a lei de criação de regiões administrativas, em 1998³⁰, para além de vários referendos locais³¹.

²⁹ Consultar a Lei Orgânica do Regime do Referendo, atualizada, comentada e anotada por Maria de Fátima Mendes em http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/legis_lorr_2006_anotada.pdf

³⁰ A informação sobre estes referendos está disponível no website da Comissão Nacional de Eleições, em <http://www.cne.pt/content/referendo-nacional-1998>, em <http://www.cne.pt/content/referendo-nacional-2007> e em <http://www.cne.pt/content/referendo-nacional-1998-0>, respetivamente

³¹ A lista de referendos está disponível em <http://www.cne.pt/content/eleicoes-referendos>

O segundo referendo para a despenalização da interrupção voluntária da gravidez suscitou uma discussão sobre a natureza das decisões referendáveis, defendendo os opositores que não são referendáveis questões de consciência e liberdades individuais. A elevada abstenção ocorrida no referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (68,1%) foi um dos argumentos utilizados para a sua repetição, já que não foi vinculativo.

Os referendos podem resultar da iniciativa de cidadãos dirigida à Assembleia da República. As petições são outro dos tipos de participação consagrados na lei, embora nem sempre tenham resposta célere e, algumas vezes, nem sequer seguem os procedimentos devidos como, aliás, acontece com a primeira experiência de utilização deste estudo. Existem outros casos de iniciativas de participação pública, através de mediação digital, como a que aconteceu nas últimas eleições para a presidência da república e legislativas (e.g. Figura 11) através do projeto *iLeger* explicado em várias publicações (Sousa et al., 2010; 2011; 2012; 2013).



Figura 11 – Projeto *iLeger*: eleições legislativas

Outra iniciativa é a da plataforma “*A minha rua*” (Figura 12), inspirada no caso britânico “*Fix my street*”. A plataforma está inserida no portal do cidadão³², e permite o envolvimento ativo dos cidadãos na gestão da sua rua ou vizinhança, reportando as mais variadas situações relativas a espaços públicos, desde a iluminação, jardins, passando por veículos abandonados ou a recolha de eletrodomésticos danificados. Os relatos são encaminhados para a autarquia

³² <http://www.portaldocidadao.pt/portal/aminharua/situationreport.aspx>

selecionada, que lhe dará conhecimento sobre o processo e eventual resolução do problema. As autarquias que aderiram a esta iniciativa podem ser consultadas no portal da plataforma.



Figura 12 – Iniciativa de participação cívica “A minha rua”

Outras iniciativas de ativismo digital podem ser referidas, como a da Associação Nacional de Software Livre³³, que promove campanhas em defesa da utilização de *software* livre pela administração pública, ou a petição contra a taxa de cópia privada, a do movimento partido pirata português, que diz defender a privacidade, a liberdade de expressão, partilha cultural, como referido no seu manifesto³⁴, entre outros.

Há algum ativismo cidadão, também, na área dos professores, principalmente na elaboração de blogues, uns mais informativos, outros mais interventivos. Pode-se enumerar alguns, como o *Movimento Cívico em Defesa da Escola Pública*³⁵, o *MUP – Movimento Mobilização e Unidade dos Professores*³⁶, a *Associação de Professores e Educadores em Defesa do Ensino*³⁷, *A Educação do Meu Umbigo*³⁸, o *MEP – Movimento Escola Pública*³⁹, *Movimento dos Professores Revoltados*⁴⁰, entre outros.

O sítio Web da Assembleia da República (Figura 13) também disponibiliza um espaço que permite que os cidadãos participem em fóruns de discussão eletrónicos e submetam petições

³³ <https://ansol.org/>

³⁴ <http://www.partidopiratapt.eu/politica/manifesto-ppp>

³⁵ <http://emdefesadaescolapublica.blogspot.pt/>

³⁶ <http://mobilizacaoeunidadeprofessores.blogspot.pt/>

³⁷ <https://apede08.wordpress.com/>

³⁸ <http://educar.wordpress.com/>

³⁹ <http://movimentoescolapublica.blogspot.pt/>

⁴⁰ <http://movimentoprofessoresrevoltados.blogspot.pt/>

públicas *online*, alegando que disponibilizam um conjunto de serviços e informações por forma a fomentar o exercício da cidadania e a partilha de conhecimento apelando à participação dos cidadãos.



Figura 13 – Espaço Cidadão da Assembleia da República

A nível das autarquias também existem algumas iniciativas de participação, embora Olga Fedotova (2012), num estudo sobre iniciativas de e-participação em Portugal, revele que as 90% das Câmaras Municipais (CM) limitam as suas relações com os cidadãos ao fornecimento de informações acerca das decisões tomadas pelas assembleias municipais, as atividades que o município vai promover e os projetos desenvolvidos pelas CM, como mostrado na Tabela 2. Apenas a CM do Funchal promove e-consulta e e-engajamento, mas restrita a questões de ordenamento do território e as CM de Lisboa, Aveiro e Odemira fornecem aos cidadãos e-colaboração em propostas de investimentos para o orçamento e plano de atividades. Existe, também, o portal de transparência municipal⁴¹, onde são disponibilizadas informações sobre receitas, despesas municipais, competitividade económica, serviços públicos e sustentabilidade financeira e o portal do poder local⁴² que mede o grau de transparência das Câmaras Municipais.

Tabela 2 – Distribuição das Câmaras Municipais por níveis de participação (Fonte: Fedotova et al. (2012))

36 CM 90%	1 CM 2,5%	0 CM 0%	3 CM 7,5%	0 CM 0%
e-informação	e-consulta	e-envolvimento	e-colaboração	e-empoderamento
e-capacitação	e-engajamento	e-empoderamento		-

⁴¹ Portal de transparência municipal: <http://www.portalmunicipal.pt/>

⁴² Índice de transparência Municipal: <http://poderlocal.transparencia.pt/>

Relativamente ao governo português, embora Portugal se posicione nos lugares de topo na prestação de serviços públicos eletrónicos na Europa, com particular referência ao *Portal da Empresa*⁴³, segundo o *European e-Government Benchmark* de 2012, só se conhece uma iniciativa de e-participação, denominada *O Meu Movimento*⁴⁴, que tem a finalidade de fornecer uma plataforma de debate para os cidadãos portugueses, a fim de contribuir para a melhoria do futuro de Portugal. *O Meu Movimento* é uma plataforma virtual, criada no portal do governo da república. Nas palavras dos mesmos, “é uma plataforma que permite a todos os cidadãos defender uma causa em que acreditam” onde “qualquer pessoa poderá apoiar as causas que ache justas e prioritárias e participar no debate para um Portugal melhor”. O movimento mais votado será recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, a quem poderá apresentar pessoalmente a causa que defende e que mais apoios conseguiu. No entanto, nada se sabe sobre o que pretende o governo fazer com as causas vencedoras.

Iniciado em 2012, o movimento teve, até meados de 2014, 33 mil apoiantes e 323 propostas. As propostas mais votadas foram “*Fim dos dinheiros públicos para as touradas*”, “*Alteração do estatuto jurídico do animal*”, “*Por uma nova lei de proteção dos animais*”, “*Interdição de menores em touradas*”, “*Fim de canis e gatis municipais de abate*”, “*20 como número máximo de alunos por turma*”, “*Em defesa da disciplina de EVT*”. A Figura 14 mostra um gráfico com os 7 movimentos mais votados e permite clicar em cada um deles para saber mais informação, como o número de votantes e seguidores.



Figura 14 – Gráfico que representa os 7 movimentos mais votados

Não se conseguiu mais informação, pois o *website*, à data da consulta (Julho 2014), dá sempre erro quando se pretendem obter números de participação. Tentámos contactar o gestor do portal e o gabinete do primeiro-ministro, mas o formulário também dá erro. No Anexo A mostram-se as várias imagens relativas à consulta.

⁴³ Notícia publicada no *website* da Agência para a Modernização Administrativa (AMA): http://www.ama.pt/index.php?option=com_content%26task=view%26id=1515%26Itemid=44.html

⁴⁴ *Website* de “O Meu Movimento”: <https://www.portugal.gov.pt/pt/o-meu-movimento.aspx>

O portal do governo também publicita “*O Conselho Digital*” como um espaço do Portal do Governo sobre temas de interesse nacional, salientando que é um formato aberto que informará e enriquecerá a troca de argumentos que caracteriza os valores da democracia digital. Contudo, à data da consulta (Julho de 2014) não encontramos qualquer indicação que nos permitisse perceber onde está esse espaço aberto, apenas alguma informação sobre a abertura de candidaturas do Portugal 2020 e a evolução da despesa pública. Mesmo esta informação está limitada a duas páginas de um documento PDF, com alguns valores do INE e do orçamento de Estado, o que denota a falta de transparência destes portais.

Estas duas situações demonstram dois dos desafios que são os de dar seguimento e conta dos resultados das iniciativas e o de manter uma memória futura que possa ser consultada.

3.2 Barreiras e benefícios

A utilização da Internet pelos cidadãos é cada vez mais social e participativa (Effing et al., 2011), mas temos vindo a assistir, nos países ocidentais, a um declínio da confiança dos cidadãos no modelo de democracia representativa e na classe política (Castells, 1999; Nye, Zelikow, & King, 1997). Neste contexto, os políticos procuram recuperar a confiança dos cidadãos e fomentar a participação, de modo a melhorar a eficiência, a aceitação e a legitimidade dos processos políticos (COUNCIL OF EUROPE, 2009).

Castells realça o enorme potencial da Internet para emancipar, mas também a sua capacidade para marginalizar e excluir aqueles que não têm acesso a ela. É o problema da infoexclusão, quer na forma de acesso à tecnologia, quer na forma de interesses poderosos que tentam coartar o acesso à informação, a partilha, impedir a inovação e controlar a forma como os utilizadores usam a Internet. A participação pública serve, muitas vezes, para criar, sob a aparência de transferência de poder, um mecanismo de legitimação de decisões no âmbito das políticas públicas. É imperativo evitar que as tecnologias contribuam para reforçar o poder dos mais fortes e enfraquecer aqueles que já se encontram numa posição debilitada.

Autores como Sartori defendem que a atribuição de uma maior capacidade de participação e de influência ao povo poderá revelar-se mais prejudicial à democracia do que, propriamente, benéfica (Sartori, 2000). É o caso do plebiscito realizado em Portugal em 1933, com a pergunta “*Aprova a Constituição Política da República Portuguesa?*”, um exemplo limite da forma como os instrumentos de participação podem ter um uso vocacionado exclusivamente

à legitimação das decisões das instituições de poder, em que as abstenções contaram como votos a favor, e possibilitou a legitimação da concentração de poderes em Oliveira Salazar⁴⁵.

Hoje, seria impensável repetir-se uma situação como esta, pois enquanto houver Internet, haverá sempre formas de contornar qualquer tipo de censura, de bloqueio ou de proibição, por muito inteligentes e poderosas que sejam. Exemplos disso foram as eleições iranianas em que o governo tentou bloquear as comunicações entre os apoiantes do líder da oposição, Hossein Moussavi, os jornalistas e o exterior⁴⁶. Os ativistas, entre outros recursos, usaram um *software* de código aberto para encriptarem a meta-informação e o conteúdo das mensagens, o que permitiu comunicar entre si e com o exterior⁴⁷. Outro exemplo é o da China que tentou apertar a *Great Firewall of China*, como lhe chamaram os especialistas, à volta das comunicações *online*, para atacar em força uma das tecnologias livres mais usadas pelos chineses nas suas comunicações com o exterior, o Tor⁴⁸, um dos softwares usados também pelos iranianos que flanqueia os chamados sistemas de análise de tráfego, abrindo uma rede de túneis virtuais a partir de *proxies* e encriptando o IP da fonte em cada um dos nós ou *relays* do processo. A lição a tirar é a de que os governos dificilmente conseguirão controlar as comunicações *online*, por mais que o desejem.

É necessário que os governos criem um ambiente que permita aos cidadãos expressar as suas opiniões *online* e, mais importante, criar um mecanismo de feedback que mostre aos cidadãos que as suas opiniões são levadas a sério. Claro que o tempo e os recursos que podem ser necessários para fornecer um *feedback* adequado às contribuições dos cidadãos é mais uma barreira para o envolvimento dos políticos e outros *stakeholders* em iniciativas de e-participação (Macintosh et al., 2009; Susha & Grönlund, 2012). Estes autores afirmam, ainda, que a e-participação é altamente fragmentada, não sistemática e imatura a nível metodológico e teórico, necessitando, por isso, de estudo mais profundo.

A Internet tem um elevado potencial para contribuir para o exercício da cidadania, uma vez que permite partilha, colaboração e ação coletiva, mas há sempre o risco de as novas

⁴⁵ A história está contada no Diário de Notícias em <http://150anos.dn.pt/2014/08/28/como-o-plebiscito-de-1933-mudou-o-pais/> e a Constituição está disponível no *website* do Parlamento em <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>

⁴⁶ O *Committee to Protect Journalists*, sob o título “*Constricting communication*”, fala sobre o uso do TOR: <http://cpj.org/blog/2013/06/iran-restricts-international-coverage-of-election.php>

⁴⁷ O ASL19 é uma organização dedicada a apoiar os iranianos em contornar a censura na Internet (<https://asl19.org/en/>)

⁴⁸ Winter & Lindsog (2012) explica como a *Great Firewall of China* bloqueia o TOR

tecnologias se transformarem em mecanismos de recolha de informação apenas, gerada por sofisticadas máquinas políticas concebidas para conduzir a opinião pública no sentido de objetivos cada vez mais focados nos seus interesses. As discussões políticas *online*, embora permitam tecnicamente uma grande participação, são dominadas por poucos, do mesmo modo que as discussões políticas em geral.

Coleman e Gotze referem que alguns políticos e investigadores receiam que o envolvimento *online* do público pode representar uma ameaça para a elaboração eficiente de políticas e para a boa governação (Coleman & Gotze, 2001). Um problema comum referido na literatura é a relutância dos *stakeholders* em participar com receio de não conseguirem o que querem e de perderem poder na tomada de decisão.

Coleman e Gotze e Fung (2006) descrevem e apresentam soluções para estes desafios, dos quais se destacam os seguintes:

- Seleção e representatividade – O conceito de público é muito discutido na literatura. Tulloch (2008) considera ser um risco, em muitas abordagens à participação pública, a redução do público a uma entidade homogénea ignorando a existência de uma multiplicidade de públicos complexos e o diferencial de poder entre eles. Como são selecionados os participantes? Se qualquer pessoa estiver autorizada a participar num exercício *online* de elaboração de políticas, é provável que a amostra compreenda os cidadãos que estão mais envolvidos e politicamente motivados, podendo não representar os interesses de toda a comunidade. Os políticos estão particularmente preocupados com os participantes que tentam comprometer a governação representativa, alegando legitimidade para falar em nome dos cidadãos. Coleman e Gotze argumentam que, como o objetivo da deliberação *online* é informar os representantes eleitos, o foco deve estar fundamentalmente em recrutar participantes com conhecimentos e experiência sobre os temas em discussão, em vez de assentar na representatividade;
- Público desinformado – Alguns estudos sugerem que os membros do público são desinformados, mesmo sobre os aspetos mais elementares do conhecimento cívico e político. Os políticos temem que o público mal informado não esteja preparado para tarefas de deliberação política. Para responder a isto, Coleman e Gotze argumentam que é com essa impreparação que atualmente os cidadãos

respondem às solicitações dos governantes via referendos, consultas e outros instrumentos não deliberativos. Os autores reconhecem que nem todos os participantes em exercícios deliberativos absorvem a informação na mesma medida. No entanto, reclamam que isso também se aplica aos representantes eleitos e que a evidência de consultas políticas *online* já realizadas é que os participantes que procuram ter mais influência se preparam e estão normalmente bem informados;

- Problema de escala – Alguns políticos argumentam que a deliberação se realiza melhor em configurações face-a-face envolvendo números relativamente pequenos de indivíduos do que através de discussões ou debates de muitos para muitos na Internet. Contudo, Coleman e Gotze alegam que dentro do modelo tradicional de diálogo síncrono face-a-face, em que estejam envolvidas várias centenas, existem certamente grandes obstáculos para um processo deliberativo. Por exemplo, a maioria dos parlamentos e assembleias nacionais são constituídos por várias centenas de membros. Note-se que nem todos os membros dessas assembleias podem falar em todos os debates, mas isso não torna essas assembleias ineficientes ou inadequadas, como órgãos deliberativos. É precisamente a natureza assíncrona do envolvimento *online* que torna viável a discussão e a deliberação de muitos-para-muitos em larga escala. Argumentam que numa discussão *online*, as lacunas entre a elocução, receção e resposta são fundamentalmente diferentes daquelas que ocorrem em cenários face-a-face ou em outras configurações síncronas. Os melhores resultados deliberativos são muitas vezes alcançados quando os participantes têm tempo para refletir e ponderar antes de responder. Segundo Coleman e Gotze e Fung, a deliberação *online* pode ser considerada como a deliberação sem os constrangimentos de tempo que muitas vezes tornam as discussões síncronas fúteis ou demasiado simplistas. Alegam, no entanto, que os mecanismos de moderação e de mediação são cruciais para o sucesso do diálogo assíncrono de muitos-para-muitos, tal como as regras, procedimentos, protocolos e costumes são essenciais para o sucesso dos debates face-a-face. Por outro lado, os problemas de escala podem também estar associados à necessidade de gestão de um grande número de contribuições. Macintosh, Coleman e Schneeberger alegam que o tempo e os recursos que podem ser necessários para fornecer um feedback adequado às contribuições dos cidadãos é mais uma barreira para o envolvimento dos políticos em iniciativas de

e-participação (Macintosh et al., 2009). Referem, como exemplo, as consultas *online* sobre assuntos políticos, que podem envolver milhares de participantes e gerar um número elevado de contribuições individuais e, claro que a análise, avaliação e resposta a uma grande quantidade de informação necessita de uma quantidade adequada de recursos;

- Aumento da burocracia na tomada de decisão política – Alguns políticos receiam que os exercícios de deliberação política sejam um meio de marginalizar o seu papel de intérpretes da vontade pública. Todavia, Coleman e Gotze defendem que os representantes eleitos não devem encarar o envolvimento público como um desafio à sua legitimidade, mas usar esse envolvimento como uma forma de reforçar a qualidade do seu mandato representativo. Alegam que o envolvimento com o público, através da tecnologia, é indiscutivelmente uma grande oportunidade para os representantes eleitos melhorarem a sua legitimidade como mediadores políticos da voz pública.
- Exclusão digital. Em muitos países apenas uma minoria da população tem acesso à Internet. Mesmo em países onde a maioria dos cidadãos estão ligados à rede, a consequência para aqueles sem acesso é agravar o seu afastamento de comunicar com, e influenciar, os membros que estão no poder. Alguns políticos temem que a deliberação política *online* apenas sirva para amplificar as vozes, através dos canais digitais, dos indivíduos que têm acesso, em detrimento dos que não têm. É evidente que a infoexclusão e a info-iliteracia constituem desafios para o desenvolvimento da democracia eletrónica. Porém, para Coleman e Gotze a solução para o problema da exclusão digital não está em abandonar a Internet como uma ferramenta para consulta e participação democrática, mas na criação de novas oportunidades para ligar os cidadãos sem acesso doméstico à Internet, como a criação de quiosques públicos, cibercafés e centros comunitários ou outras plataformas digitais. Por exemplo, os Espaços Internet existentes em Portugal são um poderoso instrumento de inclusão e penetração das TIC. São locais de acesso público e gratuito onde se disponibilizam computadores e ligação à Internet. Uma outra ação no âmbito da inclusão foi a concretização da Rede Solidária, que foi responsável por levar para a Internet várias dezenas de Organizações Não Governamentais (ONG), e funcionou desde 2001 a 2011. Atualmente a Rede Solidária é um agregador de informação de ONGs de e para pessoas com deficiência, idosas e em risco de

exclusão. Por outro lado, Macintosh, Coleman e Schneeberger referem que há também a necessidade de reconhecer, compreender e explorar o papel dos órgãos de comunicação social, do serviço público de radiodifusão e de outros intermediários para envolver na participação os segmentos excluídos da sociedade (Macintosh, Coleman & Schneeberger, 2009). Alegam ainda que é fundamental desenvolver ações de fomento de competências em literacia digital e de educação cívica (para promover a cidadania ativa), de modo a fornecer aos cidadãos as aptidões necessárias para participar em iniciativas de e-participação. Ao mesmo tempo, o relatório das Nações Unidas de 2012, sob o tema *e-Government* para as pessoas, defende que a equidade e inclusão social só serão possíveis se as barreiras institucionais para a inclusão do cidadão forem removidas e as oportunidades para a sua participação através das TIC forem equitativamente distribuídas. O alcance de soluções inclusivas inovadoras para apoiar os processos de tomada de decisão do cidadão é tão importante quanto a natureza do próprio processo participativo (UNDESA, 2012).

3.3 As TIC no envolvimento dos cidadãos

Num mundo cada vez mais global qualquer cidadão ou grupo pode defender os seus interesses, agendá-los na esfera pública, ou acioná-los politicamente, sem que seja condicionado, como até aqui, por barreiras nacionais, agendas mediáticas, climas de opinião, governos.

A e-participação é um campo multidisciplinar e bastante diversificada. Sæbø et al. (2008) afirma que o envolvimento das pessoas *online* não é novo, mas tem sido estimulado pela evolução de muitas atividades existentes promovidas pelos avanços significativos das tecnologias da Internet.

A relação entre o envolvimento na elaboração de políticas e prestação de serviços aos cidadãos está interrelacionado em muitos estudos sobre e-Gov. Chadwick & May (2003) realizou uma análise comparativa das políticas nacionais de e-Gov e concluiu que o potencial democrático das TIC foi marginalizado devido à existência de um modelo de gestão dominante nas interações cidadão-governo. Contudo, a partir de 2004 foi evidente o interesse pelo potencial das TIC na participação. Macintosh (2004) num relatório da OCDE para analisar este aspeto prevê o aumento dos esforços de

participação *online*. Esta observação foi apoiada por muitas iniciativas que atraíram a atenção generalizada.

As TIC capacitam os cidadãos para aceder a instituições públicas e fazer ouvir a sua voz. A e-participação é o processo de engajamento dos cidadãos através das TIC na política e na tomada de decisões, a fim de tornar a administração pública participativa, inclusiva, colaborativa e deliberativa para fins intrínsecos e instrumentais.

A comunidade internacional reafirmou o valor de uma mais ampla participação pública através de várias manifestações de consenso relativamente ao desenvolvimento. Na Declaração do Milénio das Nações Unidas, em 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu trabalhar coletivamente para que os processos políticos sejam mais abrangentes, permitindo a participação efetiva de todos os cidadãos em todos os países, entre outras medidas. Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio +20, os Estados-Membros declararam, na Resolução 288 da Assembleia de 2012 intitulado *O Futuro que Queremos*, que reconhecem que as oportunidades para as pessoas para influenciar as suas vidas e futuro, participar na tomada de decisões e expressar as suas preocupações são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. A participação e o envolvimento dos cidadãos são encarados como uma parte vital do desenvolvimento sustentável (UNDESA, 2014). Na Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação, em 2005, os Estados-Membros da ONU reconheceram que a construção de uma sociedade da informação inclusiva orientada para o desenvolvimento exigirá um esforço incessante de múltiplas partes interessadas e que a Internet, um elemento central da infraestrutura da sociedade da informação, evoluiu de uma pesquisa académica para uma instalação global disponível para o público.

Por sua vez, a Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social, em 2013, concluiu que a participação de todos os cidadãos na vida económica e na política social é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável e acrescenta que o desafio da e-participação é descobrir a melhor forma de empregar as TIC para criar um ambiente favorável para os indivíduos e grupos, para que participem de forma significativa e efetiva na governança, na política e no desenvolvimento de serviços.

Os resultados dos estudos da ONU denominados *Global eGovernment Surveys* sugerem que, especialmente após o aparecimento de ferramentas da Web 2.0, a participação *online*

está, progressivamente, a fazer parte das agendas nacionais (UNDESA, 2010). Chamam, em 2010, a atenção para a dificuldade em medir as atividades formais de e-participação e mostra que os níveis da sua utilização permanece bastante baixo, menos de 30% na grande maioria dos países.

Uma observação clara é que o nível de rendimento de um país é um indicador geral da capacidade económica e do progresso, o que influencia, assim, o seu desenvolvimento em termos de participação pública. Segundo a UNDESA (2014), o acesso à infraestrutura das TIC e a oferta de educação, incluindo a literacia em TIC, estão relacionados com o nível de rendimento de uma nação. A ausência desses fatores dificulta a implementação de iniciativas de governo eletrónico. E o relatório acrescenta que há oportunidades claras para a melhoria futura da e-participação, incluindo as tendências da tecnologia para, por exemplo, media sociais e dispositivos móveis / tecnologia inerentemente interativos. Em 2014 continuam a referir que há sérios desafios, incluindo a exclusão digital e a falta de incentivos à participação. Estas oportunidades e desafios exigem estratégias eficazes para criar um ambiente propício para a e-participação, incluindo quadros legais e institucionais apropriados, capacidade de desenvolvimento para a literacia dos cidadãos em media digitais e uma perfeita integração de recursos *online* e *offline* para a participação pública.

Para aumentar a probabilidade de sucesso para a estratégia de e-participação, os governos podem beneficiar das plataformas e canais que já estão em uso pelos cidadãos, em vez de criar novos.

O relatório de 2014 destaca que o desenvolvimento do governo eletrónico eficaz depende de forte vontade política, liderança colaborativa e novas estruturas de governança para suportar e gerir um modelo de prestação de serviços centrados no cidadão, incluindo uma política de desenvolvimento de TIC nacional, bem como o fortalecimento institucional e desenvolvimento das capacidades dos funcionários públicos. Compromissos com a colaboração, abertura, transparência, prestação de contas e participação na governança pública nacional, apoiada por infraestrutura de TIC robusta, o capital humano adequado e prestação de serviços *online*, também são de importância fundamental para o desenvolvimento de medidas eficazes de *e-government* para um futuro sustentável e desejável.

Portugal encontra-se, em 2014, no índice de desenvolvimento em e-Gov e no índice de e-participação em 37º e em 33º lugar, respetivamente, entre 193 países⁴⁹. No índice de e-participação, a Holanda está em 1º lugar, seguida da República da Coreia, Uruguai, França, Japão, Reino Unido, Austrália, Chile, Estados Unidos da América e Singapura. A Europa continua a ser a região com maior preponderância, 42%, seguida da Ásia com 28%, o continente americano, com 20%, a África, com 6% e a Oceânia, com 4%. Esta avaliação tem como premissas três níveis de e-participação: partilha de e-informação, e-consulta e e-participação. Os setores são escolhidos pela sua relevância no desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental que inclui a educação, a saúde, as finanças, a assistência social, o trabalho e o meio ambiente. Poucos governos utilizam ferramentas de e-consulta. A maioria usa ferramentas de e-informação.

Uma lição fundamental que se pode retirar de estudos institucionais é que as estratégias, políticas ou sistemas TIC enfrentam forte resistência quando em conflito com a dinâmica institucional, mas são facilitadas quando alinhadas com ela (Panagiotopoulos, 2012).

No entanto, embora os serviços de administração pública em linha também sejam vistos como uma heurística para envolver o cidadão no processo político (e-participação) (Ong & Wang, 2009), a pesquisa anterior, bastante limitada, centrou-se mais na forma como o envolvimento do cidadão tem impacto nas instituições de governança e como são afetados pelas mesmas (Panagiotopoulos, 2011). Este autor, referindo Coleman (2005), argumenta que os blogues são uma das ferramentas que se adequam bem à vontade dos políticos para serem vistos como ouvintes do público.

3.3.1 Áreas típicas de participação

A literatura define vários tipos de participação. As mais comuns são as seguintes:

- Petições: são uma das formas de participação, usadas quer *online* quer *offline*, e são muito utilizadas para apresentar problemas a serem discutidos e considerados pelos governos ou parlamentos. Um dos primeiros exemplos é o sistema desenvolvido pelo parlamento escocês e explicado em Seaton (2005). Neste

⁴⁹ Dados da *United Nations Public Administration* 2014: <http://unpan3.un.org/egovkb/en-us/Data/Country-Information/id/136-Portugal>

estudo também analisamos petições efetuadas no âmbito dos sindicatos e apresentadas ao Parlamento português;

- Consultas: permitem troca de informações e opiniões sobre políticas públicas envolvendo vários atores (Tomkova, 2009);
- Deliberações: são discussões estruturadas ou debates sobre assuntos de tomada de decisão pública (Rose & Saebo, 2010). Podem envolver um número aleatório de cidadãos selecionados ou estar aberto a todos;
- Ordenamento do Território: a participação dos cidadãos nas decisões de planeamento urbano e ambiental, geralmente com o auxílio de sistemas geográficos (e.g. Pina (2011));
- Orçamento Participativo: um processo de carácter consultivo e deliberativo que, através da instituição de mecanismos de participação e codecisão, permite estabelecer e concretizar projetos a partir de propostas apresentadas pelos cidadãos que resultam na alocação de recursos públicos. Tal iniciativa ocorreu, por exemplo, na cidade brasileira de Recife e também se tornou popular na Europa segundo Peixoto (2009). A plataforma *Liberopinion*, utilizada neste estudo, está a ser usada no orçamento participativo na cidade de Viseu⁵⁰.

3.3.2 Ferramentas da Internet / Web 2.0

O *boom* da Internet, no final do século XX, que consistiu no aparecimento de novas empresas baseadas na Internet, gerou uma bolha especulativa nos mercados de ações e culminou com a falência das chamadas *dotcom* na primeira década do século XXI. As organizações que conseguiram sobreviver caracterizavam-se pelo desenvolvimento de novas aplicações e a criação de *websites* inovadores, o que originou a transformação de páginas estáticas em páginas dinâmicas com possibilidade de obter o *feedback* de múltiplos utilizadores, utilizando várias tecnologias baseadas em Ajax (*Asynchronous Javascript and XML*), que incorpora apresentação baseada em *standards* que usam XHTML (*eXtensible Hypertext Markup Language*) e CSS (*Cascading Style Sheets*), visualização dinâmica e interação com DOM (*Document Object Model*), intercâmbio de dados e manipulação usando XML (*EXtensible Markup Language.*), XSL (*EXtensible Stylesheet Language*) e XSLT (*XSL Transformations*), recuperação assíncrona de dados usando *XMLHttpRequest* (pedido, receção e envio de dados em segundo plano) e

⁵⁰ Disponível em <http://www.viseuparticipa.pt/>

JavaScript para fazer a ligação de todos os componentes. Estas alterações foram suficientes para gerar um novo paradigma que se designa por Web 2.0.

De acordo com Musser & O'Reilly (2007) e O'reilly (2007) uma das regras mais importantes da Web 2.0 é o desenvolvimento de aplicações e tecnologias que tiram proveito do efeito de rede da Internet, tornando-as um mecanismo de comunicação de informação fácil de usar, quer por utilizadores, quer por grupos de utilizadores (Devaraj, Krajewski, & Wei, 2007). Os novos modelos de negócios fomentados por essas aplicações são um exemplo claro dos conceitos da Web 2.0 (Minsk, Poh, & Siew, 2007). A Web 2.0 é associada a algumas das empresas mais inovadoras e bem-sucedidas na Web, como a *Google*, a *Amazon* e *Flickr*, que criaram um diferencial de mercado utilizando os conhecimentos da sua própria comunidade de utilizadores.

Existem muitas definições de Web 2.0, como *software* social, computação social, Web participativa, conteúdo gerado pelo utilizador, cada uma referindo-se a algumas das dimensões. O termo Web 2.0, proposto por Tim O'Reilly, é compreendido como sendo baseado na participação dos utilizadores e o autor definiu o conceito como uma plataforma com a capacidade de ligar todos os dispositivos, aproveitando a inteligência coletiva para criar valor (O'Reilly, 2007), dando importância a uma abordagem que tem como fundo os serviços de informação, ao invés de tecnologias específicas. Para Tim Berners-Lee, que criou a Web para ser usada por todos, o seu sucesso está assente no princípio de colaboração e abertura (Fonseca, Alturas, & Martins, 2014). Para outros autores, como Tredinnick, o termo Web 2.0 não representa uma inovação tecnológica, mas sim algo que muda a compreensão do estado da informação, do conhecimento e o papel dos utilizadores (Tredinnick, 2006). Também para Kim, Yue, Hall, & Gates (2009), a Web 2.0 ou conceito de media sociais não é um objeto tangível ou um produto planeado. É um fenómeno cultural que descreve os principais elementos da Internet de hoje, que mudaram os paradigmas das tecnologias que facilitam a colaboração e a participação, mas a fronteira entre a Web 1.0 e a Web 2.0 é, nalguns casos, difusa. A Tabela 3 mostra um resumo comparativo da Web 2.0 e da Web 1.0 nas dimensões tecnologia, negócio e media sociais.

Kim et al. (2009) apresenta a Web 2.0 como um conjunto de negócios, tendências sociais e tecnológicas que coletivamente formam a base para a próxima geração da Internet,

identificando quatro camadas hierárquicas relacionadas com o paradigma da Web 2.0, como se mostra na Figura 15.

Tabela 3 - Comparação das características principais da Web 1.0 e 2.0 (Adaptado de Kim et al (2009))

Dimensão	Web 1.0	Web 2.0
Tecnologia	Pacotes de <i>software</i> independentes (utilizadores atualizam o software usando os <i>patches</i> que os vendedores fornecem)	A Web como plataforma de <i>software</i> : a Internet é o <i>software</i> (e.g. <i>Google Docs</i> , <i>Microsoft OneDrive</i>)
	Ambiente de código fechado	Interconetividade, <i>crowd-sourcing</i> , ambiente de código aberto emergente e uso de ambientes externos (e.g. <i>Joomla</i> , <i>eyeOS</i>)
	Aplicações compartimentadas	Modular, etiquetas semânticas, aplicações baseadas em componentes inteligentes, arquiteturas baseadas na comunidade (e.g. serviços Web, Web API)
	Tecnologia cliente-servidor centralizada e alcance limitado a <i>sites</i>	Amplo alcance para <i>sites</i> mais pequenos e pode empregar redes <i>peer-to-peer</i> (por exemplo, <i>Bit Torrent</i> , <i>eDonkey</i>)
	Baixa interatividade com páginas da Web relativamente estáticas	Alta interatividade com AJAX com páginas Web dinâmicas (e.g. o <i>Google Maps</i>)
	Diretórios / Taxonomia / pesquisa geral	Dados semânticos legíveis pelas máquinas: Marcadores / Marcadores sociais / Microformatos / pesquisa vertical
Negócio / Aplicações	Modelo baseado em receitas de publicidade é um dos muitos modelos de negócios Web	Relevância, omnipresença e os benefícios indiretos da externalidade da rede assegura que o modelo baseado em receitas de publicidade seja cada vez mais importante (por exemplo, <i>Google AdSense</i> , <i>AdWords</i>).
	Publicação usando abordagem <i>top-down</i> (por exemplo, <i>Britannica Online</i>)	Participação com abordagem <i>bottom-up</i> (por exemplo, <i>Wikipedia</i> , blogs, <i>MySpace</i> , <i>YouTube</i> , <i>Flickr</i>)
	Anunciante inicia anúncios (ou seja, só de ida, só de leitura, por exemplo, <i>DoubleClick</i>)	Publicidade orientada para o utilizador (i.e., duas vias e dinâmicas); relevante, fácil de partilhar, aceder e consumir: experiência do utilizador, informação e conhecimento (por exemplo, o <i>Google AdSense</i>)
	Núcleo monolítico (por exemplo, <i>MapQuest</i>)	<i>Mashups</i> (aplicações Web) reúnem diferentes fontes de dados para criar um novo aplicativo ou serviço híbrido que oferece mais valor para o cliente (por exemplo, <i>WikiCrime</i>)
Social / Utilizador	Interação baixa com grupos de utilizadores e redes	Interações sociais massivas, redes sociais, computação social (comportamento interativo e colaborativo entre utilizadores), empoderamento da comunidade (por exemplo, <i>MySpace</i> , <i>Facebook</i>)
	Colaboração limitada	Colaboração; fácil de participar, criar e atualizar conteúdos (por exemplo, <i>Wikipedia</i> , blogs, <i>MySpace</i>)

Por um lado, as plataformas da Web 2.0, como *Flickr*, *YouTube*, *Twitter*, *MySpace* e *Facebook* permitem que os utilizadores se tornem nos chamados *prosumers* (junção de produtor e consumidor), termo proposto por Toffler (1980), o que oferece possibilidades inéditas para a democracia no engajamento individual e empoderamento (Bruns, 2008). Por outro lado, as tecnologias da Web 2.0 também permitem um maior fluxo de informações pessoais através das redes, o surgimento de ferramentas poderosas para a vigilância dos cidadãos, a exploração do trabalho gratuito para fins comerciais e o receio

da mercantilização e controle corporativo dos espaços sociais e colaborativos *online* (Barassi & Trere, 2012).

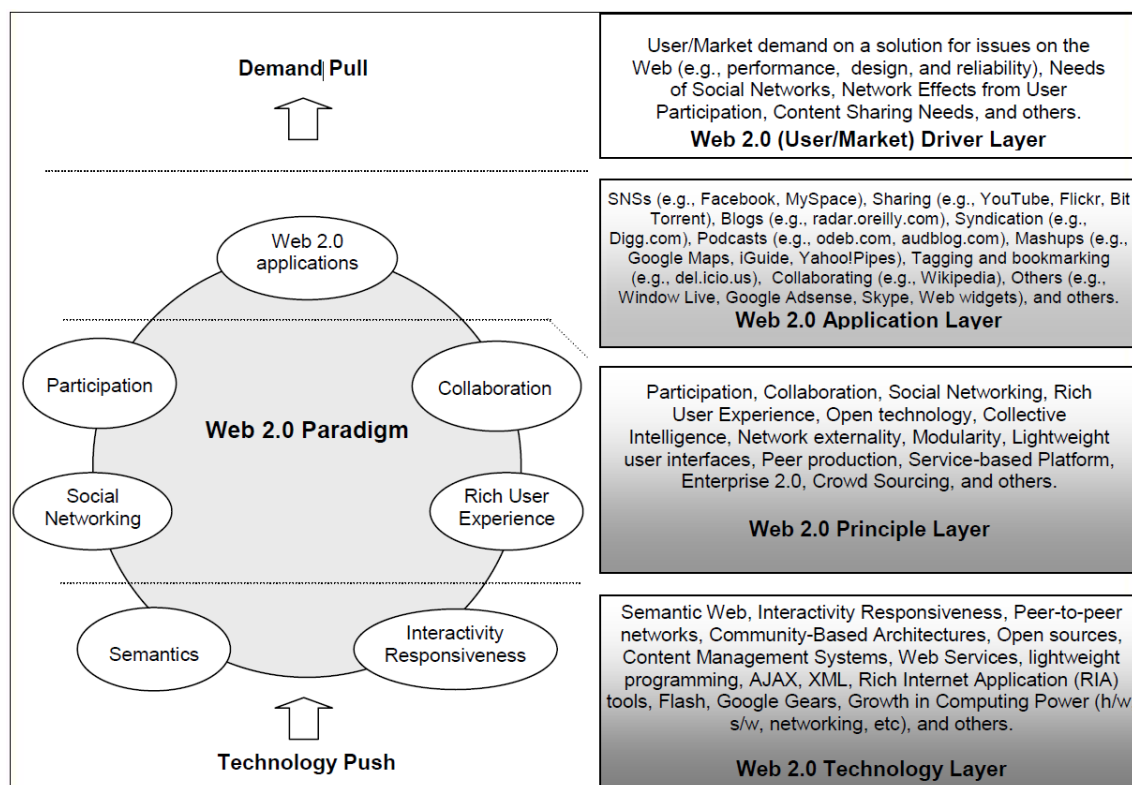


Figura 15 – Quadro conceitual do paradigma Web 2.0 (Fonte: Kim et al. (2009))

Mas é um facto que a Web 2.0 e o surgimento dos media sociais criaram novas possibilidades para a comunicação e potenciaram novas formas de comportamento e envolvimento social e político (Susha & Grönlund, 2012). Effing et al. (2011) argumentam que, além da partilha e da colaboração, um fator-chave da Web 2.0 e dos *media* sociais é a participação.

Para isso, uma ampla gama de ferramentas foram desenvolvidas para que o envolvimento dos cidadãos fosse viável através de práticas diárias na Internet. *Newsletters*, serviços de alerta, inquéritos, pesquisas, *webcasts*, *podcasts* e motores de pesquisa são ferramentas clássicas úteis para isso. Os fóruns e blogues são práticas muito comuns para as iniciativas governamentais, especialmente para consultas e deliberações mas, como Coleman & Blumler (2009) argumentam, são uma das ferramentas bem adequadas aos políticos para serem vistos como ouvintes do público. O governo móvel é um canal potencial para o estabelecimento de interações com os cidadãos e deve crescer devido à disponibilidade de telefones inteligentes e dispositivos móveis, como referido no relatório das Nações Unidas (UNDESA, 2014).

As redes sociais, por sua vez, estão a ser cada vez mais influentes na esfera política, especialmente quando se trata de campanhas e propaganda eleitoral. Especialmente após as eleições presidenciais de 2008 nos EUA, as ferramentas da Web 2.0 têm sido amplamente analisadas como mecanismos de comunicação política e também no que diz respeito ao seu potencial para fomentar a participação cívica (Valenzuela, Park, & Kee, 2009).

De acordo com um estudo realizado por Rainie & Smith (2008) sobre o papel da Internet nas eleições presidenciais dos EUA em 2008, cerca de 10% de todos os americanos usaram as redes sociais para se envolver em atividades políticas, aumentando significativamente entre os jovens e os partidários de Obama. O seu potencial de participação para além de períodos eleitorais permanece uma questão em aberto. Valenzuela investigou o uso do *Facebook* por estudantes universitários e descobriu que os grupos do Facebook têm um efeito positivo na participação cívica. Contudo, advertem que medir as formas pelas quais os utilizadores de redes sociais se podem envolver num tipo de participação política requer alguns cuidados.

Sæbø, Rose, & Nyvang (2009) discutem o papel das redes sociais e sugerem que elas são importantes para a melhoria da prática institucional de e-participação porque atraem e mantêm um enorme número de utilizadores ativos que produzem atividade política espontânea. Particularmente importante é a observação de que as redes sociais permitem a disseminação de ideias e problemas quando os cidadãos, reunidos em torno de interesses específicos, tentam influenciar a definição da agenda política. No entanto, os autores alertam que pode haver uma contradição potencial entre as redes sociais e a natureza das iniciativas governamentais de e-participação.

Neste documento referimo-nos a Web 2.0 no sentido de um paradigma que permite interatividade, colaboração e participação, utilizando um conjunto de tecnologias, aplicações e valores, como mostrado na Tabela 4. Isto tem várias implicações: a abolição de intermediários entre os políticos e os cidadãos (principalmente a comunicação social ou de massa), a possibilidade de os cidadãos se organizarem à margem dos partidos e instituições ou colaborarem abertamente em tarefas administrativas ou a disponibilidade de ferramentas para os cidadãos monitorarem constantemente a atividade dos seus representantes. Ao mesmo tempo, os funcionários passam a ter uma maior responsabilidade pelo seu trabalho.

Tabela 4 – Descrição operacional da Web 2.0 segundo David Osimo (2008)

Valores	Utilizador como produtor, inteligência coletiva, versões beta perpétuas, facilidade de utilização extremas
Aplicações	Blogue, <i>Wiki</i> , <i>Podcast</i> , <i>RSS feeds</i> , Etiquetas, redes sociais, motores de pesquisa, plataformas digitais
Tecnologias	Ajax, XML, Open API, <i>Microformats</i> , Flash/Flex, ...

É evidente que o impacto da Web 2.0 tem influência na convergência com outras tendências socioeconómicas de longo prazo como o empoderamento dos clientes, que fazem compras de uma forma mais informada; a partilha de informação entre os consumidores; a aprendizagem através de comunidades *online*; a generalização do consumo de Tecnologias de Informação e Comunicação, cujo paradoxo levou a que os consumidores desenvolvam soluções mais inovadoras do que as próprias empresas; tendência para organizações baseadas em rede, em vez de hierárquicas, entre outras.

3.4 Resumo do capítulo

Neste capítulo começou-se por apresentar algumas interpretações para o conceito de participação pública, princípios básicos, barreiras e benefícios e participação pública no contexto português, apresentando alguns exemplos de iniciativas, quer ligadas ao ativismo digital, quer a instituições governamentais, como a Assembleia da República, quer a iniciativas locais, como as Câmaras Municipais, quer a iniciativas dos cidadãos. Abordou-se as TIC e o envolvimento dos cidadãos, quer a nível europeu, quer a nível mundial, com destaque para as decisões da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Apresentaram-se e descreveram-se sumariamente as áreas típicas de participação, o paradigma da Web 2.0 e as ferramentas associadas, analisou-se o seu efeito no surgimento de novos media sociais, novas formas de comportamento e envolvimento social e político. Analisámos o impacto da Web 2.0, um paradigma que permite interatividade, colaboração e participação, utilizando um conjunto de tecnologias que têm influência na convergência com outras tendências, como o empoderamento dos clientes, a partilha de informação, a aprendizagem, em resumo, a generalização do consumo de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Foram ainda apresentados estudos sobre a presença na Internet das câmaras municipais portuguesas e sobre a caracterização da oferta de e-participação ao nível local em Portugal. Os resultados sugerem que há ainda um caminho a percorrer em Portugal para

ter um número considerável de câmaras municipais que se dispõem a usar a tecnologia para promover o empoderamento dos munícipes, isto é, a levar em conta as suas contribuições, via eletrónica, no processo de tomada de decisão e a informá-los sobre as decisões que foram tomadas, com base nos processos de consulta.

4 Movimento sindical

Os sindicatos são, pela sua natureza, organizações democráticas onde a participação em atividades coletivas é um pré-requisito para a sua existência. A participação dos membros nas atividades sindicais depende de fatores como a lealdade sindical, posição e satisfação no trabalho, percepção da diferenciação de gestão, liderança sindical, filiação política e outros (Metochi, 2002). Hyman (2007), por sua vez, caracteriza os sindicatos como organizações discursivas em que o diálogo estratégico deve combinar estruturas de liderança forte com estruturas de base representativas da diversidade do sindicato. Este tem como missão proteger os trabalhadores e melhorar as condições de trabalho. Lévesque & Murray (2010) afirmam que os sindicatos não são organizações empresariais; eles existem na base da legitimidade para representar os seus membros e coletivamente proteger os seus interesses e essa legitimidade dos sindicatos vem do valor da solidariedade, uma palavra-chave que caracteriza o *ethos* do coletivo contra comportamentos individualistas (Lévesque & Murray, 2010).

Neste capítulo aborda-se, de forma simples e breve, um pouco da história do sindicalismo mundial, europeu e português. O que se apresenta é baseado em vários autores (Alves, 2012; Azevedo, 2006; Bento, 1978; Blanc-gras, 2006; CGT, 1940; Fernandes, 1989; Gaxotte, 1957; Korzeniewicz, 2000; Nóvoa, 1987; Nunes et al., 2011; Sagnes, 1995; Silva, 2000; Soares, 2004; Stoleroff & Naumann, 1994; Tengarrinha, 1981; Wollschlager & Guggenheim, 2004), documentos do Centro de Documentação da CGTP-Intersindical⁵¹, da Revista Socialista Francesa (PSF, 2014), do Instituto de História Social da Confederação Geral dos Trabalhadores (*Institut CGT d'Histoire Sociale*, n.d.) e os

⁵¹ <http://cad.cgtp.pt>

websites da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)⁵², União Geral de Trabalhadores (UGT)⁵³, *Groupe La Sociale de la Fédération Anarchiste de Rennes*⁵⁴, *Syndicats CGT de Wolters Kluwer France* (CGT-WKF)⁵⁵ e outros referenciados no texto.

4.1 Os primórdios do sindicalismo

Os séculos XVIII e XIX foram indubitavelmente marcados pelas revoluções norte-americana e francesa, em 1776 e 1789 e pela revolução industrial na Europa ocidental. Estas convulsões provocaram transformações sociais e políticas de tal ordem que os povos iniciaram ou intensificaram a luta pela liberdade, pela igualdade e contra toda a forma de exclusão.

A maioria da literatura contemporânea considera que o sindicalismo nasce na Europa Ocidental e América do Norte no final do século XVIII e início do XIX, influenciado, essencialmente, pelo grau de industrialização do país. Até ao século XVIII, o sindicalismo existiu na forma de mutualismo, cuja origem vem das corporações de ofício na Europa medieval, mais tarde montepios, confrarias, guildas, grémios e irmandades de socorro. A revolução francesa, com as suas conceções individualistas, e as diversas revoluções liberais que foram sucedendo, levaram á destruição da organização corporativa medieval e à proibição de quaisquer associações no campo da economia por toda a Europa. Em França, a lei de *Chapelier*⁵⁶, em 1791, proibiu a criação de quaisquer associações de indivíduos da mesma profissão, as greves e as manifestações, argumentando que apenas serviam para defender os seus interesses coletivos. Na Inglaterra, os *Combinations Acts*, de 1799 e 1800, suprimiram as associações profissionais e o direito de coligação.

As relações de trabalho modificam-se com a revolução industrial e a sociedade rural e agrícola do mundo ocidental começa a transformar-se numa sociedade basicamente industrial e urbana. As novas fontes de energia, como o carvão, colocam o mundo sob o domínio tecnológico e económico da Inglaterra. A Europa segue os seus passos e presencia o aumento do rendimento do trabalho e, conseqüentemente, da produção global.

⁵² Apontamentos sobre a AIT: <http://www.iwa-ait.org/content/cgt-portuguesa-e-fundacao-da-associacao-internacional-dos-trabalhadores> e <http://www.freewebs.com/ait-sp/oqueeaait.htm>

⁵³ http://www.ugt.pt/site/index.php?Itemid=4&id=2&option=com_content&view=article

⁵⁴ História do sindicalismo e criação dos sindicatos em França:
<http://farennes.free.fr/histoiresyndicalisme.htm>

⁵⁵ Cronologia “datas importantes da história social”: <http://cgt-wkf.reference-syndicale.fr/category/la-cgt/histoire/>

⁵⁶ <http://www.vie-publique.fr/politiques-publiques/regulation-relations-travail/chronologie/>

A industrialização foi acompanhada por muitos benefícios materiais, mas também por um grande número de problemas, como a formação de duas novas classes sociais bem distintas: os empresários, proprietários dos capitais, das máquinas, matérias-primas, e dos bens produzidos pelo trabalho e os operários ou trabalhadores assalariados cujo capital se resume à sua força de trabalho. Aprofundam-se as injustiças sociais, o que proporciona as condições necessárias para a mobilização e organização dos trabalhadores.

A Comuna de Paris, em 1871⁵⁷, é o culminar das paralisações de caráter grevista que assolaram a Europa na segunda metade do século XIX. A luta pelas 8 horas de trabalho, principalmente, em França, em Inglaterra e nos EUA, foi um dos motivos mais fortes de mobilização. As ações grevistas acerca das 8 horas de trabalho, ocorridas no dia 1 de maio de 1886⁵⁸, envolvendo violência, prisão e enforcamentos, motivou a consagração desse dia como Dia Mundial do Trabalhador.

Os primeiros sindicatos surgiram na década de 1820 na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, na Austrália, depois na França e na Bélgica⁵⁹, e mais tarde, em outros países europeus e da América Latina.

Ilegais, tolerados com hostilidade, os sindicatos foram legalizados em momentos diferentes nos vários países: em 1824, na Grã-Bretanha, embora só reconhecidos em 1871 no *Trade-Union Act*; em 1884, com a lei Waldeck-Rousseau⁶⁰, em França. O movimento sindicalista expandiu-se por toda a Europa, despertando as consciências dos trabalhadores, unindo-os na defesa dos seus interesses. Os sindicatos vão-se oficializando e adquirindo natureza jurídico-política.

Embora muitos sindicatos sejam marcados pelo mutualismo, os que mais crescem são os que sofrem influências políticas. É assim nos sindicatos britânicos, americanos e franceses, os primeiros inspirados pelo radicalismo igualitário, os restantes pelos ideais da revolução americana e da revolução francesa. A presença maçónica verifica-se nos Cavaleiros do Trabalho (*Knights of Labor* ou *Noble and Holy Order of the Knights of Labor*⁶¹), em 1869,

⁵⁷ Breve resumo na Enciclopédia da Porto Editora em [http://www.infopedia.pt/\\$comuna-de-paris](http://www.infopedia.pt/$comuna-de-paris)

⁵⁸ A ILO-*International Labour Organization* tem várias ligações a páginas sobre as origens do Dia do Trabalhador em <http://www.ilo.org/public/english/support/lib/about/mayday.htm>

⁵⁹ Em 1898 o Partido “*Ouvrier Belge*” funda a Comissão Sindical, de inspiração socialista, que junta várias organizações de trabalhadores e que dá lugar, em 1937, à “*Confédération Générale du Travail de Belgique*”: <http://www.fgtb.be/web/guest/histoire>

⁶⁰ <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/634389/Rene-Waldeck-Rousseau#ref142982>

⁶¹ <http://www.knightsoflabor.org/>

e em vários sindicatos latino-americanos, mas o socialismo e o anarquismo exercem maior influência. O socialismo era defendido por *Karl Max*, que preconizava o centralismo, o parlamentarismo e a luta política como meios de luta e o anarquismo tinha como defensor *Bakunine* que apregoava o anti estatismo e o federalismo.

Em 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)⁶², conhecida como a Primeira Internacional, apoiada por Karl Marx, tenta pôr em prática a união dos trabalhadores de todos os países, mas a AIT desaparece em 1876 e essa tarefa é atribuída à Segunda Internacional, fundada em 1889. As duas correntes, socialismo e anarquismo, dividem o sindicalismo, embora os sindicatos socialistas tenham um peso significativo em todo o mundo. A influência socialista verifica-se na Federação dos Sindicatos (1886-1895) criado na França, na União Geral de Trabalho espanhol⁶³ (1888), na Confederação Geral do Trabalho (CGT) sueca (1899)⁶⁴, na Confederação Geral Italiana do Trabalho⁶⁵ (CGL, fundada em 1906, nomeada CGIL em 1944) e em outros sindicatos da Europa e América Latina. A ascendência anarquista é forte em vários sindicatos italianos, espanhóis (a Confederação Nacional do Trabalho⁶⁶, em 1910, agrupa os sindicatos desta sensibilidade), franceses (a CGT⁶⁷, nascida em 1895) e também em vários países da América Latina.

Na segunda metade do século XIX, os sindicatos não desistem de fazer greves ou manifestações pontuais, mas, por intermédio dos partidos, passam a exercer pressão também ao nível político. A maioria dos países onde os sindicatos estão implantados assistem a grandes movimentos grevistas no final do século XIX e início do século XX. O confronto com as forças de segurança, nalguns deles, foram trágicos terminando em autênticos massacres, como foi o caso de Chicago (maio de 1886)⁶⁸, Fourmies (primeiro de maio de 1891)⁶⁹, Iquique (1907)⁷⁰, Dublin (1913)⁷¹ Ancona (1914)⁷², entre outros.

⁶² A história da Internacional na secção portuguesa da AIT: <http://www.freewebs.com/ait-sp/oqueeaait3.htm>

⁶³ Qué es UGT: http://www.ugt.es/quees/Que_es_UGT.pdf

⁶⁴ Para além de fontes já mencionadas ver Sejersted (2011)

⁶⁵ Website da Confederazione Generale Italiana del Lavoro <http://www.cgil.it/CGIL/Storia/Storia.aspx#C1>

⁶⁶ Qué es la CNT: <http://archivo.cnt.es/Documentos/DocIntro.htm>

⁶⁷ CGT – Repères chronologiques: http://www.cgt.fr/spip.php?page=article_dossier1&id_article=1243

⁶⁸ Ver resumo na Enciclopédia de Chicago: <http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/pages/571.html>

⁶⁹ Histoire du 1er Mai – Union locale des Syndicats CGT - Force Ouvrière de Saint Nazaire et Région: <http://www.ulfonz44600.fr/histoire-du-1er-mai/>

⁷⁰ Masacre de la Escuela Santa María de Iquique – Biblioteca Nacional de Chile: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-3604.html>

⁷¹ SIPTU brief history: http://www.siptu.ie/aboutsiptu/history/the1913lock-out/ e cronologia em http://www.siptu.ie/media/media_17016_en.pdf

⁷² <http://www.lastoriamonoi.rai.it/puntate/la-settimana-rossa/781/default.aspx>

4.2 Entre duas guerras mundiais

A eclosão da primeira Guerra Mundial, em 1914, dividiu o sindicalismo. É de notar que, no período que decorreu entre as duas guerras, surgiu a URSS e foram instalados alguns regimes fascistas, como é o caso da Alemanha, Itália, Portugal e Espanha, o que também teve influência nos movimentos internacionais dos trabalhadores.

Os sindicatos sérvios, irlandeses, portugueses, gregos, uma parte dos sindicatos italianos, búlgaros e o *Industrial Workers of the World (IWW)*⁷³ nos Estados Unidos recusam-se a aderir aos seus governos no apoio ao esforço de guerra, ao contrário dos sindicatos alemães, austríacos, britânicos, franceses e da *American Federation of Labor (AFL)* dos Estados Unidos. A AFL renuncia às greves e apoia o aumento da produção e o governo, em contrapartida, reconhece-lhe o direito a votar leis sociais e promete-lhe reformas para o período pós-guerra. Esta adesão a uma prática reformista provoca resistência em todos os sindicatos e provoca uma greve incendiária em toda a Europa beligerante em 1917. Neste ano surge a chamada revolução bolchevique, que cria nos movimentos internacionais dos trabalhadores uma onda revolucionária que é ampliada pelo pós-guerra e o sofrimento imenso que a guerra trouxe às populações. A maioria dos países europeus conhece um movimento significativo de greves e uma radicalização do movimento operário, enquanto na Rússia aparece um novo sindicalismo ao serviço do Estado e do partido.

Os sindicatos que se opuseram à guerra, nos Estados Unidos, são reprimidos no início de 1920 e, durante esta década, a intransigência do patronato aliada a esta repressão enfraquece os sindicatos. Na Europa surge um novo sindicalismo, estimulado pela revolução russa e a difusão das ideias revolucionárias inspiradas em Marx e Lenine e, também, em Engels e Trotsky, mas a situação política e económica é desfavorável ao sindicalismo europeu. O sindicalismo é perseguido e os sindicatos são eliminados, devido à instauração de regimes ditatoriais em Itália (com Mussolini), Alemanha (regime nazi), Portugal (ditadura militar entre 1926 e 1933 e Estado Novo, de 1933 a 1974), Espanha (1939) e Grécia (regime de 4 de agosto). Os sindicatos que se insurgem são militarmente reprimidos e são exemplos disso a luta e massacre dos trabalhadores na Áustria (fevereiro

⁷³ <http://www.iww.org/>

de 1934)⁷⁴, a greve dos mineiros nas Astúrias (outubro de 1934)⁷⁵ e a greve geral revolucionária em Portugal (1934)⁷⁶.

O sindicalismo ressurgiu no final dos anos 1930. A eleição do presidente democrata Franklin Roosevelt, em 1932, nos Estados Unidos, é seguida pela aprovação da Lei de Wagner⁷⁷, em 1935, e várias leis sociais que provocam um forte crescimento. A AFL sai beneficiada, mas pouco depois é enfraquecida pela cisão da sua ala esquerda, o CIO (Congresso de Organizações Industriais) em 1938⁷⁸. Na Europa, a vitória das Frentes populares em França e Espanha⁷⁹, permite um avanço extraordinário do sindicalismo, na primavera de 1936, mas este euforismo termina em Espanha com o golpe militar de 18 de Julho e em França com o fracasso da greve de 30 de novembro de 1938⁸⁰. Na Suécia, o acordo Saltsjöbaden⁸¹ (1938) instituiu um procedimento paritário para regular conflitos de trabalho, símbolo de um modelo sueco de relações sociais.

A Segunda Guerra Mundial, que deflagrou em 1939, provoca reações de oposição às potências do Eixo no sindicalismo, tanto norte-americano como europeu. Os sindicatos tomam parte no esforço de guerra nos Estados Unidos e Grã-Bretanha mas, nos países europeus ocupados pela Alemanha nazi e seus satélites, são colocados na clandestinidade, o que os faz participar na resistência contribuindo, desta forma, para influenciar a agenda do pós-guerra de forma a favorecer as suas reivindicações, como refletido no programa do Conselho Nacional da Resistência Francesa⁸².

⁷⁴ *The Socialist Party of Great Britain*: <http://www.worldsocialism.org/spgb/socialist-standard/1930s/1934/no-355-march-1934/austrian-workers%E2%80%99-tragic-heroism>

⁷⁵ *International Socialist Review*: http://www.isreview.org/issues/24/anarchists_spain.shtml

⁷⁶ Uma pequena resenha histórica no *website* da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Elétricas de Portugal:

http://fiequimetal.pt/fstiep/index.php?option=com_content&task=view&id=466&Itemid=188

⁷⁷ *Franklin Roosevelt Presidential Library and Museum*:

<http://www.fdrlibrary.marist.edu/aboutfdr/wagneract.html>

⁷⁸ Pequena resenha em <http://www.umwa.org/?q=content/heed-call-comes-hearts-men-organize-unorganized>

⁷⁹ As Frentes Populares na ótica do PCP (in revista *O Militante*):

<http://www.omilitante.pcp.pt/pt/283/Tema/78/O-Ver%C3%A3o-quente-de-1936-as-Frentes-Populares.htm>

⁸⁰ Pequenos apontamentos no *website* da *Lutte ouvrière*: <http://www.lutte-ouvriere.org/documents/archives/la-revue-lutte-de-classe/serie-1960-1963/article/novembre-38>

⁸¹ <http://www.eurofound.europa.eu/emire/SWEDEN/ANCHOR-SALTSJ-Ouml-BADSAVTALET-SE.htm>

⁸² Programa do CNR na Fundação *Charles de Gaulle*: <http://www.charles-de-gaulle.org/pages/l-homme/dossiers-thematiques/1940-1944-la-seconde-guerre-mondiale/le-conseil-national-de-la-resistance/documents/le-programme-d-action-de-la-resistance-adopte-par-le-cnr-le-15-mars-1944.php>

O período de 1914-1945 foi diferente no resto do mundo. A América Latina, o norte de África e a Ásia foram poupados na Primeira Guerra Mundial e a segunda não atingiu a América Latina e muitos países do Norte de África e Sueste Asiático eram colônias de países europeus.

Na América Latina, o anarco-sindicalismo, de 1917 a 1927⁸³, é reforçado pelas esperanças revolucionárias da revolução bolchevique. No Brasil, a grande greve de São Paulo⁸⁴ (1917) é um sucesso, mas em outros países os movimentos sofrem uma repressão sangrenta, como é o caso da Argentina⁸⁵ (Buenos Aires em 1919 e Patagônia em 1921), mineiros bolivianos (1923) e chilenos (1927). Nesta região surge um novo tipo de sindicalismo em estreita colaboração com o poder do Estado, como é o caso do México, através da Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (1936)⁸⁶, nascida da cisão de membros da *Confederación Regional Obrera Mexicana* (1918)⁸⁷ e na Argentina, a partir de 1943, quando o general Perón se apoia nos sindicatos⁸⁸.

O sindicalismo japonês afirma-se antes de 1914, apesar da repressão do governo (a Lei de Segurança Pública e Polícia previa a punição daqueles que organizassem greves e que induzissem os trabalhadores a filiarem-se num sindicato)⁸⁹, enquanto os sindicatos chineses surgem no início de 1920. A Federação de todos os sindicatos chineses foi criada em 1925 e hoje é a maior organização sindical do mundo, embora *nacionalizada*. Na China, os sindicatos apoiam o movimento republicano em 1921, antes de ficar sob controlo comunista e ter uma orientação anti-imperialista (Bai, 2011; Zhu, Warner, & Feng, 2011). O fim do sindicalismo comunista dá-se em 1927 com a greve insurrecional Shanghai quebrada pelo *Kuomintang*⁹⁰, que toma conta dos sindicatos em 1930, enquanto os comunistas concentram os seus esforços na luta armada no campo. O Japão, após a Segunda Guerra, participou no Tratado de Versalhes que criou a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

⁸³ *Marxists Internet Archive*: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/38/revolucao.htm

⁸⁴ Algumas notícias sobre a greve de S. Paulo: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,em-1917-a-primeira-greve-geral-em-sao-paulo,6962,0.htm>

⁸⁵ Texto do Centro de Estudos Miguel Enriquez sobre a semana trágica: http://www.archivochile.com/Historia_de_Chile/foch/HCHfoch0013.pdf

⁸⁶ <http://ctmorganizacion.org.mx/quienes.htm>

⁸⁷ <http://historia3101.blogspot.pt/2011/10/confederacion-de-trabajadores-en-mexico.html>

⁸⁸ Carlos Etulaine, em Estudos de Sociologia, faz uma análise interessante sobre este tema: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/120/117>

⁸⁹ Em “Uma visão sobre o direito do trabalho no Japão”, Masato e Tanaka fazem uma análise sobre as leis do trabalho do país: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67437/70047>

⁹⁰ Partido político chinês que dominou o governo de 1928 até 1949

Na Índia, colónia britânica, os sindicatos nascidos antes de 1914 unificam-se no pan-Índia *Trade Union Congress* (AITUC) criado em 1920⁹¹ e reconhecido pelo império britânico em 1926. A II Guerra Mundial encontra um sindicalismo indiano dividido: os sindicalistas comunistas apoiam o esforço de guerra britânico, o que é recusado pelos sindicalistas do Congresso, que fundam o *Indian National Trade Union Congress* em 1947⁹².

No sueste asiático, Indonésia, Indochina, Malásia, colónias dos Países Baixos, França e Grã-Bretanha, respetivamente, os primórdios do sindicalismo antes de 1914 só afetam os trabalhadores das minas ou plantações (White, 2008). Se na Indonésia o sindicalismo entre as duas guerras mundiais foi marcado pela rivalidade entre comunistas e islâmicos, a influência dos primeiros é preponderante no Vietname, onde, apesar de uma severa repressão, muitas greves são organizadas em 1930 (Scott, 1976; Goscha, 2004). As mesmas divisões encontram-se na Turquia e Egito, entre comunistas e nacionalistas e na Palestina, sob jugo britânico, entre árabes e judeus.

4.3 Do pós-guerra à atualidade

O direito de organização e as principais reivindicações do sindicalismo estão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948⁹³. Aqui se afirma que todas as pessoas têm o direito de fundar e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses (art.º XXIII, 4º)⁹⁴, para além de reconhecer o direito à segurança social, a satisfação dos direitos sociais, culturais e económicos indispensáveis à sua dignidade, o direito ao trabalho, à proteção contra o desemprego, a um salário igual para o mesmo trabalho, a uma remuneração justa. Estas disposições nem sempre são colocadas em prática, mas é legítimo ver nesta declaração *o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria*, que vai para além da participação sindical no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919 pela Sociedade das Nações⁹⁵. A vitória dos Aliados sobre as forças do eixo

⁹¹ Pequena resenha histórica no *website* da AITUC: <http://www.aituc.org/>

⁹² Historial no *website* do INTUC: <http://www.intuc.net/index.php?articleid=5>

⁹³ História do documento no *site* das Nações Unidas: <http://www.un.org/en/documents/udhr/history.shtml>

⁹⁴ Declaração Universal dos Direitos do Homem, publicada em Diário da República, em 9 de março de 1978: <https://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>

⁹⁵ A Constituição da OIT foi integrada no Tratado de Versalhes. A história no *website* da OIT-Lisboa: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_visita_guiada_01a_pt.htm

cria um otimismo que leva à criação de outras formações sindicais como a Federação Sindical Mundial⁹⁶, em outubro de 1945, que inclui a maioria das confederações sindicais, com exceção da AFL e dos sindicatos cristãos agrupados na Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC). A Guerra Fria transforma, rapidamente, esta unidade e, desde 1949, os sindicatos não comunistas criaram a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, enquanto o CISC se transforma em 1968 em Confederação Mundial do Trabalho⁹⁷.

Depois da segunda guerra mundial, o sindicalismo ocupa um lugar importante na vida política e económica de todos os países da Europa Ocidental. Na Europa Oriental o modelo sindical soviético propaga-se da Polónia e Alemanha Oriental à Checoslováquia, Hungria, Bulgária, Roménia e Albânia. Na Jugoslávia os sindicatos têm alguma autonomia reivindicativa.

O papel dos sindicatos é muito limitado. No entanto, em várias ocasiões, as reivindicações dos trabalhadores conseguem emergir, apesar de uma dura repressão na Alemanha (1953), Hungria e Polónia (1956), Checoslováquia (1968) (Wydra, 2007)⁹⁸. Na Polónia em 1980, o sindicato Solidariedade e o seu líder Lech Walesa, torna-se o portador das reivindicações económicas dos trabalhadores e das reivindicações da sociedade polaca, sendo o principal responsável pela queda do regime comunista em 1989-1990⁹⁹.

Nos Estados Unidos, o fim da Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma onda de greves (1945-1948) terminado por disposições hostis ao sindicalismo pela Lei *Taft-Hartley* (1947) (Sharon Smith, 2006). O padrão de vida dos trabalhadores na década de 1950 aumentou e os sindicatos aumentam o número de associados. O AFL e CIO fundem-se em 1955 para formar a AFL-CIO¹⁰⁰. Nas décadas de 1970 e 80 o presidente Ronald Reagan cria-lhes alguma resistência e hostilidade e na década de 1990 a dupla presidência de Bill Clinton é-lhes mais favorável. No Canadá, os sindicatos não têm as mesmas dificuldades.

⁹⁶ A sua história no website da *World Federation of Trade Unions*: <http://www.wftucentral.org/history/>

⁹⁷ Pequena história na Universidade de Princeton:

http://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/International_Confederation_of_Free_Trade_Unions.html

⁹⁸ Harald Widra faz uma análise destes acontecimentos no leste europeu

⁹⁹ Lech Walesa foi o primeiro presidente da Polónia, entre 1990 e 1995, após a derrocada do comunismo

¹⁰⁰ Cronologia em <http://www.aflcio.org/About/Our-History/Labor-History-Timeline>

Na América Latina, nas décadas 1950-1960, o sindicalismo expande-se no Brasil, Guatemala, Peru, Chile, México e especialmente na Argentina e na Bolívia¹⁰¹. No Brasil fica famosa a greve dos *300 mil*, em 1953 e dos *400 mil*, em 1957¹⁰². Na Argentina, o apoio do governo peronista aos sindicatos não os impede de fazer o seu papel reivindicativo. Na Bolívia, a intervenção armada dos sindicatos dos mineiros, restabelece o poder ao presidente deposto pelo exército, em 1952, e permite o estabelecimento de cogestão das minas de estanho (Klein, 2011).

Esta época fica marcada por alguns acontecimentos importantes a nível mundial: corrida ao armamento com o lançamento da bomba de hidrogénio, em 1953; o pacto de Varsóvia, em 1955 em resposta à criação da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) de 1949; o lançamento do Sputnik em 1957, que deu início à corrida espacial entre as duas potências, USA e URSS; o tratado de Roma¹⁰³, em 1957, que deu origem ao processo de construção do que é hoje a União Europeia; o fim do domínio francês sobre a Indochina e o declínio do colonialismo europeu em África.

Estamos em plena Guerra Fria e os Estados Unidos desenvolveram uma série de mecanismos de combate ao expansionismo comunista e a partir da revolução cubana comandada por Fidel Castro, em 1959, intensificam a vigilância sobre a América Latina, interferindo mesmo nalguns dos golpes militares. Dão-se uma série de golpes que instalam ditaduras militares na Guatemala (1954), apoiada pelos norte-americanos¹⁰⁴, Argentina (1955), Bolívia e Brasil (1964) e Chile (1973) (Fico & Ferreira, 2008)¹⁰⁵. As greves são proibidas. Apenas o sindicalismo peronista mantém a maioria das suas forças na clandestinidade, o sindicalismo brasileiro só reaparece a partir de 1973. Em geral, o fim das ditaduras faz renascer o sindicalismo. Fora disto ficam os sindicatos no México, Cuba e Nicarágua, ligados, respetivamente, ao Partido Revolucionário Institucional no poder, até 2000, ao castrismo desde 1959 e aos sandinistas (1979-1990).

¹⁰¹ Adalberto Cardoso faz uma análise dos acontecimentos nestes países num trabalho intitulado “Relações de Trabalho, Sindicalismo e Coesão Social na América Latina” e que pode ser consultado em http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_14_em_06_04_2008_19_22_56.pdf

¹⁰² O website do partido PCdoB faz uma cronologia dos diversos movimentos: <http://www.pcdob.org.br/interna.php?pagina=1950.htm>

¹⁰³ http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm

¹⁰⁴ História da Guatemala nos websites da Porto Editora ([http://www.infopedia.pt/\\$guatemala](http://www.infopedia.pt/$guatemala)), do Public Broadcasting Service (<http://www.pbs.org/frontlineworld/stories/guatemala704/history/timeline.html#>) e em http://resistir.info/a_central/guatemala_r_monst.html de Rui Fonseca, investigador da U.Porto)

¹⁰⁵ Os autores apresentam um estudo sobre as ditaduras dos vários países

No Extremo Oriente, após a vitória dos Aliados, o movimento sindical é forte no Japão e na Coreia do Sul, mas a influência comunista sobre os sindicatos dos dois países faz com que a repressão aumente na Coreia do Sul durante a guerra com a Coreia do Norte e com a instalação de governos autoritários. Só no final dos anos 1980 renasce o sindicalismo independente. A evolução é diferente no Japão¹⁰⁶, onde o sindicalismo, muitas vezes fragmentado, tem fases de intensa atividade (Jeong & Aguilera, 2008). Na China e Coreia do Norte, com o estabelecimento de regimes comunistas, o sindicalismo torna-se correia de transmissão do partido. Em Taiwan acontece o mesmo com o domínio do *Kuomintang* (KMT) sobre os sindicatos¹⁰⁷. Os regimes militares deixam pouco espaço para as liberdades sindicais como acontece na Birmânia desde 1962¹⁰⁸, na Indonésia desde 1966¹⁰⁹, no Paquistão de forma recorrente.

O mesmo não acontece na Índia, onde não existem essas ameaças, mas em que cada movimento político é uma confederação sindical. Fora do sector público, os sindicatos, no entanto, têm uma eficiência reduzida, como referido num relatório publicado pela ILO (Ahn, 2010).

No Médio Oriente encontramos a dualidade de sindicalismo de classes / sindicalismo nacionalista antes e depois da independência, na maioria dos países. Os regimes autoritários tomam o poder no Egito, Síria, Iraque, Tunísia e Argélia, a partir de 1950, e todos tentam controlar os sindicatos. Nos novos estados independentes da África negra anglófona (Quênia, Zâmbia, Tanzânia) ou francófona (Senegal, Guiné) acontece o mesmo. A fraqueza da classe operária e o peso da colonização explicam o pouco peso dos sindicatos - exceto na África do Sul, onde o sindicalismo branco e o sindicalismo negro são anteriores a 1914. Neste país, severamente prejudicado pelo *apartheid*, o sindicalismo negro regressa de forma vigorosa na década de 1980 após o reconhecimento oficial de todos os sindicatos (MacShane, Plaut, & Ward, 1984).

¹⁰⁶ Kazuo Nimura escreve sobre a história do trabalho. Aqui faz um estudo comparativo sobre o Japão e a Coreia: <http://oohara.mt.tama.hosei.ac.jp/nk/English/eg-japankoreacom-ver2.html>

¹⁰⁷ Sobre o KMT ver “*The KMT’s Party’s Enterprise in Taiwan*” de Dianking Shu e <https://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/Kuomintang.html> na Universidade de Princeton

¹⁰⁸ A Birmânia desde 1962 na enciclopédia Universalis: <http://www.universalis.fr/encyclopedie/birmanie-myanmar/3-la-birmanie-depuis-1962/> e uma análise em “*Birmanie: l’armée referme le jeu politique*” em <http://www.sciencespo.fr/cepi/sites/sciencespo.fr/cepi/files/etude114.pdf>

¹⁰⁹ “*Genocide in Indonesia*” em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713677655#U-SEEv50xWI>

4.4 Princípios e direitos sociais na Europa

Winston Churchill, em 1946, no pós-guerra, numa fase em que era necessário reconstruir a Europa, preconizou a criação de um ideal europeu, os Estados Unidos da Europa¹¹⁰. Foi um dos primeiros defensores da integração europeia para evitar que se repetissem as atrocidades das duas guerras mundiais e exortou à criação de um Conselho Europeu, o que veio a acontecer em 1949.

No contexto da UE, alguns avanços importantes deram forma à ideia de Europa Social (Silva, 2000)¹¹¹:

- O Tratado de Roma (1957) lançou as bases para uma política social europeia; o Comité Económico e Social, instituído pelo Tratado e representando os parceiros sociais tradicionais (patrões e sindicatos), bem como diversos grupos de interesses da Comunidade;
- O Ato Único Europeu (1987)¹¹², que consagrou o conceito de mercado interno, acrescentando ao Tratado de Roma disposições relativas à melhoria do ambiente no trabalho, ao diálogo social e à coesão económica e social lançou as bases para o diálogo social a nível europeu, que na sua essência são assumidas pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), a União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa (UNICE) e a Confederação Europeia das Empresas Públicas (CEEP);
- A Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores (1989)¹¹³, que veio estabelecer os grandes princípios do modelo europeu de direito do trabalho;
- O Tratado de Maastricht (1992)¹¹⁴, que incidiu tanto na consolidação dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores, como no desenvolvimento de ações em domínios como a exclusão social, os deficientes, a pobreza ou a integração dos migrantes de países terceiros; na sequência de Maastricht, seria aprovado um

¹¹⁰ O apelo aos Estados Unidos da Europa: http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/winston_churchill_pt.pdf

¹¹¹ Carvalho da Silva tem, neste artigo, uma lista exaustiva da legislação europeia e dos acontecimentos que mudaram a Europa

¹¹² http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm

¹¹³ <http://fip.infoeuropa.euroid.pt/database/000043001-000044000/000043646.pdf>

¹¹⁴ http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_maastricht_pt.htm

Protocolo a Doze autorizando um Acordo a Onze sobre a Política Social¹¹⁵ devido à intenção de exclusão manifestada pelo Reino Unido, que não se associara à Carta;

- A Diretiva 94/45/CE que, em 1994, implementou os Conselhos de Empresa Europeus (CEEs)¹¹⁶, destinados a instituir mecanismos de informação e consulta dos trabalhadores nas empresas ou grupos de empresa de dimensão comunitária;
- O Tratado de Amsterdão (1997)¹¹⁷, que, entre outros pontos, recuperou o texto do Acordo sobre a política social do Tratado de Maastricht, integrando-o no articulado do novo tratado; definiu os objetivos da UE no domínio da política social, fazendo explicitamente referência à Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, de 1989;
- O Tratado de Nice, em 2001, que prolongou o processo de reformas institucionais preconizado no Tratado de Amsterdão e que permitiu o maior alargamento da história da União Europeia aos países de leste;
- O Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, em 2004 (foi assinado, mas não ratificado);
- O Tratado de Lisboa, em 2010, que, entre outros, reforça os poderes do Parlamento Europeu, altera os procedimentos de votação no Conselho, introduz a iniciativa de cidadania¹¹⁸;
- O Acordo de Schengen¹¹⁹, que permite a livre circulação de pessoas¹²⁰.

Carvalho da Silva afirma que, com a livre circulação de pessoas e bens, as sociedades humanas caminham do estado-nação para os blocos e para dimensões globais o que implica novos conflitos de acordo com essas dimensões, exigindo dos sindicatos formas de organização e intervenção adequadas, que a ação dos sindicatos é imprescindível em articulação com outros movimentos sociais que despontam em torno de causas mais perenes ou de causas efêmeras, mas de grande importância tática e que “*a coesão social se fará a partir da valorização do trabalho e da dignificação dos trabalhadores*” (Silva, 2000, p.73).

¹¹⁵ http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0023_pt.htm

¹¹⁶ <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:31994L0045&from=EN> e na legislação portuguesa: http://www.cite.gov.pt/Legis_Nac/ArquivoLN/LeisArqLN/Lei35_04_06.htm

¹¹⁷ http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/amsterdam_treaty/index_pt.htm

¹¹⁸ Disponível em <http://ec.europa.eu/citizens-initiative/public/?lg=pt>

¹¹⁹ http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/schengen_agreement_pt.htm

¹²⁰ http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf

4.5 O sindicalismo em Portugal

Nos meados do século XIX o desenvolvimento, em Portugal, era muito incipiente. A dependência económica e financeira de Portugal face à Inglaterra deveu-se ao tratado de Methuen que durou de 1703 a 1836 e que envolvia a troca entre os produtos têxteis ingleses e o vinho português, o que levou a economia portuguesa à estagnação. A principal consequência deste tratado foi o abandono da política de fomento industrial¹²¹.

A instabilidade política após a revolução liberal de 1820¹²² e a guerra civil entre 1828 e 1834 não foram propícias à organização de movimentos dos trabalhadores (Cardoso, 2004). Com a Constituição liberal de 1822¹²³ e as reformas legislativas de Mouzinho da Silveira são extintas as corporações de ofícios. A partir da revolução de 1836 com a restauração da Carta Constitucional¹²⁴, que enumerava os direitos dos cidadãos, como direito de liberdade de expressão, estavam criadas as condições para o aparecimento de movimentos de trabalhadores (Bonifácio, 1982).

Assim, em 1838 surge, em Lisboa, a primeira associação mutualista portuguesa, a Sociedade dos Artistas Lisbonenses¹²⁵, as Associações dos Operários, dos Alfaiates e em 1852 o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas¹²⁶, que tinha também na sua conceção os princípios do mutualismo e da conciliação de classes. Em 1853 é criada a Associação dos Tipógrafos Lisbonenses.

Em 1871 dá-se a Comuna de Paris, considerada a primeira experiência histórica de governo popular ou governo dos trabalhadores. As profundas alterações vividas durante tão curto espaço de tempo contribuíram para uma mudança significativa no movimento operário e sindical à escala mundial. “*A despeito de todos os seus erros, a Comuna de Paris é o modelo mais grandioso do movimento operário proletário do século XIX*” (Lénine, 2011).

¹²¹ [http://www.infopedia.pt/\\$tratado-de-methuen](http://www.infopedia.pt/$tratado-de-methuen)

¹²² O livro “José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820” de Maria João Morgado narra os factos, tal como ocorreram, ao longo do processo conspirativo que conduziu ao 24 de agosto de 1820

¹²³ Constituição de 1822: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1822.pdf>

¹²⁴ A Monarquia Constitucional (1820-1910) é debatida no website do Parlamento:

<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AMonarquiaConstitucional.aspx>

¹²⁵ “Textos de Economia Social”, documento publicado pela Cooperativa António Sérgio:

http://www.cases.pt/0_content/actividades/doutrina/Textos_de_economia_social.pdf

¹²⁶ Jornal nº 1 na Biblioteca Nacional: http://purl.pt/17413/4/j-3113-p_PDF/j-3113-p_PDF_24-C-R0150/j-3113-p_0000_1-8_t24-C-R0150.pdf

A influência dos debates ideológicos em torno do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, a Comuna de Paris e a fundação da AIT, em 1864, chegavam a Portugal. Em 1871 é reconhecida personalidade jurídica às associações de trabalhadores, o que vai permitir a criação de federações associadas de trabalhadores. Nesse ano os trabalhadores portugueses aderem à AIT. A Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa é criada em 1873, com objetivos de classe, intensificados pelo crescimento urbano e pelo agudizar das contradições sociais. O Partido Socialista surge em 1875, com a ambição de ser o partido dos trabalhadores e da classe operária mas, à semelhança do que acontecia na Europa, caiu rapidamente em descrédito junto dos trabalhadores. Os acontecimentos de Chicago, em 1886, que deram origem ao 1º de maio, influenciaram a reivindicação de horários laborais de oito horas diárias. No Congresso Sindical e Cooperativo, em 1909, aponta-se para a criação de associações de classe ou sindicatos profissionais, formando federações regionais e nacionais, bem como outras estruturas de interligação, de forma a ser possível a criação de uma Confederação Nacional.

No ano seguinte a monarquia cai. Dá-se a implantação da República no dia 5 de outubro de 1910. Inicia-se um período de lutas e de agitações sociais intensas, explosão de reivindicações e greves nos finais de 1910 e em 1911 e o governo republicano, temendo o poder que teria um movimento sindical realmente organizado junto das bases, toma medidas de tal forma drásticas que Afonso Costa, em 1913, ganha a alcunha de “racha sindicalistas” (Medina, 1981), dada a perseguição que promoveu ao movimento sindical e, mais concretamente, aos seus dirigentes.

Em 1914 sindicalistas reformistas e anarquistas criaram a União Operária Nacional (UON)¹²⁷, a qual constituiu a primeira central sindical portuguesa¹²⁸ e que se manifestou contra a participação de Portugal na guerra. A criação da UON coincidiu com a rutura entre o governo republicano e o movimento sindical, veio afirmar ascensão de anarquistas e sindicalistas revolucionários e liquidar o papel do Partido Socialista como partido de vanguarda das massas trabalhadoras (Noronha, 1993).

Em 1916 Portugal entra na guerra, apoiando os Aliados, o que teve consequências drásticas na vida dos portugueses: falta de géneros alimentícios, práticas especulativas e

¹²⁷ O historiador Álvaro Arranja faz uma resenha histórica: <http://www.esquerda.net/artigo/no-centenario-da-união-operária-nacional/31703>

¹²⁸ Acervo documental da CGTP: <http://cad.cgtp.pt/images/stories/CGTP-CULTURA/cgtpcultura-1-2010.pdf>

forte diminuição do poder de compra. A pretexto de uma vaga de assaltos a estabelecimentos, em parte justificada pelo açambarcamento de bens alimentares, o governo desencadeia uma violenta ofensiva contra os sindicatos.

Em 1917 a UON apoia o golpe de estado, enganada pelas promessas que lhe foram feitas sobre as reivindicações mais prementes dos trabalhadores¹²⁹, como as 8 horas diárias de trabalho. Em 1918 Sidónio Pais é assassinado e a UON teve um papel fundamental na defesa da República, apelando aos trabalhadores para se mobilizarem e manifestarem. Estas movimentações ajudaram à restauração da legitimidade republicana. A influência dos sindicatos na sociedade vê-se reforçada. Os trabalhadores recuperam o poder de compra que tinham antes da guerra e é publicada a lei das 48 horas semanais para os trabalhadores da indústria e do comércio. Em 1919 é criada a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e extinta a UON¹³⁰. Nasce o jornal “A Batalha” como o jornal do operariado português.

A revolução russa reflete-se na sociedade portuguesa. Em 1921 é criado o Partido Comunista Português. A CGT divide-se entre sindicalistas revolucionários e anarcossindicalistas. A partir de 1922, começou a ser afetada pela ação dos militantes comunistas. A CGT inscreve-se numa fase de declínio da influência anarcossindicalista no movimento operário português, que ocorre na fase final da República e, sobretudo, no período da Ditadura Militar e do Estado Novo¹³¹. De qualquer forma, até à ditadura militar, a 28 de maio de 1926, a CGT desempenhou um papel importante na luta dos trabalhadores contra a repressão governamental que se abateu repetidas vezes sobre ela encerrando sedes e encarcerando os seus dirigentes.

O golpe militar de 1926 é um revés para as aspirações sindicais e para os ideais revolucionários. Acabou com o regime parlamentar e culminou com a nomeação de António de Oliveira Salazar para a presidência do Conselho e com a Constituição de 1933. Dá-se início ao Estado Novo, o regime ditatorial que durou 50 anos. É promulgada legislação que dissolve as organizações sindicais existentes, estabelecendo o sindicalismo corporativo, com o controle absoluto do Estado. Assim mesmo, as organizações

¹²⁹ Publicação da Seara Nova em <http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/161/Centen%C3%A1rio-da-Rep%C3%ABlica-O-Sindicalismo-na-I-Rep%C3%ABlica.htm>

¹³⁰ http://fiequimetal.pt/fstiep/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=411

¹³¹ Documentação no Arquivo histórico-sindical da Universidade de Évora: <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/arquivo/?p=creators/creator&id=1>

representativas dos trabalhadores (Comissão Inter-Sindical, Confederação Geral do Trabalho, Federação das Associações Operárias e Sindicatos Autónomos), mobilizam comunistas, socialistas e anarquistas e juntam-se numa frente única contra o fascismo na greve de 1934. A repressão abateu-se sobre os grevistas. A Marinha Grande é ocupada por militares durante vários dias, efetuam-se milhares de prisões em todo o país, os presos são deportados¹³².

A crise económica, a falta de géneros alimentícios, durante a II Guerra Mundial, leva os trabalhadores a várias greves e manifestações em todo o país, organizadas, principalmente, pelo PCP. Em 1943 e 44 várias foram as manifestações das populações terminando em 1944 com dois dias de greve *pelo pão e pelos géneros*¹³³.

O pós-guerra levou à derrota do fascismo à escala internacional e o Estado Novo dá uma aparência de abertura democrática permitindo eleições livres nas estruturas sindicais. Em 1945 é criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD)¹³⁴, que faz uma forte oposição ao regime fascista o que leva à sua ilegalização em 1948 com o pretexto de que tinha fortes ligações ao PCP.

A censura da imprensa, as dificuldades em organizar reuniões, o controle financeiro por parte do Estado e a política de repressão impediram o sucesso das tentativas dos comunistas. A CGT foi perdendo a sua influência. Até 1970 passou-se um longo período durante o qual não existiu movimento sindical organizado, legal ou clandestino, em Portugal. A maioria dos sindicatos corporativos não teve qualquer possibilidade para organizar as massas trabalhadoras.

Em 1970 morre Oliveira Salazar que já tinha sido substituído por Marcelo Caetano. Esta mudança (a partir de 1969) repercutiu-se de imediato no aparecimento de um setor sindical oposicionista. O processo de reanimação sindical iniciado em 1969 fora protagonizado

¹³² Resenha histórica na Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Elétricas de Portugal em http://fiequimetal.pt/fstiep/index.php?option=com_content&task=view&id=466&Itemid=188, no Militante, do PCP, em <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/298/Efemeride/296/18-de-Janeiro-de-1934---Uma-data-historica-a-nao-esquecer.htm> e retrospectiva na Câmara Municipal da Marinha Grande em <http://ww2.cm-mgrande.pt/Site/Frontoffice/default.aspx?module=Article/Article&ID=352>

¹³³ Documento das Edições Avante em

http://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/2014_exposicao_greves_8_9_maio_1944.pdf

¹³⁴ Documentos na Biblioteca e Arquivo de Pacheco Pereira em

<http://ephemerajpp.com/2009/03/07/correspondencia-do-mud-1945/> e visão do PCP em

<http://dorl.pcp.pt/index.php/historia-do-pcp-menumarxismoleninismo-103/85-momentos-da-historia-do-pcp/207-artigos-de-85-momentos-da-historia-do-pcp/259-o-mud-a-unidade-antifascista-e-o-pcp>

em grande parte por comunistas e católicos (Barreto, 1994). Note-se que durante o regime fascista existiram escolas sindicais católicas, como a Liga Operária Católica (LOC) e a Juventude Operária Católica (JOC), embora não existam estudos sobre as suas ligações claras, como refere José Barreto. Os jovens católicos, ligados ao Centro de Cultura Operária (expressão da JOC e LOC), exerciam grande influência, assim como os jovens que haviam pertencido ao movimento estudantil universitário, influenciados pelas lutas de maio de 1968 em França.

Em outubro de 1970 começaram a organizar-se reuniões sindicais, tendo sido criada uma estrutura sindical informal - a Intersindical (Barreto, 1990)¹³⁵ que *“no âmbito dos sindicatos corporativos, lutavam e assumiam a defesa dos interesses da classe trabalhadora, num contexto de luta contra o fascismo, a guerra colonial e pela descolonização”*¹³⁶.

A revolução do 25 de abril de 1974 pôs fim à ditadura fascista. O Partido Comunista saiu da clandestinidade. A Intersindical, que havia estado na clandestinidade entre 1970 e 1974, apareceu como força sindical unitária antifascista. O PCP era a tendência maioritária no seio do movimento sindical. As tendências políticas minoritárias eram representadas pelos católicos progressistas e pelos socialistas. No 1 de maio de 1974 participam 1 milhão de portugueses, festejando a democracia e a liberdade.

Em 1975 realizou-se o I Congresso da Intersindical. A Intersindical passou a ser a central nacional única dos trabalhadores portugueses. Contudo, os conflitos entre comunistas e os diferentes grupos da minoria no seio da Intersindical Nacional levaram à constituição do Movimento Autónomo de Intervenção Sindical e em 1977 deu-se a rutura, depois da alteração da lei sindical que veio reconhecer o princípio da pluralidade sindical. A Intersindical adotou o nome de Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN). Em 1978 vários sindicatos aprovaram a Lei de Princípios e os Estatutos daquela que viria a ser a União Geral dos Trabalhadores (UGT), cujo primeiro congresso aconteceu em 1979.

Em 1984 é criado o Conselho Permanente de Concertação Social. Existem fortes ingerências partidárias. No final da década de 1980 a CGTP assume o seu lugar no

¹³⁵ A cronologia histórica da GGTP pode ser consultada em <http://www.cgtp.pt/acgtp/historia/historia.html>

¹³⁶ Estatutos da CGTP: http://www.cgtp.pt/images/stories/Estatutos_CGTP-IN_bte17_2012.pdf

Conselho. Este é extinto em 1992 com a criação do atual Conselho Económico e Social (CES)¹³⁷. Deste passou a fazer parte a Comissão Permanente de Concertação Social, que herdou as competências, atribuições e composição do Conselho Permanente de Concertação Social.

Nas últimas décadas estas duas centrais sindicais reúnem centenas de sindicatos, embora a CGTP mantenha um número de associados superiores à UGT (Sousa, 2011)¹³⁸. Contudo há, hoje, um problema de representatividade devido à baixa taxa de sindicalização em muitos setores e empresas. A progressiva passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços, reforça as dificuldades ligadas ao aumento da precariedade e a novas formas de organização do trabalho. Tem, também, défices de representação em alguns setores sociais, principalmente os jovens.

A literatura sublinha a importância de aproveitar as capacidades e recursos dos sindicatos e Lévesque & Murray (2010) sublinham que os sindicatos enfrentam uma menor participação na sua vida e limitados níveis de engajamento por meio das suas estruturas deliberativas.

4.6 Os sindicatos de professores

Em Portugal, como na maioria dos países europeus, o associativismo docente teve a sua origem no mutualismo e o seu período áureo ocorreu na I República, afirmando-se como um protagonista incontornável no campo social e educativo nos primeiros anos do Século XX (Tavares, 2014). A criação de associações de professores constituiu historicamente um dos passos mais importantes dados no sentido da profissionalização da atividade docente (Nóvoa, 1987).

O objetivo deste trabalho não é fazer a história exaustiva do associativismo e sindicalismo docentes, em Portugal, mas traçarmos um brevíssimo historial de algumas fases importantes de afirmação associativa e sindical dos professores portugueses.

A primeira organização de professores remonta a 1813. Chamou-se Monte Pio Literário (Fernandes, 1989). Tratava-se de uma organização de carácter essencialmente mutualista mas que, mesmo assim, merecia forte desconfiança do poder. Rogério Fernandes refere

¹³⁷ Constituição e composição do CES: <http://www.ces.pt/download/598/CESLegConsComp.pdf>

¹³⁸ A CGTP e a UGT representam, respetivamente, 64,2% e 25,1% dos sindicalizados

que “(...) o Monte Pio não é, nem de longe, uma organização sindical como as que despontarão em fase mais adiantada do século” e “Até a acusação de cripto-maçonismo ... Governador das Armas da Província da Beira, General Vitória, cujo quartel se situava em Vizeu e que oficiaria ao Intendente Geral da Polícia, declarando-lhe que a título do Monte Pio Litterario alli em secreto Club se juntavão homens perigosos, e que attentavão contra a legitimidade do soberano”.

O Monte Pio esbarra desde o início com a hostilidade declarada da Junta da Directoria Geral dos Estudos, do Comissário de Estudos em Lisboa e outras autoridades políticas, segundo Rogério Fernandes, acrescentando que no quadro do Antigo Regime não havia lugar para o associativismo livre. Marcada por estes constrangimentos da época, por divisões internas e problemas financeiros, esta associação não prosperou.

Com a revolução liberal de 1820 são criadas outras associações de professores (Brás & Gonçalves, 2009): a Associação de Professores, em 1854; a Associação de Docentes Progresso pela Instrução, em 1868; a Associação de Professores de Instrução Primária de Lisboa, em 1886; a Associação de Socorros Mútuos do Corpo Docente Primário Português, em 1897, a “primeira forma de movimento organizado dos professores primários de todo o país” (Bento, 1978). Os professores de instrução primária foram, aliás, os grandes impulsionadores do associativismo docente, conduzindo à criação das primeiras organizações da classe tendo por base o grau de ensino (Nóvoa, 1987).

A característica mutualista mantém-se mas, por exemplo, os estatutos da Associação de Professores afirmava que os seus objetivos eram também “promover o bem-estar dos sócios e difundir e melhorar a educação pública”. Esta associação publicou o Jornal da Associação de Professores, entre 1856 e 1862, que abordava questões ligadas à união e coesão entre os professores, o insucesso escolar, as características e seleção de manuais escolares, entre outras.

Alguns dos problemas de hoje são como os de outrora. Em abril de 1897, o congresso promovido pela Associação de Socorros Mútuos do Corpo Docente Primário Português e que foi presidido por Bernardino Machado, que veio a ser presidente da República, dirige ao governo um documento onde se reclamavam melhores vencimentos, pagamento das rendas de casa, melhoria nos edifícios escolares, casas para os professores (Bento, 1978).

No ano seguinte surge o Grémio do Professorado Livre Português. Este publica a revista “*Ensino Livre*” que faz a apologia do ensino privado e dos professores particulares (Magalhães, 2011).

A primeira organização de professores do ensino secundário nasce, apenas, em 1904 numa reunião no Liceu Central de Lisboa, hoje Escola Passos Manuel. É a Associação do Magistério Secundário Oficial que, segundo Gomes Bento, entra em declínio em 1908 e renasce em 1911 com o nome de “*Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais*” (Pintassilgo, 2008).

A ditadura de João Franco retirou direitos aos professores. São retirados os subsídios de residência, abolidas as gratificações por exames e é decidido um aumento ridículo de um pataco por dia, o que fez com que a reforma ficasse conhecida entre os professores por *reforma pataqueira* ou *reforma do pataco* (Bento, 1978). São proibidos os congressos que não tenham exclusivamente por objeto questões pedagógicas e, ainda assim, com o programa dos congressos a ser objeto de apreciação e autorização prévia do governo.

Todavia, ainda em 1907, nasce a Liga Nacional do Professorado Primário Português, mas é a partir da implantação da República que os esforços associativos dos professores ganham uma certa consistência, podendo falar-se com legitimidade da constituição de verdadeiras associações profissionais de classe. A República dá ao professor primário novo valor e nova missão. Manuel de Arriaga, no seu discurso aos participantes do terceiro congresso pedagógico, em 1912, profere esta frase: “*Eu desejaria, a cada um dos congressistas, individualmente, apertar a mão, e demonstrar, em nome da Nação, a grande esperança que todos vemos desabrochar na alma popular, confiante no início de uma pátria nova redimida pela instrução. Os grandes mentores, pais espirituais, da geração nova, são os professores, são os professores. Saúdo-vos comovidamente. A pátria confia em vós; a minha soberania é a vossa*”¹³⁹.

Estamos chegados ao período republicano. A primeira iniciativa organizativa dos professores nasce no Porto com a criação, em 1911, do Sindicato dos Professores Primários de Portugal. Em 1915 é criado o Grémio dos Professores Primários e em 1916 a Associação Geral dos Professores Primários de Portugal e a Associação dos Professores do Liceu do Norte.

¹³⁹ In Novoa (1987), vol. II, p.531

A partir de 1916 o Sindicato dos Professores Primários de Portugal inicia um processo de reorganização e de unificação de todas as associações e grémios. Esse processo culminou com o congresso constituinte da União do Professorado Primário Oficial Português (UPPOP), realizado a 20 de Junho de 1918. Esta organização estruturava-se em Núcleos Concelhios e Círculos Escolares, Conselho Central e uma Comissão Executiva. Anualmente realizava-se uma Assembleia Magna. Foi a mais importante organização do movimento sindical dos professores portugueses, segundo Novoa (1987).

Em 1919 é criada a Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais e em 1924 a Associação dos Professores de Portugal. Em 1926 é criada a Federação dos Professores dos Liceus Portugueses que, em 1930, passa a designar-se Associação dos Professores dos Liceus Portugueses.

Com as políticas da República em descrédito, com a greve geral promovida pelo movimento operário em novembro de 1919 (em que os professores não participaram), o grande debate estava centrado na convergência da luta dos professores com os outros trabalhadores e a sua participação na Confederação Geral do Trabalho o que não veio a acontecer. Contudo a UPPPOP participava nos seus congressos e apresentava documentos e moções que foram aprovadas. A UPPPOP chega a editar um jornal semanal *O Professor Primário*, que dura até 1932, ano em que a ditadura proíbe a sua edição.

A União e os professores do ensino primário aderem à greve geral do funcionalismo público que durou de 4 a 10 de março de 1920; foi a primeira greve dos professores portugueses. De 1918 até 1927, data em que os seus principais dirigentes foram presos, a União representou uma associação de professores de grande vitalidade tendo dado um contributo decisivo para a melhoria das condições socioeconómicas e do estatuto profissional dos professores primários.

O início da ditadura militar representa uma fase negra para a União. Os seus dirigentes são perseguidos e ela própria é dissolvida em outubro de 1927 (Pintassilgo, 2008).

Também na Primeira República, tal como em períodos anteriores, o movimento dos professores do ensino secundário reergue-se mais tarde do que no ensino primário. A Associação do Magistério Secundário Oficial estava paralisada. A denúncia desta situação anémica inicia-se em Aveiro, no então Liceu Vasco da Gama, no ano de 1924.

Fazem seguir para todos os liceus existentes no país uma circular onde propõem a criação do Magistério Liceal. Devido ao baixo número de adesões o projeto cai. A Associação retoma alguma atividade sob o nome da Federação dos Professores dos Liceus Portugueses. É lançada a revista *Labor* que esteve em atividade até 1973¹⁴⁰.

A ditadura tinha chegado. Ainda assim, os professores da *Labor* apresentaram reivindicações que o regime tolerou e até aceitou. Os dirigentes da Federação dos Professores dos Liceus Portugueses estavam já envolvidos nos corredores e manobras ministeriais. Os professores da *Labor* conseguiram impor um congresso de 10 a 12 de Junho de 1927. A ditadura calou muitas das reivindicações, quer através de legislação repressiva, quer através de repressão efetiva na forma de violência.

A ditadura chegou! Fez-se silêncio! O Decreto 23048, de 23 de Setembro de 1933, no seu artigo 39, proíbe a existência de qualquer associação de funcionários públicos¹⁴¹. Durante o período da ditadura foram proibidas quaisquer organizações livres de classe e Manuel Tavares (2014) argumenta que essa proibição impediu, de algum modo, a reflexão sobre a profissão docente e, simultaneamente, uma reconstrução histórica do seu passado.

Durante cerca de 50 anos, entre 1933 e 1974, o regime em vigor em Portugal, o Estado Novo, restringiu os direitos e a liberdade de associação. O Estatuto do Trabalho Nacional de 1933 previa a existência de sindicatos nacionais, grémios empresariais e as ordens profissionais dos médicos, advogados e engenheiros. O associativismo sindical e o associativismo profissional estavam sob tutela do estado que, através do Ministro das Corporações, homologava e nomeava as direções eleitas, tendo ainda o poder de suspender, destituir e dissolver tanto as direções como os próprios organismos. Aos funcionários públicos não era reconhecido o direito de associação. Eram também proibidas as filiações internacionais, o pluralismo interno e a autonomia (Freire et al., 2004).

Durante o Estado Novo só será consentida a existência de um Sindicato Nacional dos Professores de Ensino Particular, fundado em 1939¹⁴², e que é integrado na orgânica

¹⁴⁰ Um pouco da sua história encontra-se no Agrupamento de Escolas de Aveiro em http://agrupamentodeescolasdeaveiro.pt/hc/index_files/historia_HC.pdf

¹⁴¹ Diário da República em <http://www.dre.pt/pdfIs/1933/09/21700/16551658.pdf>

¹⁴² No Diário da República de 27 de outubro de 1939, artº I “... ficam obrigados ao pagamento da joia e cotas a que por disposição estatutária estão sujeitos todos os professores que exerçam ou venham a

corporativa do regime (Pintassilgo, 2008), mais tarde chamado, apenas, com o nome abrangente de Sindicato Nacional dos Professores, cujos estatutos foram homologados em 1962. O Sindicato publicará, entre 1958 e 1966, o Boletim do Sindicato Nacional dos Professores.

Helena Pato (2009) localiza o reinício do movimento dos professores em 1969 com o II Congresso Republicano em Aveiro¹⁴³, devendo-se, segundo a autora, ao período de preparação das eleições legislativas de 1969¹⁴⁴. Em maio desse ano decorria a crise académica de Coimbra, que teve grande impacto e uma tal dinâmica que viria a deixar marcas no movimento oposicionista.

Segundo Helena Pato sabia-se que o movimento então gerado estava condenado ao fracasso, caso se limitasse a apresentar candidatos à farsa eleitoral, e afirma que, com base nesta ideia do PCP, entendia que aquele processo devia sobretudo servir para *lutar contra a repressão, pela libertação dos presos políticos e por objetivos concretos imediatos, pelo direito de expressão e pensamento, pelo direito de organização e reunião*. Tratava-se de implementar um processo político que aproveitasse a situação de alguma abertura com que o regime fascista pretendia colorir a farsa eleitoral. Ora, é este processo que leva à organização de reuniões de diversos setores profissionais, em várias localidades, mas sobretudo na região de Lisboa e margem sul, também de professores.

Após estas eleições a repressão aumentou, mas apesar disso sucediam-se as greves. Em 1970 é criada uma organização clandestina - a Intersindical Nacional. Helena Pato afirma que, por essa altura, se começaram a realizar as primeiras reuniões de professores da Escola Francisco Arruda, em Lisboa, que tinha como diretor um homem tolerante – Calvet de Magalhães.

A situação dos professores do ensino preparatório e secundário era dramática – 80% eram provisórios ou eventuais, o que significava que, por exemplo, nas chamadas férias

exercer o magistério particular no continente”:

<http://www.dre.pt/pdf1s%5C1939%5C10%5C25100%5C11431143.pdf>

¹⁴³ Resenha histórica do I e II Congresso no Militante do PCP em

<http://www.omilitante.pcp.pt/pt/300/Efemeride/328/Sobre-o-II-Congresso-Republicano-de-Aveiro.htm> e da Associação 25 de abril em

<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=2&c2=7&glossario=Congresso%20da%20Oposi%E7%E3o%20Democr%Etica>

¹⁴⁴ Candidatos da oposição à Assembleia Constituinte no *website* do Parlamento

http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/Candidatos_Oposicao.pdf

grandes, não tinham salário (Grácio, 1983). Todos os autores são unânimes em afirmar que radicou nesta extrema exploração o processo que levou à criação dos Grupos de Estudo, que está na origem da publicação, com início em 1971, do emblemático boletim *O Professor* e da fundação, já em período democrático, de sindicatos de professores. Manuel Tavares em entrevista a Agostinho Lopes, um dos impulsionadores do Grupo de Estudos, refere que *Ele surge muito na base do principal problema concreto dos chamados professores provisórios ou eventuais, o pagamento das férias. O facto de este professor chegar ao fim de Julho e ficar desempregado à espera de um novo ano letivo, sem vencimento durante agosto e setembro, foi o principal impulsionador para a emergência dos Grupos de Estudo.*

No final do ano letivo 1969/70 um grupo de professores avança com a criação dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (Grácio, 1983). As reuniões realizavam-se na Escola Francisco Arruda. Em fevereiro de 1971, na chamada primavera marcelista¹⁴⁵, Veiga Simão apresenta um projeto de reforma educativa que para uns, desempenhou um papel de controlo com o objetivo de neutralizar e/ou quebrar a unidade de oposição e para outros, atuou como agente de democratização da sociedade portuguesa, ou seja, cumpriu, antes de mais, uma função de melhoramento social (Stoer, 1983).

Embora enquadrado no governo repressivo de Marcelo Caetano, é a partir desse processo de reflexão temporariamente tolerada que numa reunião na Escola Francisco Arruda, por proposta de António Teodoro¹⁴⁶, é aprovada a primeira organização formal dos professores dos ensinos preparatório e secundário, o Grupo de Estudos de Lisboa.

É sob este clima repressivo que se realiza o 1.º Encontro Nacional dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios onde se toma a deliberação de encetar diligências para a criação de uma Associação de Professores. Os Grupos de Estudo decidem em Congresso dar expressão ao alargamento e aprofundamento da sua base de apoio. Em 1969 tinha-se desencadeado um movimento reivindicativo de professores provisórios

¹⁴⁵ Este período correspondeu ao início da governação de Marcelo Caetano e caracterizou-se por uma certa abertura do regime a alguma modernização económica e social

¹⁴⁶ Fundador do movimento sindical docente português, integrou os Grupos de Estudo entre 1971 e 1974, primeiro presidente do maior sindicato de professores (1979-1989) (SPGL) e primeiro Secretário-geral da Federação Nacional de Professores (1983-1994). Nessa condição, participou em todas as negociações dos documentos que passaram a regular a profissão docente. A ele se deve a transição de um sindicalismo revolucionário para a afirmação dos sindicatos de professores como forças reflexivas e atuantes na sociedade portuguesa (Tavares, 2014)

pela melhoria do estatuto profissional, pelo direito de reunião e de associação, e pela participação na discussão de um modelo de profissionalização docente. Este movimento, iniciado por um grupo de professores saídos das lutas estudantis de 1962, em Lisboa, e de 1969, em Coimbra, e que, nas Universidades, *tiveram a ousadia de pôr em causa o regime ditatorial e um ensino livresco, medieval, autoritário e antidemocrático, lutando pela desmedievalização das universidades e do respetivo ensino ministrado* (Tavares, 2014), deu origem à formação do primeiro *Grupo de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário* (GEPDES) (Ricardo, 2004). Tavares (2004) afirma que a criação deste grupo representa uma espécie de código genético dos sindicatos de professores tal como hoje os conhecemos. Estes grupos passaram por vários nomes, como *Grupos de Estudo de Professores Eventuais e Provisórios, Grupos de Estudo dos Professores do Ensino Secundário* e *Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório* (Teodoro, 1992).

A luta protagonizada por estes professores não se podia desligar das pressões realizadas por toda a oposição ao regime, em particular, os opositores ligados ao *Partido Comunista Português* e à *Comissão Democrática Eleitoral*¹⁴⁷ (CDE), em consequência disso, alguns membros intervieram, a título individual, no III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, em 1973 (Grácio, 1983).

Em 1971, no desafogado ano de discussão pública participada dos projetos de reforma do ensino, há 14 Grupos de Estudo e, num total de 450, são 138 (pouco mais de um terço) os estabelecimentos de ensino onde há delegados eleitos ou provisórios dos grupos.

O Caderno *O Professor* era o único veículo de informação de que o movimento dispunha. Contudo, os professores contavam com jornais e revistas de cariz liberal, como o *Diário de Lisboa*, o *República* e o *Seara Nova*, a *Capital*, o *Diário de Notícias*, *Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias* e o *Expresso*, as revistas *Flama*, *Vida Mundial* e *Século Ilustrado*, para a divulgação das suas iniciativas (Ricardo, 2004).

¹⁴⁷ Para além do PCP, a CDE foi uma das mais importantes organizações políticas da Oposição Democrática ao regime do Estado Novo, em Portugal, antes do 25 de abril de 1974. Foi fundada em 1969, atuando por meio de comissões democráticas eleitorais, para concorrer às eleições legislativas. Depois do 25 de abril de 1974 deu origem ao Movimento Democrático Popular (MDP/CDE) partido político com assento parlamentar nas primeiras legislaturas, cujo principal líder foi José Manuel Tengarrinha

Em 1971 o Ministro admite o direito de reunião dos docentes. Isto, em conjunto com a abertura facultada por Veiga Simão de colocar à discussão dos professores a reforma educativa, foi aproveitado pelos professores e divulgado por todo o país pelos Grupos de Estudo.

Por todo o país crescia o debate e ação dos professores. Realizam-se reuniões nacionais, regionais e de escola onde as questões centrais eram o pagamento das férias a todos os professores, a aprovação de um estatuto que fosse discutido pela classe, a criação de uma Associação de Professores, a melhoria do ensino e dos métodos pedagógicos. Durante estes anos foram entregues vários abaixo-assinados ao Ministro. Segundo Ricardo (2004) o jornal *República* publica, em 1973, uma notícia com o título *Professores reclamam o reconhecimento dos direitos sindicais*, o *Expresso* *Em projecto um novo estatuto dos professores* e o *Diário de Lisboa* publica um caderno em que afirma *A existência da Associação de Professores é uma condição necessária para a participação colectiva dos professores na definição da sua situação profissional*.

No início de 1974 a repressão regressa. O Ministério compara os Grupos de Estudo a associações secretas e alerta para os riscos que os seus membros corriam, desde prisão ao afastamento da função pública, desde multas à suspensão dos direitos políticos. O Ministro publica o Despacho 9/74 que, no dizer de Mário Nogueira¹⁴⁸, *o regime tentou eliminar os Grupos de Estudo, mas, apesar disso, fevereiro e março desse ano foram fortíssimos em acção e abril desfez-se em Liberdade*.

Sim, chegou a liberdade! Deu-se a revolução do 25 de abril de 1974. A instauração da democracia extingue o regime corporativo, estabelece os princípios da liberdade de associação e reconhece como atores sociais e políticos os sindicatos e as associações patronais ou empresariais. Prevê, para além disso, a sua integração e participação em diversos órgãos de consulta ou de decisão política, mas com autonomia em relação ao Estado. O Estado deixa de intervir na criação dos organismos ou na aprovação das suas direcções.

Segundo Francisco Almeida, membro do secretariado nacional da FENPROF e um dos seus fundadores, na noite de 2 de maio de 1974 os *homens e mulheres dos Grupos de Estudo*

¹⁴⁸ Intervenção de Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF, no colóquio “Educação e Res Publica” da revista “A Página da Educação”:
http://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_115/Doc_5041/Doc/FENPROF_5041.pdf

estavam à porta da Escola Manuel da Maia para dirigir o primeiro plenário em liberdade. Como os professores não cabiam no pavilhão da escola foram para o Pavilhão dos Desportos. Aí criaram o primeiro sindicato de professores depois do 25 de abril: o SPGL.

Segundo Helena Pato, neste encontro, foi decidida a criação de um sindicato de professores, escolhida uma *Comissão Directiva Provisória* (CDP) para proceder à sua organização e pelo presidente do único sindicato de professores autorizado na ditadura - o *Sindicato Nacional de Professores* - foi anunciada a decisão de essa estrutura se integrar no movimento sindical nascente. Segundo a autora, estavam lançadas as bases para a criação do *Sindicato dos Professores da Grande Lisboa* (SPGL)¹⁴⁹. Por sua vez, Leite (2003) afirma que este foi o percurso de nascimento do *Sindicato dos Professores da Grande Lisboa* (SPGL), ao qual se seguiu, também ao mesmo tempo, a formação de outros sindicatos, como o Sindicato da Zona Norte, da Região Centro, da Zona Sul, da Madeira e dos Açores.

Stoer (2008)¹⁵⁰ afirma que *o SPGL é, sem dúvida, o principal sindicato de professores em Portugal. Desde 1974, e mesmo antes, se se contar com a atividade dos membros dos Grupos de Estudo, o SPGL tem liderado o processo de definição duma política sindical para os professores.* Manuel Tavares (2014), por sua vez, afirma que *uma das questões que assume grande relevância diz respeito à influência dos Grupos de Estudo na organização do sindicalismo docente logo após a revolução de abril de 1974, dado que, logo no mês de maio foram constituídos os sindicatos de professores a nível nacional, divididos por regiões (Norte, Centro, Grande Lisboa e Zona Sul).*

A democratização do ensino aconteceu com o 25 de abril e teve a sua expressão máxima em termos participativos nos dois anos consequentes à Revolução dos Cravos. Face ao cenário que caracterizava a realidade educativa do país, o que aconteceu nesses dois anos foi uma verdadeira revolução, com tudo o que de imprevisibilidade e de rutura comporta o conceito. Segundo Stoer, de um momento para outro, deu-se *uma deslocação do poder do Ministério da Educação para as escolas, dos directores das escolas e do corpo docente tradicional para os professores progressistas e para o corpo estudantil.* Boaventura Santos (in Estanque et al., 2005) afirma que *este período venceu uma das marcas mais*

¹⁴⁹ O 1º Congresso foi realizado em 1981: <http://cad.cgtp.pt/ica/index.php/6930;isad>

¹⁵⁰ O autor faz uma análise comparativa entre as posições do SPGL e do SINDEP

distintivas do sindicalismo português: o facto de a sua força ser indissociável da influência que pode exercer sobre o poder do Estado.

Stephen Stoer argumenta que em 75/76 se assiste *a uma onda de contestação e reivindicações que ultrapassam o razoável e entram no domínio do oportunismo demagógico, do carreirismo fácil [...] e, enfim, do caos total.* A Educação, afirma, estava infestada de *infiltrações partidárias, saneamentos arbitrários, nomeações baseadas nas filiações partidárias e não na competência, criação de corpos de decisão paralelos, etc. Assim, em resumo, temos uma escola que globalmente não funciona, ou, se quisermos ser benevolentes, que funciona muito mal.*

Os sindicatos centravam, então, a sua atividade nas vertentes organizativa e reivindicativa. A reivindicação imediata dos professores, no início do período revolucionário, foi o pagamento de férias para todos os professores, que foi reconhecida pelo Ministério da Educação. Em outubro iniciavam-se negociações para obter um ajustamento na escala dos salários da função pública, equiparando os salários dos professores aos dos funcionários públicos com qualificações idênticas e dando prioridade às reivindicações dos professores do ensino primário. Depois dos acontecimentos de 11 de março de 1975, a proposta dos professores foi aceite pelo IV Governo Provisório. Concretiza-se então o maior aumento de salário dos professores, especialmente professores do ensino primário, verificado durante dezenas de anos (Stoer, 1985).

Estamos perante uma fase de afirmação do sindicalismo docente, de um sindicalismo de cariz revolucionário e reivindicativo. Era tempo de entusiasmo e de luta. Urgia fazer mudanças e controlar o caos que Stoer referiu. António Teodoro (1992) explica que as alterações foram várias tais como: afastamento dos quadros superiores do Ministério da Educação identificados com as principais reformas educativas levadas a cabo nos anos de 1974 e 1975; alterações profundas na estrutura curricular e em programas de ensino; substituição dos diretores e de parte do corpo docente das Escolas do Magistério, e alteração profunda na organização curricular e nas metodologias de trabalho utilizadas por estas escolas de formação de professores; extinção do Instituto de Inovação Pedagógica e dos Centros Regionais de Apoio Pedagógico, em instalação, e abandono de (quase) todos os programas de formação contínua dos professores; extinção de movimentos desportivos e secundarização do desporto escolar; suspensão das ações de alfabetização e de educação permanente; conflitualidade crescente entre o poder

instituído e os professores e suas organizações sindicais representativas. E a primeira greve de professores aconteceu. Estávamos em 1978.

Mas voltemos ao CDP. Segundo Stoer, o primeiro CDP estava conotado com o Partido Comunista (PCP) e as eleições seguintes, em Lisboa e Porto, a lista vencedora era conotada com o Partido Socialista. Em 1977, devido a conflitos nos elementos da direção, realizaram-se novas eleições. Segundo Stoer a lista afeta ao PCP readquiriu o controlo e a direção do movimento sindical.

As estratégias resultantes de diferentes concepções políticas tiveram como resultado a rutura do movimento sindical dos professores. Em 1978 registam-se os primeiros indícios da criação de um sindicato alternativo dos professores, sob a influência do *Movimento da Carta Aberta*, mais tarde UGT. A lei da unicidade sindical não foi consagrada na Constituição de 1976. A Intersindical deixa de ser única com o aparecimento da UGT e há uma cisão nos sindicatos. A criação da segunda central sindical faz com que os grupos de minoria que existiam na Intersindical se juntem à UGT. No ano de 1980 o *Sindicato dos Professores da Zona Norte* (SPZN) rompe com o restante movimento sindical docente; posteriormente aparece o *Movimento Sindical Independente dos Professores da Grande Lisboa* que veio a chamar-se, pouco tempo depois, *Sindicato Democrático dos Professores* (SINDEP) (Leite, 2003). Estão aqui as raízes da formação de Federações diferentes, representadas pela *Federação Nacional dos Professores* (FENPROF) e pela *Federação Nacional da Educação* (FNE), além de outras organizações menos representativas que, beneficiando da pluralidade sindical, não param de surgir.

O Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) afirma-se *primeiro sindicato de professores em Portugal*, tendo sido, a 30 de abril, lançadas as bases para o *Sindicato dos Professores da Zona Norte* (SPZN)¹⁵¹, cujos estatutos foram publicados em Setembro de 1975. Nos anos 80 há uma cisão no SPZN e muitos professores separam-se e criam o *Sindicato dos Professores do Norte* (SPN), em 1982¹⁵².

O SINDEP e o SPZN, em conjunto com outras entidades, fundam a *Federação Nacional dos Sindicatos de Professores* (FNSP), em 1982 que, em 1989, passa a denominar-se

¹⁵¹ Dados do SPZN em <http://www.spzn.pt/pt/2/hista-sup3-ria.html> e em <http://www.fne.pt/arquivo/index.php-link=bW9kdWxlcY9jb250ZW50L3ZpZXcuaW5jLnBocD9jb250ZW50X2lkPTExMQ==.htm>

¹⁵² História contada na revista do SPN, aquando do seu 30º aniversário: http://www.spn.pt/Download/SPN/M_Html/Mid_172/Anexos/SPNInf53_separata.pdf

Federação Nacional dos Sindicatos da Educação e, em 2010, *FNE - Federação Nacional da Educação*¹⁵³. A FENPROF será fundada logo após a FNE, num Congresso realizado entre os dias 27 e 30 de março de 1983.

Com a evolução do sindicalismo docente foram sendo definidos ajustamentos e reestruturado o mapa sindical. O Sindicato de Lisboa, inicialmente abrangendo o Alentejo, passou a confinar-se à Grande Lisboa. A Zona Sul criou um novo sindicato que passou a abranger o Algarve, anteriormente autónomo. Nos Açores e na Madeira também surgiram as estruturas das regiões autónomas que vieram alargar a expressão e a representatividade do movimento sindical. Finalmente, os professores portugueses a lecionar no estrangeiro decidiram também organizar-se sindicalmente.

A FNE, no seu *website*, afirma que *assenta a sua intervenção nos princípios do sindicalismo democrático defendidos pela Confederação Sindical Internacional (CSI) e pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), e ainda pela Internacional da Educação (IE e IE-CSEE)*. A FNE congrega, para além de sindicatos de professores, sindicatos de profissionais da educação, nomeadamente os sindicatos dos técnicos, administrativos e auxiliares da educação, quer se encontrem a trabalhar nas escolas quer em organismos de administração da educação. Atualmente é constituída pelos seguintes sindicatos: Sindicato dos Professores da Zona Norte, Sindicato dos Professores da Zona Centro, Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa, Sindicato Democrático do Sul, Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, Sindicato Democrático dos Professores da Madeira, Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas, Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte, Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro, Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas.

A FENPROF congrega os seguintes sindicatos: Sindicato dos Professores do Norte (SPN), Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS), Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), Sindicato dos Professores da Madeira (SPM), Sindicato dos Professores no Estrangeiro (SPE). Embora a FNE agregue um maior

¹⁵³ Historial da FNE disponível em <http://www.fne.pt/content/item/show/id/6001>

número de sindicatos, estima-se que o número de sócios das organizações filiadas à FENPROF corresponde a 69% dos sindicalizados na categoria (Leite, 2003).

Existem outros sindicatos e associações de menor expressão como o Sindicato Nacional dos Professores Licenciados, o Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades, Sindicato Nacional do Ensino Superior, Sindicato Independente de Professores e Educadores, Sindicato dos Professores e Educadores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades, Associação Sindical de Professores Licenciados, Sindicato dos Educadores e Professores do Ensino Básico, entre outros.

É importante referir que a Constituição da República Portuguesa reconhece *aos trabalhadores a liberdade sindical, condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses*. No exercício da liberdade sindical, é garantida aos trabalhadores a liberdade de constituição de associações sindicais a todos os níveis e que as associações sindicais devem reger-se por princípios de organização e de gestão democráticas e assentes na participação dos trabalhadores em todos os aspetos da atividade sindical. A Constituição reconhece, por isso, a importância dos sindicatos na construção da unidade dos trabalhadores e na defesa dos seus interesses e consagra direitos fundamentais, como o de participar na elaboração da legislação do trabalho e de se fazer representar nos organismos de concertação social.

A este propósito, Tavares (2014) argumenta que *foi no âmbito dos sindicatos de professores que se efetuaram as reflexões mais profundas e mais profícuas sobre todas as questões que, em cada momento, se entenderam prioritárias para a educação e foi, também, por meio dos sindicatos que se promoveram as grandes lutas que conduziram a substanciais melhorias na qualidade do ensino e na própria profissão docente*. E acrescenta que não existiria uma Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) *sem o empenho e a determinação, durante longos anos, dos sindicatos de professores através da discussão nas escolas dos projetos de lei dos partidos políticos e das suas propostas em oposição ou consonância com as apresentadas pelos partidos políticos* e que não existiria um regime jurídico da formação de professores nem um estatuto da carreira docente dos professores do Ensino Básico e Secundário (1989-1990) se os professores, em torno dos seus sindicatos, não tivessem travado duras lutas em prol da sua exigência e da sua efetivação.

4.6.1 Federação Nacional dos Professores

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) é a maior e mais representativa federação de professores em Portugal (Alves, 2012), representando 69% e 70% dos professores segundo Leite (2003) e Cruz (1990), respetivamente. Alves¹⁵⁴ refere, ainda, que a taxa de sindicalização dos professores, em 2006, era da ordem dos 68%.

É o mais poderoso grupo de sindicatos de professores do país em número de sindicalizados, recursos e influência política. É composto por vários sindicatos agrupados por regiões que, por sua vez, têm departamentos espalhados pela região que operam tentando resolver os problemas dos seus membros a nível local. Por exemplo, o SPRC, com sede em Coimbra, tem delegações em Viseu, Lamego, Leiria, Covilhã, Castelo Branco, Figueira da Foz, Aveiro, Guarda e Seia.

A FENPROF nasceu em 1983¹⁵⁵ e teve como sócios fundadores os Sindicatos de Professores do Norte (SPN), da Região Centro (SPRC), da Grande Lisboa (SPGL), da Zona Sul (SPZS), da Madeira (SPM), da Região dos Açores (SPRA) e na Europa, mais tarde no Estrangeiro (SPE). A sua estrutura, mostrada na Figura 16, continua a ser constituída pelos mesmos sindicatos. O seu 1º Congresso realizou-se de 27 a 30 de abril de 1983¹⁵⁶.

A FENPROF é membro da *Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública*¹⁵⁷, os seus 7 sindicatos membros são filiados na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN)¹⁵⁸. A nível internacional, é membro da *World Federation of Scientific Workers* (WSFW)¹⁵⁹, da organização *Education International*¹⁶⁰, da CPLP Educação¹⁶¹ e participa no Comité Sindical Europeu de Educação¹⁶².

¹⁵⁴ O autor, neste trabalho, faz uma análise do discurso sindical da FENPROF e da Associação Nacional de Professores. Leite (2003) faz o mesmo entre a FENPROF e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação do Brasil na década de 1990

¹⁵⁵ 1º Congresso Constituinte no Ephemera-Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira: <http://ephemerajpp.com/2014/07/14/fenprof-i-congresso-constituente-27-de-abril-1983/>. Os estatutos estão disponíveis em <http://www.fenprof.pt/?aba=27&cat=244&mid=115>

¹⁵⁶ Jornal do Congresso, nº 5, de 16 de maio de 1983, disponível no Centro de Documentação da FENPROF

¹⁵⁷ <http://www.frentecomum.com/>

¹⁵⁸ A CGTP-IN não aceita a filiação de federações, apenas de sindicatos

¹⁵⁹ <http://fints-wfsw.org/>

¹⁶⁰ <http://www.ei-ie.org/>

¹⁶¹ <http://www.cplp.org/id-345.aspx>

¹⁶² http://etuce.homestead.com/ETUCE_en.html

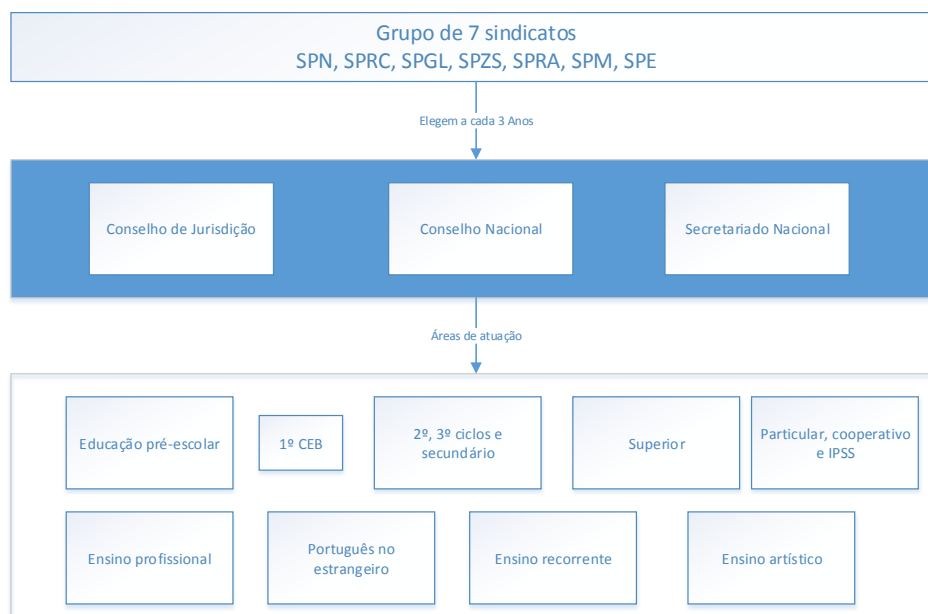


Figura 16 – Estrutura da Federação de Professores

Em 2012, segundo dados do 11º Congresso da FENPROF, o conjunto dos sindicatos totalizava 51 833 membros, distribuídos por sindicato como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 - Número de membros dos sindicatos afetos à FENPROF

Sindicato	Número de Sócios
SPN	12 654
SPRC	12 027
SPGL	16 024
SPZS	6 237
SPM	2 662
SPRA	2 155
SPE	74
Total	51 833

A FENPROF tem *website* há vários anos, onde disponibiliza, essencialmente, informação aos professores e comunicados, embora, esporadicamente, tenha algumas ferramentas de participação, como petições, formulários de sindicalização e de ajuda para os professores. Possui, atualmente, um centro de documentação *online* onde podem ser consultados documentos da vida sindical.

4.6.2 Sindicato dos Professores da Região Centro

Com o 25 de abril, os professores desencadearam por todo o País uma intensa movimentação que conduziu à constituição dos sindicatos dos professores. Em Coimbra, em 4 de maio de 1974, 600 professores da região centro decidiram constituir o seu sindicato, a exemplo do que já acontecera em Lisboa e Porto, e nomearam uma Comissão

Pró-Sindicato. Em 1977 realizaram-se as primeiras eleições. Em 1979 realizaram-se novas eleições sob forte contestação da lista que perdeu¹⁶³.

Em 22 de abril de 1982 foi criado o Sindicato dos Professores da Região Centro, que manteve os estatutos de 1975/76. A partir de 1983 elege os corpos gerentes, periodicamente. Em 1983, realizou-se o Congresso Constituinte da FENPROF, a que o SPRC adere.

Em 1987 o SPRC realiza o 1.º Congresso dos Professores do Centro e, a partir daí, apesar de não ter correspondência estatutária, realizaram-se Congressos dos Professores do Centro, onde se aprovaram resoluções e moções que têm sido tomadas sempre pelas direções do SPRC como apoio à sua ação e reflexão.

No plano regional, o 7.º Congresso, realizado em 2005, nos dias 14 e 15 de abril, em Aveiro, assumiu o SPRC como uma *força social imprescindível para a democracia, para a defesa dos direitos dos professores, educadores e investigadores, para a afirmação de uma esquerda interventiva e para o desenvolvimento social, económico e educativo da região e das suas populações, rejeitando uma visão corporativa da profissão docente e* impulsionou a unidade dos professores sem tutelas político-ideológicas como forma de combater tentativas exteriores à classe de controlo interno da profissão.

O SPRC, onde se realizaram as experiências de utilização, tem *website* desde 1999. A partir de 2005 começou a utilizar, esporadicamente, algumas ferramentas que podem ser consideradas como envolvimento *online* dos seus membros, como formulários para os professores colocarem questões legais, jurídicas ou outras. A partir de 2011, o SPRC tenta explorar ferramentas da Web 2.0, o que levou o autor a colaborar nalguns projetos para aquisição de dados para esta investigação. Durante estes anos, o autor tem seguido, de certa forma, o ambiente de trabalho do sindicato o que inevitavelmente o influenciou de alguma forma, devido à sua familiarização com a organização e relação profissional com alguns dos participantes, levando-o a criar um elevado nível de confiança, o que ajudou a reduzir potencialmente a natural falta de confiança para com os elementos fora da organização.

Incertezas institucionais levaram a dificuldades de operacionalização. Devido a isso, apesar de certos atores influentes perceberem os benefícios, a sua realização na prática,

¹⁶³ A origem do SPRC: <http://www.sprc.pt/index.php/quem-somos>

só foi possível num grau limitado.

O SPRC utiliza *mailing lists* para divulgação das suas atividades, para divulgação de legislação, para marcação de atividades de luta. Tem uma *mailing list geral* com cerca de 11000 inscritos e outras *mailing lists* que estão divididas por setores ou regiões e, ainda, outras para cada instituição de ensino superior. Possuem, também, *mailing lists* para agendamento de reuniões, auscultação de opiniões, tomadas de decisão e discussão de temas entre os diversos representantes da organização.

O seu *website* tem uma área privada onde os professores podem colocar questões jurídicas e obter as respetivas respostas e diversos módulos que são usados quando necessário: auscultação a professores sobre greves e outros assuntos, apoio a sócios sobre pedidos de documentação, eleições e locais de voto, inscrição para formação, sindicalização, inquéritos, entre outros.

4.6.3 Relações conflituosas

Uma parte significativa do conflito social na sociedade portuguesa evoluiu em torno dos sindicatos que têm desenvolvido uma longa tradição de ações dinâmicas, como greves nacionais massivas. Ligações fortes com os partidos políticos são vistos como uma das principais razões por que a confiança em lideranças sindicais está em constante declínio.

A relação entre sindicatos e Ministério da Educação foram quase sempre conflituosas ao longo dos séculos. Limitamo-nos a indicar alguns desses conflitos acontecidos em épocas recentes. Desde sempre, os executivos que assumiram a pasta da educação permaneceram sob um intenso fogo cruzado marcado por conflitos com os professores e os sindicatos.

Desde 2006, a intensidade e extensão do conflito *atingiram o seu clímax durante o mandato de Maria de Lurdes Rodrigues, dadas as profundas alterações que os projetos de reforma educativa introduziram na estrutura e desenvolvimento da carreira docente e no exercício da profissão* (Alves, 2012). Nestes conflitos ficou famosa a frase da ministra *Perdi os professores mas ganhei a opinião pública*, em 2006 e do secretário de estado, em 2008 na Assembleia da República *Vocês [deputados do PS] estão a dar*

*ouvidos a esses professorzecos*¹⁶⁴. Algumas datas foram marcantes pela sua dimensão em número de participação de professores, segundo o documento “*Plano de Ação*” da FENPROF para o triénio 2010-2013¹⁶⁵: 8 de março de 2008, cerca de 100 000 professores desfilaram na *Marcha da Indignação*; 8 de novembro de 2008, reivindicação que contou com mais de 120 000 docentes; 30 de maio de 2009, quando 80 000 voltaram em protesto às ruas de Lisboa, numa altura em que surgiam sinais que vaticinavam a curto e médio prazo o fracasso e a volatilidade do movimento dos professores por alegado cansaço, descrédito e desmobilização; as múltiplas manifestações que tiveram lugar nas capitais de distrito; as greves, as maiores e mais eficazes da história do sindicalismo docente, que se realizaram a 3 de dezembro de 2008 e a 19 de janeiro de 2009, com aproximadamente 93% e 90% de adesão respetivamente; as incontáveis vigílias de 24 horas à porta do ME; as ações de protesto dinamizadas ao nível micro das escolas, estrategicamente articuladas com a agenda sindical ou espontaneamente despoletadas, marcaram incontornavelmente três anos de fortes mobilizações coletivas de dimensão e intensidade inéditas em resistência às reformas educativas.

A resistência diminuiu durante a liderança assumida por Isabel Alçada e Nuno Crato, em 2009 e 2011, respetivamente. No entanto, os conflitos continuaram, mas de menor dimensão e em torno de medidas concretas, como a reforma da estrutura curricular, em 2012, e dos impactos que imprimiu no volume do emprego docente. As ruas de norte a sul do país transformaram-se em palcos de luta privilegiados.

Apoiando-se nas medidas globais decretadas pelo Governo em geral, o Ministério da Educação elaborou determinados decretos e despachos tais como congelamento da progressão na carreira¹⁶⁶, aumento da idade da reforma que, além de não terem sido negociados com os sindicatos, não obtiveram o acolhimento destes por serem penalizadores da classe docente em geral.

¹⁶⁴ http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1569633

¹⁶⁵ Disponível em

http://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_115/Cat_393/Anexos/PlanoDeAccao-rev24052010_JL.pdf, p.3

¹⁶⁶ O primeiro congelamento ocorreu entre 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007. A Lei n.º 43/2005, de 29 de agosto determinou a não contagem do tempo entre 30/08/2005 e 31/12/2006, tendo depois a Lei n.º 53-C/2006, de 29 de dezembro, prorrogados os efeitos da primeira por mais um ano, até 31/12/2007. Nos anos civis de 2008, 2009 e 2010, o tempo de serviço foi contabilizado, para todos os efeitos, de forma normal. A 1 de janeiro de 2011, o tempo voltou a congelar, situação que se manteve em 2012 e 2013 e continua em 2014. Neste caso, têm sido as sucessivas Leis do Orçamento do Estado para estes anos a estabelecer estes novos congelamentos

Estamos no século XXI. Passaram-se quatro décadas desde o 25 de abril. O período de 1974 e 1975 foi verdadeiramente revolucionário. Reconheceram-se as liberdades sindicais, o direito à negociação e à greve. O XVI Governo Constitucional começou com um ataque desmesurado aos professores/educadores, alterou o direito à negociação coletiva, entre outras. Esse governo e seguintes violaram os direitos dos docentes, segundo os sindicatos, levando a manifestações e greves sem precedentes. Apresentaram, muitas vezes, leis aos sindicatos depois de já terem sido aprovadas em Conselho de Ministros como é o caso, por exemplo, da alteração das condições de aposentação, acumulações, ou a alteração ao Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores. Em 2005, por exemplo, em resposta a uma série de greves, o governo impôs a obrigatoriedade de serviços mínimos na educação. A Federação Nacional de Professores (FENPROF) instaurou uma providência Cautelar contra o Ministério da Educação. O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) acionou uma queixa-crime por violação da lei de greve devido ao facto das seis coordenações educativas da região centro solicitarem o envio de listas nominais dos professores que não compareceram aos serviços mínimos.

A FENPROF denunciou, recentemente, em declarações à imprensa, que o ministério da educação e ciência de Nuno Crato tem violado constantemente a lei da negociação e desrespeitada a democracia através da imposição de medidas de reforma educativa sem diálogo prévio com as estruturas sindicais. No seu 10º Congresso reafirmou que a *dignificação e valorização da carreira docente é e será sempre uma das principais bandeiras de luta da FENPROF.*

Seguiu-se o encerramento de escolas em todo o país, a constituição de mega agrupamentos, o aumento drástico de desemprego de professores a par da diminuição do número de alunos, aumento do número de horas de trabalho, aumento da burocracia de forma desmedida. Recentemente, os sindicatos marcaram greves aos exames e às reuniões de avaliação que tiveram um impacto considerável no final do ano letivo de 2012/2013.

Tavares (2014) afirma que o futuro do sindicalismo é tão incerto, como tudo o resto nas sociedades capitalistas do fim do século, *os critérios que presidem aos discursos sobre a valorização da Educação, muitos deles retóricos, são, nitidamente, de carácter*

economicista e meritocrata, reduzindo, cada vez mais, a ação e a função dos sindicatos e lançando um manto de incerteza sobre o seu futuro. É cada vez mais elevado o número de professores desempregados e também cada vez maior o número de horários-zero nas escolas, devido à redução das taxas de natalidade nas últimas décadas e, conseqüentemente, à redução do número de alunos, mesmo tendo em consideração a democratização-massificação do ensino. O autor conclui que *esta situação não pode deixar de ter repercussões negativas no movimento sindical, sobretudo no que diz respeito ao aumento da percentagem de taxas de dessindicalização* e, citando Michel Launay, em épocas de crise económica, o sindicalismo ressent-se havendo sempre uma correlação entre o desemprego e as taxas de dessindicalização.

A espiral de resistência coletiva ao conteúdo dos projetos de reforma deu origem a um movimento alicerçado na defesa e afirmação da profissionalidade docente e motivou a unidade entre os sindicatos que culminou com a coligação de mais de uma dezena numa plataforma sindical de trabalho, a *Plataforma Sindical dos Professores*, liderada pelo secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira. Esta plataforma convocou múltiplas greves, marchas de protesto e reivindicações, com o objetivo de travar ou alterar o rumo da reforma.

Estas relações conflituosas, que têm por finalidade a defesa da classe docente, dos alunos, das escolas e do ensino, no que diz respeito aos sindicatos, deve ter presente que *o pressuposto do movimento sindical tem de ser permanentemente a tomada de consciência de que a luta entre o sindicalismo e o capitalismo é sempre desigual* (Tavares, 2014).

4.7 A cultura digital nos sindicatos

A crise no movimento sindical iniciada nos anos 1970, com a diminuição de efetivos sindicais, como mostra a Figura 17, a perda de influência social e política (Visser, 2006) levou os sindicatos a desenvolver um conjunto de estratégias, entre as quais se conta a adoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (Chaison, 1996). Fizeram-no mais tarde que as empresas ou outro tipo de organizações (Pinnock, 2005), mas consideram-nas um setor não lucrativo e, por isso, não são vistas como um investimento que leva à eficiência ou vantagem competitiva (Zhang & Gutierrez, 2010).



Figura 17 – Variação nos membros dos sindicatos a nível mundial (Fonte: COUNCIL OF EUROPE (2013))

Os sindicatos falharam na compreensão de que o ciberespaço é um espaço onde as pessoas trabalham, se organizam politicamente, se divertem e educam e se envolvem em diversos campos da atividade humana, veem a tecnologia como uma ferramenta de comunicação para transmitir a sua mensagem aos membros e ao público em geral. Não compreendem as implicações culturais das novas tecnologias: que as novas tecnologias permitem novas formas de organização sindical, favorecem a organização horizontal em vez da hierárquica com impacto na rapidez, nos custos e no alcance.

A Internet, mais especificamente, permite difundir os seus pontos de vista sem qualquer tipo de mediação, informação específica sobre as questões que interessam aos trabalhadores, legislação, utilização de plataformas para formação, recrutamento de sócios, entre outros serviços. Claro que estes serviços continuam a ser unidirecionais.

A questão é se os sindicatos e os seus líderes estão preparados. Rego et al. (2010) argumentam que o primeiro grande obstáculo à implementação das TIC, devido, principalmente, às competências que são requeridas e ao que elas potencialmente permitem mudar, reside, essencialmente, nas resistências no interior das organizações. Alex White¹⁶⁷ afirma que, infelizmente, ainda existem alguns líderes sindicais que estão preocupados ou com medo das ferramentas digitais, especialmente quanto à perda de controlo. O resultado, porém, é que não há nenhuma liderança internamente e o sindicato

¹⁶⁷ Alex White é um consultor de marketing com vários livros publicados sobre o movimento sindical e trabalhou na campanha de Obama, em 2012. Neste artigo *online* debruça-se sobre “Does your union leadership “get” digital?” em <http://alexwhite.org/2014/08/union-leadership-get-digital/>

perde oportunidades consideráveis. Uma nova forma de organização nasceu e está em crescimento: descentralizada, em rede e transparente. Isto representa um desafio para os sindicatos, que são, na maioria dos casos, organizações centralizadas, hierárquicas e que têm receio de abrir mão do controle que têm. A Internet, hoje, está completamente em desacordo com o controle centralizado destas estruturas sindicais.

Mesmo assim, os sindicatos adicionaram as novas tecnologias às suas caixas de ferramentas: experimentaram criar *websites* para apresentar as suas organizações à sociedade, para chamar a atenção dos media para as suas atividades e posições, bem como oferecer alguns serviços aos seus membros (Whittall, Knudsen, & Huijgen, 2009); passaram a comunicar através de *Short Message Service* (SMS), mantendo extensas bases de dados de telefones, para contactar os seus membros; criaram listas de distribuição para mobilizar os seus membros em torno de temas prioritários, para enviar boletins informativos ou para publicitar as suas posições (Karpf, 2010).

Mas será que as formas interativas de comunicação web podem coexistir com a forma tradicional de comunicação dos sindicatos? Diamond & Freeman (2002) argumentam que os sindicatos não conseguem responder a este desafio, devido à incompatibilidade cultural com a natureza aberta das novas ferramentas de media e Hogan (2006) afirma que para a transferência dos sindicatos para ambientes *online*, é necessário pensar para além das fronteiras institucionais de poder. Uma dessas preocupações é o facto de em espaços abertos a gestão do sindicato poder estar sujeito a críticas públicas.

Panagiotis Panagiotopoulos (2012), num estudo sobre sindicatos bancários gregos, argumenta que, globalmente, os sindicatos estão cada vez mais a considerar as ferramentas digitais como essenciais para melhorar a comunicação e o engajamento dos seus membros. Segundo o autor, mais de 61% dos sindicatos afirmou que considera o digital uma prioridade dadas as restrições de orçamento e tempo.

Em Portugal, alguns estudos realizados nos últimos anos, (e.g. Correia et al., 2012; Rego, Alves, Silva, & Naumann, 2013; Rego et al., 2010a; Rosa, 2005) têm evidenciado, contudo, que os sindicatos portugueses não estão a retirar todas as potencialidades da utilização das TIC e colocam algumas questões pertinentes como “*Quais são os principais constrangimentos que os sindicatos enfrentam no que concerne à utilização destas tecnologias? Que limitações em termos de utilização resultam desses processos*

sociais e dos constrangimentos? Que exemplos de boas práticas poderão ser mobilizados?”.

4.7.1 Do Sindicalismo 1.0 ao sindicalismo 2.0

Os sindicatos foram criados, no século XIX e inícios do século XX, em resposta à revolução industrial e ao modelo de produção Fordista¹⁶⁸, em que as fábricas tinham milhares de trabalhadores. Tudo isto começou a mudar no pós-guerra: trabalho temporário, contratos temporários, e a natureza efémera do trabalho faz com que a organização destas estruturas seja cada vez mais difícil.

Há mesmo quem preveja que o movimento sindical, como qualquer outro movimento, tem um ciclo vital, infância, maturidade, velhice e morte. A verdade é que o ciclo vital do sindicalismo está muito ligado ao do capitalismo. Enquanto não se descortinar a morte do capitalismo não parece provável que se possa assistir à morte do sindicalismo. Isto não impede que, entretanto, quer o capitalismo, quer o sindicalismo se transformem profundamente. Uma organização mais fluida, facilitada pela tecnologia, pode fazer toda a diferença.

Se, por um lado, a escola deve promover práticas e conteúdos de educação para a cidadania, educar para uma sociedade pluralista e aberta e combater as desigualdades sociais, os sindicatos, por outro lado, devem representar os docentes, defendê-los, mas também acompanhar as mudanças educativas e ajustar-se ao novo papel que lhes é exigido pela natural evolução da sociedade. Esse papel tem de ser pragmaticamente de contestação e de participação, ou seja, têm de praticar a democracia representativa e a democracia participativa. Embora o movimento sindical não disponha de uma cultura organizacional que dê prioridade à democracia participativa (Santos, 2006), a verdade é que a primeira só é possível na medida em que é sustentada pela segunda.

Embora os sindicatos necessitem de manter a sua estrutura, pois são organizações representativas, o grande desafio é aderirem a esta abertura e transparência sem perderem muita da estrutura que têm. O tempo de mobilização de verdadeiros exércitos industriais

¹⁶⁸ Fordismo é um termo que se refere aos sistemas de produção em massa e gestão idealizados em 1913 pelo empresário americano Henry Ford, fundador da *Ford Motor Company*. Esse modelo revolucionou a indústria automobilística a partir de 1914, quando Ford introduziu a primeira linha de montagem automatizada

já passou. A idade da informação e do conhecimento necessita de uma rede sindical que atua como um músculo industrial na luta mundial pela justiça social.

Os sindicatos estão em posição de sofrer tais processos? Manuel Carvalho da Silva¹⁶⁹ adverte: “*os sindicatos estão desafiados a ter futuro*”.

4.7.2 Ferramentas web 2

Novas formas de organização sindical emergiram com novos termos, como *cyberunions*, *e-unions* ou *sindicalismo 2.0*. Os primeiros referem-se aos sindicatos onde as TIC estão presentes nas mais variadas atividades desenvolvidas. O sindicalismo 2.0 refere-se à utilização das ferramentas web 2.0 para o protesto virtual, o ciberativismo, a sensibilização em linha, a informação digital, o vídeo sindicalismo, as campanhas em rede e as redes sociais. Fiorito (2001), Shostak (2002) referem, ainda, outros tipos de sindicatos, que se distinguem destes: os *cybergain*, aqueles que exploram de forma consciente as potencialidades das TIC, mas que não tiram proveito delas, como o fizeram de forma eficaz no passado; os *cybernaught*, os que não as utilizam ou as aplicam ligeiramente; os *ciberdrift*, os que as utilizam sem coerência, não percebendo o seu potencial.

Em Portugal, alguns estudos sobre os *websites* de sindicatos, como os de Correia et al. (2012) e de Rego et al. (2013), referem que nos sindicatos, em geral, continua a prevalecer a mono direcionalidade de forma avassaladora. Estes autores afirmam que os sindicatos disponibilizam informação sobre a sua atividade, mas apenas 38,9% têm formulário de adesão *online* (na maioria, sindicatos de professores); os restantes disponibilizam-no para impressão e envio através de correio. No que concerne à democracia sindical e à transparência, afirmam que nenhum sindicato coloca *online* as atas das assembleias gerais ou das reuniões de direção e poucos disponibilizam as atas de eleições ou os relatórios e contas relativos à sua atividade. Os sindicatos utilizam outras ferramentas como o telemóvel para envio em massa de SMS, mas isto acontece num número muito reduzido de sindicatos de professores e apenas 20% dos sítios têm a possibilidade de inscrição em *mailing lists*. Neste aspeto, o SPRC disponibiliza um formulário de adesão *online*, as atas das eleições, o relatório e contas, tem várias *mailing lists* e utiliza o envio em massa de SMS, principalmente para convocar os professores para manifestações.

¹⁶⁹ Foi secretário-geral da CGTP-IN em 1986 e entre 1999 e 2012. Tese de doutoramento “*Centralidade do Trabalho e Acção Colectiva – Sindicalismo em Tempo de Globalização*”, ISCTE, 2007

Manuel Correia observa que os sindicatos têm uma presença escassa nas redes sociais (Tabela 6), poucos têm blogues e, nalguns casos, os blogues existentes substituem os *websites*, só 4,9% têm presença no *Youtube* ou similar e 3,8% têm partilha de fotos no *Flickr* ou *Picasa* e conclui que os sindicatos portugueses ainda têm um longo caminho a percorrer no sentido de se tornarem no que Shostak designa por *cyberunions*. Raquel Rego et al. (2013), por sua vez, conclui que não existem *online* muitos mecanismos que proporcionem uma participação efetiva dos utilizadores. Por enquanto, os sindicatos só podem ser classificados como *cyberdrifts*.

Tabela 6 – Presença na Internet, segundo o tipo de presença (Fonte: Correia et al. (2012))

Tipo de presença	%
Sítio na Internet	59,6%
Presença nas redes sociais	3,4
Blogue	4,3
Presença múltipla	32,3

Contudo, os recursos e benefícios de ferramentas digitais estão a expandir-se rapidamente. Cada vez mais, os sindicatos se envolvem na partilha de competências, muitas vezes facilitada por organismos como a *Australian Council of Trade Unions (ACTU)*¹⁷⁰ na Austrália, e a *AFL-CIO* nos EUA. Estas e outras organizações esforçam-se para promover as ferramentas Web 2.0 no contexto sindical. A federação sindical internacional *UNI Global Union*¹⁷¹ iniciou a iniciativa *UNI ICTS* que se foca no uso de novas media para atividades sindicais e as suas perspetivas para ligar os membros da federação em todo o mundo. A federação tem sede em Nyon, na Suíça, afirma que representa mais de 20 milhões de trabalhadores de mais de 900 sindicatos dos setores de limpeza e segurança, comércio, finanças, beleza, informação, comunicação, tecnologia e serviços da indústria (*ICTS*), media, entretenimento e artes, correios e logística, segurança social, desporto, trabalho temporário, indústria de turismo, profissionais e gestores.

A *UNI Global* é dividida em grupos regionais, abrangendo todos os continentes, como a *UNI Europa*, *África*, *América* e *Ásia-Pacífico* e coordena campanhas internacionais, principalmente relacionadas com o funcionamento das empresas multinacionais. A *UNI Europa*, por exemplo, tem um relatório sobre a *Troika* em Portugal¹⁷², em que analisa o

¹⁷⁰ A *ACTU* (<http://www.actu.org.au/>) tem várias campanhas *online* com temas desde Segurança no emprego até direitos humanos ou o clima e o meio ambiente

¹⁷¹ <http://www.uniglobalunion.org/>

¹⁷² *Troika Watch – Portugal*: Disponível em http://www.uniglobalunion.org/sites/default/files/attachments/pdf/5517_uni_global_union_troika_watch_portugal.pdf

desemprego, o desenvolvimento em matéria dos salários, acordos e contratos coletivos de trabalho, a falta de coesão social e a deterioração das condições sociais.

A iniciativa UNI ICTS é suportada pelo *Communicators' Forum* que organiza conferências em várias partes do mundo. A próxima será em dezembro de 2014, em Cape Town. Segundo Panagiotopoulos (2011), é um espaço *online* onde os dirigentes sindicais podem procurar aconselhamento sobre questões de tecnologia, como blogues, *Facebook*, *Twitter*, *feeds RSS*, *Flickr* e *Second Life*.

Não encontrámos ferramentas de mediação digital no seu *website*, embora disponham de *Facebook*, *Twitter* e distribuam vídeos no *Youtube*. Num relatório, publicado em 2011, afirmam que cada ponto percentual de aumento na penetração da banda larga leva à criação de 300 000 postos de trabalho¹⁷³. No mesmo relatório afirmam que a *Federation of Small Businesses* do Reino Unido argumenta que a banda larga é vital para as pequenas empresas e o acesso à banda larga deve ser um serviço universal.

Existem outros exemplos de sindicatos virtuais, como o *Washtech*¹⁷⁴, o *Alliance@IBM*¹⁷⁵ nos Estados Unidos, dedicados a quem trabalha no ramo das tecnologias de informação, o de Lee (*Labourstart*)¹⁷⁶, o *Labournet*¹⁷⁷ ou o *Global Unions*¹⁷⁸, com o intuito de coordenar e incrementar a solidariedade no interior de um movimento sindical nacional ou entre movimentos sindicais internacionais. Uns têm um carácter mais informativo e outros um propósito mais mobilizador.

Contudo, por exemplo, a AFL-CIO¹⁷⁹, no seu *website*, apela os mais jovens para “(...) *joining a local young workers group, becoming an organizer and joining our powerful e-mail and text message action teams*”, ou seja, para utilização de mensagens nas suas campanhas, embora mantenham várias petições ativas como a petição “*Immigrant Families Need Relief*” dirigida ao presidente Obama ou “*Stop Fast Track Dead in its tracks*” ao Congresso ou “*Extend unemployment benefits*”, entre outros.

¹⁷³ Relatório disponível em [http://mail.uniglobalunion.org/Apps/UNIPub.nsf/vwLkpById/F97F80F15CB83CD0C1257967004FAE16/\\$FILE/UNI%20ICTS%20FOR%20THE%20LONG%20RUN%20BROADBAND%20-%20EN.PDF](http://mail.uniglobalunion.org/Apps/UNIPub.nsf/vwLkpById/F97F80F15CB83CD0C1257967004FAE16/$FILE/UNI%20ICTS%20FOR%20THE%20LONG%20RUN%20BROADBAND%20-%20EN.PDF)

¹⁷⁴ <http://www.washtech.org/>

¹⁷⁵ <http://www.endicottalliance.org/>

¹⁷⁶ www.labourstart.org

¹⁷⁷ <http://www.labournet.com/>

¹⁷⁸ www.global-unions.org

¹⁷⁹ <http://www.aflcio.org/Get-Involved>

O *Washtech* tem uma lista de distribuição, um fórum cujo último *post* tem 4 anos e um blogue. Todos os outros têm ligações ao *Facebook* e *Twitter* mas sem qualquer forma de interação com os membros.

O *Labourstart* tem um projeto denominado *UnionBook* – a rede social para sindicalistas, com cerca de 5000 membros, divididos por 262 grupos que discutem os mais variados assuntos. Este projeto também promove várias campanhas, na forma de petições, em vários países do mundo como, por exemplo, no apoio a sindicalistas despedidos nas linhas aéreas polacas, no apoio a ativistas como Andy Hall, na Tailândia, o despedimento de trabalhadores na Turquia, por aderirem a sindicatos, ou a luta pelo reconhecimento de acidente de trabalho na Colômbia.

Analisámos, a nível internacional, alguns sindicatos ligados aos professores, direta ou indiretamente e, embora quase todos tenham ligações ao *Facebook* ou *Twitter*, a maioria não possui ferramentas de mediação digital.

O sindicato francês *Syndicat National Unitaire des Instituteurs et Professeurs des écoles et PEGC* (<http://www.snuipp.fr/>) tem um formulário para envio de mensagens e para adesão (apenas para impressão) e *newsletter*. *La Federación de Enseñanza de Comisiones Obreras* (<http://www.fe.ccoo.es/ensenanza/>) possui um *feed* RSS e utiliza campanhas a favor dos professores, com envio de *e-mail* com uma mensagem, SMS ou mensagem do *Twitter*. O sindicato inglês *University and Colege Union* (<http://www.ucu.org.uk/>) tem formulário para inscrição *online* e pagamento *online*, também. O *Syndicat National des Enseignements de Second degré* (<http://www.snes.edu/>) tem uma secção para publicação de artigos, formulário de inscrição *online*, petições, consultas públicas sobre programas escolares, entre outras. A Central Única dos Trabalhadores do Brasil (<http://www.cut.org.br/>) tem inquéritos sobre a qualidade do *site*, inscrição *online*, *newsletter*, rádio *online*, centro de documentação e memória sindical e formulários com petições para impressão e envio por correio. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação do Brasil (<http://www.cnte.org.br/>) possui *newsletter*, formulário para envio de mensagens, petições sobre “*uma educação pública de qualidade*” e outras. O *The Teachers’ Union* (NASUWT), do Reino Unido, tem inquéritos sobre as condições de trabalho no local de trabalho, o custo da educação (inquérito às pessoas sobre nº de filhos, etc ...), um fórum privado, *newsletter*, *Facebook*, *Twitter*. O NUT (*National Union of Teachers*), do Reino Unido, intitula-se o maior sindicato de professores e possui petições

(para impressão) e *Facebook*. A última petição data de 2010. A *American Federation of Teachers* (AFT), afiliado na AFL-CIO, tem um fórum onde se podem colocar questões e votar as questões dos outros (os últimos *posts* são de 2013 e apenas um), *Facebook*, *Twitter* e *feed* de notícias. O *Queensland Teachers' Union*, da Austrália, possui *Facebook*, *Twitter* e formulários para os professores com pedido para serem consultados sobre assuntos pré-definidos ou para pedirem informações. O *La Fédération Syndicale Unitaire* (FSU) tem petições e ligações ao *Facebook* e *Twitter*. A *Fédération Nationale des Enseignements* do Québec, do Canadá, possui petições e *Facebook*. O *Canadian Teachers Federation* possui um blogue, *Facebook* e *Twitter*.

O *European Trade Union Committee for Education* (ETUCE) (<http://www.csee-etu.org>), com sede em Bruxelas, é um parceiro social a nível europeu que promove projetos de colaboração entre professores europeus e é um defensor dos interesses dos professores na Comissão Europeia. Possui consultas públicas, embora o envio seja por correio ou *e-mail*. As federações portuguesas FENPROF, FNE e SINDEP são membros.

O *Trade Union of Education and Science* (GEW) (<http://www.gew.de/Startseite.html>), da Alemanha, possui petições e inscrição *online*.

O *Education International* (<http://www.ei-ie.org/>), federação de sindicatos, engloba 400 organizações em 170 países. Possui *newsletter*, petições e consultas públicas. Tem uma campanha “*a voz dos professores e empregados em todo o globo*” (formulário para suporte da iniciativa – *unite for quality education* em <http://www.unite4education.org/> para exigir que a educação de qualidade para todos permaneça no topo da agenda para um futuro sustentável). Tem uma consulta pública sobre a implementação da agenda global pós-2015, coliderada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que, particularmente em Portugal, foi organizada por várias organizações da sociedade civil e pelo Instituto Camões¹⁸⁰. No relatório publicado foram apontadas algumas dificuldades associadas à falta de comunicação e de entendimento sobre os temas da agenda, falta de conhecimento sobre o processo de consulta, salientando a importância dos meios de comunicação social para publicitarem estes eventos. As restrições financeiras impostas nas escolas foram apontadas como um claro obstáculo impedindo alguma ação em termos de educação sobre a nova agenda do desenvolvimento.

¹⁸⁰ O relatório está disponível em <http://www.worldwewant2015.org/file/450636/download/490828>

Existem outras iniciativas como, por exemplo, a experiência *Unions 2.0* no *Facebook* (<https://www.facebook.com/groups/6617589981/>), um grupo que tem como objetivo criar um grupo de discussão de sindicalistas, trabalhadores e ativistas sobre iniciativas inovadoras e cenários de trabalho na Web 2.0, utilizando as redes sociais para aumentar o nível de envolvimento direto dos trabalhadores ou mobilizar seguidores. O último *post* é de 2011 e como esta existem outras iniciativas que se iniciaram, mas não têm seguimento ou grande aceitação.

Alguns autores também se debruçam sobre as greves no mundo virtual, mas focam, apenas, a disponibilização de informação ou de agendas sobre as mesmas no *Facebook* ou outras redes sociais, sem analisarem a necessidade de haver interação entre os responsáveis dos sindicatos e os associados, o que nos parece uma utilização da Web 2.0 para os mesmos fins que eram utilizados naquilo a que chamámos o sindicalismo 1.0.

Contudo, o digital está a crescer em todas as áreas do trabalho sindical, quer na utilização de ferramentas de comunicação como *e-mail* e *mailing lists*, e-petições e e-consultas, quer através do acesso a bases de dados com informação de vária ordem. Veja-se, por exemplo, o caso da criação dos centros de documentação da CGTP-IN e FENPROF, em Portugal.

Alex White¹⁸¹ apresenta quatro modelos que os sindicatos podem usar para se estruturarem na adoção de ferramentas digitais: 1) Adoção informal – em que os funcionários usam ferramentas digitais como e quando necessário. Esta abordagem pode ser benéfica, pois pode reduzir os custos e garante que o sindicato adota apenas as ferramentas de que necessita. No entanto, pode ser ineficiente e ineficaz, porque a adoção é inconsistente. 2) Adoção centralizada – em que os sindicatos têm uma equipa que apoia os funcionários e que organiza a comunicação, o que pode ter a vantagem de garantir que a adoção de ferramentas específicas é decisiva e propositada, mas tem as desvantagens da criação de *quintinhas*, o que pode levar à falta de ligação entre as pessoas e a equipa organizadora e, também, a problemas de restrição de tempo. 3) Adoção descentralizada – em que os sindicatos têm especialistas digitais responsáveis

¹⁸¹ Alex White é um consultor de marketing com vários livros publicados sobre o movimento sindical e trabalhou na campanha de Obama, em 2012. Neste artigo *online* debruça-se sobre “*Does your union leadership “get” digital?*” em <http://alexwhite.org/2014/08/union-leadership-get-digital/>

por interagir com as pessoas, quer através do *website*, quer utilizando outras ferramentas como o *e-mail* ou as redes sociais. 4) Adoção híbrida – o modelo final é um híbrido entre o centralizado e descentralizado. Neste modelo, o sindicato tem uma *equipa digital*, que pode ser constituída por funcionários, que treina e apoia os funcionários e membros do sindicato. Isto tem a vantagem de expandir o uso de ferramentas, a melhoria das competências e assegurar a coordenação. A desvantagem é que a direção do sindicato perde algum controlo no uso de ferramentas digitais, especialmente com ferramentas de difusão.

4.8 Resumo do capítulo

Neste capítulo abordou-se, sucintamente, um pouco da história do sindicalismo mundial, europeu e português, desde o século XVIII aos dias de hoje. Tentou-se fazer uma compilação de documentos espalhados por vários livros, artigos e *websites*, de forma a ter uma visão geral do sindicalismo resumido num único documento.

A história dos sindicatos de professores é, aqui, resumida desde o sindicalismo de carácter mutualista, a primeira república, o movimento dos professores durante esta e a ditadura do Estado Novo, a criação do Grupo de Estudos num clima repressivo, uma espécie de código genético dos sindicatos de professores que hoje existem.

Tentámos fazer um pouco da história do surgimento dos sindicatos de professores após a revolução do 25 de abril, um tempo de sindicalismo revolucionário e reivindicativo, que culminou com a criação das federações de professores hoje existentes, a Federação Nacional da Educação (FNE) e a Federação Nacional dos Professores (FENPROF), a primeira afeta à UGT e a segunda afeta à CGTP.

É importante não esquecer que os sindicatos de professores tiveram um papel importantíssimo nas lutas que conduziram a melhorias na qualidade do ensino e da própria profissão docente, em particular na criação da Lei de Bases do Sistema Educativo e na criação do regime jurídico da formação de professores.

Apresentámos, também, um pouco da história da FENPROF e do SPRC, as organizações sindicais onde foram aplicadas as experiências de utilização deste estudo, a sua organização e o número de membros, assim como as suas relações conflituosas com os governos, em particular com os sucessivos ministérios da educação.

Terminámos este capítulo com a relação dos sindicatos com as ferramentas digitais, a resistência a estas no seu interior, a passagem do sindicalismo 1.0 para o sindicalismo 2.0 e fizemos uma visita a vários sindicatos mundiais, analisando, essencialmente, a aplicação de ferramentas de mediação digital nos seus *websites*.

5 Metodologia

A metodologia de investigação-ação foi desenvolvida por Kurt Lewin e os seus colegas nos anos 1940. No entanto, nos últimos anos a investigação-ação tem-se tornado cada vez mais popular como metodologia de investigação (Alber, 2011). De acordo com Koshy (2005), o principal papel da investigação-ação é facilitar o estudo de aspetos de índole prática, seja no contexto da introdução de uma ideia inovadora ou de avaliar e refletir sobre a eficácia de uma prática corrente, com o objetivo de melhorar o funcionamento das organizações (Calhoun, 1993).

Existem na literatura diferentes conceções de investigação-ação. Por exemplo, em Kemmis & McTaggart (1988) argumenta-se que a investigação-ação é adequada para estudar e promover a mudança dos indivíduos e a cultura dos grupos, instituições e sociedades a que pertencem. A metodologia de investigação-ação é uma forma de indução que se concentra numa melhor compreensão ou no melhoramento de um determinado problema prático e pode por vezes alterar fatores sociais e culturais de uma determinada organização (Kuhne & Quigley, 1997). É uma metodologia onde as pessoas responsáveis podem aprender com as suas próprias experiências e com as experiências dos outros (Peters, 1997). A investigação-ação combina diagnóstico com reflexão, foca questões práticas identificadas pelos participantes e que são de alguma forma, tanto problemáticas como ainda capaz de serem alteradas (J. Elliott, 1991).

Bassey (1998) descreve a investigação-ação como sendo uma metodologia que é levada a cabo com o intuito de compreender, de avaliar e, em seguida, de alterar, e que visa melhorar a prática. Por sua vez, Hopkins (2002) afirma que a investigação-ação combina um ato substantivo com um procedimento de investigação, é a ação controlada pela investigação. É uma tentativa de compreensão enquanto se está num processo de melhoria e reforma.

De acordo com Zuber-Skerritt (1996), a investigação-ação é uma metodologia que envolve uma espiral de ciclos, contendo as seguintes fases: planeamento, ação, observação e reflexão. Cria-se o primeiro ciclo de investigação, que muitas vezes leva a outros ciclos, à medida que se vão tomando decisões. Depois de se ter aprendido alguma coisa com o primeiro ciclo, tenta-se uma intervenção revista no segundo ciclo e, se necessário, originam-se mais ciclos de investigação-ação. Argumenta-se que os objetivos de qualquer projeto de investigação-ação devem conduzir a melhoria prática, a inovação, mudança ou desenvolvimento da prática social, e a uma melhor compreensão dos praticantes sobre as suas práticas.

Kuhne & Quigley (1997) definem seis passos para a investigação-ação, organizados em três fases distintas (Figura 18).

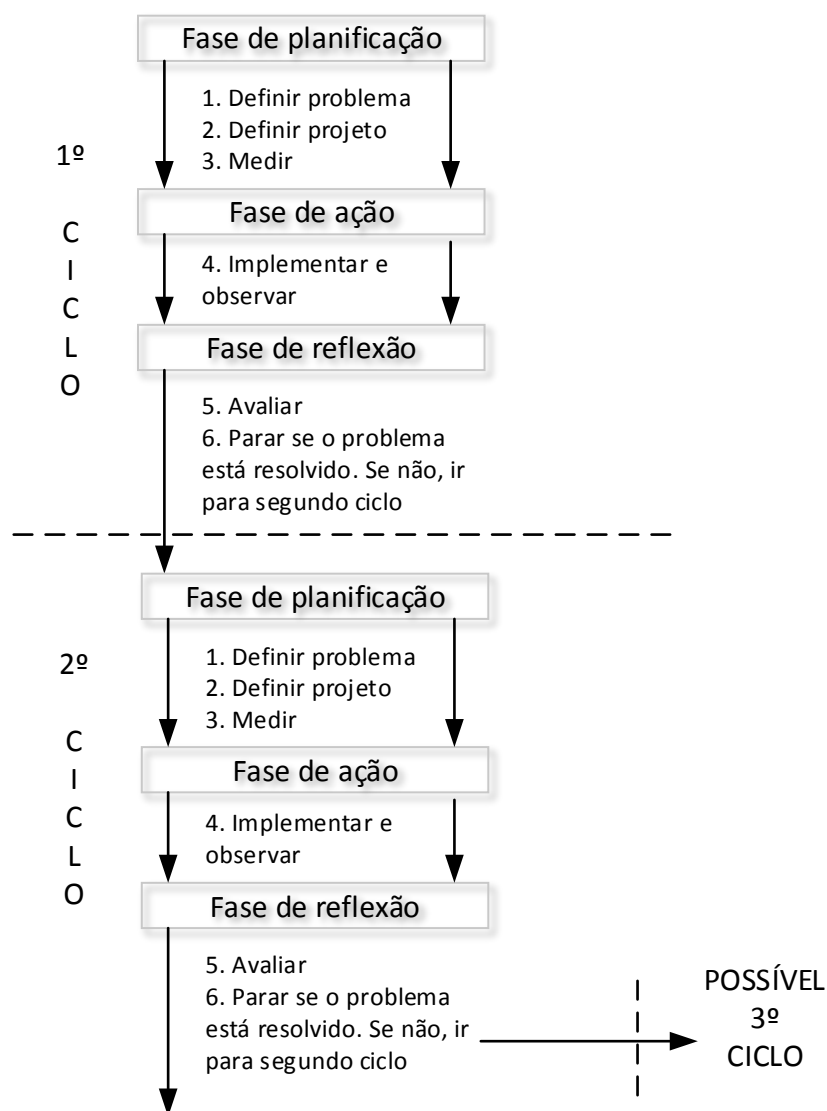


Figura 18 – Ciclos da investigação-ação (Adaptado de Kuhne & Quigley (1997))

Na primeira fase, planificação, começa realmente a investigação, isto é, começa a definir-se o problema. Este poderá demorar algum tempo a investigar e a clarificar, tendo o investigador que rever a literatura para verificar o que foi feito na área em estudo. Depois de se ter chegado a uma definição do problema, é necessário verificar se vale a pena investigá-lo e se possui solução. Responder a estas questões é crucial para prosseguir para o próximo passo.

Após a definição do problema, é necessário planear o projeto. Este é o passo responsável pela definição em detalhe de como se irá organizar o trabalho de investigação e onde se poderá alterar o problema proposto no passo anterior. É necessário responder às questões: Como intervir com uma nova estratégia, de forma a verificar que esta irá marcar a diferença? Como e quando deverá começar o projeto? Como comunicar ou envolver os participantes no projeto? Quais os recursos necessários? A resposta a estas questões irá ajudar o investigador a construir a estrutura e o suporte necessário para implementar uma intervenção.

Depois deste passo devem definir-se as medições a utilizar. A definição do tempo, isto é, a duração do projeto, é um dos fatores a ter em conta. Outros aspetos importantes dizem respeito às ferramentas de avaliação a utilizar e também à forma como o investigador irá recolher os dados dos resultados do projeto.

Ainda conforme Kuhne & Quigley (1997), a segunda fase da metodologia de investigação-ação envolve a ação da investigação, ou seja, a própria implementação da intervenção. Esta fase engloba a implementação e a observação. Nesta fase deve seguir-se o planeamento elaborado na fase anterior.

A última fase da metodologia proposta por Kuhne & Quigley (1997) envolve dois passos. Primeiro, é necessário analisar os resultados obtidos durante a intervenção. Depois, deve-se refletir acerca dos resultados obtidos, de forma crítica, para se tomar decisões futuras. Na parte da análise dos dados, é importante discutir com outras pessoas, de modo a verificar se os objetivos foram atingidos, o que os outros pensam acerca do projeto, e quais foram os ganhos. Depois de se ter analisado cuidadosamente os resultados produzidos no decorrer do projeto, é necessário verificar se o projeto produziu resultados promissores, se o que foi observado foi o que realmente aconteceu e como é que se pode melhorar o projeto.

O modelo proposto por O’Leary contempla ciclos de investigação-ação, como se mostra na Figura 19.

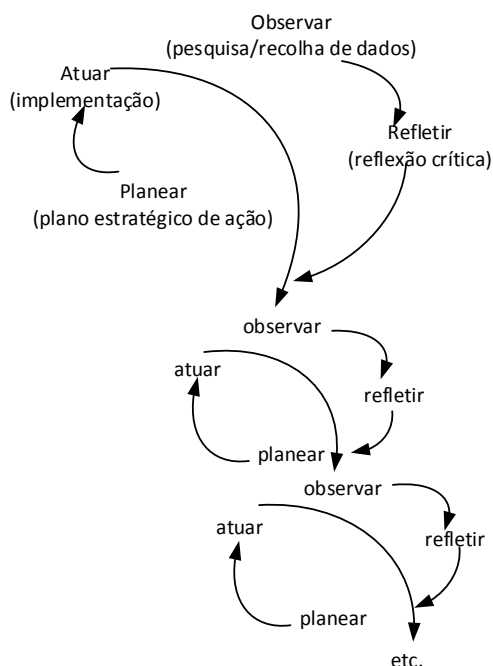


Figura 19 - Modelo de investigação-ação proposto por O’Leary (Fonte: O’Leary (2004))

O’Leary afirma que os ciclos convergem para uma melhor compreensão da situação e para a melhoria de implementação da ação, e baseiam-se na prática avaliativa que alterna entre ação e reflexão crítica.

A seguir apresentam-se algumas das principais características da investigação-ação encontradas na literatura (Hult & Lennung, 1980; James McKernan, 1996; Kemmis & McTaggart, 1988, 2000, 2005; O’Leary, 2004):

- É apropriada para a resolução de problemas de natureza prática e adequada para a implementação de iniciativas inovadoras;
- Promove a melhoria, através da mudança. Frequentemente produz mudanças inesperadas e conduz a processos inovadores;
- Usa um processo em espiral de autorreflexão cíclico contínuo: planeamento, ação (implementação dos planos), observação (sistemática) e reflexão. Depois, voltar a planear, implementar, observar e a refletir;
- Procura a compreensão dos processos de mudança dentro dos sistemas sociais;
- É formativa, de tal modo que a definição do problema, dos objetivos e da metodologia pode alterar durante o processo de investigação-ação;
- Inclui a avaliação e reflexão;

- É metodologicamente eclética;
- A investigação-ação é um processo de aprendizagem sistemática;
- É colaborativa e participativa;
- Promove o discurso;
- Tem um propósito crítico;
- Pode levar a resultados abertos/não conclusivos;

O projeto de investigação descrito nesta tese apresenta algumas das características acima indicadas, nomeadamente o facto de ser um projeto inovador, de índole iminente prática. Portanto, as características anteriormente apresentadas fazem da investigação-ação uma metodologia apropriada para este projeto de investigação.

5.1 Procedimento

Na fase preparatória deste trabalho formulou-se o problema e identificaram-se os objetivos em estudo. Posteriormente, analisaram-se os portais Web de sindicatos de professores nacionais e também alguns internacionais. Fez-se uma revisão da literatura, essencialmente com o propósito de identificar os principais intervenientes no processo educativo e de encontrar propostas de modelos e abordagens de mediação digital para a participação no contexto dos sindicatos de professores.

O planeamento é a etapa onde se prepara detalhadamente a organização de um projeto. Assim, durante a fase inicial do ciclo de investigação-ação elaborou-se o seguinte plano:

- Criar um modelo conceptual de mediação digital para a participação no contexto dos sindicatos de professores;
- Escolher e desenvolver soluções tecnológicas que tenham subjacente o modelo conceptual proposto, isto é, que sirvam de prova de conceito do modelo;
- Decidir o tipo de dados a recolher e os processos e métodos a utilizar para efetuar a recolha de dados. Planeou-se recolher dados qualitativos, oriundos da utilização dos métodos de recolha *diário de investigação* e *observação não participada* dos eventos de participação eletrónica, e dados quantitativos, provenientes das consultas à base de dados usada pela plataforma e da informação estatística gerada pela ferramenta *Awstats Log Analyzer*¹⁸² e *Google Analytics*¹⁸³. O uso de um

¹⁸² <http://www.awstats.org/>

¹⁸³ <http://www.google.com/analytics/>

diário de investigação está-se a tornar muito popular entre os investigadores que recorrem à investigação-ação (Koshy, 2005). Neste projeto, este método foi utilizado para registar acontecimentos relevantes durante as observações, como por exemplo o feedback dado por utilizadores (colaboradores do sindicato e professores) da plataforma. A observação sistemática e o processo reflexivo envolvido na escrita do diário contribuíram para clarificar os pensamentos e a evolução das ideias do investigador;

- Realizar experiências de utilização com as soluções tecnológicas escolhidas e implementadas, de modo a efetuar a recolha de dados;
- Analisar e refletir sobre os resultados do projeto.

Depois de preparar a versão inicial do plano do ciclo de investigação passou-se à fase de ação, isto é:

- Criou-se a versão preliminar do modelo conceptual de mediação digital para a participação no contexto dos sindicatos de professores;
- Analisou-se a plataforma de mediação digital *Liberopinion*, com o intuito de adaptar a sua utilização no contexto dos sindicatos de professores;
- Desenvolveram-se ferramentas de participação para utilizar em algumas das experiências de participação.

A fase de experimentação do ciclo de investigação-ação correspondeu à realização de dez iniciativas de participação, entre janeiro de 2011 e Julho de 2014. Foram recolhidos dados quantitativos através dos processos e métodos de recolha especificados na fase de planeamento.

Após a análise dos resultados e a observação das experiências de participação, refletiu-se e identificaram-se alguns obstáculos, isto é, aspetos que careciam de melhoria futura. Na fase de reflexão do ciclo de investigação-ação identificaram-se os seguintes problemas:

- Problema 1 – A carga de trabalho editorial subjacente à dinamização deste tipo de iniciativas, no caso de existir uma área de participação permanente no portal do sindicato dos professores;
- Problema 2 – Moderação e *feedback*. Os atrasos verificados na moderação e no feedback do sindicato às submissões (por exemplo de questões) dos professores

foram as principais queixas dos utilizadores das várias iniciativas de participação levadas a cabo neste estudo;

- Problema 3 – Verificou-se que nas experiências de participação os professores não se debruçaram sobre o assunto em discussão, mas, ao invés, colocaram questões de carácter pessoal;
- Problema 4 – A Federação Nacional de Professores é composta por vários sindicatos e as decisões têm que ser coletivas, o que tornou bastante morosa a decisão de avançar.

Após alguma análise e reflexão, propuseram-se soluções para os problemas identificados:

- Solução para o problema 1 – Criar eventos esporádicos de participação, em vez de manter uma área de participação permanente no portal do sindicato dos professores;
- Solução para o problema 2 – Criar um novo ator nos sindicatos, que se dedique exclusivamente à gestão das plataformas *online* dos sindicatos, com especial ênfase na participação e interação com os restantes *players* do processo educativo;
- Solução para o problema 3 – a solução passa pelo papel do moderador, em que a vertente pedagógica tem particular relevância. Assim, é importante que a plataforma permita a comunicação entre o moderador e esses utilizadores; é necessário promover a literacia;
- Solução para o problema 4 – Decidiu-se avançar com um sindicato que se mostrou recetivo. Assim, a maioria das experiências de participação decorreram no contexto do SPRC.

5.2 Estudo prévio exploratório

A primeira etapa para a recolha de dados para o estudo do sindicato foi a preparação, quando o autor passou algum tempo investigando a estrutura, normas e cultura da organização. Durante a fase de preparação através de uma série de contactos informais, uma grande variedade de documentação foi recolhida. Um núcleo de documentos foram selecionados como o material de base mais relevante:

- Publicações do sindicato, como boletins informativos e artigos relacionados com sindicatos;

- Material no *website* do sindicato, principalmente os relacionados com a sua estrutura, nomes oficiais, eventos anteriores e notícias. Este material foi apoiado pela atividade gerada pelos *mails* e *newsletters* de dirigentes;
- Apresentações dos dirigentes sindicais em colóquios, bem como documentos estratégicos prioritários apresentados durante os atos eleitorais e congressos.

Na sequência de conversas informais com dirigentes dos sindicatos e alguns professores, foi concebida uma agenda para este estudo exploratório que consistiu em sugestões sobre os tipos de eventos de participação e sobre a forma como seriam implementados.

Em 2011, alguns elementos do SPRC estavam a querer lançar uma petição contra a utilização de portagens nas autoestradas da região centro, denominadas sem custos para o utilizador (SCUT) devido ao efeito que teriam na economia da região e nas empresas (tema pertinente por via da mobilidade dos professores), pois esse efeito também é enorme nos custos de deslocação para os professores, já que muitos têm que se deslocar diariamente entre localidades nos eixos Aveiro-Viseu-Guarda, Viseu-Lamego-Vila Real, Guarda-Covilhã-Castelo Branco, entre outros. Sugerimos a utilização de uma plataforma *online* para recolher as assinaturas, o que foi aceite de imediato. Este evento iria permitir obter uma ideia preliminar sobre a participação das pessoas *online* e verificar se essa participação está de acordo com outras experiências mostradas na literatura e fazer comparações com os eventos que se seguiriam, como uma subscrição na forma de manifesto para apelar à participação ativa dos cidadãos e das estruturas da sociedade portuguesa interessadas em alterar a política educativa.

As fontes de dados para este estudo, para além do suporte documental, foram o registo de subscrições, participação dos intervenientes através da medição de visitas à plataforma e partiu de conversas informais com dirigentes dos sindicatos e alguns professores, o que permitiu decidir sobre os assuntos mais prementes para discussão. Foram sugeridos debates com os responsáveis dos sindicatos, deputados e ministro da educação, discussões sobre vários temas, como a precariedade e o desemprego, sobre os tipos de greves e manifestações, sobre os gastos com o ensino privado, sobre as políticas de educação e a escola pública.

Em 2011, foi feito um estudo com os membros de um dos sindicatos da federação. O objetivo deste estudo foi analisar as expectativas e as respostas dos membros para o envolvimento *online*. Os atores chave foram entrevistados para analisar as suas expectativas para o envolvimento *online*. A pesquisa e os seus resultados foram utilizados como dados secundários para este estudo. A Tabela 7 apresenta os atores e os temas discutidos.

Tabela 7 - Participantes entrevistados no estudo do sindicato

Data	Função	Foco
Janeiro 2011	Responsável pela gestão da tecnologia	O papel da informática no sindicato e questões práticas
Janeiro 2011	Responsável pela Informação/comunicação	A história das comunicações no sindicato e o papel da Internet
Fevereiro 2011	Membro do secretariado da Federação	A história do sindicato, desafios para o futuro e o motivo da resistência às novas tecnologias As diferentes atividades e como podem ser suportadas por meios digitais
Fevereiro 2011	Administrador do Website	A evolução dos meios de comunicação do sindicato e por que as atuais estruturas e normas não favorecem a adoção
Março 2011	Presidente de delegação	Resistência do sindicato às novas tecnologias e benefícios para a organização interna. Estratégias de liderança e tecnologia, incluindo barreiras práticas
Março 2012 e Julho 2013	Grupo de professores	Suporte do sindicato. Estrutura e cultura do sindicato. Relação com o Ministério. Adoção de novas tecnologias. Temas abordados

As entrevistas realizadas não foram gravadas por questões éticas e pela sua natureza política. No final de cada entrevista, notas de suporte foram adicionadas e apresentadas aos participantes como um resumo. Muitos deles foram cooperativos sobre o estudo e consideraram as entrevistas como uma oportunidade de se deparar com questões de estudos de media social e os avanços relacionados.

5.2.1 Temas explorados

Qual é o seu envolvimento pessoal com o sindicato? Quais são as suas experiências com ferramentas de internet e seu entendimento do conceito de engajamento digital?

Qual é a sua opinião sobre a relação entre tecnologias de rede e atividades sindicais tradicionais?

O que acha sobre o impacto destas ferramentas para a organização e as suas funções específicas?

Qual é sua opinião sobre os esforços internacionais para o engajamento digital? Tem conhecimentos de iniciativas internacionais, como a campanha e-UNI?

Qual é sua opinião sobre os avanços na sociedade portuguesa? Por exemplo, o aumento do uso de redes sociais por políticos?

5.2.2 Resumo dos resultados

Os sindicatos entendem a e-participação como um vago conceito de fórum, ou seja, pessoas que comentam os seus problemas relacionados com a vida do sindicato e com a sua profissão. As implicações e resultados destes espaços *online* não são devidamente considerados. Alguns responsáveis continuam céticos no que se refere a consultas públicas e alguns atores não se sentem confortáveis com a ideia destes novos canais de comunicação, têm receio de exposição, embora reconheçam que estes espaços públicos permitem alcançar novas audiências.

Os sindicatos têm estruturas organizacionais complexas criadas para aumentar o consenso político dentro da organização e certificar-se de que todas as partes envolvidas têm igual acesso aos órgãos de decisão. Isso tem efeito nas decisões do sindicato quando recebem *feedback* dos seus membros, pois é necessário chegarem a consensos, não só de opinião mas também políticos, o que tem implicação na participação dos seus membros.

Hyman (2007) argumenta que é necessário gerir os recursos dos sindicatos de forma estratégica e adquirir capacidades e competências para a gestão da participação institucional. A essência do movimento operário é divulgar amplamente as posições do sindicato, o conflito social e a mobilização dinâmica sempre que necessário. Neste sentido, o envolvimento *online* tem um papel secundário, mesmo que contribua para a circulação de posições do sindicato e apoiar as suas mobilizações.

Os sindicatos valorizam a representação face-a-face a tal nível que nada a pode substituir. Nesta perspetiva a participação pública *online* é mais uma ameaça do que uma oportunidade.

A e-petição, por exemplo, é uma atividade de interesse internacional, bastante usada e com efeitos na tomada de decisão e que alguns sindicatos utilizam amplamente. Talvez por esse motivo, Lindner & Riehm (2009) mostram abordagens diferentes em contextos institucionais, como o Parlamento alemão ou o governo norueguês. Nas comunidades sindicais observam-se diferenças culturais fundamentais e, possivelmente, esta é uma das razões porque pouca investigação seja focada na adoção de ferramentas da Web 2.0 nessas comunidades.

O resumo dos resultados é apresentado da Figura 20 à Figura 23. As figuras são compostas por três elementos que associam as cores a fatores positivos (a verde) e fatores negativos (a cor de laranja). A Figura 20 apresenta 2 fatores positivos e 3 negativos, no que concerne á influência no contexto nacional. Os professores frisaram a necessidade de os políticos se envolverem neste tipo de iniciativas, já que eles apenas utilizam as tecnologias para serem ouvidos e o sindicato considera que é necessária mobilização e dar voz aos professores e à sociedade civil.



Figura 20 – Influência no contexto nacional

A Figura 21 apresenta 2 fatores positivos e 3 negativos, no que concerne á influência no contexto local. Os professores destacaram a dificuldade de mudança nos sindicatos, a competição existente entre os vários sindicatos e o problema da cultura organizacional. Os sindicatos, por sua vez, têm a noção de que os professores esperam mais deles e, por isso, é necessário adaptarem-se às novas formas de gestão e administração, mudando a sua estrutura cultural e organizacional, reconhecendo, contudo, que não é fácil.

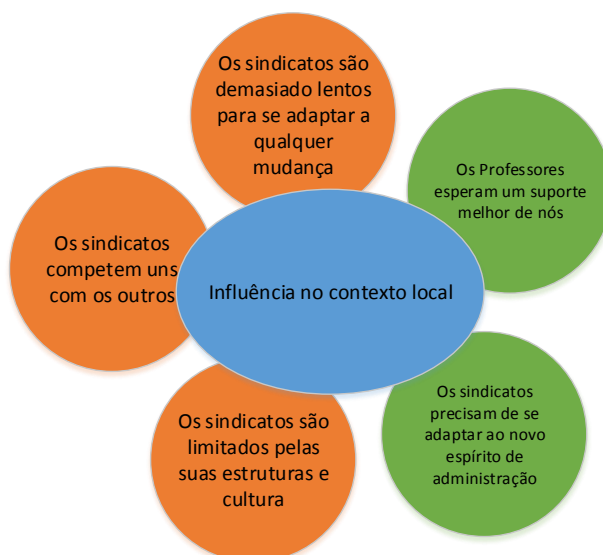


Figura 21 – Influência no contexto local

No que concerne à *cultura e normas* e *política e liderança* (Figura 22) destaca-se que tanto professores como sindicatos consideram que os cidadãos não estão preparados para a e-participação e que os políticos fazem tudo para promover a fragmentação dos sindicatos. Os sindicatos destacam o facto de estes meios de comunicação não substituírem os contactos face-a-face e o perigo da exposição *online*, principalmente nas redes sociais. Os professores destacam a falta de motivação para se sindicalizarem, principalmente devido aos sindicatos não levarem em consideração aquilo que os próprios professores pensam sobre os temas que lhes dizem respeito. Alguns professores pensam que os sindicatos tomam decisões que não estão de acordo com as suas pretensões, embora considerem que por vezes são necessários consensos para que se consiga negociar o mal menor.

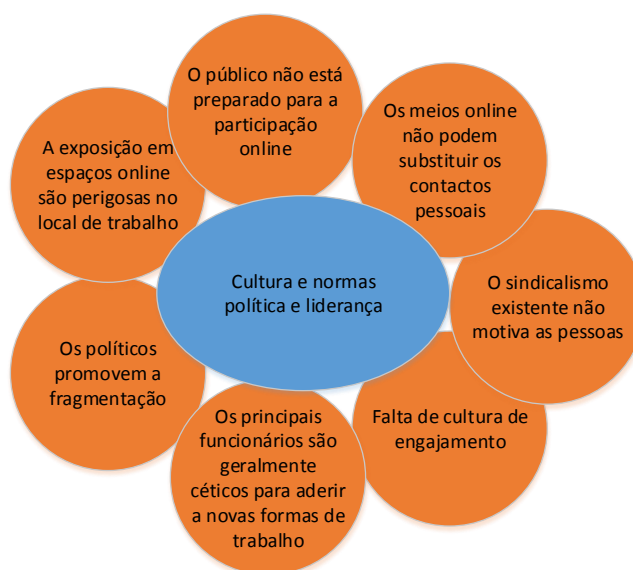


Figura 22 – Cultura e normas, política e liderança

As e-petições são consideradas positivas (Figura 23) devido à facilidade e celeridade com que podem ser realizadas e concretizadas, o seu baixo custo e o facto de estarem previstas na lei.



Figura 23 – Iniciativas de e-petições

5.3 Resumo do capítulo

Neste capítulo, começou-se por apresentar a metodologia investigação-ação, definições e modelos, essencialmente baseada na especificação de características encontradas na literatura, que serviram de fundamentação para a escolha da investigação-ação como metodologia adequada para a realização deste projeto.

Na segunda parte do capítulo explanou-se o procedimento utilizado na realização da investigação. Descreveram-se as fases levadas a cabo em cada um dos ciclos de iteração do modelo de investigação-ação usado, nomeadamente o planeamento, a ação, a observação e a reflexão. Abordou-se sucintamente os métodos utilizados para realizar a recolha de dados, o estudo exploratório com o resumo dos temas explorados e o resumo dos resultados.

6 Proposta de modelo

No campo da mediação digital existem vários modelos para descrever o progresso na e-participação. Os modelos são tipicamente do tipo escada e, portanto, unidimensionais. Isto é problemático, pois existem várias dimensões envolvidas. Uma é a participação, a atividade de se fazerem coisas em conjunto, outra é a participação democrática, que é valorizada de forma diferente por modelos de democracia diferentes e, por fim, a dimensão eletrónica, a utilização de ferramentas TIC, que não podem ser diretamente ligadas a qualquer participação ou democracia (Grönlund, 2009). Entende-se que a democracia é um valor implícito nos modelos de e-participação.

O primeiro modelo, considerado pela maioria dos autores como o modelo de referência para a e-participação, é o de Sherry Arnstein (1969), que desenvolveu uma tipologia influente em 1969 *Uma Escada de Participação Cidadã*, onde faz um diagnóstico dos fracassos de iniciativas participativas durante a guerra contra a pobreza. A autora argumenta que a participação é valiosa na medida em que *é a redistribuição do poder que permite aos não cidadãos... ser deliberadamente incluídos no futuro*. Nem todos os programas atuais de participação efetuam tal redistribuição, e o universo de programas podem ser classificados de acordo com o grau em que conferem poder aos cidadãos. Os degraus desta escada de empoderamento (Figura 24) são: manipulação, terapia, informação, consulta, concertação, envolvimento, delegação de poder e controlo dos cidadãos. O modelo tem como base um modelo de democracia direta, pois no último degrau da escada o poder não é delegado, mas colocado diretamente nas mãos dos cidadãos.

Este modelo tem sido criticado por se focar na democracia direta. Fung (2006) discute-o no contexto da democracia representativa, considera-o obsoleto e questiona sobre o tipo

de democracia direta dos cidadãos que deve existir na governação contemporânea. Smith (2006), por sua vez, considera que o modelo de Arnstein tem várias lacunas e deverá ser considerado no contexto específico em que foi desenvolvido, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, nos anos 1960, em que o controlo popular mais direto era considerado melhor. O autor cita Christiano (1996) que apresenta uma nova visão construída sobre a escada original. Esta nova visão, contrariamente à de Arnstein, apresenta a escada de participação numa perspetiva de capacitação do indivíduo, ou do conjunto de indivíduos, para o degrau mais elevado de participação direta.

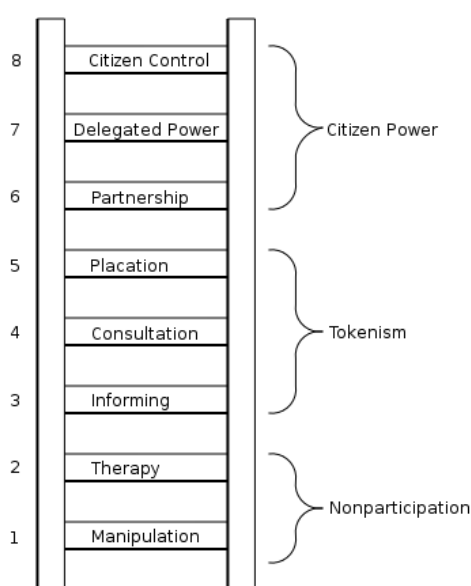


Figura 24 – Escada de participação de Arnstein (Arnstein, 1969)

O modelo de Arnstein foi adaptado por Wiedemann & Femers (1993), como mostra a Figura 25, para as questões de carácter ambiental e apresenta um ponto de vista mais pragmático, segundo Tulloch & Shapiro (2003), que o reproduziram. Este modelo foi construído para a classificação de quatro tipologias de projetos de participação pública (baixos níveis de acesso, elevados níveis de acesso, níveis baixos de participação, e altos níveis de participação), e pode, devido à sua generalização, ser adaptado a vários processos de participação pública.

Tulloch & Shapiro (2003) tratam o acesso e a participação como conceitos diferentes e apresentam uma nova *escada de acesso a dados* concetual para complementar a *escada da participação pública* mais estabelecida, aplicada à área da informação geográfica.

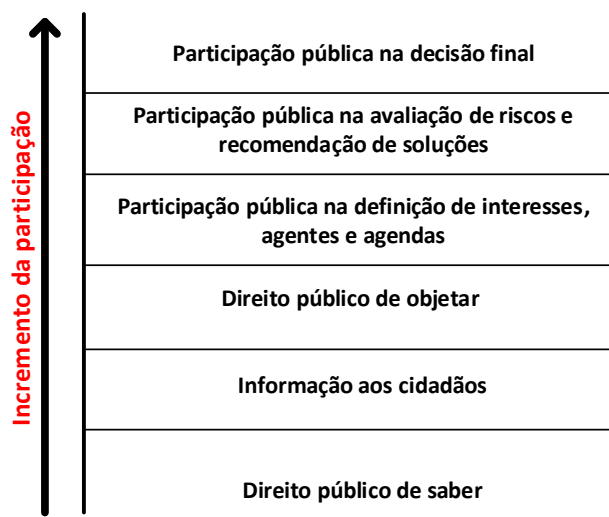


Figura 25 – Escada de participação (adaptado de Wiedemann & Femers (1993))

Em contraste com os métodos mais tradicionais, novas formas de participação baseadas nas TIC começaram a evoluir, como discussões *online*, pesquisas na Web e sistemas de apoio à decisão *online* e Carver (2001), baseado nos modelos anteriores, apresenta o conceito a que chamou escada de e-participação, apresentada na Figura 26, a fim de discutir o nível de atividade em que os cidadãos podem ou não desejar ou ser capazes de participar nos processos de tomada de decisão governamentais.

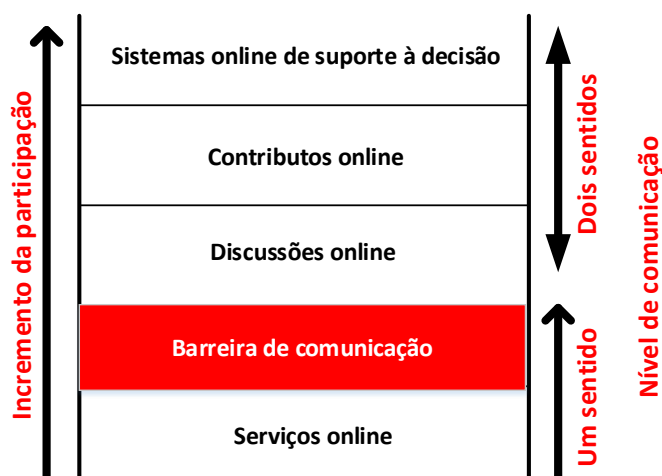


Figura 26 – Escada de e-participação (Adaptado de Carver (2001))

O degrau mais baixo da escada representa serviços como pagamentos de taxas, impostos ou acesso a informação da administração pública. Mais acima na escada de e-participação, a comunicação torna-se bidirecional e a participação mais interativa através da partilha de informações, ideias e *feedback*.

Macintosh, por sua vez, propôs uma *framework* para caracterizar e comparar projetos de e-participação (Macintosh, 2004). A *framework* é constituída por dez dimensões de

análise, designadamente: nível de participação, etapas do processo de tomada de decisão, atores, tecnologias utilizadas, regras de envolvimento, duração e sustentabilidade, acessibilidade, recursos e promoção, avaliação, e fatores críticos de sucesso.

Saebo, Rose e Flak apresentam um modelo que pretende contribuir para a compreensão da investigação sobre a e-participação (Sæbø et al., 2008). Conforme ilustrado na Figura 27, o modelo descreve o campo da e-participação através da exploração dos seus atores, atividades, fatores contextuais, efeitos, e dos métodos de avaliação. Medaglia (2012) também apresenta um modelo semelhante, mostrado na Figura 7, onde apresenta as principais categorias utilizadas para classificar o desenvolvimento da e-participação.

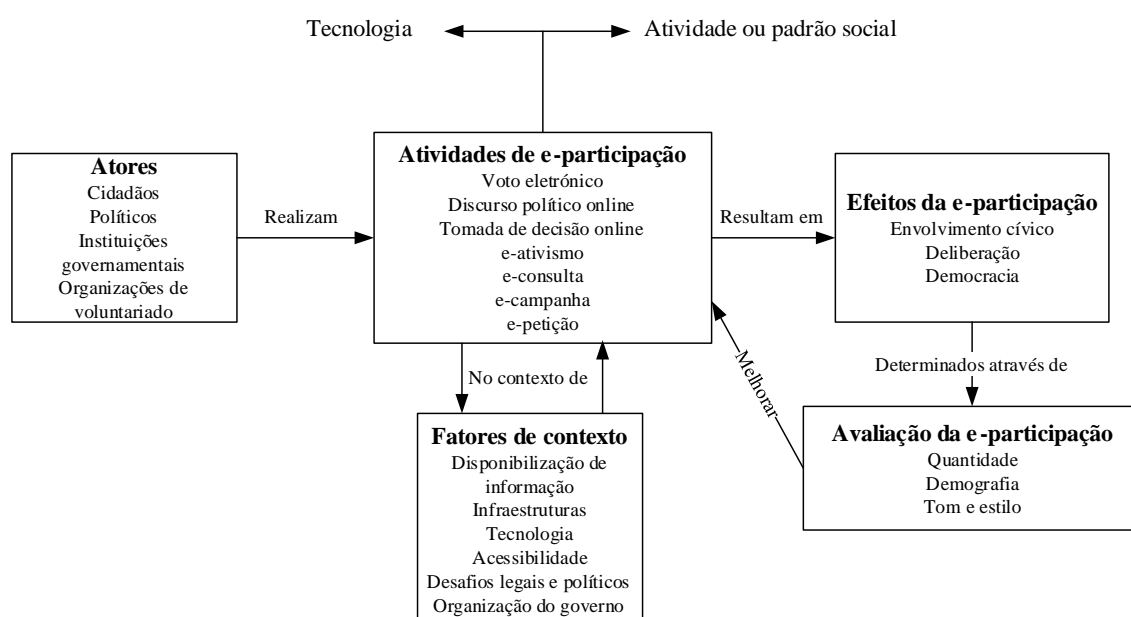


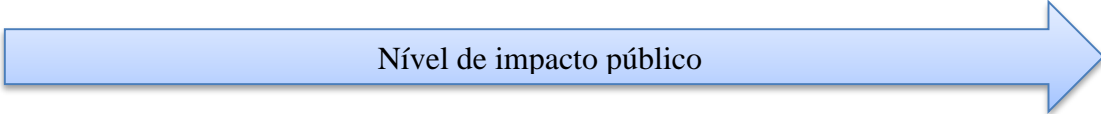
Figura 27 – Modelo descritivo da e-participação (Adaptado de Sæbø et al. (2008))

As atividades de e-participação são centrais para o modelo, conceptualizadas como as atividades sociais ou padrões de comportamento associadas a tecnologias (como o voto, consultas, petições, entre outras).

A Associação Internacional para a Participação Pública (IAP2), uma organização sem fins lucrativos, sugeriu cinco etapas de um espectro de participação para descrever os níveis de participação, como mostra a Tabela 8. Este modelo foca o envolvimento direto dos cidadãos, ou seja, apenas projetos de democracia direta podem chegar ao mais alto nível. O modelo IAP2 começa no nível 3 do modelo de Arnstein (informar), e ignora o nível 5 (concertação), isto é, transmite uma imagem do desenvolvimento do bom (informações objetivas) para o ótimo (empoderamento), considerando a participação menos propensa a

conflitos. Este modelo foi utilizado por Tambouris et al. (2007) no domínio da e-participação, tentando fornecer uma escala de uso das TIC para indicar as mudanças, desde a noção de participação de Arnstein, na passagem da participação para a e-participação, e o seu uso foi estendido para avaliar a participação num projeto da União Europeia, com os cinco níveis referidos (Grönlund, 2009).

Tabela 8 – Espetro de participação do IAP2 (Adaptado de IAP2 (2007))

				
Informar	Consultar	Envolver	Colaborar	Empoderar
Fornecer ao público uma informação equilibrada e objetiva	Obter feedback do público	Trabalhar diretamente com o público durante todo o processo para garantir que as preocupações e aspirações do público são compreendidas e levadas em consideração	Parceria com o público em cada aspeto da tomada de decisão. Dar primazia a comunicação bidirecional; cidadãos e governos cooperam e os cidadãos participam ativamente no desenvolvimento de alternativas e identificação de soluções	Colocar a tomada de decisão nas mãos dos cidadãos

Os níveis de participação pública fornecidos por Arnstein, OCDE (2003) e IAP2 têm características similares, como mostra a Tabela 9.

Tabela 9 – Comparação dos níveis de participação pública

Arnstein	OCDE	IAP2
Níveis de poder cidadão	-	Empoderamento
Níveis de concessão mínima de poder	Participação ativa	Colaboração
	Consulta	Envolvimento
	Informação	Consulta
Não participação	-	Informação

Da mesma forma e enquadrada na democracia representativa, Lukensmeyer & Torres (2006) propuseram uma escada com quatro níveis de participação:

- Comunicação: com o objetivo de sensibilizar a opinião pública;
- Consulta: para educar o público e estimular o debate;
- Envolvimento: para envolver os cidadãos;
- Colaboração: para representar as partes interessadas e envolver especialistas.

O enquadramento da OCDE sobre e-participação é muito conhecido e é constituído por 1) informação, 2) consulta e 3) participação ativa. Macintosh & Whyte (2008), em resposta ao mesmo problema, o envolvimento do público, propôs um modelo com, apenas, três níveis: 1)

e-capacitação; 2) e-envolvimento; 3) e-empoderamento. Neste modelo todas as ferramentas tecnológicas estão contidas no primeiro nível. As Nações Unidas (DESA, 2007) fazem o enquadramento da e-participação baseado numa dimensão semelhante com os nomes de 1) e-informação, 2) e-consulta e 3) tomada de e-decisão (DESA, 2005). A relação entre estes pensamentos, resumida por Islam (2008), é mostrada na Figura 28.

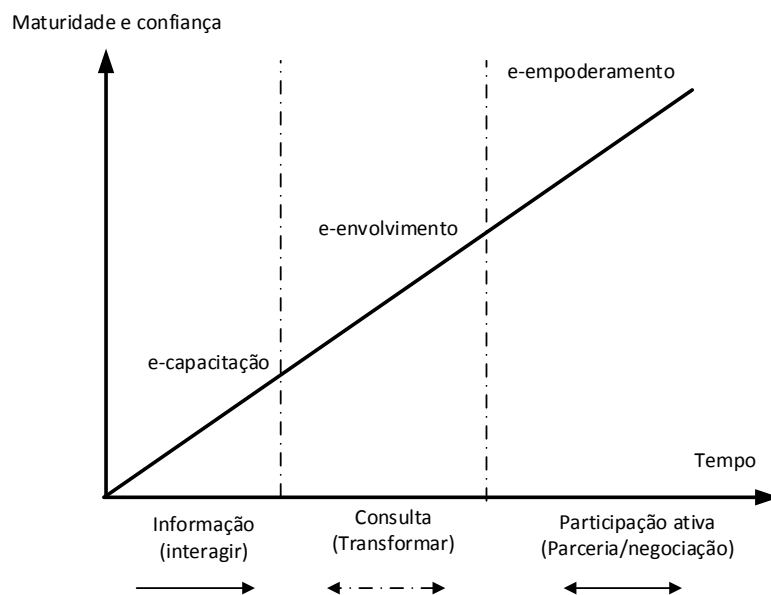


Figura 28 – Dimensão integrada da e-participação

A informação é entendida como o primeiro nível, num sentido, que permite aos cidadãos o acesso às informações passivamente. A consulta e participação ativa funcionam nos dois sentidos, sendo que na consulta o governo/promotor define as perguntas e gere o processo e os cidadãos são encorajados a contribuir com as suas opiniões e na participação ativa, os cidadãos participam ativamente no processo de formulação de políticas do governo. Esta dimensão só mostra o nível de participação eletrónica ao longo do tempo e possui correlação positiva entre um determinado nível e maturidade. Islam propôs um modelo com sete fases, mostrado na Figura 29, para a implementação de iniciativas de e-participação, alegando que o modelo pode ser usado em qualquer país e sob quaisquer situações socioeconómicas (Islam, 2008).

A primeira fase visa criar as condições necessárias para implementar iniciativas de e-participação, cuja abordagem contempla os 5 Ws e 2 Hs, isto é: *what, why, whom, when, where, how e how much* (o quê, porquê, quem, quando, onde, como e quanto). A segunda fase foca-se na seleção do público-alvo e o modo como tornar a participação eficiente no processo de tomada de decisão. A terceira fase destina-se à definição dos conteúdos e a quarta fase determina como as aplicações e os conteúdos devem ser usados. A quinta fase destina-

se à divulgação da iniciativa. A sexta fase representa o último nível de implementação e é a fase em que a participação toma lugar e, por último, a sétima fase define mecanismos de feedback e propõe a realização de uma análise do impacto da iniciativa, de modo a poderem estabelecer-se medidas de correção.

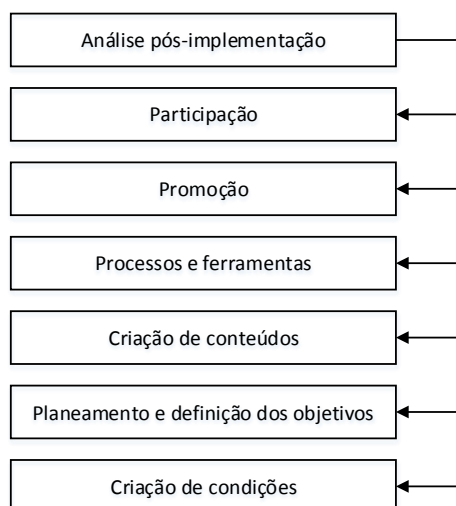


Figura 29 – Modelo de implementação de e-participação dos 7Ps (Adaptado de Islam (2008))

Fung, professor em Havard, mas que participa ativamente em orçamentos participativos no Brasil, propõe uma terceira abordagem a que chama de experimentalista. Fung (2006) faz uma abordagem que parte de uma análise dos mecanismos concretos de participação, com o intuito de determinar que tipos de participação são mais eficientes para solucionar determinados problemas da representação clássica. Os problemas em questão são:

- **Ilegitimidade:** situação em que uma decisão política não tem o apoio dos cidadãos
- **Injustiça:** os contextos nos quais determinados grupos não são capazes de influenciar a agenda política, por serem excluídos, desorganizados, muito fracos, ou por qualquer outro motivo
- **Ineficiência:** situações em que uma decisão, justa e legítima, não é colocada em prática devido a alguma deficiência da administração pública.

Para a resolução destes problemas, o autor refere que é necessário um modelo teórico que possibilite uma comparação eficiente entre os vários tipos de experiências e responde com a construção de um modelo de participação tridimensional a que chama cubo da democracia composto pelos eixos mostrados na Figura 30. Fung traça um eixo que vai desde as situações mais exclusivas (técnicos, representantes eleitos) até às mais inclusivas (auto seleção aberta ou a esfera pública de forma difusa). Um critério semelhante é

utilizado nas outras duas dimensões, organizando as formas de comunicação e decisão desde “*Ouvir como espectador*” até “*Deliberar e negociar*” e “*utilizar-se de conhecimentos técnicos*” e os níveis de poder em uma escala que evolui de “*educação individual*” até “*Cogovernança*” e “*Autoridade Direta*”.

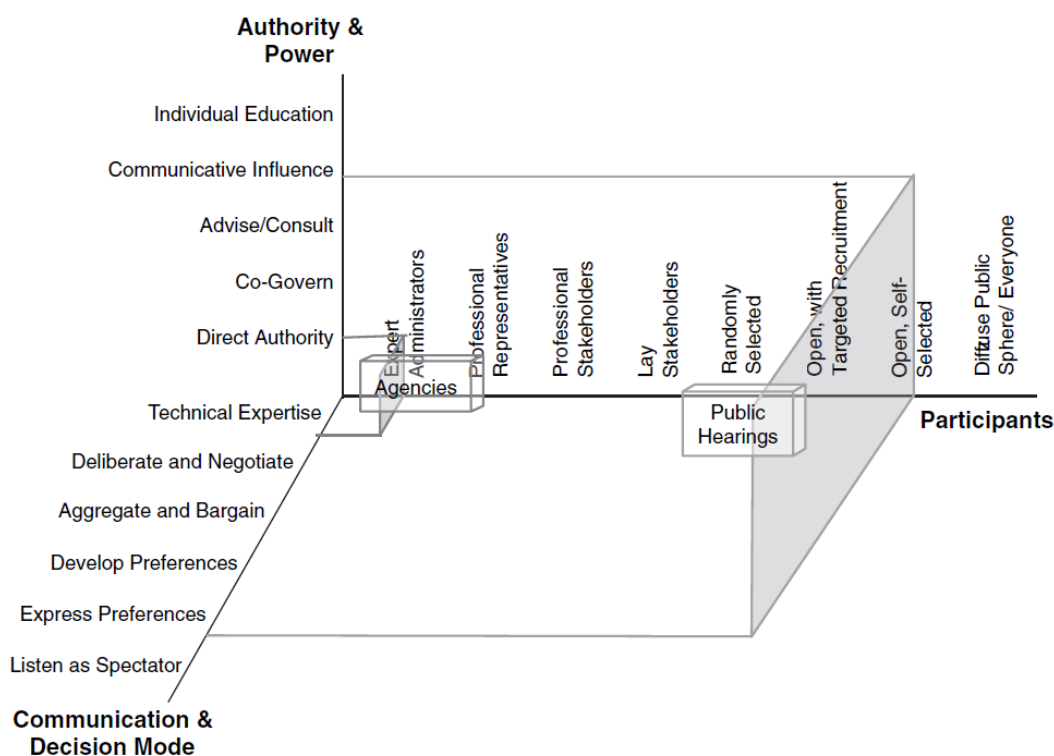


Figura 30 – Modelo de participação: cubo da democracia (Fung, 2006)

As consultas ou assembleias públicas, por exemplo, podem ser localizadas no cubo democrático (no eixo *Poder* são classificadas como de *Influência Comunicativa* no eixo *Participantes* como *Abertas, auto inscrição* e no eixo *Comunicação e Modo de Decisão* ficam entre *Escutar como Espectador* e *Expressar preferências*). Para a questão da legitimidade, o autor acredita não ser necessário um grau muito alto de autoridade (influência comunicativa seria o suficiente), mas o critério de participação necessariamente precisaria de ser inclusivo e a forma de comunicação e decisão, a mais intensa possível.

As consultas públicas, por exemplo, embora sejam desenvolvidas para sanar o problema da ilegitimidade, são geralmente insatisfatórias devido à baixa intensidade da comunicação: poucos expressam opiniões, a maioria assiste, apenas. Fung acredita que outros mecanismos, como as sondagens deliberativas de James Fishkin(1991), do Centro para a Democracia Deliberativa da Universidade de Stanford, procuram ocupar esse

espaço. Estas sondagens deliberativas já foram aplicadas em vários países do mundo, inclusive nas eleições para o parlamento europeu, em 2009 (Isernia & Fishkin, 2014).

A sondagem deliberativa é um modelo de consulta pública que parte de amostras aleatórias de pessoas, que discutem em grupo, para ver como as opiniões mudam conforme os cidadãos estão mais ou menos informados. A forma de comunicação situa-se no desenvolvimento de preferências, os participantes, escolhidos aleatoriamente, e o grau de poder mantém-se ao redor da influência comunicativa. A questão da ineficiência é tratada pois os cidadãos têm um conhecimento mais direto das questões locais que os profissionais, geralmente, não possuem, e isso pode ajudar a resolver questões relacionadas com educação, segurança pública ou regulação ambiental, entre outras.

Muitos foram os avanços, na teoria e na prática da participação, desde a escada de participação de Arnstein. Provavelmente, não há uma escada simples que possa caracterizar os mecanismos de participação. Talvez um conjunto de escadas, caminhos, espaços ... Gronlund argumenta que nenhum modelo mede com sucesso todas as dimensões envolvidas na e-participação, porque modelos diferentes de democracia também implicam regras diferentes para intervenientes diferentes. A e-participação não é a discussão de incentivos e barreiras, mas acerca de pontos de vista diferentes, como é o caso da discussão sobre democracia representativa e democracia direta (Grönlund, 2009). Estes modelos são escadas normalmente unidimensionais e a democracia direta é vista como o modelo de democracia mais avançada. Gronlund afirma que um modelo útil de e-participação precisa satisfazer três critérios:

1. Deve ser neutro relativamente aos modelos de democracia: a maioria dos projetos de e-participação ocorrem na democracia representativa, por isso deve ser possível mostrar o progresso desse modelo. A tomada de decisão não é o único papel importante da participação na democracia, o desenvolvimento de capacidades é outro;
2. Deve servir para diferentes áreas de aplicação: muitos projetos têm a preocupação de permitir ao público comentar relatórios da UE, os planos do governo local como *a construção de uma cidade verde*, sem ligação direta à tomada de decisão. Tais áreas de aplicação têm uma classificação muito baixa em qualquer uma das escalas de participação analisadas, mas isso não significa que não sejam importantes. De facto, permitem a participação dos cidadãos, podem fazer a

diferença nas atividades das organizações governamentais e contribuem para a produção de métodos viáveis para e-participação;

3. Deve permitir a distinção entre os diferentes níveis de participação de uma forma que não faça, como o modelo de Arnstein, obscurecer a fronteira entre a participação numa atividade (que é o que deve ser medido) e o papel dela na democracia.

A análise destes modelos leva-nos a um novo modelo de participação a que chamamos *esfera da participação*, aplicado a organizações sindicais, especificamente sindicatos de professores.

A partir da observação da participação dos utilizadores nos *websites* dos sindicatos de professores percebemos que, na maioria dos casos, se reduz ao envio de *e-mails* ou preenchimento de formulários de contacto, o que demonstra a falta de iniciativas de e-participação. Além disso, quando analisamos o tipo de comunicação entre os sindicatos e as partes interessadas na educação, também verificámos, como ilustrado na Figura 31, que é essencialmente baseado no uso de comunicação unidirecional. Estes resultados estão de acordo com os resultados de pesquisas bibliográficas. Rego, Alves, Silva, & Naumann (2013) afirmam que a maioria das organizações adota uma comunicação unidirecional e argumentam que é difícil conhecer o impacto de utilização dos sítios dos sindicatos, pois não existem muitos mecanismos *online* que proporcionem uma participação efetiva dos utilizadores. É necessário promover a inclusão, a participação e a transparência.



Figura 31 – Comunicação unidirecional entre sindicatos e comunidade educativa (Sousa, Agante, Quental, & Gouveia, 2014)

6.1 Atores da e-participação

As atividades de e-participação são realizadas por atores. Estes são normalmente caracterizados como as diferentes partes interessadas (por exemplo, os cidadãos e os políticos). Os atores são responsáveis por promover, dirigir e participar nas diversas atividades, desenvolver ou configurar as tecnologias associadas, e por dar resposta aos resultados das atividades de participação.

A literatura dá ênfase à escolha dos participantes pois, por exemplo, os mini públicos podem ser manipulados por quem os reúne ou serem utilizados para legitimar decisões controversas. A tendência para a recondução da democracia à participação dos cidadãos em experiências deliberativas não é desprovida de riscos quando estas são promovidas por agentes governamentais ou pela própria administração. Urbinati (2000) argumenta que não devemos ignorar o potencial antidemocrático que a proliferação de mini públicos pode acarretar e estes podem ser dirigidos para julgar alternativas políticas para cuja estruturação pouco ou nada contribuíram. Tulloch (2008), por sua vez, considera ser um risco, em muitas abordagens à participação pública, a redução do público a uma entidade homogénea ignorando a existência de uma multiplicidade de públicos complexos e o diferencial de poder entre eles.

Existe um paradoxo na formação de opinião, segundo Urbinati (2014): por um lado, os cidadãos estão convencidos que recuperaram o poder sobre os eleitos e, por outro lado, o facto de as coisas acontecerem não garante que os cidadãos tenham qualquer controle sobre as intenções que orientam os atores. O autor argumenta que existem contextos em que o empoderamento do cidadão é altamente desejável, mas há outros em que um papel consultivo é mais apropriado.

As técnicas tradicionais de participação baseiam-se na realização de sessões presenciais. Acontece que geralmente estas sessões decorrem numa atmosfera de confrontação, em que os indivíduos que possuem melhor expressão verbal tendem a dominar estes encontros defendendo pontos de vista que nem sempre são coincidentes com os da maioria da população impactada pela decisão (Carver, 2001).

Para a análise de iniciativas de participação pública, Fung (2006) adota oito mecanismos, sendo que o mais inclusivo é formado por todos os públicos e o menos inclusivo é formado por agentes do Estado, conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Mecanismo de seleção de participantes (Adaptado de Fung (2006))

Mecanismo de seleção dos participantes		Descrição
Público – mais inclusivo	Esfera pública difusa	Aqueles que estão abertos a todos os que forem chamados a participar. É o menos restritivo, pois abrange todas as pessoas.
Mini públicos	Autosseleção	Mesmo quando são chamados a participar, uma parte da população pode não se envolver no processo e só participam os interessados.
	Recrutamento seletivo	São os incentivos de participação para grupos da sociedade que não se envolveriam na discussão ou o tema da participação possui grande relevância para este determinado grupo. Algumas comunidades empregam organizadores para divulgar as reuniões de planeamento em bairros com moradores de parques recintos.
	Seleção aleatória	Seleciona aleatoriamente os participantes da discussão. É a melhor garantia de representatividade da população.
	Leigos interessados	São cidadãos que têm um grande interesse em alguma preocupação pública e, portanto, estão dispostos a investir muito tempo e energia para representar e servir aqueles que têm interesses semelhantes ou perspectivas, mas optaram por não participar.
	Profissionais	Estes participantes são frequentemente pagos e representam interesses organizados.
Estado – menos inclusivo	Representantes eleitos	Eleições competitivas que selecionam profissionais políticos que, supostamente, representam os interesses dos cidadãos. São mais exclusivos e encontram-se dentro do Estado.
	Administradores especializados	Selecionados por representantes eleitos. São os mecanismos mais restritivos.

David Osimo (2008) classifica os utilizadores como causadores de impactos nos governos através do uso da Web 2.0 de acordo com o seu papel de utilizadores mais ativos na Web, que variam desde os que 1) produzem conteúdo; 2) fornecem avaliações e revisões; 3) usam o conteúdo gerado por outros utilizadores; e 4) fornecem dados e gostos pessoais. Ferro & Molinari (2010), por sua vez, criam uma tipologia da presença *online* dos cidadãos através de um modelo que apresenta as suas principais características e até mesmo a percentagem de pessoas no mundo que estão nas seguintes categorias: 1) ativistas; 2) socializadores; 3) os conectados; e 4) os desconectados. Weninger, Poplin, & Petrin (2010) apresentam os tipos de utilizadores presentes nas plataformas Web 2.0 a partir do estudo de uma iniciativa muito parecida com a plataforma Cidade Democrática denominada *Nexthamburg* na Alemanha. Os autores propõem duas dimensões que analisam esses utilizadores: tipos de interação (passivo, ativo e reativo) e níveis de comunicação (produção entre pares, intra comunidade e pública).

Tal como estes autores, Fung argumenta que os principais modos de comunicação e decisão, aplicado a orçamentos participativos, vão desde o papel do cidadão como mero ouvinte até à tomada de decisão por agentes públicos, dispondo-os numa única dimensão que varia do menos intenso para o mais intenso, como mostra a Tabela 11.

Tabela 11 – Mecanismos de comunicação e decisão

Modos de comunicação		Decisão
Mecanismos que empregam estes três primeiros modos de comunicação e decisão muitas vezes não tentam traduzir as opiniões ou preferências dos participantes numa visão coletiva ou decisão	Ser mero espectador	O cidadão apenas ouve as informações transmitidas por políticos ou outros grupos que estão presentes na decisão. Por exemplo, assistindo à discussão entre políticos, ativistas e grupos de interesse, em reuniões da comunidade.
	Expressar as suas preferências	O cidadão pode apresentar as suas preferências às pessoas envolvidas na decisão. Por exemplo, os ativistas que participam das audiências públicas apresentam as suas opiniões sobre a temática discutida.
	Desenvolver as suas preferências	Outros debates são organizados de maneira a permitir aos participantes explorar, desenvolver e talvez transformar as suas preferências e perspectivas. Os participantes são encorajados a aprender sobre as questões e, se for o caso, transformar os seus pontos de vista e opiniões. Por exemplo, atividades que tenham material didático sobre o tema e que os cidadãos discutam sobre as vantagens e desvantagens das diversas alternativas.
Mecanismos em que há uma tentativa de escolha coletiva, ou seja, de tomada de decisão	Agregar e negociar	Participa na tomada de decisão referente à discussão. Neste modo, os participantes sabem o que querem e o modo de tomada de decisão agrega as suas preferências. A negociação permite que os participantes encontrem a melhor alternativa disponível tendo em consideração as preferências comuns.
	Deliberar e negociar	Em mecanismos projetados para a deliberação, os participantes tipicamente absorvem informação e experiências de uns e outros para desenvolver as suas opiniões e descobrir os seus interesses. No decorrer do desenvolvimento dos seus pontos de vista individuais em contexto de grupo, os mecanismos deliberativos muitas vezes empregam procedimentos para facilitar o esclarecimento de dúvidas e a descoberta de novas opções.
	Colocar a sua experiência e conhecimento	Funcionários cuja formação e especialização profissional aplicam os seus conhecimentos para resolver problemas particulares. Este modo geralmente não envolve os cidadãos. É o domínio dos projetistas, reguladores, assistentes sociais, professores, diretores, polícia e afins.

Para além da comunicação, o modo como a autoridade e o poder são exercidos tem impacto da participação pública na ação do poder público, indo de simples decisões que os participantes tomam e as entidades estatais seguem, até à falta de expectativa que os cidadãos têm pela ação política. As cinco categorias principais, definidas por Fung, de

como a participação influencia na tomada de decisão dos agentes públicos, são mostradas na Tabela 12.

Tabela 12 – Mecanismos de autoridade e poder

Modos de autoridade e poder		Descrição
Os participantes têm menos autoridade e poder na tomada de decisão	Educação individual	O participante típico tem pouca ou nenhuma expectativa de influenciar a política ou ação. Em vez disso, participa para obter benefícios pessoais ou por uma questão de obrigação cívica.
	Influência comunicativa	Muitos mecanismos participativos exercem influência sobre o Estado ou os seus agentes ou, indiretamente, alterando ou mobilizando a opinião pública. As discussões e decisões exercem uma influência comunicativa sobre os cidadãos que são influenciados pelo testemunho, pelos motivos, as conclusões ou, simplesmente, pela observância dos deveres, da justiça e da moral
	Informar e consultar	Aconselhamento e consulta é um mecanismo comum em fóruns participativos que exercem influência sobre as autoridades públicas. Neste modo, os funcionários preservam a sua autoridade e poder, mas comprometem-se a receber as propostas dos participantes. É o propósito da maioria das audiências públicas e outras reuniões da comunidade.
Os participantes têm mais autoridade e poder na tomada de decisão	Cogovernança	Nalguns locais os cidadãos juntam-se com os funcionários para fazer planos e políticas ou desenvolver estratégias de ação pública.
	Autoridade direta	Os cidadãos exercem autoridade direta sobre as decisões públicas ou recursos.

6.2 Modelo de comunicação

A modelação concetual é a atividade de descrever formalmente alguns aspetos do mundo físico e social para fins de compreensão e comunicação (Larman, 2004). É uma representação abstrata da realidade, que destaca os aspetos mais importantes num contexto específico ou sob um ponto de vista particular.

A primeira fase de construção do modelo proposto focou-se na identificação das principais partes interessadas e o seu papel no processo de educação. Depois de analisar a literatura e vários modelos de participação, mostrados acima, e outros, desenvolvemos um modelo adaptado ao estudo em questão relacionado com os sindicatos de professores. Para tal, definimos os participantes, a forma como os participantes comunicam entre si e a interligação das discussões com as políticas e ações públicas.

Assim, como resultado da pesquisa sobre *websites* de sindicatos de professores e informações obtidas a partir de personalidades com experiência nesta área, foram considerados os seguintes atores no modelo de comunicação em portais de sindicatos de professores: representantes de sindicatos de professores, professores, políticos, representantes dos pais e estudantes, representantes empresariais, direções de Escolas, Câmaras Municipais e sociedade civil.

Os professores são membros e não membros dos sindicatos. Os políticos, como decisores, são também *stakeholders* naturais. Os representantes de estudantes incluem os eleitos pelos estudantes (e.g. presidentes de associações académicas) e os representantes de pais são as pessoas eleitas pelos pais dos estudantes (e.g. associações de pais). Os representantes dos sindicatos são os funcionários do sindicato que incorpora a plataforma de participação. Podem ser presidentes, relações públicas, juristas, entre outros. Representantes empresariais podem ser membros de associações empresariais, empresários e associações industriais, entre outros. Sociedade civil representa a sociedade em geral, pois alguns eventos, como as e-petições, têm como participantes outros cidadãos, na tentativa de obter apoio da população na defesa dos interesses dos sindicatos e professores para forçar o poder político. As Câmaras Municipais representam o poder político a nível local e as escolas, representadas pelas suas direções, são representantes do ministério da educação. A Figura 32 ilustra o modelo de comunicação para a plataforma de participação digital do sindicato.

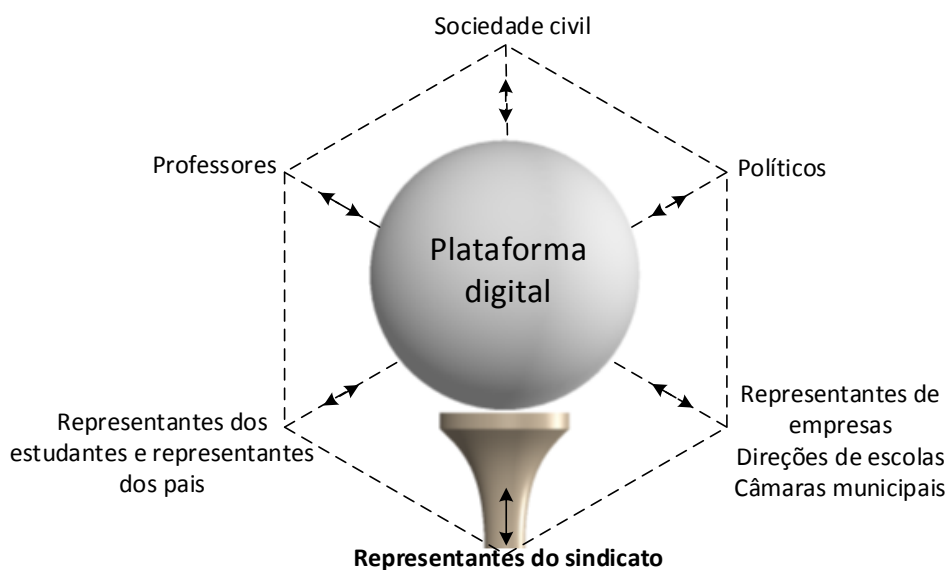


Figura 32 – Esfera da participação: Modelo proposto

As setas representam os canais abertos de comunicação multidirecional entre os atores chave através da plataforma. No modelo acima, a dimensão digital / tecnologia é representada pelo círculo plataforma digital.

O editor não está explicitamente representado, uma vez que é inerente ao modelo. Pretende-se que seja um elemento neutro, cujas principais funções são criar, gerir, encorajar e moderar os eventos de participação, e assegurar a gestão de utilizadores.

Este papel pode ser desempenhado por uma equipa ou por uma única pessoa que pertence aos quadros do sindicato dos professores. O editor deve ter neutralidade absoluta e comportar-se como um autêntico curador de informação da plataforma de participação (Rosenbaum, 2011).

6.3 Percurso de desenvolvimento do modelo

O modelo leva-nos à criação, definição e desenvolvimento de condições, objetivos, conteúdos, ferramentas, divulgação e participação. A Tabela 13 apresenta a abordagem ao desenvolvimento do modelo, explicado nas secções seguintes.

Tabela 13 – Desenvolvimento do modelo

Fases	Descrição
Definição e desenvolvimento de condições	Analisar realidades socioeconómicas e tecnológicas. Desenvolver competências técnicas, construir a infraestrutura necessária, como <i>hardware</i> , <i>software</i> , <i>websites</i> , serviços baseados em rede e torná-los disponíveis.
Planeamento e definição dos objetivos	Abordagem dos 5W e 2 H (what, why, whom, when, where, how, how much). Que experiências se vão realizar? Porquê (qual o resultado esperado)? Quem está envolvido (quem é o responsável em cada uma das experiências e quem vai participar em cada uma delas)? Quando se vão realizar? Onde se vão realizar? Como se vão implementar? Quanto será gasto?
Definição e criação de conteúdos	Definir os conteúdos a abordar nas ferramentas disponíveis
Processos e ferramentas	Determinar como vão ser utilizados os conteúdos e as diferentes ferramentas. Acima de tudo, ter em atenção as barreiras sócio tecnológicas dos participantes para aceder às ferramentas e conteúdos
Divulgação	Muitos projetos falham por falta de divulgação das iniciativas. Fazer divulgação, quer <i>offline</i> (e.g. jornais, folhetos), quer <i>online</i> (e.g. <i>e-mail</i> , <i>mailing lists</i> , <i>website</i> , <i>Facebook</i> , ...)
Participação	Implementar a participação. Primeiro, através de iniciativas unidirecionais e, depois, bi ou multidirecionais. O envolvimento dinâmico dos moderadores é fundamental para o sucesso das iniciativas.
Análise pós-implementação	Analisar o impacto e indicar medidas de correção.

6.3.1 Definição e desenvolvimento de condições

As organizações sindicais utilizam ferramentas de comunicação unidirecional e não suportam um eficiente processo de comunicação escalável baseado nos objetivos e necessidades de todas as partes interessadas.

Depois de observar este tipo de comunicação, propusemos a utilização de uma plataforma, explicada abaixo, para estimular a participação dos professores na vida sindical e na tomada de decisões, através de mediação digital, uma solução que agrega num único local, neutro e regulado, os professores e os representantes do sindicato e que possibilita uma comunicação multidirecional entre eles.

A participação dos professores nas suas organizações sindicais pode e deve permitir uma melhor relação entre as partes, assim como influenciar decisões importantes em termos de organização, quer dos representantes, quer das esferas governamentais.

Para garantir sucesso é necessário esclarecer objetivos, convidar todos os interessados para participar, tornar claro que influência os participantes têm e o que será feito com os resultados, certificar-se de que a informação chegue a quem a precisa. É necessário maximizar o valor, influência e relevância da participação *online* na definição da agenda pública em várias questões na comunidade, política e vida pública, melhorar a qualidade das discussões, de tal forma que a maioria dos participantes a veja como aberta, construtiva, útil e como um lugar que aceita troca de ideias significativa que promove uma discussão profunda, a consciência de complexas questões públicas, e um sentido sobre o qual os cidadãos sintam que podem fazer a diferença nas questões que lhes interessam.

Reunimos com os representantes do SPRC em 2011, apresentamos a plataforma, os objetivos que se pretendiam, a influência que poderia ter na participação dos professores, a mudança de atitude perante o sindicato, o interesse pela participação nas decisões do sindicato e, também, a mudança que a utilização da mediação digital poderia ter na própria organização, e a discussão pode ser resumida em *“julgamos ser um bom momento para medir a participação dos professores e, também, para utilizar a Web 2.0 na participação bidirecional e iniciar o que chamamos de Sindicalismo 2.0. São tantos os temas que podem ser utilizados para questionar, debater, propor ...”*. Explicou-se o seu funcionamento, percebendo-se, rapidamente, que os representantes dos sindicatos tinham competências técnicas suficientes para o manuseamento da plataforma.

A realidade socioeconómica dos participantes, quer de professores, quer de sindicatos, não se coloca. Em termos tecnológicos, os sindicatos estão perfeitamente equipados e possuem as condições necessárias, como redes e computadores nos seus locais de trabalho, servidores web, servidores de correio eletrónico e condições económicas favoráveis. Os professores também têm computadores e Internet nos seus locais de trabalho e em casa. Os serviços baseados em rede foram facilmente disponibilizados, devido ao elevado grau de conhecimentos do administrador dos servidores.

6.3.2 Planeamento

As experiências de utilização foram definidas, tendo em consideração a agenda do sindicato e os temas mais prementes do setor da educação. Os resultados esperados foram uma melhor ligação dos professores e dos sindicatos, influenciar o ministério da educação relativamente a alguns temas importantes, influenciar as tomadas de decisão do sindicato na apresentação de propostas ao governo. Os participantes são os responsáveis do sindicato a indicar para cada uma das iniciativas e, evidentemente, os professores, como explicado num ponto abaixo. Foram agendadas as duas primeiras iniciativas. As restantes estariam dependentes da agenda do sindicato e, principalmente, do aparecimento de temas mais quentes no momento. O local de realização das iniciativas é *online* e *offline*, isto é, as petições terão os dois formatos e as consultas serão, apenas *online*. As experiências de utilização são implementadas através do desenvolvimento de *software* para algumas delas, caso necessário, e da adaptação da plataforma *Liberopinion*, explicada abaixo, para a sua maioria.

Os procedimentos utilizados nas experiências e utilização da plataforma seguiram alguns passos que descrevemos:

- Recolher informação sobre a organização e tipos de eventos;
- Descobrir se estão preenchidas as condições necessárias para um processo de participação formal;
- Desenvolver ideias para a sequência de eventos no processo de participação;
- Esclarecer as formas possíveis de um processo de participação com outros atores, políticos e da administração;
- Divulgar informação ao *stakeholder* e a outros intervenientes.

A maior dificuldade sentida foi a de que a Federação Nacional de Professores é composta por vários sindicatos e as decisões têm que ser coletivas, o que tornou bastante morosa a

decisão de avançar. Em 2012 decidimos fazer alguns eventos com o SPRC. Após várias reuniões e trocas de informação, fizemos e-petições, e-consultas criando plataformas próprias. Só em 2013 se conseguiu fazer experiências com o Liberopinion.

Os fóruns de discussão têm o potencial para apoiar a interação, a reflexão, a deliberação, o debate e a discussão alargada, mas são necessários alguns requisitos, tais como o dispêndio de tempo em equipa e competências para moderar, apoiar e facilitar as discussões, bem como para analisar as contribuições. Esta é outra das dificuldades. É necessário disponibilizar elementos do *stakeholder* para moderar, acompanhar as discussões, responder às questões e isso não é fácil devido ao tempo que os representantes dedicam a outras atividades. Nestes eventos foram escalonados representantes diferentes para moderar cada uma das experiências.

6.3.3 Conteúdos

Os conteúdos a abordar foram discutidos, mas ficou decidido que seriam apresentados de acordo com a agenda no momento, pois a luta sindical está em constante ebulição. De qualquer modo, foram apresentados vários temas, tais como horários zero, mobilidade especial, saídas da função pública, apresentação e discussão de propostas dos professores, debates como “Que modelo para avaliação dos professores?” e tantos outros.

6.3.4 Processos e Ferramentas

Nesta secção apresentamos as possíveis competências e barreiras técnicas dos participantes para aceder às diversas ferramentas e conteúdos e descrevemos a plataforma.

6.3.4.1 Os atores

Um dos problemas graves que é referido na literatura é o risco de a e-participação não conseguir incluir todos os interessados, devido à falta de meios a nível das TIC e à sua literacia. É interessante analisar os últimos dados referentes a Portugal quanto ao uso das TIC e da Internet, em particular, no que se refere a Escolas e professores. Assim, segundo os últimos dados da Base de Dados Portugal Contemporâneo (Pordata)¹⁸⁴, o número de computadores com ligação à Internet no ensino básico e secundário, em 2010, é de 622 117 (Figura 33) e a percentagem destes com ligação à Internet é de 90,6%. Em 2012 passou para 84,8% (Figura 34).

¹⁸⁴ <http://www.pordata.pt>

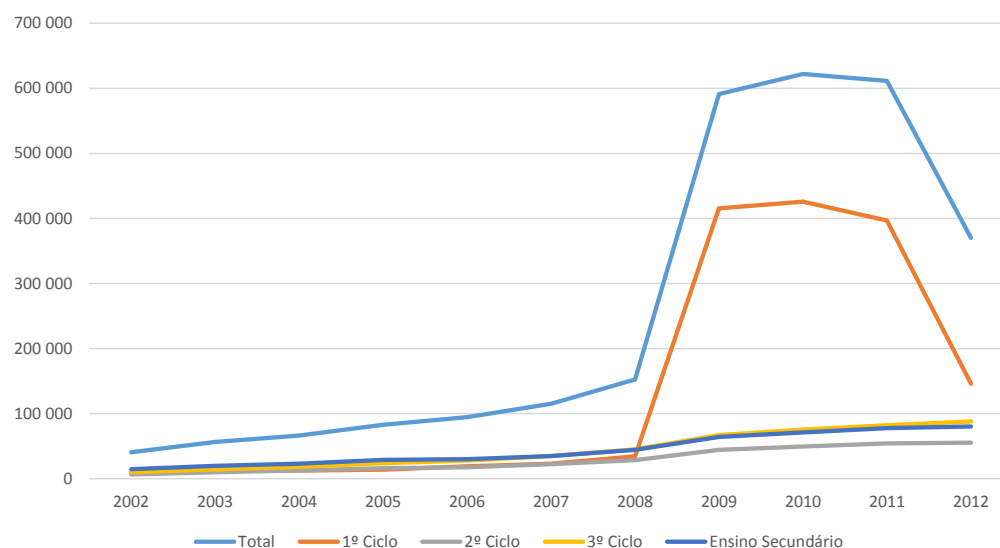


Figura 33 - Computadores com ligação à Internet no ensino básico e secundário (Fonte: PORDATA, 2014)

É de notar a enorme diminuição de computadores do ano 2010 para 2012, como se pode verificar na Tabela 14. Isso deve-se, essencialmente, à quantidade de escolas do 1º ciclo que fecharam por todo o país. O total de 396 995 de computadores com ligação à Internet, em 2011, no 1º ciclo passou para 146 100, em 2012, o que se refletiu na diminuição do total de 611 229 para 370 112¹⁸⁵.

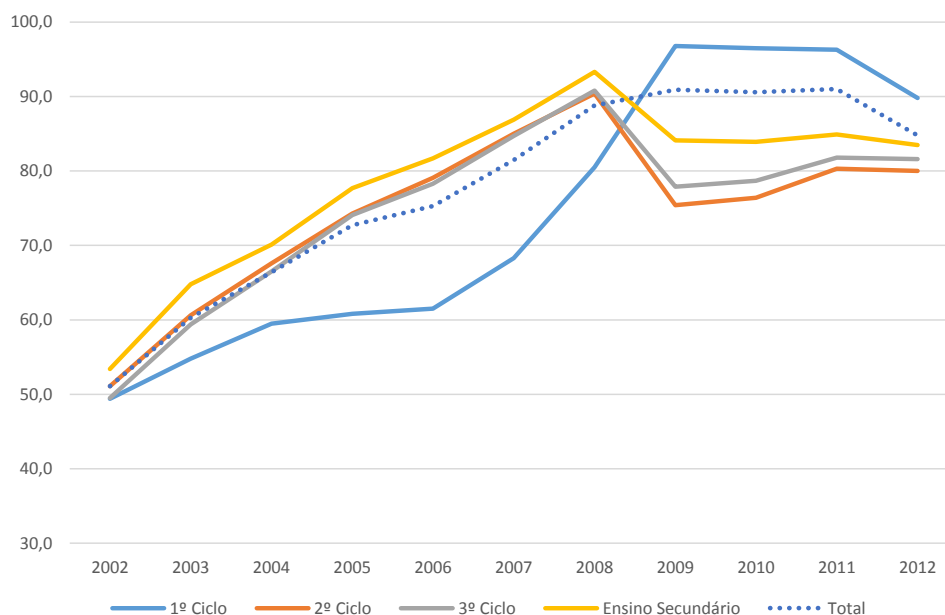


Figura 34 – Computadores com Internet em % do total de computadores no ensino básico e secundário (Fonte: PORDATA, 2013)

¹⁸⁵ Dados da Pordta:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Computadores+com+ligacao+a+Internet+no+ensino+basico+e+secundario+total+e+por+nivel+de+ensino+%20+Continente-1113>

É interessante comparar estes dados com a Figura 35 em que o número de computadores com Internet é apresentado em percentagem relativamente ao número total de indivíduos portugueses. Em 2013 64% da população portuguesa tinha acesso a um computador e 62,1% tinha acesso à Internet (Tabela 15).

Tabela 14 - Computadores com ligação à Internet no ensino básico e secundário: total e por nível de ensino

Anos	Nível de ensino					
	Total	Ensino Básico			Ensino Secundário	
		Total	1º Ciclo	2º Ciclo		3º Ciclo
2002	40 573	26 005	9 338	6 654	10 013	14 568
2003	56 364	36 585	12 213	10 082	14 290	19 779
2004	66 506	43 493	12 548	12 741	18 204	23 013
2005	82 780	53 794	13 894	15 977	23 923	28 986
2006	94 644	64 601	19 179	17 640	27 782	30 043
2007	115 273	80 383	22 980	22 380	35 023	34 890
2008	152 418	108 045	34 589	28 472	44 984	44 373
2009	591 138	527 027	415 432	44 359	67 236	64 111
2010	622 117	550 870	425 682	49 657	75 531	71 247
2011	611 229	533 362	396 995	54 150	82 217	77 867
2012	370 112	289 672	146 100	55 515	88 057	80 440

Tendo em atenção estes números, poderemos inferir que os atores se encontram fora dos fatores críticos, no que indica à literacia e à igualdade de participação como refere Staiou & Gouscos (2010) e Macintosh (2009), entre outros?

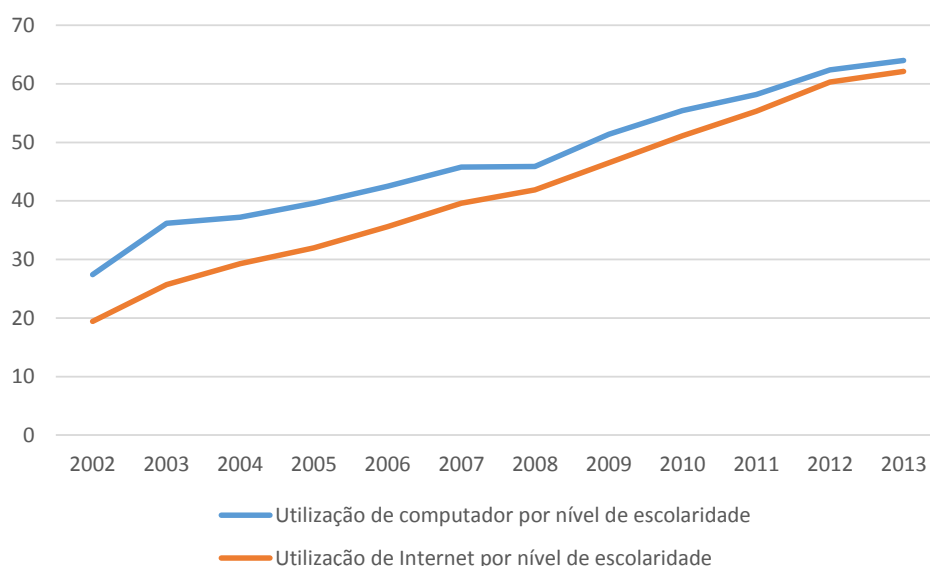


Figura 35 - Indivíduos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos (Fonte: PORDATA, 2014)

Os atores, neste caso, foram escolhidos devido à falta de estudo nesta área e devido à sua representatividade. São constituídos pelos representantes dos Sindicatos, por um lado, e pelos professores, por outro lado.

Tabela 15 - Indivíduos que utilizam computador e Internet em % do total de indivíduos: por nível de escolaridade mais elevado completo

	Utilização de computador por nível de escolaridade				Utilização de Internet por nível de escolaridade			
	Total	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Total	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
2002	27,4	15,0	71,6	81,6	19,4	8,5	56,9	68,6
2003	36,2	22,2	81,3	89,9	25,7	12,6	66,5	77,6
2004	37,2	21,9	83,3	91,9	29,3	14,5	72,7	84,2
2005	39,6	24,1	85,8	90,2	32,0	16,4	77,0	85,1
2006	42,5	26,8	86,9	91,0	35,6	19,5	80,3	86,9
2007	45,8	30,3	87,9	93,5	39,6	23,9	80,9	89,5
2008	45,9	30,2	90,0	92,5	41,9	25,7	86,9	90,5
2009	51,4	35,5	91,2	95,1	46,5	30,1	86,8	92,6
2010	55,4	39,7	94,3	97,0	51,1	34,3	92,2	95,7
2011	58,2	40,9	95,4	95,4	55,3	37,3	93,3	94,8
2012	62,4	44,6	95,8	95,8	60,3	42,1	93,9	95,4
2013	64,0	45,4	95,7	95,8	62,1	43,1	94,0	95,3

O mecanismo de seleção dos participantes, dentre as categorias apresentadas por Fung (2006), foi o da esfera pública difusa que o autor define como *aqueles que estão abertos a todos que o que quiserem participar*. É o mais inclusivo, pois abrange todas as pessoas. Por outro lado, segundo as mesmas categorias, podemos enquadrar os participantes no que Fung chama de mini público e seleção aleatória, a melhor garantia de representatividade da população.

De qualquer forma, todos os professores podem participar, embora a escolha inicial tenha recaído sobre os sócios. A diferença é que estes são registados automaticamente e, por isso, podem aceder a todos os conteúdos mais rapidamente. Contudo, todos podem participar propondo propostas ou problemas, publicando comentários, votando nas questões colocadas por outros ou seguindo propostas de outros.

No evento 1, a população escolhida foi a da região centro, no evento 2 foram escolhidas personalidades da vida académica, política e professores em geral. O evento 3 teve a participação, apenas, de professores registados e delegados sindicais. O evento 4 teve como objetivo auscultar os professores sobre as medidas a tomar no início do ano letivo. No evento 5, 6, 7, 8 e 9, os participantes foram, apenas, professores. O evento 10 foi aberto a professores e a toda a população.

6.3.4.2 Representatividade

Um dos temas mais destacados na literatura é a representatividade da população na participação. Fung (2006) refere a seleção aleatória dos participantes como um dos pilares da garantia de representatividade. Se, por um lado, os otimistas defendem que, devido ao reduzido custo de participação através da Internet, as minorias e os grupos que não têm acesso à informação ou participação possam fazer parte da discussão, os pessimistas apontam a exclusão digital como uma das barreiras à participação digital.

Alguns autores argumentam que existem dois problemas associados à utilização das TIC e da Internet, em particular: o *digital divide* (exclusão digital) e a resistência à sua utilização. Contudo, no caso dos professores, estes problemas não se colocam tanto como nos restantes cidadãos. O problema da exclusão digital não se coloca nos participantes, pois a grande maioria tem acesso a computadores e à Internet, como mostrado nas estatísticas da Pordata apresentadas no item 6.3.4.1. A resistência à utilização da Internet poderá existir, mas os professores estão habituados à sua utilização, quer na Escola na inserção de sumários, gestão de turmas, entre outros, quer na interação com o Ministério da Educação, pois, hoje em dia, todos os procedimentos são efetuados através de portais na Internet.

A Federação Nacional dos Professores é a maior organização sindical nacional, é maioritária em todo o país e em todos os graus de ensino e representa cerca de 70% do total de professores sindicalizados, segundo Cruz (1990) e 69% segundo Leite (2003).

Segundo a PORDATA, citando o Ministério da Educação, o total de professores era de 174 953, em 2011 (Figura 36), distribuídos por 15 669 estabelecimentos de ensino.

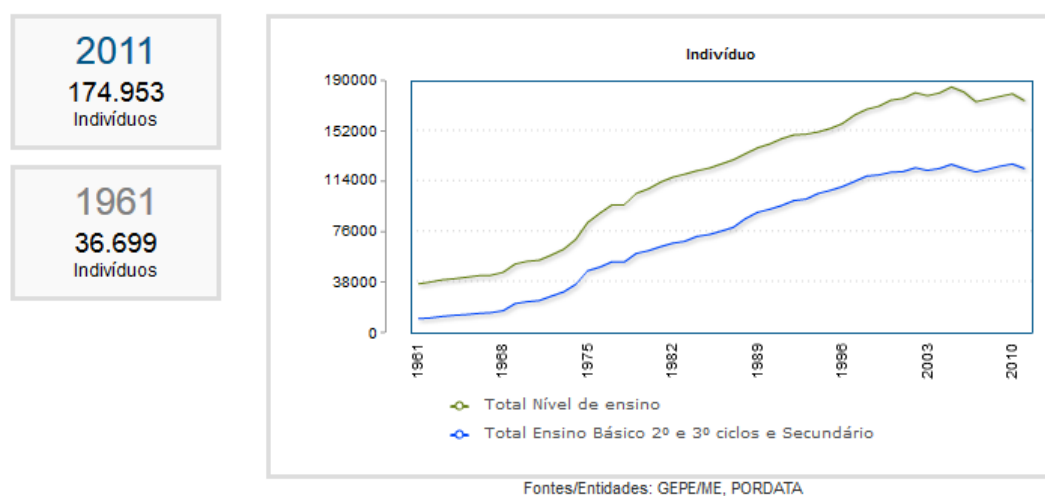


Figura 36 - Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino (Fonte: PORDATA, 2013)

Em 2012 totalizavam 163 175 e em 2013, 150 311 como mostrado na Figura 37. A distribuição por anos e nível de ensino é mostrada na Tabela 16. O número de estabelecimentos diminuiu para 15 221, sendo 11 310 dos ensinos pré-escolar e 1º ciclo e 3 630 dos ensinos básico do 2º e 3º ciclos e secundário.

Tabela 16 - Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino

Anos	Nível de ensino				
	Total	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo e Ensino Secundário
2002	180 880	16 194	40 308	36 742	87 636
2003	178 720	16 666	39 853	36 108	86 093
2004	180 472	16 708	40 077	36 887	86 800
2005	185 157	17 797	40 619	37 164	89 577
2006	181 433	18 213	39 396	34 754	89 070
2007	174 002	18 352	34 499	32 871	88 280
2008	175 919	17 682	35 228	34 057	88 952
2009	177 997	18 242	34 361	34 069	91 325
2010	179 956	18 380	34 572	35 629	91 375
2011	174 953	18 284	33 044	34 086	89 539
2012	163 175	17 628	30 692	31 330	83 525
2013	150 311	17 139	30 200	26 871	76 101

6.3.4.3 Divulgação

Dado os baixos níveis de participação na política e na vida da comunidade, é necessário planejar as formas de divulgação para sensibilizar e incentivar os cidadãos a participar (Dahlgren, 2009). A divulgação das iniciativas de participação reveste-se da maior importância, como é largamente referido na literatura.

Além da participação *online* está previsto o acompanhamento dos debates tradicionais que a organização já faz em escolas para divulgação das possibilidades de usar a plataforma de mediação digital. Os meios utilizados para divulgar a utilização da plataforma e os debates são vários, entre eles:

- Divulgação nas reuniões que o sindicato realiza com os professores;
- Divulgação através do portal dos Sindicatos;
- Divulgação através de SMS e correio eletrónico, aos professores em geral, que estão inscritos nas *mailing lists*, e aos sócios em particular
- Divulgação na imprensa através de parcerias já disponíveis na organização com rádios, jornais e TVs e nas conferências de imprensa que o sindicato promove
- Divulgação através das redes sociais.

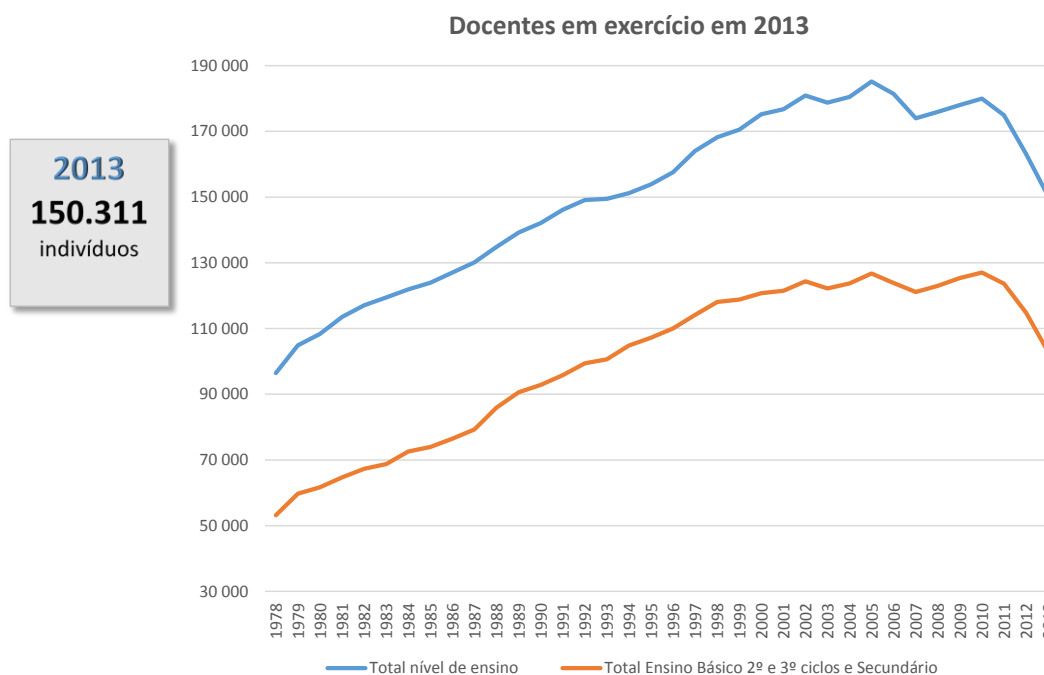


Figura 37 - Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino
(Fonte: (PORDATA, 2014c))

6.3.4.4 Participação e análise

As várias iniciativas foram implementadas, de acordo com o planeado, primeiro com experiências unidirecionais e, depois, com experiências bidirecionais. As experiências a que se chamou de unidirecionais são consideradas por uns dessa forma, mas poderão ser consideradas multidirecionais se considerarmos o seu impacto na opinião pública e no poder político, como é o caso das petições. A participação nas diversas iniciativas é explicada no capítulo 7 e a sua análise é efetuada no capítulo 8.

6.3.5 Plataforma de mediação digital

Para além das ferramentas das redes sociais (*Facebook*, blogues, *Youtube*, *Flickr*, *Twitter*, etc.), existem inúmeras ferramentas de *software* livre e comercial disponível para as organizações que pretendem ser mais abertas, transparentes e colaborativas. Uma das mais conhecidas é o *Google Moderator*, uma aplicação que permite discutir ideias, propor perguntas e sugestões, votar nas perguntas. Existem, também, muitas aplicações que disponibilizam ferramentas para a criação de petições *online* como, por exemplo, *oiga.me*, denominada *ferramenta de mobilização cidadã através da rede* ou *Petição pública*¹⁸⁶ para exercer pressão em organismos, organizações ou empresas, sensibilizar

¹⁸⁶ <http://www.peticaopublica.com/>

políticos, organizar um protesto ou boicote, criar uma onda de indignação, alterar ou criar propostas de lei. O portal *mySociety*¹⁸⁷ é uma organização não-governamental do Reino Unido com e-petições governamentais, mas inclui vários *websites* populares como *TheyWorkForYou*, *WhatDoTheyKnow* e *Alaveteli* onde os cidadãos podem obter informação sobre processos políticos, os representantes eleitos e participar em ações que desafiam as instituições a partir do exterior.

Poderíamos analisar e enumerar um sem fim de aplicações, que permitem a partilha e colaboração, como o *ideascale*¹⁸⁸, o *uservoice*¹⁸⁹, o *LiquidFeedback*¹⁹⁰, o *airesis*¹⁹¹, o *Adhocracy*¹⁹², o *openDCN*¹⁹³, o *Loomio*¹⁹⁴ e outras, mas as ferramentas têm uma importância relativa. Por isso, depois de experimentarmos várias aplicações, decidimos utilizar o *Liberopinion*, porque acompanhamos o seu desenvolvimento. Para além disso, o sindicato preferia utilizar as suas próprias ferramentas, porque é mais fácil incorporar no portal do sindicato e permite maior controlo em termos de utilização, isto é, alteração de código, administração de *logs*, quer no próprio servidor, quer através de ferramentas como o *Google Analytics*.

Para as iniciativas *contraportagens*, *manifesto educação*, *greves*, *auscultação aos professores* e *escola pública* foram construídos *websites* utilizando tecnologias HTML 5 (*HyperText Markup Language* versão 5), PHP (*Hypertext Preprocessor*), Sistema de Gestão de Base de Dados (SGBD) em Mysql, que utiliza a linguagem SQL (*Structured Query Language*) e várias tecnologias baseadas em Ajax (*Asynchronous Javascript and XML*), que incorpora apresentação baseada em *standards* que usam XHTML (*eXtensible Hypertext Markup Language*) e CSS (*Cascading Style Sheets*), visualização dinâmica e interação com DOM (*Document Object Model*), intercâmbio de dados e manipulação usando XML (*EXtensible Markup Language*), XSL (*EXtensible Stylesheet Language*) e XSLT (*XSL Transformations*), recuperação assíncrona de dados usando XMLHttpRequest (pedido, receção e envio de dados em segundo plano) e JavaScript para fazer a ligação de todos os componentes.

¹⁸⁷ <https://www.mysociety.org/>

¹⁸⁸ <http://ideascale.com/>

¹⁸⁹ <https://www.uservoice.com/>

¹⁹⁰ <http://liquidfeedback.org>

¹⁹¹ <http://airesis.it/>

¹⁹² <https://adhocracy.de/>

¹⁹³ <http://opendcn.org/>

¹⁹⁴ <https://www.loomio.org/>

Para as restantes experiências de utilização foi utilizada a plataforma *Liberopinion*, que explicamos na secção seguinte.

6.3.5.1 Plataforma *Liberopinion*

A solução tecnológica tomou a forma de uma plataforma Web de participação designada *Liberopinion*, adaptada da plataforma *iLeger*, utilizada nas eleições legislativas e presidenciais de Portugal em 2011. A plataforma está dividida em várias áreas de participação: *Quero perguntar*; *O que eu faria* (Figura 38); *A minha opinião* (perguntas com respostas do tipo Sim/Não, Figura 46); *Debates em direto*.



Figura 38 – Área de participação “O que eu faria”

As atividades de participação são realizadas através dos dois principais componentes do sistema, o *frontoffice* e o *backoffice*. Concretamente, os intervenientes participam, através das várias áreas do *frontoffice* do *Liberopinion*, nos eventos criados, geridos e moderados pelo editor da plataforma, a partir de uma área dedicada, o *backoffice*. *Liberopinion* é uma plataforma de e-participação que permite participação efetiva em processos deliberativos formais e informais através da Internet, quer na forma *standalone*, quer na forma de *widgets* com integração completa em qualquer *website*.

Neste momento, as organizações sindicais utilizam ferramentas de comunicação como *websites*, *e-mail*, ou abordagens mais tradicionais como boletins informativos, debates, SMS (*Short Message Service*), contactos escola a escola. Estão mais concentradas na comunicação unidirecional e não suportam um eficiente processo de comunicação escalável baseado nos objetivos e necessidades de todas as partes interessadas.

Os professores consultam o *website* e enviam *e-mails* a solicitar informações ou ajuda para os seus problemas, colocando as suas questões mais prementes em reuniões que as organizações sindicais promovem nas Escolas.

Neste contexto, acreditamos que pode ser útil ter uma solução que agregue num único local, neutro e regulado, os professores e os representantes do sindicato e que possibilite uma comunicação multidirecional entre eles, como ilustrado na Figura 39. Isso permitiria que, por um lado, os professores se esclarecessem acerca das questões e problemas mais importantes da profissão e, por outro lado, que o sindicato tomasse conhecimento das principais ideias e problemas da comunidade de professores. É uma forma de otimizar, também, a comunicação com os professores, permitir uma maior abrangência desta população, reduzir custos e facilitar a agenda dos mesmos.

Para além disso, a participação dos professores nas suas organizações sindicais pode e deve permitir uma melhor relação entre as partes, assim como influenciar decisões importantes em termos de organização, quer dos representantes, quer das esferas governamentais.

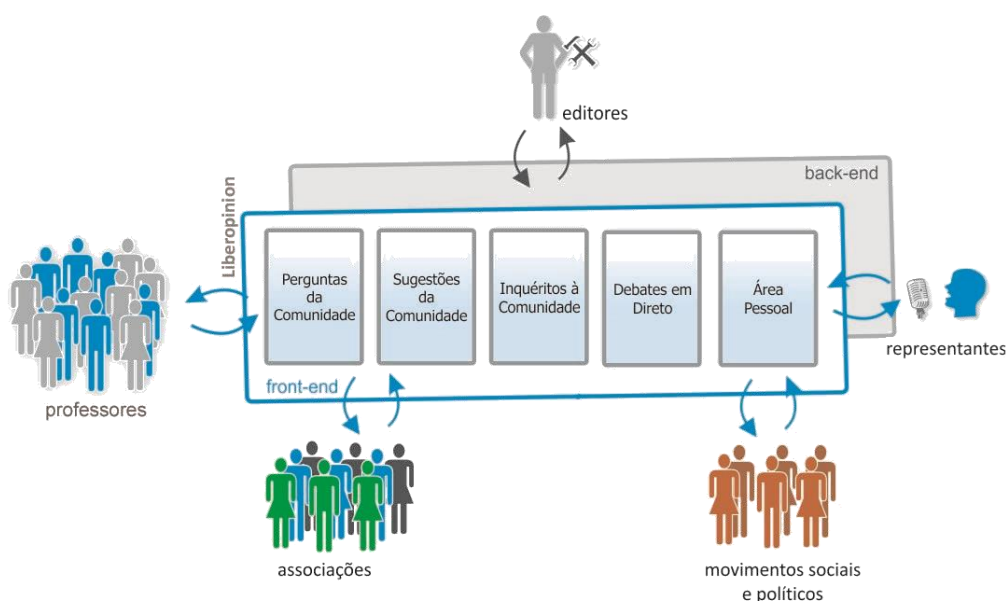


Figura 39 – Comunicação multidirecional entre professores e sindicato

A administração de utilizadores, a configuração da plataforma e a gestão dos eventos de participação e dos conteúdos editoriais é efetuada a partir do *BackOffice*. O editor da plataforma pode criar eventos de participação para obtenção de perguntas e sugestões, para auscultação da opinião dos professores e debates em direto e pode selecionar as iniciativas de participação que quer destacar. O editor tem total flexibilidade para definir também os seus conteúdos editoriais, tais como o título, uma breve descrição, um texto introdutório sobre a iniciativa, associar uma imagem e ativar ou desativar o evento, como é ilustrado na Figura 40.

Editar - (3) PERGUNTE AO SPRC / FENPROF
Definições
Entradas

Título

Texto Introdutório

As políticas orçamentais, os problemas nos salários e pensões,


o sufoco das escolas, universidades e politécnicos

Neste evento pretendemos discutir o rumo e as consequências das políticas orçamentais do governo.

Criado em 2013-12-13 12:48:04 - Administrador

Estado do evento

Evento desativado



redimensionar
alterar
remover

Definições gerais

Min. Caracteres Máx. Caracteres

Entradas utilizadores visíveis

Moderação e Votação

Votação ativada

Valores de votação em percentagem (só possível com votação ativada)

Moderação

Tipo de Moderação

Com Moderação

Figura 40 - Gestão editorial de um evento de participação

Se o evento for moderado, todos os conteúdos escritos submetidos pelos professores são alvo de moderação. O editor pode marcar/selecionar perguntas e sugestões colocadas pelos professores, que sejam consideradas pertinentes para incluir em TOPs editoriais, conjunto de comentários mais votados pelos professores e que podem ser respondidos em direto. Na Figura 41 mostra-se uma pergunta com cinco botões do lado direito que permitem aprovar ou rejeitar a pergunta, destacá-la, inserir uma resposta ou eliminá-la.

Entradas de Utilizadores actualização automática (1 min)

Evento (3) PERGUNTE AO SPRC / FENPROF (0) só ativos << < 1 > >>

	Evento	Nome	Entrada	Criado em	
<input type="checkbox"/>	(3) PERGUNTE AO SPRC / FENPROF	Fernando Correia	Olli Rehn disse isto ao Diário Económico: "Portugal deve usar a crise e o programa de ajustamento como uma oportunidade para romper de vez com o seu passado económico. É urgente definir uma nova visão a médio prazo para o crescimento e o emprego, que defina um caminho para o país trilhar até 2020 e anos subsequentes. Essa visão deve ser credível e contar com uma ampla base de apoio político e social. Em particular, são precisos esforços adicionais para criar um ambiente favorável ao investimento privado e à transição para uma economia de bens e serviços transacionáveis através do investimento doméstico e estrangeiro." Que se oferece dizer sobre este discurso de uma inevitabilidade catastrófica?	2014-01-06 12:33:57	<input type="button" value="v"/> <input type="button" value="x"/> <input type="button" value="s"/> <input type="button" value="r"/> <input type="button" value="d"/>

Figura 41 – Exemplo de edição no backoffice

Depois de o editor ou o moderador aprovar a questão, ela aparecerá no *frontoffice*, como mostra a Figura 42.



(3) PERGUNTE AO SPRC / FENPROF

A participação dos Professores, Educadores e Investigadores na orientação e ação sindical são princípios fundadores do SPRC e da FENPROF. O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação abriu novas possibilidades neste domínio. Com mais esta iniciativa abrimos um novo espaço de participação e comunicação com os docentes.

As políticas orçamentais, os roubos nos salários e pensões, o sufoco das escolas, universidades e politécnicos
Neste evento pretendemos discutir o rumo e as consequências das políticas orçamentais do governo.
O roubo nos salários, pensões e subsídios, nos orçamentos das escolas e no financiamento do ensino superior e da investigação e as suas consequências para docentes e investigadores, para os alunos e para as famílias, são os temas deste debate. Dê a sua opinião ou levante problemas, nós daremos a nossa opinião!

Participações dos Utilizadores + recentes + populares

Fernando Correia
Olli Rehn disse isto ao Diário Económico: "Portugal deve usar a crise e o programa de ajustamento como uma oportunidade para romper de vez com o seu passado económico. É urgente definir uma nova visão a médio prazo para o crescimento e o emprego, que defina um caminho para o país trilhar até 2020 e anos subsequentes. Essa visão deve ser credível e contar com uma ampla base de apoio político e social. Em particular, são precisos esforços adicionais para criar um ambiente favorável ao investimento privado e à transição para uma economia de bens e serviços transacionáveis através do investimento doméstico e estrangeiro." Que se oferece dizer sobre este discurso de uma inevitabilidade catastrófica?

0% 100%
Partilhar

resdosta

O país precisa de políticas apostadas no desenvolvimento económico e social. Nesta aposta desempenha um papel absolutamente decisivo o desenvolvimento da produção nacional de bens transacionáveis. Mas, importa dizer que o tal senhor Olli Rehn e um conjunto de outros farsantes do FMI, UE e BCE estão há anos a impor a Portugal políticas de destruição de áreas importantes da economia nacional. Foi com imposições da EU e com diversos governos ao seu serviço que foram destruídos, por exemplo, sectores como as pescas, a siderurgia, a construção naval e boa parte do setor têxtil ... No tempo presente, esses representantes do capital financeiro continuam a desgraçar o país e a sua economia – o corte de salários e pensões está reduzir dramaticamente o consumo interno, arrastando para a falência milhares de empresas e para o desemprego centenas de milhares de portugueses. O tal senhor Rehn e outros seus

Figura 42 – As perguntas e respostas no *frontoffice* e as votações

Os professores podem submeter perguntas, sugestões e comentários, votar, participar em debates em direto. No caso de debates, as intervenções dos oradores não são moderadas. Os professores podem requerer o anonimato em todas as intervenções escritas submetidas na plataforma.

Os representantes do sindicato podem editar o seu perfil, responder a perguntas colocadas pelos professores, comentar sugestões, marcar perguntas e sugestões para responder e comentar mais tarde, comentar respostas e comentários a sugestões de outros representantes do sindicato, participar em debates em direto, consultar dados estatísticos das consultas feitas aos professores. O diagrama simplificado é mostrado na Figura 43 (Quental & Gouveia, 2014).



Figura 43 - Diagrama simplificado da plataforma Liberopinion

A interação e a colaboração são suportadas através de perguntas, respostas, sugestões e debates em direto (Figura 44). Com esta aplicação pretende-se contribuir para colmatar a lacuna de comunicação identificada entre estes intervenientes e para converter o professor num agente com capacidade de intervir na vida sindical e de, não só, consumir, mas também produzir informação.

O projeto *Liberopinion* visa criar uma plataforma tecnológica na área dos media sociais e da e-participação, com ênfase na interação entre os utilizadores.

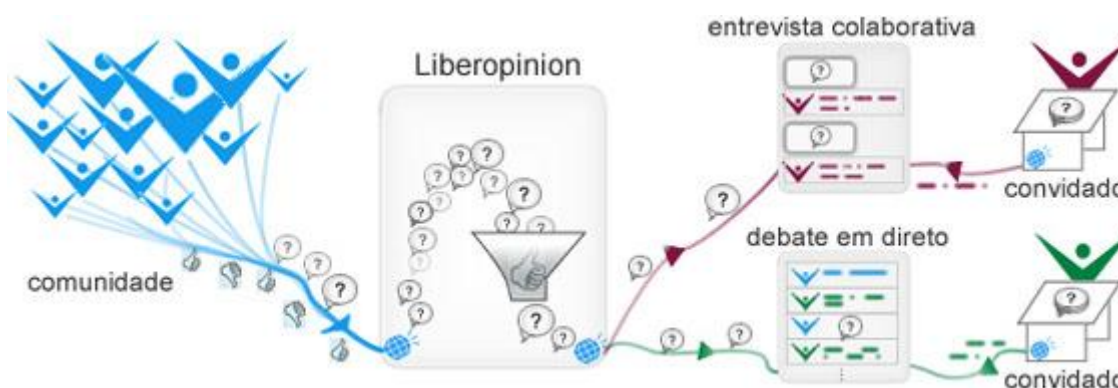


Figura 44 – Interação e colaboração da comunidade através de perguntas, opiniões, debates

A Figura 45 mostra um tipo de evento de participação. Enquanto o evento está aberto, as questões submetidas podem ser votadas pelos membros da comunidade, permitindo destacar as melhores do conjunto de perguntas. O editor também pode destacar as perguntas que julgue relevantes. As perguntas mais votadas podem ser respondidas pelo representante do sindicato.

Figura 45 – Exemplo de um evento de participação

6.3.5.2 Estrutura funcional da aplicação *Liberopinion*

A plataforma *Liberopinion* foi projetada e desenvolvida para promover a participação entre os vários atores de uma instituição, nomeadamente os professores e os representantes do sindicato e permitir, através de vários eventos de participação, comunicação multidirecional, estruturada, e mediada entre todos os interessados. *Liberopinion* pode ser facilmente integrada em qualquer *website* de sindicatos ou, alternativamente, pode ser utilizada como uma ferramenta separada para criar eventos de participação esporádicos e facilmente incorporados no portal do sindicato.

Sucintamente, os representantes dos sindicatos, alunos, pais, professores e políticos participam de eventos, que são criados, geridos, incentivados e moderados pelo editor da plataforma. Como ilustrado na Figura 43 e exemplificado na Figura 46, a aplicação permite ao editor criar e gerir quatro tipos de iniciativas de participação em linha:

- Perguntas dos professores e respetivas respostas do sindicato;
- Sugestões e ideias da comunidade de professores;
- Inquéritos aos professores e debates em direto.

A gestão da plataforma é da responsabilidade do editor. Isto inclui a gestão dos utilizadores, dos eventos de participação e a sua moderação.



Figura 46 – Exemplo da iniciativa de participação inquérito

Os utilizadores têm que estar registados para poderem usufruir das principais funcionalidades, tais como submeter perguntas, sugestões, comentários e votar, caso contrário, apenas podem consultar os conteúdos da aplicação. No entanto, é possível configurar o *Liberopinion* para permitir a interação por utilizadores não registados, como foi o caso das experiências de utilização dos sindicatos. Podem criar-se cenários para permitir introduzir conteúdos, fazer votações, em separado ou em conjunto. Neste caso, a única limitação para os utilizadores não registados é a falta de notificações por *e-mail* e dos recursos adicionais associados às redes sociais. Esta é uma área a melhorar. Os representantes dos sindicatos sugeriram a inclusão do *e-mail* nos dados dos participantes em fóruns.

Todas as intervenções dos professores são alvo de moderação, de acordo com as regras de utilização da plataforma e os utilizadores, no ato de registo, têm que aceitar esses termos. No caso de debates, as intervenções dos oradores não são moderadas. Os professores podem requerer o anonimato em todas as intervenções escritas submetidas na plataforma. O editor pode ativar e desativar a moderação, consoante o interesse do evento, assim como alterar uma série de configurações.

A aplicação está organizada em cinco grandes áreas: a área pessoal do utilizador e uma área para cada tipo de evento de participação. A gestão de utilizadores, conteúdo editorial, eventos de participação e a sua moderação é feita pelo editor da plataforma numa área dedicada, o *backoffice*. As principais áreas funcionais da plataforma *Liberopinion* são apresentadas na Figura 47.

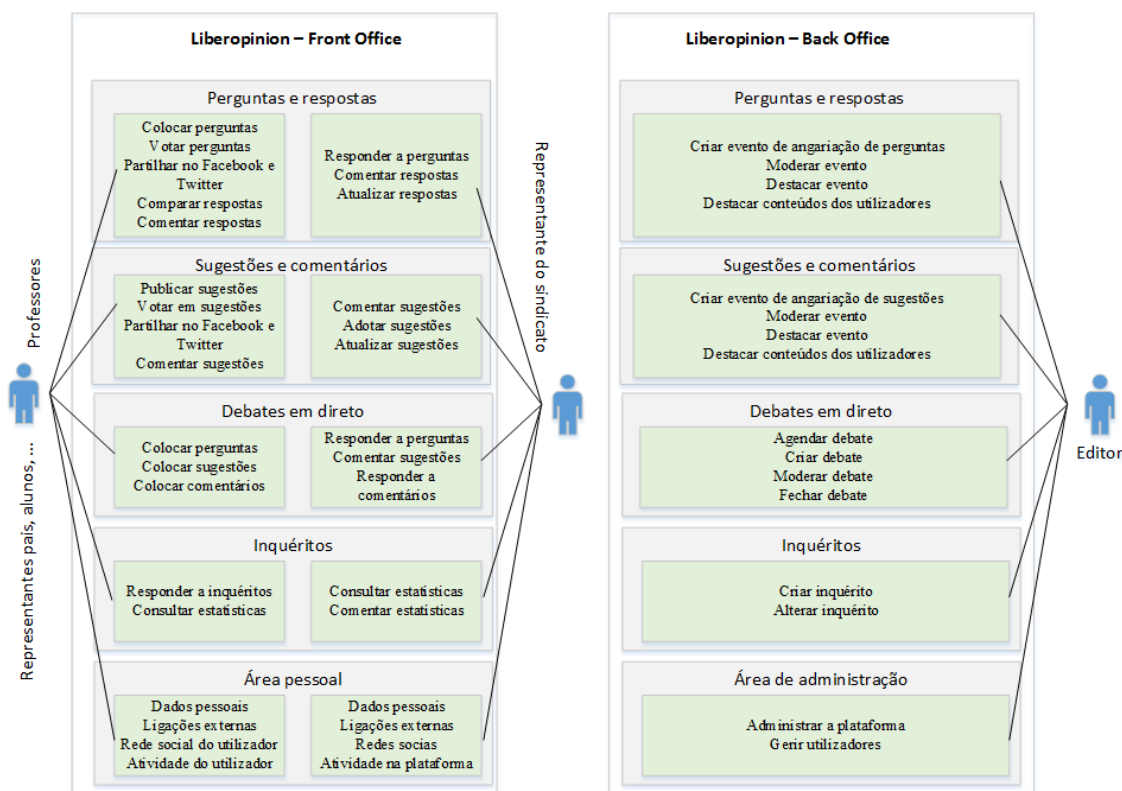


Figura 47 – Áreas funcionais da plataforma *LiberoPinion*

Note-se que, nesta abordagem inicial, a plataforma suporta apenas representantes dos sindicatos como recetores das submissões. No entanto, no futuro, pretende-se atribuir o papel de recetor para outros atores. Isso permitirá, por exemplo, que um representante dos pais possa ser também um recetor de perguntas. Da mesma forma, neste cenário, professores ou outros interessados também podem enviar perguntas aos representantes dos pais. Com esta melhoria, os cenários potenciais de comunicação serão muito maiores.

Nas secções seguintes, as áreas funcionais da plataforma *LiberoPinion* são descritas em mais detalhe.

6.3.5.2.1 Perguntas da comunidade

O principal objetivo desta área é a realização de entrevistas de colaboração *online* e painéis de discussão. Se o contexto for uma entrevista, numa primeira etapa, o editor da plataforma desafia os utilizadores a enviarem perguntas sobre um tema que está na ordem do dia. As perguntas são, então, votadas pela sua relevância durante um determinado período de tempo, permitindo distinguir as melhores (ou seja, a mais votada / classificada) de todo o conjunto de perguntas.

Numa segunda etapa (*Liberopinion* está configurado para ser usado sem a interação direta do entrevistado), o editor seleciona as perguntas (o top) e envia-as para o entrevistado.

Numa última etapa, as respostas do entrevistado são inseridas na plataforma e publicadas pelo editor. Note-se que num modo mais interativo os entrevistados têm uma conta de acesso à *Liberopinion* que lhes permite responder diretamente às perguntas dos utilizadores.

Se o contexto é um painel de discussão, o fluxo é semelhante à descrição anterior. A principal diferença é que há uma ou várias pessoas para responder simultaneamente às melhores perguntas dos utilizadores. Uma característica interessante é a possibilidade de comparar lado a lado as respostas dos diferentes membros do painel para a mesma pergunta. Se *Liberopinion* estiver configurado para ser usado com a interação direta dos membros do painel, esses atores têm uma interface dedicada na aplicação onde se pode escrever a resposta e automaticamente publicá-la ou guardá-la para posterior publicação.

Além disso, a fim de promover a comunicação, todas as interações entre utilizadores e entrevistados ou membros do painel estão associados a uma área de comentários específica. A secção de comentários associados a todas as perguntas e respostas permite um acompanhamento fácil e intuitivo dos tópicos de discussão pela implementação de um mecanismo de *Responder a este comentário*.

6.3.5.2.2 Sugestões da comunidade

Sempre que há interesse em discutir e reunir ideias e opiniões sobre os assuntos mais quentes, o editor da plataforma pode abrir um novo evento de participação para recolher sugestões da comunidade educativa. O modelo de interação utilizado nesta área da plataforma é semelhante à área de perguntas. Os utilizadores são estimulados a fornecer as suas próprias ideias e estimulados a comentar e votar em todas as ideias apresentadas, permitindo destacar as melhores para serem vistas pela comunidade em geral.

Um cenário de uso possível é convidar os utilizadores a expor o que eles fariam se fossem os decisores (por exemplo, os políticos), ou se eles fossem o presidente do sindicato dos professores, e destacar as melhores ideias. Então, num modo de configuração interativa, os decisores (no papel de representante sindical, político ou professor) podem fornecer o *feedback* sobre as propostas, deixando comentários numa área de texto projetada para esta

finalidade. Para promover o *feedback* constante e proporcionar meios para averiguar a reação da comunidade para os comentários, todas essas entradas também estão sujeitas à classificação pela comunidade de utilizadores.

6.3.5.2.3 Inquéritos à comunidade – sondagens

Nesta secção são apresentadas várias questões aos membros da comunidade de educação sobre os temas mais controversos e atuais. Através de uma interface simples e intuitiva os utilizadores são convidados a dar a sua opinião através do voto.

Cada utilizador só pode votar uma vez, mas é sempre possível mudar o voto. O principal objetivo desta secção é conhecer a opinião da comunidade em relação aos temas-chave da educação. Note-se que a partir da votação geral as estatísticas são reunidas sendo, portanto, possível verificar a opinião da comunidade como um todo sobre as questões apresentadas.

6.3.5.2.4 Debates em direto

Nesta área, os utilizadores podem ler discussões arquivadas, reunir informações sobre debates agendados, e se houver um debate ao vivo em andamento, podem aceder e participar neste debate. Note-se que as discussões nesta área são moderadas e não é necessário que os utilizadores façam login para enviar perguntas e comentários.

Uma das características inovadoras da *Liberopinion* consiste na utilização da secção dedicada às perguntas e sugestões para a criação de *top's* que podem ser utilizados durante os debates *online*. Com a finalidade de criar esses TOP's, os membros da comunidade são inicialmente convidados a apresentar dúvidas e sugestões e votar a sua relevância, por um período de tempo predeterminado. Então, junto com a informação estatística recolhida na secção dedicada a pesquisas na comunidade, as perguntas e sugestões TOP podem ser usadas para alimentar os debates ao vivo.

6.3.5.2.5 Área pessoal

Todos os utilizadores registados têm uma área de perfil, onde podem inserir informações pessoais, incluindo informações para contacto, hiperligações para as suas páginas nas redes sociais, blogues e *websites*. O perfil público de cada utilizador também apresenta a sua atividade (perguntas, respostas, sugestões e comentários) na

plataforma *Liberopinion*. Nesta área também podem definir critérios para receber notificações (por exemplo, quando um membro entrevistado ou um membro do painel responde a uma pergunta ou publica um comentário à pergunta apresentada pelo utilizador, quando outro utilizador responde a um comentário enviado, quando inicia um evento de participação sobre temas preferidos, entre outros), e propor melhorias para a plataforma *Liberopinion*.

6.3.5.2.6 Principais funcionalidades por ator

A seguir apresentam-se as principais funcionalidades da aplicação, organizadas por ator. Os diagramas permitem descrever o comportamento de um sistema na perspetiva do utilizador, empregando ações e reações. Mostram para que serve o sistema (a utilidade do sistema), ignorando a forma como está organizado internamente, e permitem modelar o contexto do sistema – identificar a fronteira do sistema, com quem interage (atores) e o significado das suas funções (casos de uso). Focam primordialmente a utilização do sistema ou a sua visão externa, e não como os objetivos são alcançados. Isto é, refletem o que o utilizador faz com o sistema e não a finalidade real que o utilizador tenta atingir.

A seguir, usam-se estes diagramas para ilustrar as principais interações que cada ator pode executar na plataforma *Liberopinion*.

Professores

Os professores, como se pode observar na Figura 48, podem submeter perguntas, sugestões e comentários, votar, participar em debates em direto, definir critérios para receber notificações (por exemplo: quando um representante do sindicato, ou convidado, responde a uma pergunta ou comenta uma sugestão sua), seguir ou deixar de seguir outros utilizadores e representantes do sindicato, editar o seu perfil público, propor sugestões para melhoria da plataforma.

Os professores podem ainda visualizar um vasto conjunto de informação: consultar e comparar as respostas dos representantes do sindicato ou dos vários convidados; consultar o perfil público dos outros utilizadores, bem como a sua atividade na plataforma; consultar o arquivo; consultar resultados estatísticos; visualizar as perguntas mais votadas e as sugestões mais populares, entre outros.

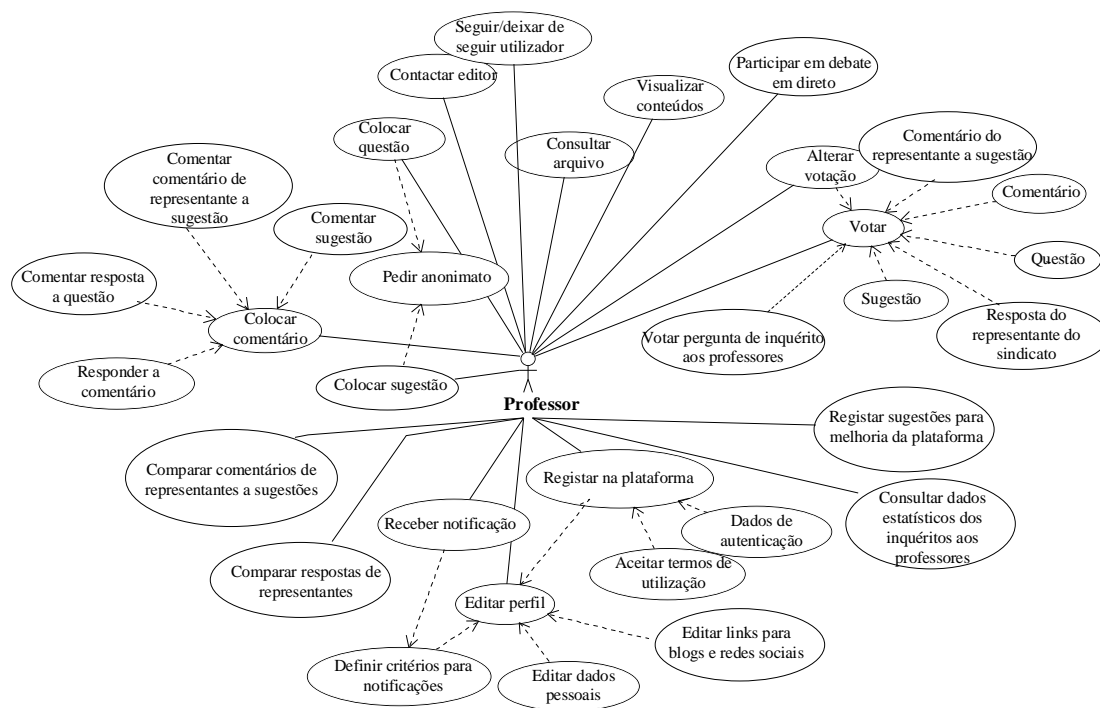


Figura 48 - Diagrama de casos de uso simplificado do ator professor

Representantes do sindicato

Os representantes do sindicato, como se pode observar na Figura 49, podem editar o seu perfil, responder a perguntas colocadas pelos professores, comentar sugestões, marcar perguntas e sugestões para responder e comentar mais tarde, comentar respostas a sugestões de outros representantes do sindicato, participar em debates em direto, consultar dados estatísticos das consultas feitas aos professores, definir critérios para receber notificações.

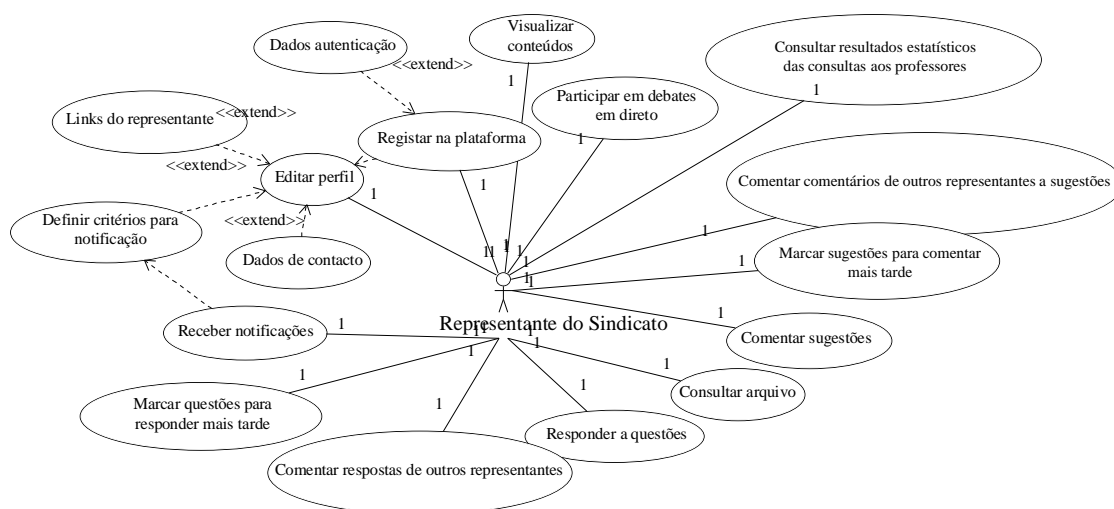


Figura 49 - Diagrama de casos de uso simplificado do ator representante do sindicato

O vasto conjunto de informação anteriormente referido para os professores poderem visualizar está também, naturalmente, disponível para os representantes do sindicato. Destaca-se ainda a possibilidade de um representante do sindicato poder visualizar estatísticas sobre o seu desempenho, nomeadamente as votações às suas respostas, a sua posição no *ranking* das melhores respostas, o seu nível de atividade, entre outros.

Editor da plataforma

A administração de utilizadores, a configuração da plataforma e a gestão dos eventos de participação e dos conteúdos editoriais é efetuada a partir do *BackOffice*. O editor da plataforma (Figura 50) pode criar eventos de participação para obtenção de perguntas e sugestões, para auscultação da opinião dos professores (inquéritos) e debates em direto e pode selecionar as iniciativas de participação que quer destacar. Se o evento for moderado (o editor é quem o define), todos os conteúdos escritos submetidos pelos professores são alvo de moderação, tendo em conta, como é evidente, os termos de utilização do *Liberopinion*.

O editor pode marcar/selecionar perguntas e sugestões colocadas pelos professores, que sejam consideradas pertinentes para incluir em TOPs editoriais.

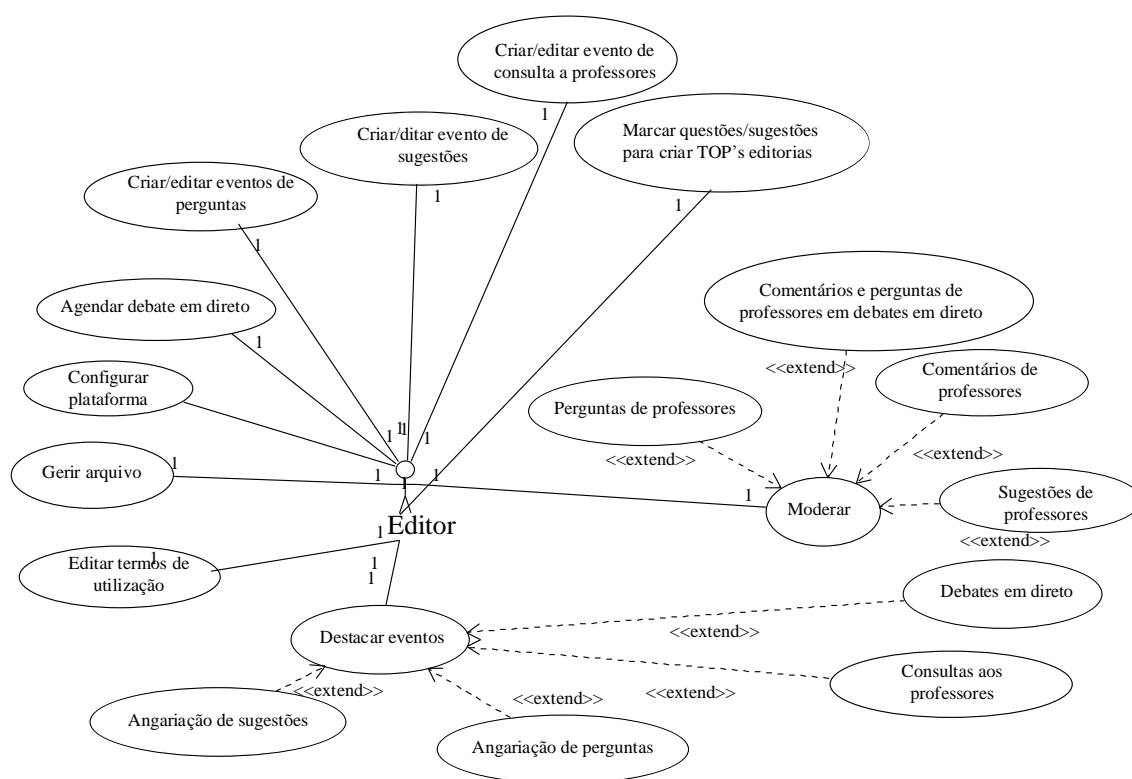


Figura 50 - Diagrama de casos de uso simplificado do ator editor

6.4 Resumo do capítulo

No campo da mediação digital existem vários modelos para descrever o progresso na e-participação. Neste capítulo apresentámos vários dos modelos, as controvérsias existentes na literatura sobre eles, o nível de impacto.

De seguida propôs-se um modelo de comunicação e descreveu-se o seu desenvolvimento, em termos de condições, planeamento, conteúdos e processos e ferramentas. Identificaram-se os principais atores no contexto dos sindicatos de professores, a sua representatividade e a forma de divulgação.

Terminámos com a explicação da plataforma de mediação digital, dando maior ênfase à exposição do modelo conceptual e da estrutura funcional da plataforma *Liberopinion*.

7 Experiências de utilização: Sindicatos de professores / FENPROF / SPRC

Na esmagadora maioria dos sindicatos predomina a comunicação unidirecional, quer esta seja realizada através de plataformas informáticas, quer por outro qualquer meio, como o SMS. O potencial das TIC só será efetivo se o investimento for enquadrado numa estratégia de reforço da organização sindical implicando a promoção da inclusão, da participação e da transparência. Claro que os meios tecnológicos não dispensam a presença da organização sindical junto dos trabalhadores.

Tendo em consideração todos os fatores abordados nos capítulos anteriores, em primeiro lugar escolhemos os atores e definimos os procedimentos a seguir no estudo. Escolhemos a Federação Nacional de Professores devido à sua representatividade a nível de professores associados, embora a maior parte do estudo se concretize numa das suas organizações associadas, o Sindicato dos Professores da Região Centro.

A comunidade sindical parece ser uma escolha adequada, já que, segundo Mumford (2006), as organizações sindicais são tradicionalmente *stakeholders* importantes em questões de desenvolvimento e difusão de tecnologia, especialmente em projetos sócio tecnológicos. Este estudo pode ser caracterizado como único, no sentido de que não encontramos na literatura estudos de mediação digital em sindicatos de professores.

Coleman e Gotze defendem que a deliberação *online* pode ser considerada como a deliberação sem os constrangimentos de tempo que muitas vezes tornam as discussões síncronas sufocantes, fúteis, sobreaquecidas ou demasiado simplistas. Alegam, no

entanto, que os mecanismos de moderação e de mediação são cruciais para o sucesso do diálogo assíncrono de muitos-para-muitos tal como as regras, procedimentos, protocolos e costumes são essenciais para o sucesso dos debates face-a-face (Coleman & Gotze, 2001).

O tipo de público afeto à participação pública é vasto. Para além de entidades governamentais, é necessário fomentar a participação em associações profissionais, instituições educacionais, organizações cívicas, organizações sindicais, agências locais ou nacionais da Administração Pública, autarquias, outros grupos, incluindo associações políticas, grupos religiosos, associações de minorias, órgãos de comunicação social.

Este estudo incide sobre uma organização sindical. Apresentamos, de seguida, alguns eventos efetuados com sindicatos de professores, como petições e consultas públicas, que tiveram como objetivo, por um lado, auscultar os professores para que os *stakeholders* (os sindicatos) pudessem tomar decisões de acordo com a vontade dos professores e, por outro lado, tentar influenciar o governo e, em particular, o ministério da educação na tomada de decisões na área da educação. O primeiro evento foi realizado em 2011 com elementos do SPRC e teve como público-alvo, não só os professores, mas a população do eixo viário correspondente às autoestradas A23, A24 e A25. O mesmo acontece com o último evento, em defesa da Escola Pública, que foi aberto a toda a população.

Na Tabela 17 apresenta-se um resumo das experiências de participação em que cada um dos atores participou.

Tabela 17 – Experiências em que os diversos atores participaram

Experiências Atores	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Sindicatos	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Professores	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Políticos	✓	✓								✓
Rep. Pais	✓	✓								✓
Rep. estudantes	✓	✓								✓
Rep. empresas	✓	✓								✓
Direções escolas	✓	✓								✓
Câm. Municipais	✓	✓								✓
Sociedade civil	✓	✓								✓

7.1 Experiência 1 – Contraportagens: e-petição num movimento social

A Comissão de Utentes Contra as Portagens nas autoestradas A25, A23 e A24 é um movimento social criado em 2004 para fazer frente á decisão do governo em portajar estas autoestradas. Criou uma plataforma¹⁹⁵ para dar voz aos cidadãos, publicitar eventos e dar informações sobre manifestações, encontros e conferências de imprensa (Figura 51).



Figura 51 – Website do portal contraportagens

Desde essa data foram realizados vários inquéritos e consultas à população, quer *online*, quer *offline*, moções apresentadas pelas Câmaras Municipais e Assembleias Municipais, Associações Industriais, concentração de particulares e empresas com buzínões nas cidades de Viseu, Guarda e Castelo Branco devidamente noticiadas na imprensa, nacional e regional, como os jornais Público, Jornal de Notícias, Agência Noticiosa Lusa, diários e semanários regionais, televisões, como a RTP, SIC e TVI, como mostra a Figura 52¹⁹⁶.

Durante sete anos, este movimento conseguiu protelar a introdução de portagens nestas autoestradas. Em 2011 foi criada uma petição para recolher assinaturas suficientes para apresentar ao parlamento português.

¹⁹⁵ Portal do movimento: <http://www.contraportagens.net>

¹⁹⁶ Algumas notícias podem ser consultadas em <http://www.contraportagens.net/Antigo/noticias.htm>

Esta petição teve duas componentes: em papel e *online*. A petição em papel foi realizada em vários momentos e em vários locais, como Viseu, Guarda, Vilar Formoso, Covilhã, Castelo Branco, entre outros. A e-petição era divulgada nestes encontros e em conferências de imprensa.



Figura 52 – Alguns jornais nacionais que publicaram notícias

O *website* contraportagens divulgava os locais e as datas de realização das assinaturas em papel, o que era escrito pela imprensa e vídeos das notícias publicadas nas televisões, assim como as opiniões e contribuições de cidadãos e as posições de organizações regionais, quer privadas, quer públicas, como, por exemplo, empresas internacionais da área dos transportes, Câmaras Municipais, Assembleias Municipais, associações industriais, autoridades eclesíásticas.

Esta e-petição é do tipo informal, isto é, gerida por uma organização não-governamental, tipologia definida, também, por Santucci (Santucci, 2007). Segundo este e outros autores, algumas questões devem ser respondidas: (1) Qual o objetivo da introdução do sistema de e-petição? Quais as metas que os promotores pretendem alcançar? (2) Qual é a configuração constitucional, legal e sociopolítica em que o sistema de e-petição opera? (3) Quais são as principais características processuais e técnicas do sistema de e-petição, e quais são as diferenças entre os procedimentos *offline* e *online*? (4) Como e por quem é o sistema de e-petição utilizado e o que pode ser dito sobre o impacto político?

A Comissão de Utentes Contra as Portagens na A25, A23 e A24 criou a e-petição com o intuito de (1) tentar recolher o maior número de assinaturas de forma célere e a baixo custo; as metas a alcançar são fazer com que a Assembleia da República discuta a petição

apresentada e aprove a não introdução de portagens nas regiões abrangidas; (2) Como já referido, o direito de petição está previsto na Constituição da República Portuguesa; (3) A criação da e-petição obriga a preencher um formulário em que consta o nome do cidadão ou organização e o número de identificação civil, bilhete de identidade (BI) ou cartão de cidadão (CC) para particulares e o número de identificação fiscal (NIF) para as organizações (Figura 53); os procedimentos *offline* foram semelhantes, isto é, era dado um documento aos utentes para colocarem o nome, o BI ou o NIF; (4) Os principais atores no processo de petições pode ser colocado em dois grupos (Peter Cruickshank & Smith, 2009): 1) Atores internos: (a) funcionários responsáveis pela operação do sistema (b) representantes eleitos que respondem às petições. 2) Atores externos: (a) peticionário - a pessoa (ou grupo) que inicia uma petição, a acompanha e a submete. (b) Os cidadãos que assinam a petição.

Abaixo-assinado	
Dados obrigatórios	
Nome do cidadão ou da entidade:	<input type="text"/>
(Cidadãos) Bilhete de Identidade:	<input type="text"/>
(Entidades) N.º de contribuinte:	<input type="text"/>
Dados facultativos (mas que serão úteis em posteriores contactos)	
E-mail:	<input type="text"/>
Telefone:	<input type="text"/>
Telemóvel:	<input type="text"/>
Morada:	<input type="text"/>
C. Postal	<input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/>

Figura 53 – Formulário da e-petição

O peticionário é a Comissão de Utentes já referida e os cidadãos são os que habitam na região do eixo viário A25, A23 e A24. O impacto político é descrito num item abaixo.

A autenticação dos cidadãos nas e-petições é um dos maiores problemas descrito na literatura. Como se consegue, por exemplo, garantir que o cidadão responda uma única vez? O *website* contraportagens tinha uma base de dados onde eram registados os subscritores. O BI e o NIF são números únicos para cada cidadão e, assim, cada subscrição era verificada e aceite, apenas, se estes dados ainda não constassem da base de dados.

A operacionalização da qualidade da e-participação, no que diz respeito a projetos de e-democracia têm quatro dimensões (Coleman & Blumler, 2009; Fung, 2006; Morlino & University of Aberdeen, 2009; Östling, 2011): (1) igualdade (participação sem o domínio de grupos de interesse como partidos políticos); (2) liberdade (tipo de moderação e respeito pela privacidade); (3) capacidade de resposta (influência dos cidadãos sobre a política e a agenda política); (4) responsabilidade (informação aos participantes sobre como os pedidos são recebidos e processados).

De facto (1) a Comissão de Utentes Contra as Portagens na A25, A23 e A24 é um movimento social criado por cidadãos, (2) os dados dos subscritores estão guardados numa base de dados e não foram divulgados, exceto ao parlamento, de modo a cumprir a lei, (3) a petição foi apresentada ao parlamento em 24 de março de 2011, o que levou a uma audição na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas em agosto, que enviou para discussão para o parlamento (devido ao elevado número de assinaturas), mas que até hoje ainda não foi agendada para discussão, (4) todo o processo foi publicado no *website* do movimento e todos os dados, assim como o relatório, podem ser consultados no website do parlamento¹⁹⁷.

7.1.1 Resultados

Para este estudo foi considerada a população residente nos eixos viários A25, A24 e A23, nomeadamente as regiões e os concelhos mais afetados pertencentes à NUTS III (Nomenclatura das Unidades Territoriais), como Baixo-Vouga, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira e Douro (Figura 54). O total de habitantes nesta área geográfica é de 1 129 685 (PORDATA, 2013). Em 24 de março de 2011 foram entregues na Assembleia da República 35702 assinaturas. As restantes foram entregues na audição da Comissão de Economia e Obras Públicas ocorrida em 31 de agosto de 2011.

O total de subscritores foi de 37 371; 15 549 subscreveram a e-petição. Destes, 8 490 são homens e 6 759 são mulheres (Tabela 18). Os restantes 300 são organizações (empresas, instituições públicas ou sociais).

Segundo Carman (2010) e Lindner & Ulrich (2008) os participantes em e-petições e e-democracia são, em geral, do sexo masculino e mais velhos e Cruickshank, Edelmann, &

¹⁹⁷ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=12101>

Smith (2010) argumenta que a participação de 1% dos cidadãos em qualquer e-petição é considerada um sucesso.

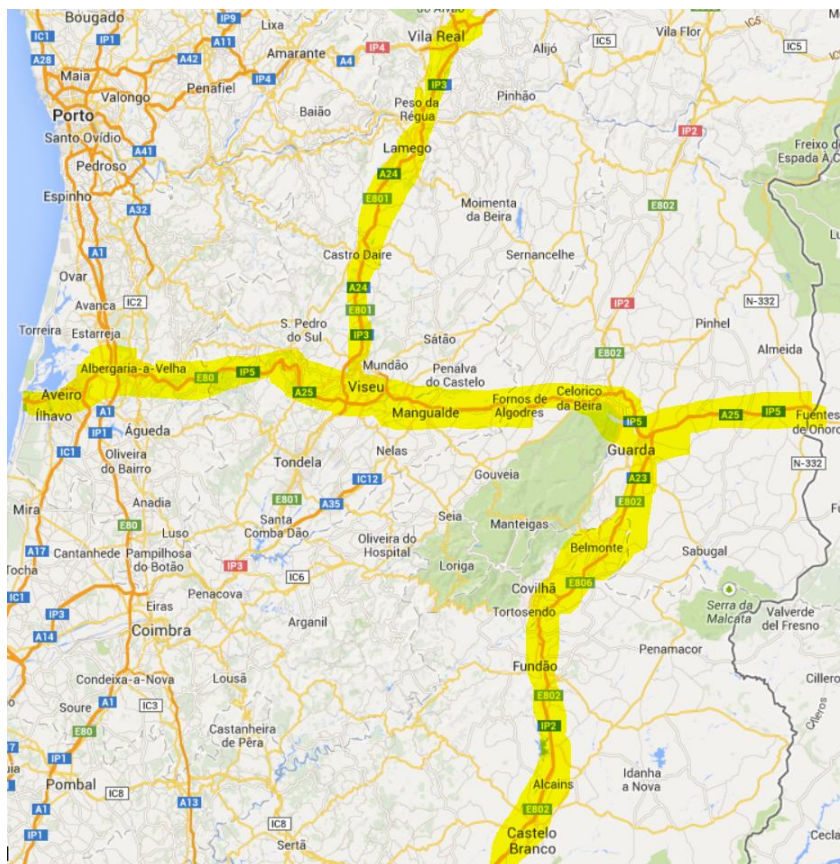


Figura 54 – Mapa correspondente ao eixo viário A25, A23 e A24

Os subscritores desta e-petição representam 1,4% da população total, o que pode ser considerado um sucesso, de acordo com os autores referidos, e confirma-se, também, que são mais homens que mulheres, embora, neste estudo, a diferença não seja significativa: 55,7% e 44,3%, respetivamente (Figura 55). Em estudos efetuados sobre projetos desenvolvidos em Malmo e Bristol esta diferença era maior: 65-35% e 62-38%, respetivamente (Östling, 2011).

Tabela 18 – Totais de população e subscritores

População total nas regiões abrangidas	1 129 685	
População com Internet (52,5%)	593 084	
Total de subscritores: 37 371		
Subscritores <i>online</i>: 15 549		
Homens	Mulheres	Organizações
8 490	6 759	300

Contudo, a cidadania digital também apresenta alguns desafios como a exclusão digital, questões de segurança e excesso de informação. Segundo dados do Instituto Nacional de

Estatística¹⁹⁸ nestas regiões apenas 52,5% da população tinha acesso à Internet em casa, o que extrapolando estes valores de forma simples nos dá um total de subscritores de 2,6%.

Percentagem de subscritores por género

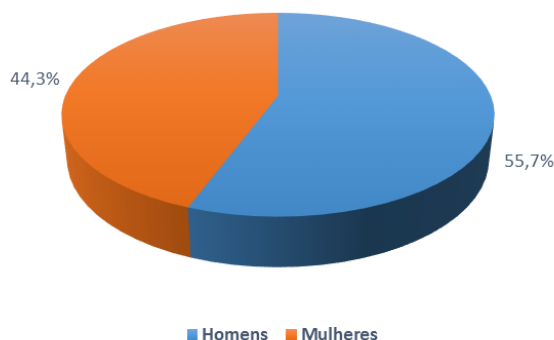


Figura 55 – Percentagem de subscritores por género

Ferro e Molinari baseiam-se no modelo ASCU (*Activists, Socializers, Connected, Unplugged*) para afirmar que só os ativistas participam (3 a 5% da população) (Ferro & Molinari, 2010). Nesta e-petição, a participação foi de 2,6%, considerando a população com acesso Internet. No que concerne ao número de subscritores, 58,4% das subscrições foram *offline* e 41,6% *online*. Embora com valores próximos, há preferência pelas subscrições *offline* em detrimento das *online*, como, aliás, afirma Sebastião et al (2012).

O impacto quantitativo parece ser um dos segredos mais bem guardados em iniciativas de e-participação (Ferro & Molinari, 2010) e Saebo e Skiftenes afirmam que não existem estudos comparativos com iniciativas tradicionais *offline* (Sæbø et al., 2008).

Esta iniciativa apresentou na Assembleia da República 37 371 assinaturas. Destas, 15 549 foram efetuadas *online* e 21 822 *offline*, sendo 565 de entidades coletivas (empresas, juntas de freguesia, câmaras municipais, organizações sociais diversas), 300 *online* e 265 *offline*. O número de visitas à plataforma é mostrado na Tabela 19.

Tabela 19 – Visitas ao website

Período	Visitas	Visitantes únicos
Janeiro	8 692	6 215
Fevereiro	6 101	4 409
Março	9 227	7 043
Total	24 020	17 667

¹⁹⁸http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3

É interessante verificar estes números, já que noutros projetos referidos neste estudo, as subscrições *online* e *offline* apresentam percentagens com diferenciais maiores.

7.2 Experiência 2 - Manifesto Educação

O manifesto *Uma Escola para um Portugal com futuro*, mostrado na Figura 56, teve como objetivo, segundo um responsável do SPRC, “(...) *juntar uma série de personalidades em torno de uma ideia fundamental, que era a necessária transformação do rumo político que estava a ser dado à Educação pelo ministro da educação*”. Foi subscrito por professores e investigadores e tinha, no seu formato inicial, a ideia de ser alargado ao maior número de pessoas entre docentes. O *stakeholder* pretendia mostrar o apoio de personalidades da vida académica, política, e dos professores em geral ao governo com o lema “*Como cidadãos civicamente empenhados estamos hoje extremamente preocupados com os rumos que a educação portuguesa está a tomar*”.

MANIFESTO

UMA ESCOLA PARA UM PORTUGAL COM FUTURO

Como cidadãos civicamente empenhados estamos hoje extremamente preocupados com os rumos que a educação portuguesa está a tomar.

Que escola para que sociedade

Reconhece-se que as questões da Educação exigem uma reflexão serena e construtiva pois têm a ver com toda a sociedade, do seu presente ao seu futuro, e produzem resultados que a curto prazo não é possível medir.

Quando se instituiu uma escolaridade de 12 anos de frequência obrigatória e gratuita para todos os que, em 2011, iniciaram o 10º ano, queria-se mesmo uma escolaridade para todos sem ignorar o contexto atual da sociedade portuguesa, em que importa ter presente, por um lado, quem são as crianças e os jovens que começam agora esta longa caminhada, e, por outro, esclarecer qual o papel que cabe ao Estado, que já não se compadece com uma gestão centralizada sem que os cidadãos assumam um lugar determinante na definição das funções que cada escola deve desempenhar junto das famílias e da comunidade onde está inserida.

Um progresso que não se pode inverter

Quando finalmente alguns indicadores, nomeadamente os resultados dos alunos em avaliações internacionais, mostravam uma melhoria efetiva do sistema educativo português, surge uma série de medidas legislativas que só podem redundar numa escola burocratizada, despojada de uma verdadeira autonomia, diminuída no seu funcionamento democrático, seletiva, geradora de profunda instabilidade para os seus profissionais, empobrecida na sua oferta curricular e nos seus recursos humanos e financeiros.

Não se recusa, antes se defende, a necessidade de uma gestão rigorosa na aplicação dos recursos, de contenção nos gastos, de exigência nas aprendizagens. Mas a pretensão desta necessidade está-se a introduzir medidas que apresentadas como técnicas neutras e inevitáveis

Figura 56 - Manifesto “Uma Escola para um Portugal com futuro”

Para a consecução deste desígnio, os signatários apelam à participação ativa dos cidadãos e das estruturas da sociedade portuguesa interessadas em alterar a política educativa que tem vindo a ser prosseguida e em contribuir para a tomada de medidas que permitam abrir perspetivas de um futuro melhor para Portugal. Para isso pede-se que subscrevam e divulguem este documento (o formulário é mostrado na Figura 57), o enriqueçam e alarguem com contribuições, o debatam nos locais de trabalho e de participação cívica.

Subscreva o manifesto preenchendo o formulário abaixo. Obrigado!

Nome completo:

BI/CC:

Profissão:

Localidade:

e-mail*:

* Facultativo. Caso esteja interessado em receber informação sobre esta e outras iniciativas em defesa da Escola Pública inclua o seu endereço de e-mail.

[Ver subscritores](#)

Figura 57 – Formulário para subscrição e listagem de subscritores

Esta petição decorreu de março a junho de 2013, apenas *online*, tendo sido interrompida por opção interna do sindicato. A divulgação foi realizada através de *mailing lists* e do portal do sindicato e os resultados são mostrados na Tabela 20. O manifesto teve 5 471 visitas, dos quais 4 782 são utilizadores únicos. O total de subscritores foi de 1 346, o que representa 28% dos visitantes, um valor considerável relativamente a outros estudos, mas um número muito baixo se considerarmos os 8 657 240 de cidadãos portugueses com idade superior a 18 anos, segundo dados do Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística¹⁹⁹.

Tabela 20 – Resultados do Manifesto

Período	Visitantes únicos	Nº de visitas	Páginas/hits
Março	1 361	1 543	3 355/5 105
Abril	552	706	1 593/2 182
Maió	151	193	348/468
Junho	2 718	3 029	6 960/9 863
Totais	4 782	5471	12 256/17 618
Total de subscritores		1346	

O número de subscritores professores foi de 1042 (77,4%) e a distribuição por género foi de 29,2% homens e 70,8% mulheres, como mostra a Figura 58.

Percentagem de subscritores por género

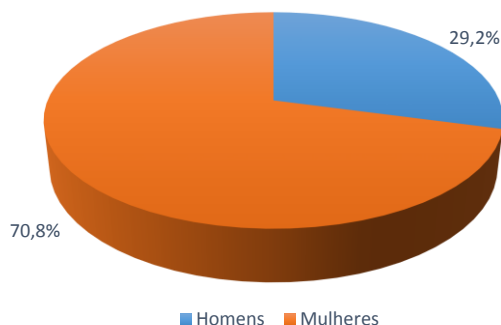


Figura 58 – Percentagem de subscritores por género

199

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006349&contexto=bd&selTab=tab2

7.3 Experiência 3 - Greves

Os sindicatos travam uma luta constante com as decisões do governo, principalmente nestes tempos de crise, em que o mundo, a Europa e, em particular, Portugal mergulhou. Acompanhámos as greves de novembro de 2012 e junho de 2013 com estatísticas de acesso, quer ao portal do SPRC, quer através de páginas específicas dedicadas a registar os dados e consultas dos resultados destas greves.

Na greve de novembro os acessos eram realizados apenas por professores registados no portal, onde eram registados os locais da greve e o número de professores que aderiam à greve. Os professores acediam a todos os dados das escolas. O número de utilizadores registados era de 11 740 e, entre 13 e 20 de novembro o portal referente à greve registou 7 968 visitas, sendo 5 679 visitas únicas, o que resulta num total de 67,87% de visitas, relativamente aos utilizadores registados, e 71,3% de visitas únicas (Figura 59).

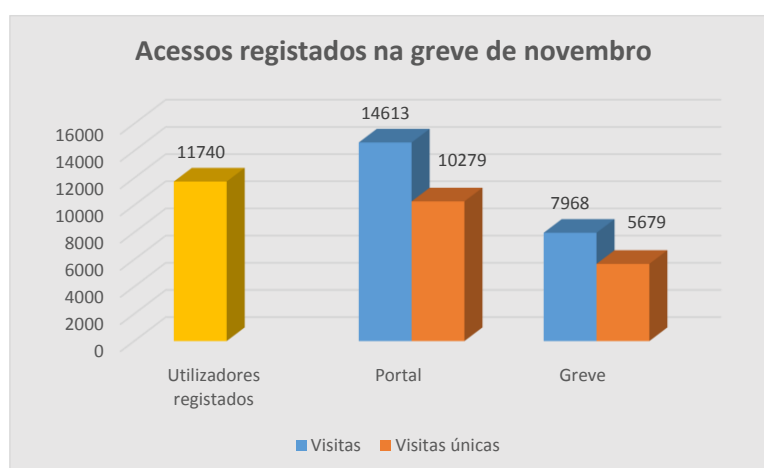


Figura 59 – Acessos de utilizadores registados no portal na greve de novembro de 2012

Em junho de 2013 os professores fizeram greve às reuniões de avaliação, organizando um calendário de rotação entre si, para que 1) a reunião não se realizasse e 2) dividir os custos pelos diferentes professores. Esta iniciativa teve a participação de todos os sindicatos ligados à FENPROF. O portal registou 18 714 visitas, de 7 a 30 de junho, sendo 12 991 visitas únicas e as páginas referentes às greves registaram 7 409 visitas, sendo 5 174 visitas únicas (Tabela 21 e Figura 60).

Tabela 21 - Acessos registados no portal e nas páginas referentes à greve em junho de 2013

	Visitas	Visitas únicas	Páginas	Hits
Portal	18 714	12 991	177 029	580 186
Greve	7 409	5 174	11 682	17 870
% de visitas	39,6%	69,8%		

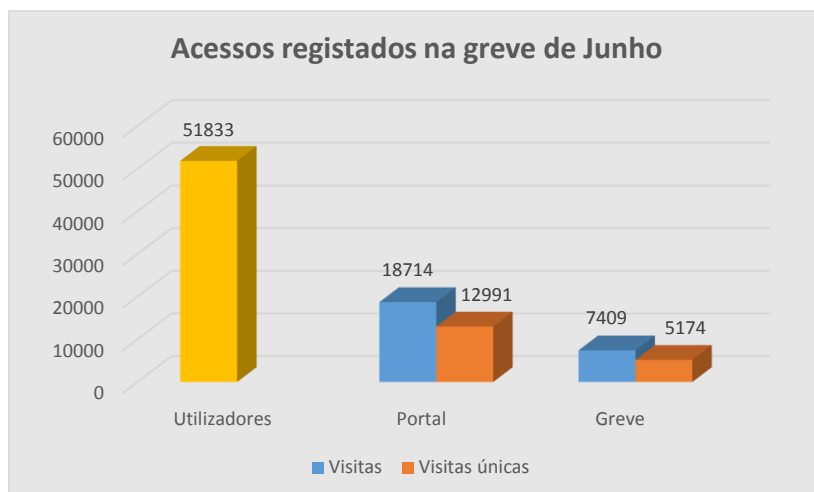


Figura 60 – Número de acessos registados na greve de junho de 2013

7.4 Experiência 4 - Auscultação aos professores

Após a greve de junho de 2013, a Federação Nacional de Professores (FENPROF) em conjunto com outras organizações sindicais lançou um inquérito para auscultação dos professores, com a duração de 15 dias (15 a 30 de junho), sobre as medidas a tomar de seguida e no início do novo ano letivo. O objetivo principal, segundo os responsáveis, foi o de “adequar as formas de luta à posição manifestada pelos subscritores”. A consulta teve a componente *online* e *offline*.

A auscultação era composta pelas perguntas mostradas na Tabela 22 e que obtiveram um total de 262 respostas distribuídas pela coluna *Respostas*, o que contrasta com as 8300 assinaturas obtidas em papel, preferência já argumentada por Sebastião et al (2012).

As questões 2.1.3, 2.1.4, 2.2.4 e 2.2.5 eram abertas, tendo havido sugestões de diversa ordem de que destacamos “*concentrações junto ao MEC*”, “*acampamento junto ao MEC, durante uma semana, sendo cada dia assegurado por uma região*”, “*vigílias todas as noites em frente à AR ou MEC*”, “*cordão humano em frente ao MEC*”, “*greve às aulas*”, “*faixas negras*”, “*greve por tempo indeterminado para impedir o início do ano letivo*”, “*não iniciar as aulas*”, “*greve a todas as avaliações*”, “*envolver os encarregados de educação na luta dos professores*”, “*apresentação de queixa-crime contra os elementos do governo*”, “*petição para demissão do ministro da educação*”, “*discussão aprofundada sobre a escola pública*”, entre muitas outras.

Todas as respostas foram guardadas numa base de dados. Para além das perguntas foram guardados os dados referentes à escola, concelho e distrito de cada professor.

Tabela 22 – Inquérito para auscultação aos professores e respetivas respostas

Perguntas		Respostas
1. Greve às avaliações		
	Prosseguir a greve por tempo indeterminado	69
	Prosseguir a greve até final de junho	82
	Terminar a greve na semana de 17-21	106
2. Outras formas de luta		
2.1	A desenvolver ainda este ano escolar	
2.1.1	Concentrações	167
2.1.2	Vigílias	113
2.1.3	Ações diversas junto ao MEC (Exemplos)	80
2.1.4	Outras	53
2.2	A desenvolver em Setembro	
2.2.1	Concentrações	129
2.2.2	Manifestações	164
2.2.3	Vigílias	164
2.2.4	Ações nas escolas (quais?)	92
2.2.5	Outras	39

As visitas foram registadas no *Google Analytics* (Figura 61) que registou 8 326 visitas únicas e 11 645 visitas, sendo 11 472 de Portugal, distribuídas pelas regiões mostradas na Figura 62.



Figura 61 – Descrição geral dos visitantes entre 15 e 30 de junho de 2013 registados pelo *Google Analytics*

Algumas medidas foram adotadas, tais como manifestações, concentrações e vigílias, que têm sido realizadas na capital e em praças públicas em diversas cidades. Outra medida adotada foi a criação de uma petição *online* para defesa da Escola Pública.

7.5 Experiência 5 - Debate com o secretário-geral da FENPROF

A plataforma *Liberopinion* permite fazer vários tipos de experiências, tais como inquéritos, votações, questões da comunidade, sugestões, debates em direto. Esta

experiência de participação pretendia medir o nível de participação dos professores num debate em direto com o líder da Federação Nacional de Professores (Figura 63)²⁰⁰.

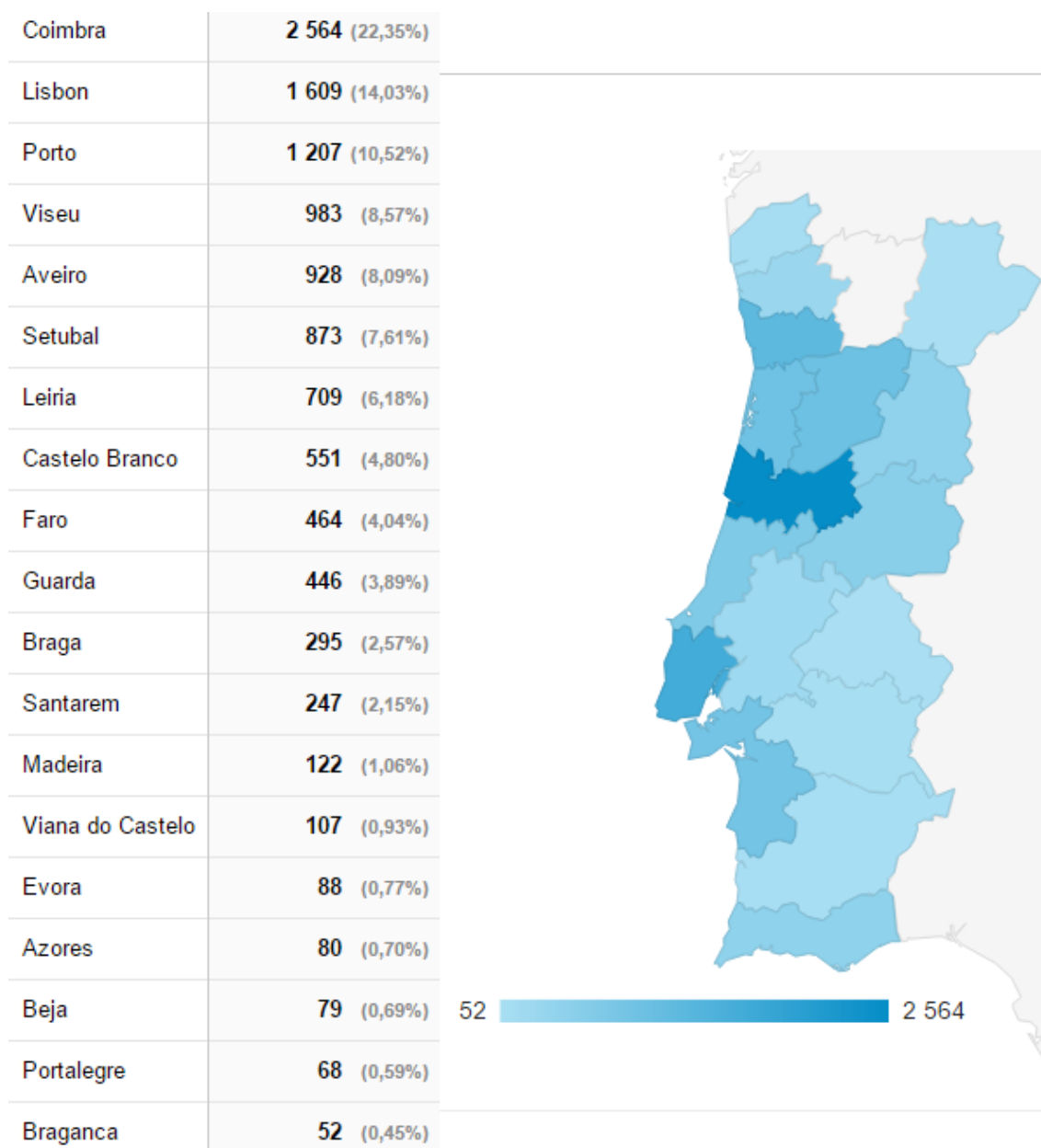


Figura 62 – Distribuição das visitas por região na *Auscultação aos Professores*

Os professores podiam colocar perguntas durante uma semana para o secretário-geral responder no dia do debate. Os professores foram convidados a participar e colocar questões sobre o aumento do horário de trabalho, aplicação da mobilidade especial.

O evento teve início no dia 20 de junho às 9 horas e terminou às 2 horas do dia 21. O debate foi cancelado devido a restrições colocadas pela federação. Contudo, os resultados

²⁰⁰ Endereço do *Liberopinion* para esta experiência: <http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=1>

destas poucas horas são relevantes. O convite foi enviado cerca das 12 horas, para uma *mailing list* do distrito de Viseu, com cerca de 6000 subscritores. Foram registadas 18 perguntas, 317 visitas e 292 visitantes únicos, como se mostra na Figura 64. O maior fluxo de visitas deu-se a seguir ao envio do convite, entre as 13 e as 16 horas, com um pico às 14 horas.



Figura 63 - Página de entrada para o debate em direto com a explicação das questões a discutir



Figura 64 - N° de visitas registadas no Google Analytics

7.6 Experiência 6 - Discussão sobre o apoio ao ensino privado

Esta experiência esteve *online* entre 21 de novembro e 29 de novembro de 2013. A divulgação foi iniciada às 16h50 com o envio para uma *mailing list* de 5 000 professores. Às 17 horas do dia 22 foi enviado convite, através de e-mail, para cerca de 10 000 professores e foi colocado um *banner* no portal do SPRC para divulgação do evento. Só

no dia 24 às 19 horas o moderador do sindicato inicia as respostas às questões colocadas pelos professores (Figura 65).



Figura 65 - Website para discussão das opções do governo sobre o apoio ao ensino privado (<http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=9>)

A cronologia é apresentada, porque dela podem retirar-se algumas conclusões:

1) existem 66 visitas e 4 contribuições entre as 17h00 e as 24h do dia 21, com a maior participação às 17 horas, pouco depois do envio do convite (Figura 66);

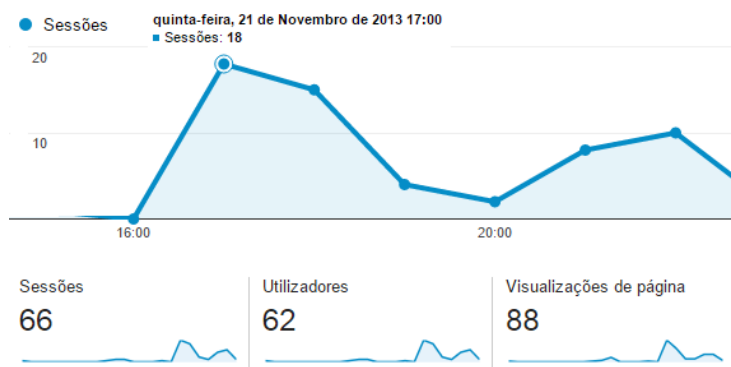


Figura 66 – Visitas registadas no dia 21 de novembro

2) há 7 contribuições e 150 visitas a partir das 17 horas do dia 22, hora do envio do segundo convite, com um pico às 18 horas (Figura 67);

3) existem algumas visitas, novamente, depois do moderador começar a responder às questões.

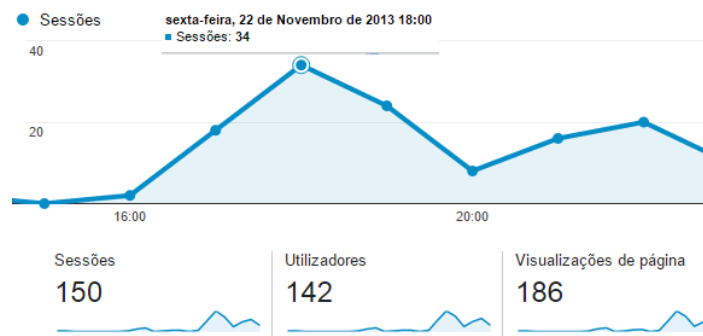


Figura 67 – Visitas registradas no dia 22

O moderador respondeu a 28 das 34 questões colocadas pelos professores e foram registradas 538 visitas e 472 visitantes únicos, como mostrado na Figura 68.



Figura 68 - Nº de acessos registados entre 21 e 29 de novembro

O género e a idade dos visitantes estão representados nas Figura 69 e Figura 70.

Percentagem de homens e mulheres

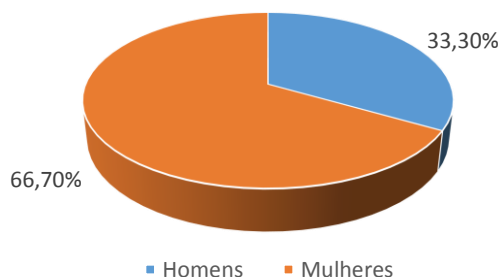


Figura 69 – Percentagem de participantes por género

Percentagem de participantes por idade

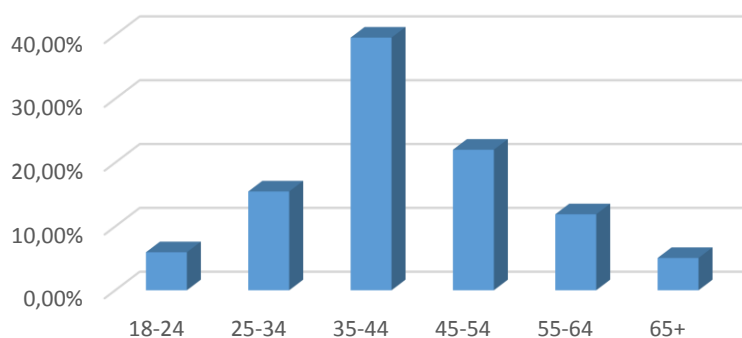


Figura 70 – Percentagem de participantes por idade

7.7 Experiência 7 - Precariedade, desemprego e ... prova de ingresso na profissão

Esta iniciativa teve como objetivo discutir a política do governo para a Educação, como a redução dos serviços públicos, despedimento de docentes e uma nova medida legislativa que obriga os professores a fazer uma prova de ingresso na profissão.

O evento decorreu entre 3 de dezembro às 21 horas e 12 de dezembro. A divulgação foi efetuada no portal do sindicato (Figura 71), através de *e-mail* e redes sociais.

The image shows the main page of the SPRC/FENPROF website. At the top, there is a blue header with the logo of the Sindicato dos Professores da Região Centro and logos of member organizations: FENPROF, Frente Comum, and CGTP. Below the header is a navigation menu with the following items: Início, Última Hora, Legislação, Concursos, Acção Sindical, Propostas, Sectores, Ensino Superior, Na internet, RCI. The main content area features a large banner with a woman's face and several question marks. The banner text reads: "PLATAFORMA DE PARTICIPAÇÃO Pergunte ao SPRC/FENPROF sobre Precariedade, desemprego e... prova de ingresso na profissão docente". To the right of the banner, there are two blue buttons: "Petição/ Abaixo-Assinado - Professores tomam posição" and "Escola Pública". Below the banner, there is a section titled "ÁREA RESERVADA" with a login form containing fields for "Nº de Sócio" and "B.I./C.C.", a "Memorizar" checkbox, and an "Autenticar" button. To the right of the login form is the "Início" section, which displays three news items. The first item is titled "A manipulação do factor de sustentabilidade pelo governo, o aumento, todos os anos, da idade de reforma e de aposentação e o duplo". The second item is titled "A luta continua pelo direito a exercer a profissão docente" and includes the text "Organizações sindicais dos professores apresentam pré-aviso de greve para 5". The third item is titled "Contra a prova de ingresso na profissão" and includes the text "Acções nos distritos da região centro trouxeram o protesto para a rua."

Figura 71 - Página principal do portal do SPRC a divulgar a plataforma de participação

Tal como aconteceu no evento anterior houve um fluxo de visitantes às 22 horas, no seguimento do convite enviado aos professores às 21 horas.

Às 0h30 foi enviado novo convite para a lista de professores. Os picos da Figura 73 representam o fluxo de visitantes às 22 horas do dia 3 e 10, 18 e 21 horas do dia 4.

O sindicato escolheu outro moderador para este evento que iniciou a aprovação das contribuições às 22h30 do dia 4. Houve 32 contribuições, todas aprovadas e respondidas.

A Figura 72 mostra o *frontoffice* com o texto explicativo e a participação dos utilizadores.

A participação e votação estão fechadas

(2) PERGUNTE AO SPRC / FENPROF

A participação dos Professores, Educadores e Investigadores na orientação e acção sindical são princípios fundadores do SPRC e da FENPROF. O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação abriu novas possibilidades neste domínio. Com mais esta iniciativa abrimos um novo espaço de participação e comunicação com os docentes.

Precariedade, desemprego e ... prova de ingresso na profissão

Com esta iniciativa pretendemos discutir a política do governo para a Educação, e os interesses evidenciados em todas as medidas que aprova: redução dos serviços públicos, desresponsabilização do Estado, redução de custos com recursos humanos através do despedimento de docentes e da precarização das relações de trabalho e privatização das funções sociais do Estado. A prova de ingresso na profissão é um meio de desvalorização da profissão docente que não considera os percursos formativos e profissionais dos professores e educadores.

Veja o evento que está a decorrer sobre as políticas orçamentais em <http://fenprof.liberoopinion.com/pergA.php?id=11>

Participações dos Utilizadores + recentes + populares

Luis Lobo
Sobre o caso que a colega Ana Campos aqui coloca, atrevo-me a sugerir, ainda, que seja enviada uma queixa para a Provedoria de Justiça

0% 100%

Partilhar

sposia
A sugestão dada é de inteira pertinência! O não acautelar de medidas que evitem prejuízos para os/as professores/as que, por motivos que lhes não são imputáveis, não possam comparecer à chamada única que o MEC insistiu em

Figura 72 - Website para discussão das opções do governo sobre o apoio ao ensino privado (<http://fenprof.liberoopinion.com/pergA.php?id=10>)

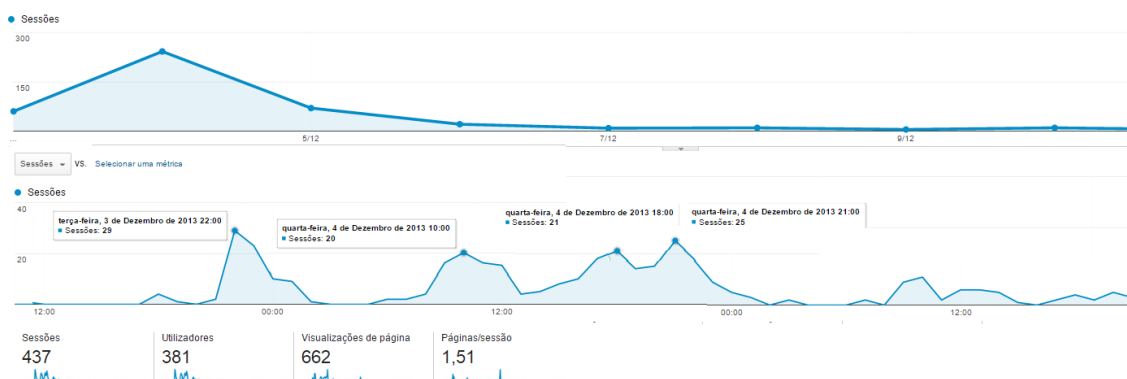


Figura 73 - N° de acessos registados entre 3 e 12 de dezembro

7.8 Experiência 8 - As políticas orçamentais, o sufoco das escolas, universidades e politécnicos

Os temas deste debate são discutir *o rumo e as consequências das políticas orçamentais do governo, o roubo nos salários, pensões e subsídios, nos orçamentos das escolas e no financiamento do ensino superior e da investigação e as suas consequências para docentes e investigadores, para os alunos e para as famílias* (Figura 74). Iniciou a 13 de dezembro às 09h00 e terminou a 30 de dezembro. A divulgação seguiu os mesmos procedimentos que os eventos anteriores, divulgação para a lista de professores às 12h00 e divulgação no portal.

The screenshot shows a web interface for a discussion platform. At the top, there are logos for 'glo centro' and 'FENPROF' on the left, and 'plataforma de participação' on the right. A yellow banner states 'A participação e votação estão fechadas'. Below this, a main section titled '(3) PERGUNTE AO SPRC / FENPROF' features a hand writing on a document. The text discusses the role of teachers and researchers in the development of digital technologies and the need for participation and communication. A large graphic on the right says 'Liberopinion sharing views' and 'comente'. Below the main text, there is a section for 'Participações dos Utilizadores' with a 'recentes' filter. A user named 'Fernando Correia' has posted a quote from Olli Rehn about Portugal's economic crisis and the need for a credible path by 2020. Below this, a 'resposta' section shows a hand writing on a document, with text discussing the need for economic and social policies and the role of national production.

Figura 74 - Website para discussão das políticas orçamentais do governo
(<http://fenprof.liberopinion.com/pergA.php?id=11>)

Tal como noutros eventos, há um maior fluxo de visitantes a seguir à divulgação, como se mostra na Figura 75.

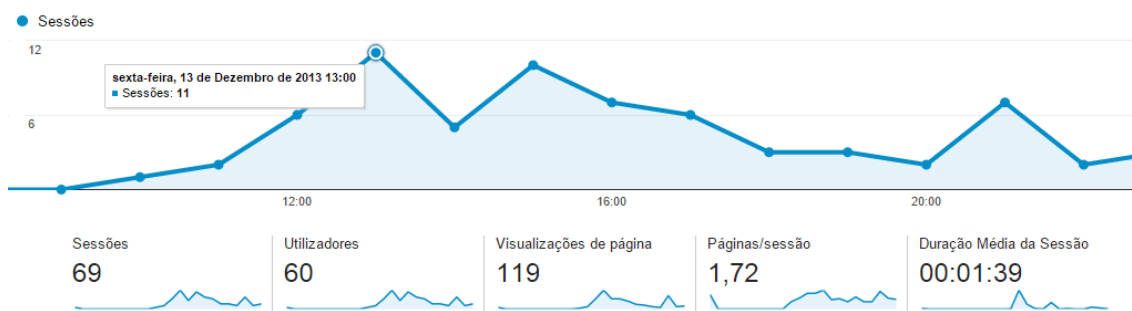


Figura 75 – Fluxo de visitantes no dia 13 de dezembro

O moderador aprovou e respondeu às 6 questões colocadas pelos participantes. Houve 182 visitas e 149 visitantes únicos, como mostrado na Figura 76.



Figura 76 - Nº de acessos registrados entre 13 e 30 de dezembro

7.9 Experiência 9 - Política de Educação põe em causa Escola Pública e a sua Qualidade

A *Política de Educação põe em causa Escola Pública e a sua Qualidade* foi o tema deste debate (Figura 77). Os sindicatos propuseram um leque variado de subtemas à discussão sobre financiamento público do ensino, condições de exercício profissional, emprego, currículos, formação e administração e gestão das escolas/agrupamentos.

Este evento seguiu um modelo diferente. Os professores colocavam as questões e não haveria respostas individuais. O moderador aprovava as questões, mas a resposta seria dada no final do prazo em formato único, como se de um debate se tratasse. O evento foi colocado *online* no dia 17 de janeiro às 12 horas e os professores foram convidados a participar às 13 horas. Como aconteceu em eventos anteriores, a partir dessa hora os professores começaram a visitar a plataforma, atingindo um máximo de 23 visitas às 15 horas, como mostrado na Figura 78.

O evento terminou a 30 de janeiro, teve 188 visitas e 173 visitantes únicos, e foram colocadas 12 questões, das quais 9 foram aprovadas.

Figura 77 - Debate sobre a política de educação

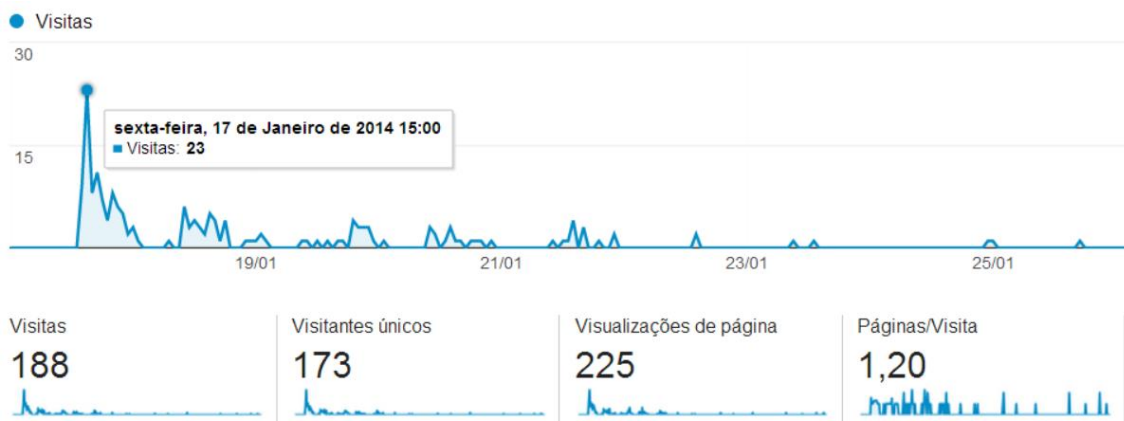


Figura 78 - Nº de acessos registados entre 17 e 30 janeiro de 2014

7.10 Experiência 10 - Em defesa da Escola pública

O movimento nacional em defesa da Escola Pública consiste na recolha de assinaturas de apoio a 20 petições, correspondentes a 18 distritos e 2 regiões autónomas. Na região centro, o SPRC promove 6 petições em defesa da Escola Pública nos distritos de Aveiro,

Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu. Foi criado o domínio *escolapublica.net* e totalmente desenvolvido, utilizando tecnologias HTML 5, PHP, Ajax, Jquery e base de dados Mysql. Na página de entrada, mostrada na Figura 79, foram colocados textos do apelo, os primeiros subscritores e as entidades subscritoras, como a FENPROF e os sindicatos filiados, outros sindicatos e representantes de organizações sindicais, presidentes de Câmaras Municipais, Associações de Pais e Estudantes, dirigentes escolares, Câmaras Municipais e Assembleias Municipais, Juntas de Freguesia, Conselhos Gerais de Escolas e outras associações. A lista completa encontra-se para consulta no *website*. As várias iniciativas que o movimento realizava também eram divulgadas aqui.

Em defesa da Escola Pública
Moralizar a utilização de dinheiros públicos.
Pôr fim aos privilégios do ensino privado.

APELO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra que "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1 do artigo 37.º). Este preceito legal obedece ao imperativo constitucional que estabelece que "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1 do artigo 75.º).

[Ler texto completo do apelo](#) [Primeiros subscritores](#) [Entidades subscritoras](#)

ASSINE A PETIÇÃO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DE CADA DISTRITO OU REGIÃO

Aveiro	Beja	Braga
Bragança	Castelo Branco	Coimbra
Évora	Faro	Guarda
Leiria	Lisboa	Portalegre
Porto	Santarém	Setúbal
Viana do Castelo	Vila Real	Viseu
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma dos Açores	

Nota: Se concordar com as Petições de outros distritos também poderá subscrevê-las

NOTÍCIAS

Encontro em Defesa da Escola Pública nos 40 anos de Abril
17 de Maio em Beja | Sala 2 do Teatro Municipal Pax Julia | 15h00

» » Ver programa
<http://spzs.pt/ficheiros/2014/E25_programa_1.pdf>

Este Encontro enquadra-se nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, dinamizadas pelo SPZS, tendo esta iniciativa como objectivo, abordar e valorizar o papel da Escola Pública na construção da Democracia e na vida dos portugueses, sublinhando a importância de todos os seus níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino superior, também numa perspectiva de defesa do seu futuro.

Comemorações do 40.º Aniversário do 25 de Abril

Plataforma em Defesa da Escola Pública escolheu melhor cartaz

Figura 79 – Website do movimento Escola Pública

Esta petição teve duas componentes: em papel e *online*. A petição em papel foi realizada em vários momentos e em vários locais. A e-petição era divulgada nestes encontros, em conferências de imprensa e nos *websites* da FENPROF e sindicatos afetos, como se mostra, apenas como exemplo, na Figura 80.

A criação da e-petição obriga a preencher um formulário para cada uma das regiões (Figura 81) em que consta o nome do cidadão e o número de identificação civil (BI/CC),

idêntico para cada uma das regiões; os procedimentos *offline* foram semelhantes, isto é, era dado um documento aos utentes (podia ser descarregado no *website*) para colocarem o nome e o número de identificação.

The image shows a screenshot of the FENPROF website. At the top, there is a yellow banner with a cartoon character holding a flag and the text "Em defesa da Escola Pública" and "Assina a petição em www.escolapublica.net". Below this, the FENPROF logo is prominently displayed. The website navigation includes links for "ação sindical", "nacional", "frentes e sectores", "ensino superior", "professores aposentados", and "vídeos". There is also a search bar and a "PESQUISAR" button. The main content area features a large banner for the "EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA" petition, with the text "Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado". Below the banner, there is a section for "ÁREA RESERVADA" and "Início". The website also features a section for "Sindicato dos Professores da Zona Sul" (SPZS) with a photo of a crowd. At the bottom, there are three news articles: "EXAMES DO 4.º ANO" with a sub-headline "MEC, merquizado em incompetência e irresponsabilidade, instala a confusão e desrespeita professores e escolas"; "Governo menospreza importância e papel determinante dos professores nas aprendizagens dos alunos"; and "Em defesa da Escola Pública." with a sub-headline "Nos últimos dois dias chegaram ao SPZS e outros Sindicatos da FENPROF muitas queixas quanto às instruções e ao trabalho distribuído aos professores corretores das provas de exame do 1.º CEB. Aquilo que parecia ser um erro de análise deste ou daquele responsável do Júri Nacional de Exames, quando da".

Figura 80 – Divulgação da petição no *website* da FENPROF, do SPRC e do SPZS

As subscrições eram guardadas numa base de dados e a autenticação era verificada pelo número de identificação de cada cidadão. A operacionalização da qualidade da e-participação seguiu os critérios já explicados no item 7.1.

APELO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

A Lei de Bases do Sistema Educativo consagra que "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1 do artigo 37.º). Este preceito legal obedece ao imperativo constitucional que estabelece que "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (n.º 1 do artigo 75.º).

[Ler texto da petição](#)

Distrito: Viseu

Preencha o formulário abaixo. Obrigado!

Nome:

BI/CC:

*e-mail:

*O preenchimento deste campo não é obrigatório. No entanto, caso opte por preenchê-lo, receberá na sua caixa de correio mensagens de divulgação do agendamento de iniciativas e outras informações

Localidade:

Petição para impressão e subscrição em papel

Figura 81 – Formulário para recolher assinaturas *online*

O evento foi colocado *online* no dia 10 de março de 2014 às 22 horas e começou a ser divulgado no dia 12 às 23 horas. A Figura 82 mostra os acessos registados no dia 13 de março, após a divulgação da iniciativa.



Figura 82 – Número de acessos registados no dia 13 de março, após a divulgação da iniciativa

A Figura 83 mostra os acessos de 10 a 31 de março de 2014. Como aconteceu noutros eventos, a seguir à divulgação há um pico de acessos ao *website*. Note-se os picos a 13, 18 e 21 de março que foram seguidos de notícias sobre a petição ou de divulgação através de *mailing lists* ou *Facebook*.

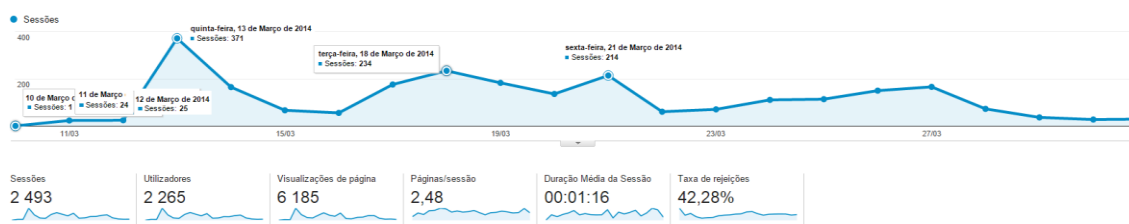


Figura 83 – Número de acessos registados entre 11 e 31 de março de 2014

O pico de 21 de março foi seguido da divulgação através do Facebook. A mensagem foi colocada às 10 horas e, como se pode verificar na Figura 84, houve uma maior afluência durante o dia, aumentando a partir das 18 horas até ao pico às 21 horas.

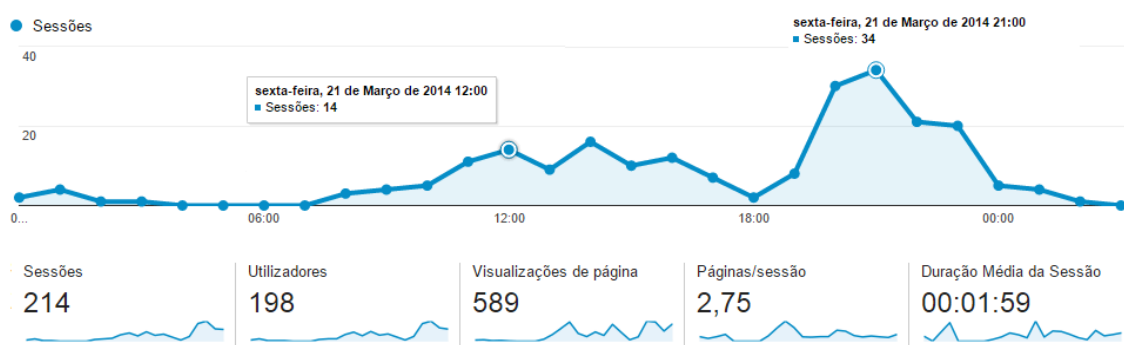


Figura 84 – Registo de acessos entre as 6 e as 24 horas de 21 de Março

Os acessos ao portal, entre 10 de março e 31 de julho foram de 9 498 sessões, tendo havido 8 128 utilizadores únicos e 34 043 visualizações de página, como mostrado na Figura 85.

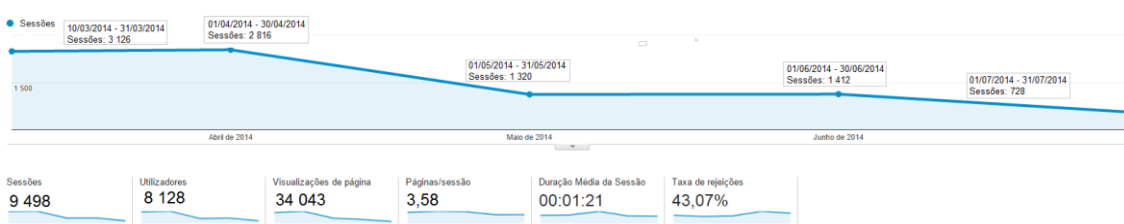


Figura 85 – Registo de acessos ao portal entre março e julho de 2014

Durante este período foram recolhidas 9914 assinaturas *online*, com as quais, conjuntamente com outras entidades (sindicatos representativos do pessoal não docente, associações de pais, estudantes e direções de escolas) se visa provocar o debate desta matéria na Assembleia da República.

Na Tabela 23 apresenta-se a distribuição das assinaturas pelos diversos distritos. Na tabela mostra-se o número de assinaturas em papel nos distritos que entregaram a petição na Assembleia da República até 31 de julho.

Tabela 23 – Distribuição das assinaturas por distrito

Distrito	Assinaturas <i>online</i>	Total
Aveiro	514	
Beja	1 509	
Braga	217	
Bragança	118	
Castelo Branco	600	4 758
Coimbra	622	4 451
Évora	1 012	
Faro	1 674	4 725
Guarda	372	
Leiria	379	4 470
Lisboa	351	
Portalegre	451	
Porto	285	
Santarém	154	
Setúbal	220	
Viana do Castelo	186	
Vila Real	143	
Viseu	792	5 670
Região Autónoma da Madeira	202	
Região Autónoma dos Açores	113	
Totais	9 914	
Subscritores únicos	7 150	
Totais entregues à AR	4 067	24 074

A petição de Viseu foi entregue na Assembleia da República no dia 28 de abril de 2014, com o n.º N.º 392/XII/3²⁰¹, a de Coimbra no dia 15 de Julho de 2014 com o n.º 414/XII/3²⁰², a de Faro em 15 de Julho de 2014, com o n.º 413/XII/3²⁰³, a de Leiria em 23 de Junho de 2014, com o n.º 404/XII/3²⁰⁴, a de Castelo Branco em 23 de Junho de 2014, com o n.º 403/XII/3²⁰⁵. Todas elas estão em apreciação.

Levando em consideração os dados do Instituto Nacional de Estatística, a população com idade superior a 18 anos é de 8 657 240 e 62,1% da população tem acesso à Internet, segundo dados da Pordata, em 2013²⁰⁶. Assim, a população a considerar para esta e-petição é de 5 376 146 (Tabela 24).

²⁰¹ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=12517>

²⁰² <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=12539>

²⁰³ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=12538>

²⁰⁴ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=12529>

²⁰⁵ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=12528>

²⁰⁶ Indivíduos que utilizam computador e Internet em percentagem do total de indivíduos:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Individuos+que+utilizam+computador+e+Internet+em+percentagem+do+total+de+individuos+por+sexo-1142>

Tabela 24 – Totais de população e subscritores

População total ²⁰⁷	10 562 178
População com idade >= 18 anos	8 657 240
População com Internet (2013)	5 376 146
Total de subscritores: ????	
Subscritores <i>online</i> : 9 914	
Homens	Mulheres
3 587	6 327

Os subscritores desta e-petição representam 0,18% da população, o que é um valor manifestamente baixo de acordo com os resultados da primeira experiência de utilização, que foi de 4,05%. Contudo, relativamente aos utilizadores, a participação foi de 88%, o que pode ser considerado um sucesso. De acordo com alguns autores a participação de 1% é um sucesso.

Ao contrário de experiências realizadas por outros autores e já discutidas, não se confirma que são mais homens que mulheres. Pelo contrário, nesta e-petição verifica-se a participação de mais mulheres que homens e a diferença é considerável: 36,2% de homens e 63,8% de mulheres (Figura 86). Na 1ª experiência já se tinha verificado que a diferença não era muito grande, embora a percentagem de homens fosse superior: 55,7% contra 44,3%.

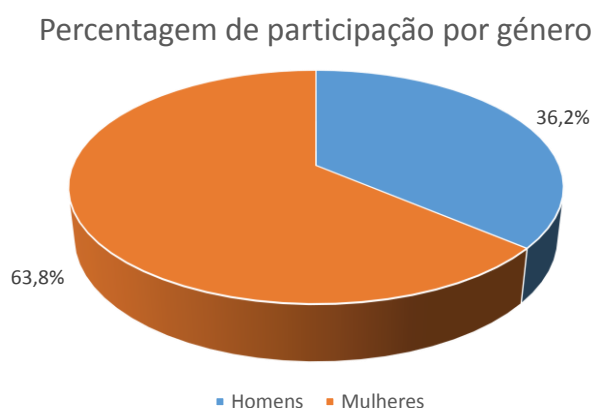


Figura 86 – Percentagem de participação por género

É interessante notar, também, que em todos os distritos há uma maior participação de mulheres que de homens, como mostrado na Tabela 25. Segundo o INE, também

²⁰⁷ Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006349&contexto=bd&selTab=tab2

existem mais mulheres que homens em Portugal: 4 799 593 homens e 5 247 490 mulheres no continente, 121 533 homens e 125 213 mulheres na Região Autónoma dos Açores e 126 261 homens e 141 524 mulheres na Região Autónoma da Madeira.

Tabela 25 – Distribuição dos subscritores por distrito e por sexo

Distrito	Homens	Mulheres	Total	Nº de visitas
Aveiro	197	317	514	583
Beja	460	1 049	1 509	115
Braga	94	123	217	205
Bragança	49	69	118	10
Castelo Branco	234	366	600	472
Coimbra	224	398	622	781
Évora	313	699	1 012	235
Faro	583	1091	1 674	578
Guarda	135	237	372	312
Leiria	131	248	379	321
Lisboa	153	198	351	1342
Portalegre	142	309	451	71
Porto	122	163	285	729
Santarém	67	87	154	124
Setúbal	96	124	220	375
Viana do Castelo	82	104	186	174
Vila Real	66	77	143	78
Viseu	311	481	792	832
Região Autónoma da Madeira	74	128	202	157
Região Autónoma dos Açores	54	59	113	47
Totais	3 587	6 327	9 914	7541

A Pordata indica que, em 2013, há mais homens que mulheres a aceder à Internet, 66,3 e 58,2 respetivamente, e a Obercom (2014) refere que há 51% de homens e 49% de mulheres a aceder à Internet, o que não revela qualquer relação com o facto de serem mais mulheres que homens a assinar a e-petição.

A petição permitia que o mesmo utilizador assinasse as petições de outros distritos, o que se pode constatar já que o número de assinaturas é superior ao número de visitantes. De facto, houve 2 764 subscrições noutros distritos, o que dá um total de 7 150 subscritores únicos. Em Beja, por exemplo, houve apenas 115 visitas, mas 1 509 subscritores. O motivo desta discrepância pode justificar-se por solidariedade entre regiões ou, simplesmente, porque alguns utilizadores, embora sendo da região, moram

noutras regiões. Estes dados são obtidos pela distribuição geográfica da localização do utilizador quando assina a petição. Em Beja, por exemplo, votaram a petição 27 utilizadores de Albufeira, 7 de Almada, 12 do Alvor, 12 de Aveiro, 5 do Barreiro, 11 de Coimbra, 141 de Lagos, 57 de Lisboa, 43 de Olhão, 79 de Portimão, entre outros.

7.11 Resumo do capítulo

Neste capítulo, apresentaram-se os resultados obtidos a partir das experiências de utilização da plataforma digital aplicadas aos atores definidos no modelo de comunicação. Analisaram-se, compararam-se e discutiram-se alguns dos principais resultados obtidos nessas experiências, essencialmente na perspetiva das visitas à plataforma e das ações de participação dos intervenientes. Apresentaram-se ainda os resultados de outras iniciativas de participação pública e, sempre que possível, fizeram-se comparações. Na Tabela 26 apresenta-se um resumo das iniciativas, o problema que levou à operacionalização da iniciativa e o que foi proposto e realizado utilizando a mediação digital na sua execução.

Tabela 26 – Resumo das iniciativas

	Designação	Problema	Problema endereçado
1	Contraportagens	Pagamento de portagens nas autoestradas A25, A23 e A24, sem alternativas, em que os professores circulam	e-petição para apresentar à Assembleia da República (AR) para fazer frente à decisão do governo em portajar as autoestradas da região centro
2	Manifesto Educação	Discutir uma Escola para um Portugal com futuro	e-petição para apresentar à AR para alterar a política educativa, apelando à participação ativa da sociedade para contribuir na tomada de medidas que permitam abrir perspetivas de um futuro melhor para Portugal. Nesta e-petição pedia-se que enriquecessem o documento com contribuições
3	Greves	Manter os professores informados	<i>Website</i> em que os delegados sindicais faziam o registo dos professores/escolas em greve e os professores consultavam
4	Auscultação aos professores	Adequar as formas de luta à posição manifestada pelos subscritores	Questionário com perguntas sobre o prosseguimento das greves e as medidas a tomar no início do novo ano letivo para os professores votarem e os sindicatos tomarem decisões em função disso
5	Debate com o secretário-geral da FENPROF	Medir o nível de participação dos professores num debate em direto	Plataforma <i>Liberopinion</i> para participação dos professores. Os professores colocavam perguntas que seriam respondidas num debate em direto. Foi cancelado
6	Discussão sobre o apoio ao ensino privado	Discutir as opções do governo que têm vindo a favorecer as escolas privadas com prejuízo para as escolas públicas	Plataforma <i>Liberopinion</i> para participação dos professores. Professores colocavam perguntas e o moderador respondia

Tabela 26 – Resumo das iniciativas (continuação)

	Designação	Problema	Problema endereçado
7	Precariedade, desemprego e ... prova de ingresso na profissão	Discutir a política do governo para a educação, despedimentos de professores e a nova medida legislativa que obriga os professores a fazer uma prova de ingresso na profissão	Plataforma <i>Liberopinion</i> para participação dos professores. Professores colocavam perguntas e o moderador respondia
8	As políticas orçamentais, o sufoco das escolas, universidades e politécnicos	Discutir o rumo e as consequências das políticas orçamentais, o roubo nos salários e pensões e as suas consequências para docentes e investigadores	Plataforma <i>Liberopinion</i> para participação dos professores. Professores colocavam perguntas e o moderador respondia
9	Política de Educação põe em causa Escola Pública e a sua Qualidade	Debater o financiamento público do ensino, condições de exercício profissional, emprego, currículos, formação e administração e gestão das escolas	Plataforma <i>Liberopinion</i> para participação dos professores. Professores colocavam perguntas e o moderador respondia no final a todas as perguntas numa espécie de debate ou resumo
10	Em defesa da Escola Pública	Desvalorização da Educação Pública e tentativa do seu desmantelamento, promover uma grande iniciativa de âmbito nacional em defesa da Escola Pública	e-petição, dividida pelos distritos do país, para provocar o debate na AR em defesa de uma Escola Pública, democrática, para todos e inclusiva

8 Avaliação das iniciativas de participação

A Forrester Research, usando seis níveis da escada de participação (*Creators, Critics, Collectors, Joiners, Spectators, Inactives*) estimou que nos Estados Unidos apenas 13% são criadores (cidadãos que publicam blogues, têm páginas web, fazem *upload* de vídeos para o *Youtube*), 33% são espetadores (limitam-se a consumir informação, tal como ler blogues, ver vídeos e notícias) e 52% inativos (não participam em atividades *online*) (Li, 2007).

Comparativamente, 90% dos utilizadores da Internet são *Lurkers* – aqueles que espreitam, mas nunca ou raramente participam (Lange, Mitchell, Stewart-Weeks, & Vila, 2008), e 9% contribuem um pouco (Nielsen & Tognazzini, 2014). De acordo com Cruickshank et al. (2010) iniciativas de Internet com 1% de participação são um sucesso. Considerando o modelo ASCU (Tabela 27), Ferro e Molinari afirmam que apenas 3 a 5% são ativistas (Ferro & Molinari, 2010).

Tabela 27 – Modelo ASCU (Activists, Socializers, Connected, Unplugged) (Adaptado de Ferro & Molinari (2010))

Os Ativistas	Os Socializados
Uma pequena parte da população (3-5%)	Grande parte da população (10-15%)
Altamente qualificados	Gerações Y e Z
Passam a maior parte do tempo na Internet	Demasiado desinteressados e desinformados para se envolverem no ativismo político
Minoria política, “ <i>barulhentos</i> ” e “ <i>poderosos</i> ”	Sendo a “ <i>próxima geração</i> ”, os políticos têm interesse em conhecer a sua opinião
Os ligados	Os desligados
Os restantes da população Internet (25-30%)	O resto do mundo (50% da população da UE)
Não veem a Internet como o foco da e-participação	A prioridade dos decisores políticos não é dar-lhe voz
Como “ <i>velha geração</i> ”, o seu número tende a diminuir	Baixo poder económico, exclusão digital, marginalização da sociedade, localização isolada
Sensível a problemas de privacidade	Pouco qualificados, competências Internet
Como os envolver é uma questão em aberto para a e-participação	Podem migrar para qualquer dos perfis (se não têm Internet, provavelmente têm telemóvel)

Por sua vez, a iniciativa “*Downing Street-House of Commons Government e-petitions*” teve uma participação de 7% da população britânica e durante a campanha de Obama, Rainie e Smith afirmam que 46% dos americanos usaram a Internet para aceder a notícias acerca da campanha, partilhar pontos de vista e mobilizar outros cidadãos (Rainie & Smith, 2008).

Sebastião et al. (2012) argumenta que o impacto das petições *online* no sistema político, medida pelo número de assinaturas, é baixa – apenas 6,8% resultaram em discussão no Parlamento Português. A Tabela 28 mostra os níveis de participação em iniciativas de Internet apresentados por alguns autores.

Tabela 28 – Nível de participação em iniciativas de Internet

Participam muito / ativistas	Participam um pouco	Espetadores/ lurkers	Inativos	
13% (USA)		33%	52%	(Li, 2007)
1%	9%	90%		(Lange et al., 2008), (Nielsen & Tognazzini, 2014), (Cruickshank et al., 2010)
3 a 5%	10-15%	25-30%	50% UE	(Ferro & Molinari, 2010)

8.1 Dimensões e Métricas

A informação referente às estatísticas de acesso de utilização da plataforma foi guardada em bases de dados e em *logs*. Os resultados provêm fundamentalmente da execução de consultas às bases de dados da plataforma e da informação estatística disponibilizada pelas ferramentas *Awstats Log Analyzer* e *Google Analytics*.

Sucintamente, o *AWStats* é uma ferramenta gratuita que gera estatísticas avançadas das principais ferramentas de servidores, como arquivos de log do *Apache* ou do *Internet Information Services (IIS)* e um conjunto de outros servidores *web*, *proxy*, *wap*, *streaming*, servidores de correio e alguns servidores FTP. É um *software* livre distribuído sob a licença GNU/GPL (*General Public License*). Neste estudo foi utilizado com o IIS, em conjunto com o *Parallels Plesk*²⁰⁸.

O Google Analytics (GA) é um serviço gratuito oferecido pela empresa Google, que gera estatísticas detalhadas sobre os visitantes e as visitas a um sítio Web. De acordo com a W3Techs²⁰⁹, em 2014, o GA é a ferramenta de serviços de estatística mais utilizada, abrangendo cerca de 49,7% de todos os sítios Web.

²⁰⁸ <http://sp.parallels.com/products/plesk/>

²⁰⁹ <http://w3techs.com/technologies/details/ta-googleanalytics/all/all>

O *Awstats* foi utilizado nas experiências 1, 2 e 3, como mostra a Tabela 29 e o *Google Analytics* foi utilizado nas restantes experiências, embora o *Awstats* tenha o registo de todas as experiências, pois faz parte da tecnologia do servidor.

No debate em direto com o secretário-geral da FENPROF não se recolheram dados relativos ao género e à idade, devido á mudança das ferramentas da plataforma do *Google Analytics* para *Universal Analytics*²¹⁰. O *Universal Analytics* é o novo padrão de funcionamento do *Google Analytics*, apresenta um conjunto de funcionalidades que alteram a forma como os dados são recolhidos e organizados na conta do *Google Analytics* e permite associar vários dispositivos, sessões e dados de interação ao *User ID*.

Tabela 29 – Ferramentas utilizadas nas experiências

Experiência→ Ferramenta↓	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Awstats	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Google Analytics				✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Estas ferramentas utilizam várias definições em termos de dimensões e métricas. Algumas das dimensões utilizadas são 1) Tipo de visitante (Novo/retorno); 2) Geografia (país/território); 3) Frequência e carácter recente (contagem de visitas por número de sessões por utilizador); 4) Relação (duração da visita por sessão); 5) Tecnologia (Fornecedor de serviços, navegador e sistema operativo); 6) Dispositivos (*desktop, tablet, mobile*); 7) Fluxo de visitantes (as várias iterações pelas páginas); 8) Canais (*referral, social, organic, direct*); 9) Origem do tráfego; 10) Tráfego de referência; 11) Redes sociais (referências e fluxo de visitantes); 12) Comportamento (páginas, conteúdos, páginas de destino e saída).

O *Google Analytics* permite, mesmo, criar dimensões e métricas personalizadas. Na Tabela 30 apresentam-se as definições das principais métricas usadas.

8.2 Resultados

A e-petição é, provavelmente, a área mais madura da e-participação e, muitas vezes, dá um contributo útil para os processos políticos e pode contribuir para outras formas de e-participação e engajamento *online* em geral (Cruickshank et al., 2010; Cruickshank & Smith, 2009).

²¹⁰ <https://support.google.com/analytics/answer/2790010?hl=pt-PT>

Tabela 30 – Definição das métricas do *Google Analytics*

Métrica	Descrição
Utilizadores	Utilizadores que interagem com a aplicação. Inclui novos visitantes e visitantes de retorno
Sessões	Uma sessão é o período de tempo em que o utilizador interage com o <i>website</i> . Todos os dados de utilização são associados a uma sessão
Visitantes únicos	Número não duplicado de visitantes
Novos visitantes	Visitantes que acedem pela primeira vez
Visitantes repetentes (que retornam)	Visitantes que repetem a visita
Visualizações de página	Número total de páginas visualizadas. São contabilizadas as visualizações repetidas de uma página
Páginas / sessão	Média de páginas visitadas. Corresponde ao número médio de páginas visualizadas durante uma sessão. São contabilizadas as visualizações repetidas de uma única página
Duração média da sessão	Corresponde à duração média de uma visita
Taxa de rejeições	A taxa de rejeição é a percentagem de visitas de página única (ou seja, visitas em que a pessoa abandonou o seu site na página de entrada sem ter interagido com a página)
Percentagem de novas visitas	Uma estimativa da percentagem de primeiras visitas, ou seja, percentagem de visitas de novos visitantes
Geografia	País / território de origem das visitas, com base no endereço IP
Dados demográficos	Idade / género. Faixas etárias dos utilizadores e sexo
Canais (origem/meio)	Origens que geraram o tráfego (e.g. <i>google/referral</i>). As origens podem ser <i>referral</i> (e.g. <i>fenprof.pt</i>), <i>direct</i> (página do sítio), <i>organic search</i> (pesquisa por palavra chave, e.g. <i>em defesa da escola pública</i>), social (rede social onde a atividade teve origem, e.g. <i>Facebook</i>)

O comportamento conhecido como *lurking* e, geralmente, com conotação negativa, também tem aspetos positivos a explorar, já que estes cidadãos estão atentos ao que acontece na comunidade. Perceber os motivos que levam estes cidadãos a assinar uma petição pode fazer-nos compreender como aceder a este tipo de cidadãos e aos que não participam, em geral.

Além de razões evidentes, tais como custos, viabilidade técnica e considerações legais, a e-petição, sem dúvida, é altamente compatível com os princípios da democracia representativa, mas ainda tem um potencial transformador muito moderado. Estes resultados suportam a noção de que as orientações estratégicas dos atores políticos e valores democráticos são fatores importantes nos processos de seleção, adoção e configuração de novas tecnologias de informação para fins de comunicação políticos, como argumentado por Lindner & Ulrich (2008).

A petição *contraportagens* foi apresentada ao parlamento português, discutida na comissão respetiva, enviada para ser agendada pela Assembleia da República, mas até hoje o debate ainda não foi agendado, o que vem de encontro ao que foi discutido sobre o empenhamento dos políticos, da forma como olham para estas iniciativas e explica

porque os cidadãos se sentem desencantados. Em petições, em Malmo, os decisores políticos recusaram-se a dar uma resposta formal aos peticionários, que os próprios peticionários tinham tomado como certa (Astrom et al., 2013).

Os governos devem ter mais consciência da complexidade social, bem como da riqueza de informação disponível. É necessário que os políticos percebam que a governação eletrónica e as iniciativas de e-participação podem ter um impacto assinalável no comportamento coletivo dos seus círculos eleitorais.

Em encontros com cidadãos, no ano de 2013, foi muito comum ouvir “*são todos iguais*”, referindo-se a todos os políticos independentemente do partido a que pertencem, pois só “*nos conhecem durante as campanhas eleitorais*”. A tecnologia ao serviço da democracia poderá ser potenciadora mas só se a cultura política e dos políticos se alterar.

Neste estudo apresentámos experiências de e-petição (*Contraportagens* e *Escola Pública*), apresentadas ao Parlamento português. Apresentámos, também, um manifesto na forma de e-petição, o *Manifesto Educação*, que não foi concluído e, por isso, não foi apresentado ao Parlamento.

As e-petições são do tipo informal, isto é, geridas por organizações não-governamentais, tipologia definida por Santucci (2007). Algumas questões devem ser respondidas: (1) Qual o objetivo da introdução do sistema de e-petição? Quais as metas que os promotores pretendem alcançar? (2) Qual é a configuração constitucional, legal e sociopolítica em que o sistema de e-petição opera? (3) Quais são as principais características processuais e técnicas do sistema de e-petição, e quais são as diferenças entre os procedimentos *offline* e *online*? (4) Como e por quem é o sistema de e-petição utilizado e o que pode ser dito sobre o impacto político?

As e-petições foram criadas com o intuito de (1) tentar recolher o maior número de assinaturas de forma célere e a baixo custo; as metas a alcançar são fazer com que a Assembleia da República discuta a petição apresentada; (2) o direito de petição está previsto na Constituição da República Portuguesa; (3) A criação das e-petições obrigam a preencher um formulário em que consta o nome do cidadão ou organização e o número de identificação civil, bilhete de identidade (BI) ou cartão de cidadão (CC) para particulares e o número de identificação fiscal (NIF) para as organizações; os procedimentos *offline* foram semelhantes, isto é, era dado um documento aos utentes para

colocarem o nome, o BI ou o NIF; (4) Os principais atores no processo de petições pode ser colocado em dois grupos (Cruickshank & Smith, 2009): 1) Atores internos: (a) funcionários responsáveis pela operação do sistema (b) representantes eleitos que respondem às petições. 2) Atores externos: (a) peticionário – a pessoa (ou grupo) que inicia uma petição, a acompanha e a submete. (b) Os cidadãos que assinam a petição.

A operacionalização da qualidade da e-participação, no que diz respeito a projetos de e-democracia têm quatro dimensões (Coleman & Blumler, 2009; Fung, 2006; Morlino & University of Aberdeen, 2009; Östling, 2011): (1) igualdade (participação sem o domínio de grupos de interesse como partidos políticos); (2) liberdade (tipo de moderação e respeito pela privacidade); (3) capacidade de resposta (influência dos cidadãos sobre a política e a agenda política); (4) responsabilidade (informação aos participantes sobre como os pedidos são recebidos e processados).

De facto (1) as organizações são movimentos sociais criados por cidadãos, (2) os dados dos subscritores estão guardados numa base de dados e não foram divulgados, exceto ao parlamento, de modo a cumprir a lei, (3) as petições foram apresentadas ao parlamento, exceto o *Manifesto Educação*, devido à sua interrupção, (4) todo o processo foi publicado no *website* dos movimentos e todos os dados, assim como o relatório, podem ser consultados no website do parlamento. O Manifesto Educação não foi apresentado ao Parlamento, mas a lista de subscritores foi divulgada.

As e-consultas são geralmente mais utilizadas pelos governos mas, ao contrário das e-petições, não estão previstas na lei dos países. As consultas *online* consistem no uso da Internet para partilha de informação entre os participantes utilizando plataformas onde podem dar contribuições, informar e influenciar a política e tomada de decisão.

As e-consultas devem ter em consideração alguns aspetos importantes, tais como: 1) garantir que todos os cidadãos possam expressar as suas opiniões sobre as questões e políticas que os afetam; 2) ter em conta que o tempo dos participantes é valioso; 3) o portal ou plataforma deve ser fácil de usar; 4) deve mostrar as contribuições; 5) deve permitir o anonimato para os indivíduos que o desejem; 6) ter duração bem definida; 7) utilizar moderadores e 8) ter temas para discussão pré-definidos.

De facto, as iniciativas realizadas garantiram a participação dos cidadãos envolvidos, utilizaram plataformas fáceis de usar, mostraram as contribuições embora, nalguns casos,

nem sempre no tempo razoável, permitiram o anonimato dos participantes, a sua duração foi definida, utilizaram moderadores e tiveram os temas definidos à partida.

Infelizmente, os estudos existentes mostram que são poucos os cidadãos que participam. Ferro & Molinari (2010) afirmam que só os ativistas (3 a 5% da população) participam e Cruickshank, Edelman, & Smith (2010) argumenta que a participação de 1% dos cidadãos em qualquer iniciativa de e-participação é considerada um sucesso.

Uma característica importante das e-consultas é que dão a oportunidade de fornecer *feedback* e de influenciar o processo político fora do ciclo eleitoral e não, apenas, nas campanhas eleitorais, a cada 3 ou 4 anos.

A e-participação, para os cidadãos comuns, tem a conveniência prática da comunicação *online*, o imediatismo da comunicação, o acesso 24 horas por dia e a flexibilidade de localização.

Para o *stakeholder* a mediação digital permite um nível de reciprocidade e envolvimento que seria difícil e oneroso para as instituições em comunicação *offline*.

Neste sentido, as e-consultas têm uma vantagem comparativa com as versões *offline*, onde a logística de documentos em formato papel é cara, demorada e possivelmente suprimida, se surgirem preocupações orçamentais.

Neste estudo apresentámos várias experiências de e-consulta utilizando uma plataforma digital. Os resultados de todas as experiências são analisados nas secções seguintes. A Tabela 31 mostra as datas de realização das experiências de utilização.

Tabela 31 – Cronograma das experiências

Experiência		Data
1	Contraportagens	janeiro a março 2011
2	Manifesto Educação	março a junho 2013
3	Greves	13 a 20 novembro 2012
		7 a 30 junho 2013
4	Auscultação aos professores	15 a 30 junho 2013
5	Debate com secretário-geral da FENPROF	20 a 21 junho 2013
6	Discussão sobre o apoio ao ensino privado	21 a 29 novembro 2013
7	Precariedade, desemprego e prova de ingresso na profissão	3 a 12 dezembro 2013
8	As políticas orçamentais, o sufoco das escolas, universidades e politécnicos	13 a 30 dezembro 2013
9	Política de educação põe em causa Escola Pública e a sua qualidade	17 a 30 janeiro 2014
10	Em defesa da Escola pública	10 março a 31 julho 2014

Para definir o intervalo de confiança para a proporção da população, utilizámos a fórmula mostrada na Equação 1, em que p representa a proporção da população, \hat{p} a proporção da amostra, n o tamanho da amostra e z o nível de confiança (Fernandes, 1999; Newcombe, 1998).

Equação 1 – Equação que define o intervalo de confiança para a proporção da população

$$p \in \left[\hat{p} - z \times \sqrt{\frac{\hat{p} \times (1 - \hat{p})}{n}}; \hat{p} + z \times \sqrt{\frac{\hat{p} \times (1 - \hat{p})}{n}} \right]$$

O intervalo de confiança (IC) é uma faixa (ou intervalo) de valores usado para estimar o verdadeiro valor de um parâmetro populacional. A um intervalo de confiança é associado um nível de confiança, por exemplo, 0,95 (ou 95%).

O nível de confiança (NC) apresenta a taxa de sucesso do procedimento usado para construir o intervalo de confiança e é expresso como probabilidade ou área $(1-\alpha)$, em que α é o complemento do nível de confiança. Quanto maior o NC, maior o IC. O nível de confiança (grau de confiança ou coeficiente de confiança) é a proporção de vezes que o intervalo de confiança realmente contém o parâmetro populacional, supondo que o processo seja repetido várias vezes. As escolhas mais comuns para nível de confiança são 90% ($\alpha = 0,10$; $z=1,645$), 95% ($\alpha = 0,05$; $z=1,96$) e 99% ($\alpha = 0,01$; $z=2,576$). A escolha de 95% é mais comum porque resulta em bom equilíbrio entre precisão (largura do intervalo de confiança) e confiabilidade (nível de confiança).

A precisão (exatidão) é a qualidade de que o resultado da amostra reflita o mundo real. A confiabilidade é a qualidade de uma determinada técnica produzir os mesmos resultados em várias aplicações. O nível de 95% refere-se à taxa de sucesso do processo em uso para se estimar a proporção populacional, e não se refere à própria proporção populacional.

A fórmula utilizada para calcular o erro da amostra é dada pela Equação 2, em que k representa o nível de confiança, p a proporção da característica a observar ($p=0,5$ para obter o erro máximo), N a dimensão do universo e n a dimensão da amostra.

Equação 2 – Equação para calcular o erro da amostra

$$e = k \times \sqrt{\frac{p \times (1 - p) \times (N - n)}{n \times N}}$$

O mecanismo de seleção dos participantes foi o da esfera pública difusa, ou seja, todos podem participar. É o menos restritivo, pois abrange todas as pessoas. Dentro deste, a seleção aleatória é a melhor garantia de representatividade da população (Fung, 2006). Neste estudo é assumido o caráter aleatório dos participantes, ou seja, qualquer elemento da população tem hipótese de participar e, assim, os que participam são escolhidos de forma completamente aleatória. A Tabela 33 mostra que na experiência 1, entre 87,5% e 88,5% da população subscreveriam a petição, com um nível de confiança de 95% e um erro de 0,7%.

Os resultados das experiências de utilização, relativamente ao *Contraportagens*, *Manifesto Educação e Escola Pública*, apresentam-se na Tabela 32.

Tabela 32 – Comparação dos resultados das experiências 1, 2 e 10

Experiência	População	Visitas	% Visitas / população	Visitas únicas	Subscritores	% subscritores
1	593 084	24 020	4,05%	17 667	15 549	88%
2	5 376 146	5 471	0,1%	4 782	1 346	28%
10		9 498	0,18%	8 128	9 914 / 7 150	88%

O número de subscritores na experiência 10 foi de 9 914, mas de 7 150 subscritores únicos, pois era permitido subscrever a petição em mais de um distrito, como já explicado. O número de visitas, em relação à população, é baixa. Contudo, a percentagem de subscritores é bastante elevada, o que mostra o interesse em participar destas iniciativas, principalmente quando se sabe que pode influenciar a decisão dos governantes.

Tabela 33 – Intervalo de confiança e erro da amostra nas experiências 1, 2 e 10

Experiência	Intervalo de confiança	Erro da amostra
1	[0,875; 0,885]	0,7%
2	[0,269; 0,294]	1,4%
10	[0,873; 0,887]	1,1%

Jungherr & Jürgens (2010) argumenta que as e-petições são claramente uma das ferramentas de e-participação mais utilizadas e apresenta dados referentes a e-petições no parlamento alemão. A maioria varia entre 10 e 50 mil assinaturas, mas em 2008 uma petição pública sobre a garantia do ordenado mínimo teve 52 973 assinaturas, em 2009 uma petição contra o bloqueio de *websites* teve 134 015, em 2010 uma petição da Associação Alemã de Parteiros teve 105 300. Embora estes números sejam bastante elevados, constata-se que a percentagem de assinaturas é extremamente baixa. Na Inglaterra, em 2010, petições lançadas pelo *London Royal Borough of Kingston*, tiveram uma média de 70 assinaturas e uma petição contra o fecho de uma biblioteca, lançada por um vereador do partido da oposição, teve 700 assinaturas *online* e 1800 *offline* (Panagiotopoulos, 2011).

Ferro & Molinari (2010) argumentam que o impacto quantitativo parece ser um dos segredos mais bem guardados em iniciativas de e-participação e Sæbø et al. (2008) afirmam que não existem estudos comparativos com iniciativas tradicionais *offline*.

A Tabela 34 mostra a comparação das assinaturas *online* com as *offline*, verificando-se que as assinaturas *offline* continuam a ser superiores, ao contrário do que afirma Sebastião et al (2012) num estudo sobre petições à Assembleia da República na X Legislatura, onde as assinaturas *online* representam 51,9% face aos 48,1% das assinaturas *offline*.

Na experiência 10 comparámos, apenas, o total de assinaturas das regiões que já entregaram a petição na Assembleia da República, já que esta iniciativa inclui os 18 distritos do país e as regiões autónomas, em separado.

Tabela 34 – Comparação dos subscritores *online* vs *offline*

Experiência	Subscritores			
	Offline		Online	
1	21 822	58,4%	15 549	41,6%
2	6 954	83,8%	1 346	16,2%
10	11 105	73,2%	4 067	26,8%

Na Tabela 35 verifica-se que a percentagem de visitas é maior quando a população é mais focada, como acontece na experiência 3, com 67,87% de visitas. À medida que a população-alvo aumenta, a percentagem de visitas diminui, como já se tinha verificado nas experiências 1, 2 e 10. Como esta experiência mede, apenas, participações, vamos utilizar as visitas únicas para verificar o intervalo de confiança, em termos de visitas à plataforma. Esse intervalo é de [0,475;0,493] com um erro de 0,9% na população de 11 740 e é de [0,097;0,102] na população de 51 833, com um erro de 0,4%.

Tabela 35 – Resultados das experiências 3 e 4

Experiência	População	Visitas	% Visitas / população	Visitas únicas	% respostas	IC	Erro
3	11 740	7 968	67,87%	5 679		[0,475;0,493]	0,9%
	51 833	7 409	14,29%	5 174		[0,097;0,102]	0,4%
4	196 703	11 645	5,92%	8 326	3,1%	[0,028;0,035]	1,1%

Na experiência *Auscultação aos Professores e Educadores* o número de professores considerados é de 163 175 dos ensinos básico e secundário, acrescidos de 33 528 do ensino superior, pois esta experiência teve a participação de sindicatos do ensino superior, também. O intervalo de confiança na experiência 4 é de [0,028;0,035] com um erro de 1,1%.

O evento *Auscultação aos Professores e Educadores* mostra um aspeto interessante. Foi realizado por várias Federações ou sindicatos em conjunto, Associação de Professores Licenciados (ASPL), Federação Nacional de Professores (FENPROF), Sindicato de Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas de Educação e Universidades (SEPLEU), Sindicato Nacional dos Professores da Educação (SINAPE), Sindicato Nacional e Democrático dos Professores (SINDEP), Sindicato Independente dos Professores e Educadores (SIPE), Sindicato dos Educadores e Professores do Ensino Básico (SIPPEB), Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades (SPLIU), o que poderia permitir uma maior agregação de participações, mas isso não se verifica quando os resultados são comparados com eventos realizados, apenas, pela FENPROF ou SPRC. Podemos apontar alguns motivos: 1) A FENPROF reúne mais membros; 2) Os sindicatos da FENPROF parecem ter uma ação mais ativa com os seus membros; 3) A FENPROF tem mais visibilidade nos media (99% têm televisão e o seu líder aparece muitas vezes) 4) os professores sindicalizados na FENPROF parecem ser mais ativistas devido às suas ligações partidárias ou ideologias.

As experiências 5 a 9 (Tabela 36), realizadas na plataforma *Liberopinion*, têm uma participação inferior a 1% relativamente à população, embora o número de perguntas colocadas tenha uma taxa que pode ser considerada aceitável, se compararmos os resultados com a literatura (e.g. Cruickshank et al., 2010; Ferro & Molinari, 2010; Nielsen & Tognazzini, 2014). Como se pode verificar, as percentagens de visitas situam-se naquilo que poderíamos chamar *participam pouco*, mas a participação efetiva daqueles que se ligam situa-se acima dos 3 a 5% de Ferro & Molinari e poderiam ser consideradas um sucesso, de acordo com Cruickshank.

Tabela 36 – Comparação dos resultados das experiências 5 a 9

Experiência	População	Visitas	% Visitas / população	Visitas únicas	Perguntas / respostas	% Perguntas / visitas
5	163 175	317	0,19%	292	18 / 0	6,2%
6	150 311	538	0,36%	472	34 / 28	7,2%
7	150 311	437	0,29%	381	32 / 32	8,4%
8	150 311	182	0,12%	149	6 / 6	4%
9	150 311	188	0,13%	173	12 / 9	6,9%

A Tabela 37 mostra os intervalos de confiança e o erro para as experiências 5 a 9. Como podemos verificar, nas experiências 8 e 9 o erro é grande, mas isso deve-se ao facto da

amostra ser muito pequena. Uma regra empírica aconselha a considerar $np \geq 10$ e $n(1-p) \geq 10$. À medida que o erro aumenta, o intervalo de confiança também aumenta, ou seja, diminui a precisão.

Tabela 37 - Intervalo de confiança e erro da amostra nas experiências 5 a 9

Experiência	Intervalo de confiança	Erro da amostra
5	[0,034;0,089]	5,7%
6	[0,049;0,095]	4,5%
7	[0,056;0,112]	5%
8	[0,009;0,072]	8%
9	[0,032;0,107]	7,4%

A Tabela 38 apresenta o relatório que permite analisar a duração das visitas à plataforma. O *Google Analytics* atribui a duração de 0 a 10 segundos às visitas a uma única página independentemente do tempo que o utilizador permanece na página e, por isso, o valor de 86,2% das visitas ser inferior a 10 segundos.

Tabela 38 – Duração da visita

Duração da visita (em segundos)	Sessões
0 – 10	86,2%
11 - 30	1,6%
31 - 60	0,7%
61 – 180	2,5%
181 - 600	4,1%
601 – 1800	4%
1801 +	0,1%

Na experiência 10, com mais conteúdos, o tempo despendido na plataforma foi de 32,6% para a duração superior a 30 segundos e de 25,1% para a duração superior a 1 minuto, como mostrado na Tabela 39.

Tabela 39 – Duração da visita na experiência 10

Duração da visita (em segundos)	Sessões
0 – 10	51,8%
11 - 30	15,6%
31 - 60	7,4%
61 – 180	16,2%
181 - 600	6,2%
601 – 1800	2,2%
1801 +	0,5%

A Figura 87 apresenta a comparação da duração da visita entre as experiências 5 a 9 e a experiência 10, a partir de 11 segundos.

A Figura 88 mostra a relação entre os novos visitantes e os que retornam à plataforma nas 10 experiências de utilização. As experiências 1, 3 e 4 têm uma percentagem elevada de

cidadãos que voltam à plataforma. Despertarão mais interesse aos cidadãos? Claro que é necessário mais estudo para fazer esta avaliação, mas podemos verificar que a primeira é do maior interesse dos cidadãos e particularmente dos professores, pelo impacto envolvido e a terceira e quarta têm a ver com as greves, o que, de certa forma, pode demonstrar que os professores têm maior interesse naquilo que os afeta mais diretamente.

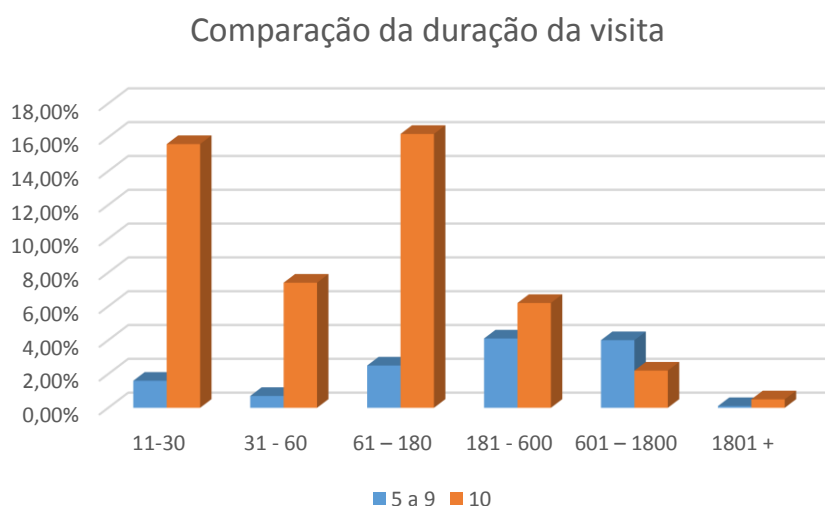


Figura 87 – Comparação da duração da visita entre as experiências 5 a 9 e 10

As experiências na plataforma *Liberopinion* têm um valor aproximado de visitas repetentes. Nas experiências 5 a 9 a média de repetentes é de 11,8% e nas restantes é de 22,3%.

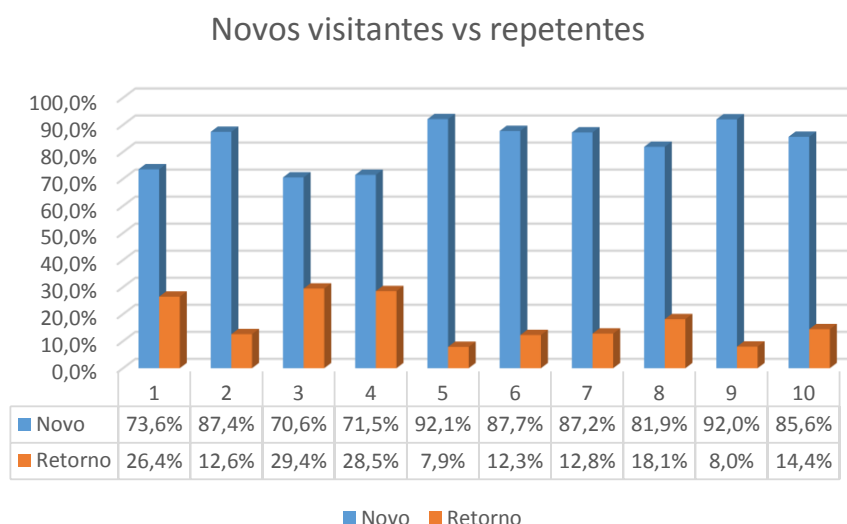


Figura 88 – Relação entre os novos visitantes e os que retornam

A Figura 89 mostra a percentagem média de 17% de utilizadores que retornam à plataforma, o que denota o interesse e a medida de confiança na utilização deste suporte na relação com o sindicato.

Novos visitantes vs repetentes (média)

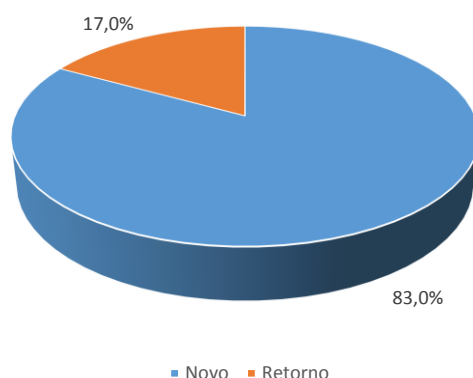


Figura 89 – Média entre os novos visitantes e os que retornam em todas as experiências

Os participantes são, em geral, do sexo masculino e mais velhos, segundo Carman (2010) e Lindner & Ulrich (2008). Como se pode verificar na Figura 90, há maior participação do sexo feminino, no caso das iniciativas com professores. Apenas na experiência 1, com população diferente, há mais homens que mulheres.

Percentagem de visitantes por género

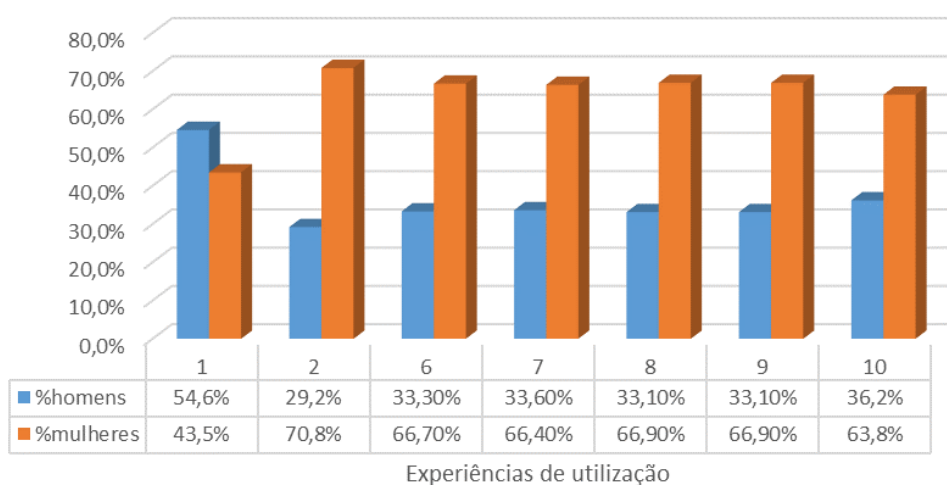


Figura 90 – Comparação das várias experiências por género

Comparando a experiência 1 com a 10, verificamos que nesta há mais mulheres que homens, mas esta experiência, embora dirigida a toda a população, teve 77,4% de professores subscritores. O facto é que há mais mulheres que homens a lecionar nos ensinos básico e secundário, como mostra a Figura 91²¹¹.

²¹¹ Docentes do sexo feminino em percentagem dos docentes em exercício:
<http://www.pordata.pt/Portugal/Docentes+do+sexo+feminino+em+percentagem+dos+docentes+em+exercicio+nos+ensinos+pre+escolar++basico+e+secundario+total+e+por+nivel+de+ensino-782>

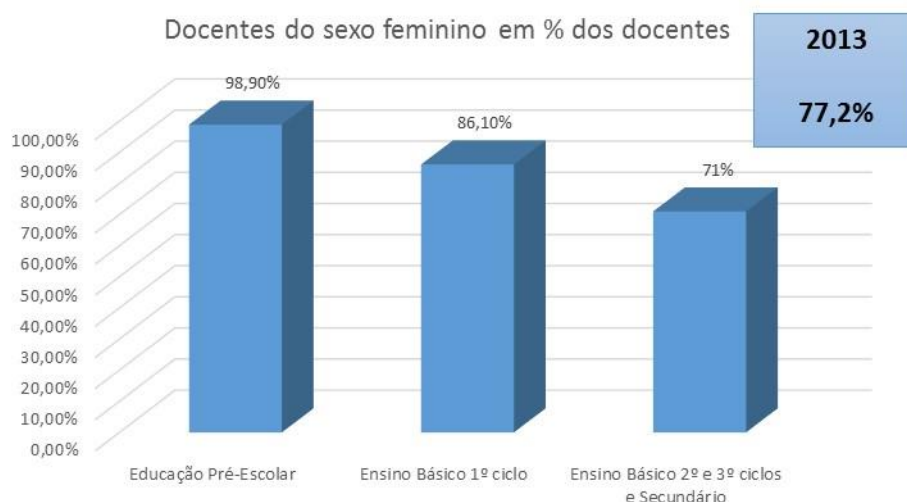


Figura 91 - Docentes do sexo feminino em % dos docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino

No gráfico da Figura 92 verifica-se que a maioria dos visitantes têm idade compreendida entre 35 e 44 anos. Este valor está em consonância com a percentagem de professores que têm idade compreendida entre 30 e 49 anos, que é de 62,9% segundo dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência²¹².

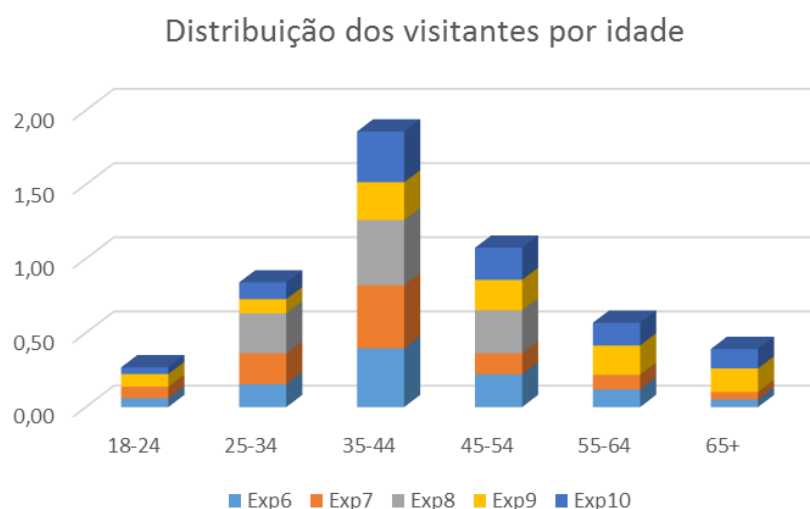


Figura 92 – Comparação das várias experiências por idade

O número de cidadãos, por grupo etário, que utiliza a Internet em Portugal, em 2013, é mostrado na Figura 93²¹³. Verifica-se que os indivíduos que utilizam mais a Internet estão na faixa etária entre 16 e 44 anos. Contudo, os docentes com menos de 30 anos

²¹² Perfil do docente relativo a 2012/2013 em

[http://www.dgeec.mec.pt/np4/98/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=148&fileName=Perfil_Docente_2013.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/98/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=148&fileName=Perfil_Docente_2013.pdf)

²¹³ <http://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Sociedade+de+Informacao+e+Telecomunicacoes-92>

representam, apenas, 2,4%, o que nos leva a afirmar que a faixa etária nas experiências de utilização está de acordo com estes dados.

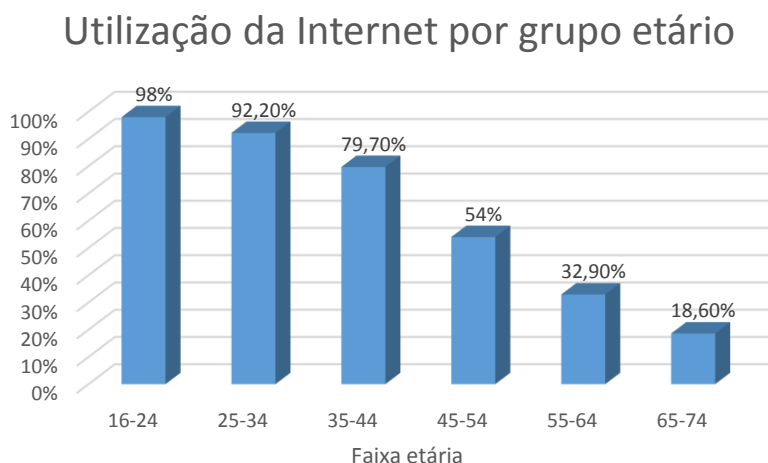


Figura 93 - Indivíduos que utilizam Internet em % do total de indivíduos por grupo etário

A distribuição geográfica é importante para os sindicatos perceberem a origem das visitas, de forma a otimizar a divulgação e o empenho dos seus membros e moderadores na mesma. É de notar que na experiência 10, cuja população-alvo é todo o país, o maior número de acessos é de Lisboa, logo seguido de Viseu e Coimbra. Nas experiências 5 a 9 o maior número de acessos é de Viseu, Coimbra e Porto. Isto deve-se ao facto de ter havido maior empenho do SPRC de Viseu e Coimbra, principalmente na divulgação e moderação das iniciativas. O Porto aparece em terceiro lugar, provavelmente, também, devido ao empenho do SPN.

Tabela 40 – Distribuição geográfica dos acessos

Experiências 5 a 9		Experiência 10	
Região	% sessões	% sessões	Região
Viseu	37,68%	17,80%	Lisboa
Coimbra	16,66%	11,03%	Viseu
Porto	10,68%	10,36%	Coimbra
Aveiro	7,01%	9,67%	Porto
Setúbal	6,72%	7,73%	Aveiro
Lisboa	6,32%	7,66%	Faro
Leiria	4,71%	6,26%	Castelo Branco
Guarda	3,68%	4,97%	Setúbal
Castelo Branco	3,50%	4,26%	Leiria
Braga	0,75%	4,14%	Guarda

É interessante verificar que, no caso da plataforma *Escola Pública*, no que diz respeito aos canais, o 1º canal *referral* é a *fenprof.pt* com 56% e o 1º canal social é o *Facebook*, como mostra a Tabela 41. De notar a importância do correio eletrónico, pois os servidores de *mail* *sapo*, *iol*, *portugalmail* totalizam 15,1%.

Tabela 41 – Canais (Origem/meio) que originaram o tráfego referente à experiência 10

Direct	Referral	Social	Organic	
62,1%	25,8%	10,1%	1,9%	
fenprof.pt	56%	Facebook	97,2%	escolapublica.net
sprc.pt	7,5%	Wordpress	2,1%	em defesa da escola pública
sapo.pt	7,5%	Google+	0,4%	
spn.pt	6,4%	Facebook apps	0,3%	apelo em defesa da escola pública
iol.pt	4,4%			assinaturas da petição da escola pública
spzs.pt	3,7%			em defesa da escola pública apelo
spm-ram.org	3,3%			
portugalmail.pt	3,2%			
semalt.com	3,1%			
cgtp.pt	1,1%			

As experiências 6 a 9, em conjunto, apresentam resultados um pouco diferentes. O SPRC aparece em primeiro lugar como canal *referral* com 54,3% seguido dos vários servidores de correio eletrónico, que totalizam 45,7%. Note-se que a FENPROF teve maior envolvimento na plataforma Escola Pública e o SPRC nas experiências de utilização da plataforma *Liberopinion*, mostradas na Tabela 42. As pesquisas foram todas originadas no *website* da FENPROF e SPRC mas curiosamente, foram realizadas através do próprio endereço da experiência, o que significa que, provavelmente, foi copiado da própria mensagem de divulgação por correio eletrónico e inserido no motor de pesquisa.

Tabela 42 – Canais (origem/meio) que originaram o tráfego referente às experiências 6 a 9

Direct	Referral	Social	Organic	
65%	14,2%	1,2%	0,4%	
Sprc.pt	54,3%	Facebook	100%	Fenprof/sprc
webmail.iol.pt	14,6%			
mail.sapo.pt	13,4%			
portugalmail.pt	4,3%			
webmail.laposte.pt	3,5%			
mail.yahoo.com	5,51%			
webmail.aeiou.pt	1,2%			
zonhub	1,2%			
webmail.cabovisao.pt	0,8%			
mail.google.com	0,4%			
webmail.clix.pt	0,4%			
webmail.orange.fr	0,4%			

Já referimos que a divulgação é muito importante neste tipo de iniciativas e, pelos dados aqui mostrados, o correio eletrónico assume particular importância no caso dos professores.

O tipo de dispositivo com que o utilizador acede à plataforma é mostrado na Tabela 43. Embora o aumento de dispositivos móveis na população seja considerável (em novembro de 2013 era de 159%²¹⁴), os professores utilizam pouco, quer *smartphones*, quer *tablets* no acesso à plataforma. No acesso à plataforma a primazia é dos dispositivos *desktop*.

Tabela 43 – Categoria de dispositivos utilizados

Tipo de dispositivo	%
Desktop	93%
Mobile	4,8%
Tablet	2,2%

A Tabela 44 e a Figura 94 mostram o número de perguntas colocadas pelos professores, o número de perguntas aprovadas e respondidas pelo moderador e as perguntas rejeitadas no acesso à plataforma *Liberopinion*. A experiência 5, debate em direto com Mário Nogueira, tem um número considerável de perguntas pois esteve aberta apenas durante algumas horas. A plataforma teve 317 visitas e 292 visitantes únicos, o que nos faz supor que, se estivesse durante uma semana como previsto, teríamos valores superiores às restantes experiências.

Tabela 44 – Resumo das experiências, dados de visitas e participações

Evento	Visitas	Participações		
		Perguntas	Aprovadas	Respondidas
5	317	18	2	NR
6	538	34	28	23
7	437	32	32	32
8	182	6	6	6
9	188	12	9	0

O efeito dos debates em direto pode ter influência na participação dos professores? Neste debate pretendíamos testar a quantidade de professores que não só colocavam perguntas, mas também acediam à plataforma durante o debate em direto, pois Sousa et al. (2013), nas eleições legislativas e presidenciais portuguesas em 2011, argumenta que há mais visitas durante e nos momentos a seguir aos debates em direto.

A Figura 95 apresenta a percentagem de perguntas por utilizador. Embora o número de visitas seja baixo, a participação dos professores pode ser considerada razoável face aos

²¹⁴ A penetração do Serviço Telefónico Móvel na população era de 159%, segundo a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência ([http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=12&fileName=Resultados_SIP2012.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=12&fileName=Resultados_SIP2012.pdf)) e a OCDE, em julho de 2013, afirma que é de 158 por cada 100 habitantes (<http://www.oecd.org/internet/broadband/oecdkeyictindicators.htm>)

valores discutidos pela literatura, em que entre 75% e 95% dos utilizadores são inativos, espetadores ou participam pouco.

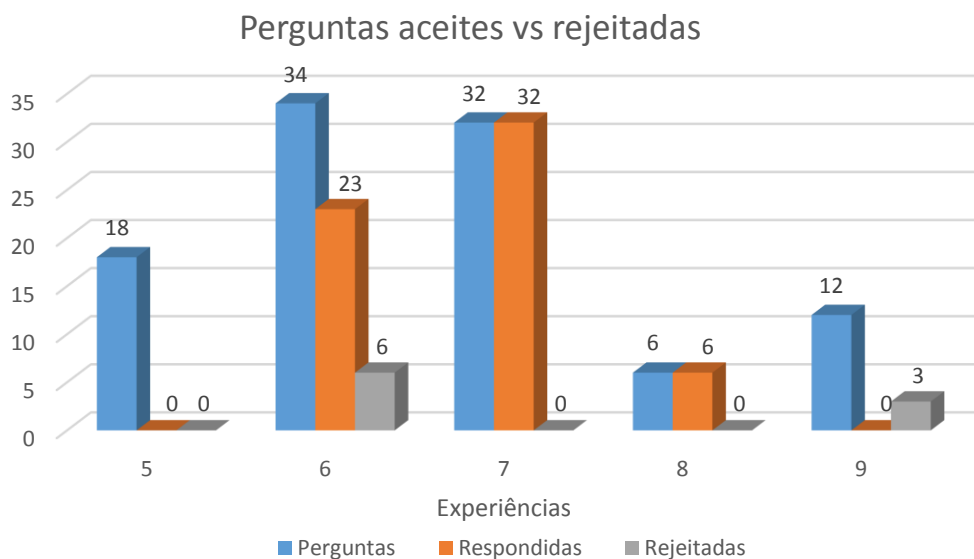


Figura 94 – Perguntas aceites vs rejeitadas nas experiências de e-consulta

Tal como Cruickshank et al. (2010), Ferro & Molinari, (2010), Lange et al. (2008), Li (2007), Nielsen & Tognazzini (2014) afirmam que a participação é reduzida, também Östling (2011), em duas iniciativas realizadas em França²¹⁵ e Itália²¹⁶, apresenta uma percentagem de visitas baixa, de 0,26% e 2,6%, respetivamente.

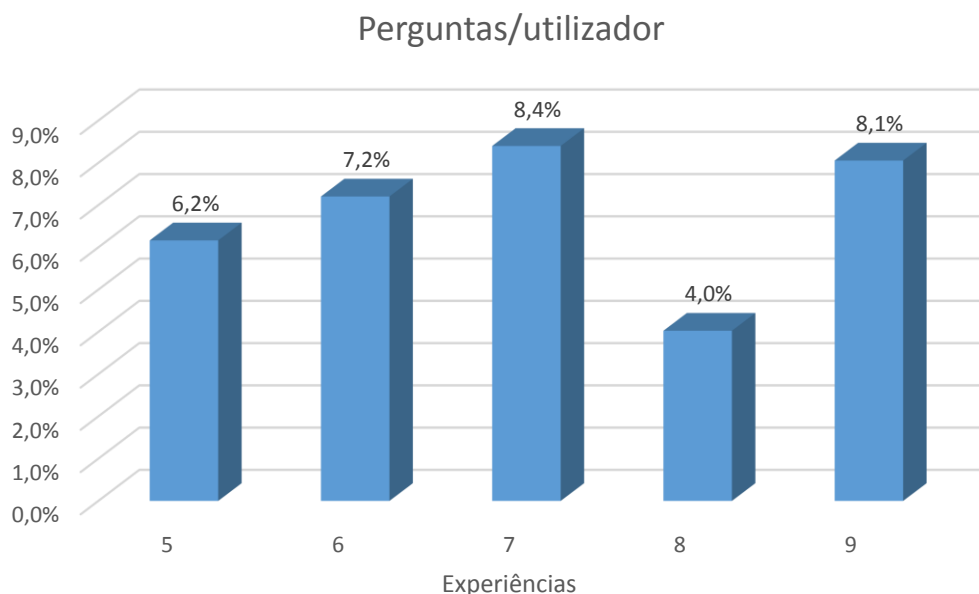


Figura 95 – Percentagem de perguntas por utilizador nas diversas experiências

²¹⁵ *NosDéputés – Observatoire Citoyen de L'Activité Parlementaire* em <http://www.nosdeputes.fr/>

²¹⁶ *Openparlamento – informati, monitora, e intervieni nei lavori del parlamento* em <http://parlamento17.openpolis.it/>

O desequilíbrio existente entre os participantes passivos e ativos nota-se, particularmente, quando o envolvimento requer a submissão de entradas escritas. Contudo, a proporção de participação ativa parece mais animadora, quando se considera a ação de votar.

O número de votos (73) é considerável, quando comparado com o número de perguntas (102), como mostrado na Tabela 45. Isto deve-se, provavelmente, à facilidade de executar a ação de votar, pois basta premir um botão, em comparação com o trabalho de submeter conteúdos escritos e de, essencialmente, como já discutido, partilhar as próprias ideias. Estes resultados estão de acordo com os resultados reportados em Östling (2011).

Tabela 45 – Número de votos nas perguntas colocadas nas experiências

<i>Experiência</i>	<i>Perguntas</i>	<i>Votos</i>
5	18	0
6	34	7
7	32	29
8	6	9
9	12	27
<i>Total</i>	102	72

8.3 Discussão dos resultados à luz do modelo proposto

Fazemos, de seguida, um resumo do capítulo considerando, em primeiro lugar, que estas iniciativas são focadas numa classe profissional, educada e com níveis de acesso à tecnologia muito elevados. O Observatório para a Comunicação (OBERCOM), num relatório sobre a sociedade em rede, afirma que a taxa de utilização da Internet por cidadãos com cursos superiores é de 96,9% (OBERCOM, 2012).

As petições tiveram um total de assinaturas de 88%, 28% e 88%, o que pode ser considerado um sucesso relativamente a exemplo de outras iniciativas apresentadas. As assinaturas *online* são inferiores às *offline*, tal como argumentam outros autores.

As greves de novembro de 2012 e Junho de 2013 registaram visitas de 67,87% e 14,29%, respetivamente. A primeira englobava, apenas, os professores afetos ao SPRC e a segunda os professores afetos à FENPROF. A auscultação aos professores teve 5,92% de visitas e 3,1% de respostas. Este número pode ser considerado no nível de participação que Ferro & Molinari chama de ativistas. As assinaturas em papel foram de 8300, o que representa 86% do total de assinaturas, preferência já verificada nas petições.

Uma das prerrogativas da mediação digital é que as consultas possam ter influência no *stakeholder* e na sua tomada de decisão. As sugestões e medidas propostas pelos professores nesta consulta foram adotadas, entre outras, manifestações, concentrações e vigílias (as mais votadas) que foram realizadas nas praças públicas de várias cidades do país. A sugestão “*discussão aprofundada sobre a escola pública*” também foi adotada na forma de uma e-petição, a experiência 10, e outras iniciativas que decorrem nas escolas e na sociedade civil. Por exemplo, em consultas realizadas pelo governo italiano, em 2013, para recolha de ideias dos cidadãos para enriquecer a primeira versão de um documento político, realizada através do *website IdeaScale*, o impacto foi nulo (Lanfrey, Solda, Della Pietra in CEDEM14 (2014)).

As experiências na plataforma *Liberopinion* pretendiam ser de vários tipos, como as que aconteceram nas experiências 6 a 9, debates como a experiência 5 e outros debates com deputados. Uma das propostas era convidar o ministro da Educação. A experiência 5, debate com o secretário-geral da FENPROF, teve um nível de participação elevado nas poucas horas que esteve ativo. O debate não se efetuou e outros debates sugeridos também não se efetuaram por questões de agenda. As experiências 6 a 9 tiveram um número de visitas baixo, mas um nível de participação considerável.

Uma conclusão interessante é que, ao contrário de outras iniciativas apresentadas, há mais participação de professores do sexo feminino do que do sexo masculino e as idades estão situadas entre os 35 e 44 anos. Alguns autores referidos argumentam que os cidadãos que participam são mais velhos.

Os professores utilizaram muito pouco os dispositivos móveis para aceder à plataforma, mas isso também está de acordo com o relatório da OBERCOM (2014) que refere que apenas 11,2% dos cidadãos leem notícias na íntegra, 9,7% visualizam notícias em direto e 9,8% leem blogues noticiosos.

Os dados das experiências de utilização mostram que, ao longo dos anos, os valores de referência se mantêm. Estes dados comprovam a regra 90-9-1 de Nielsen (2014) que argumenta que apenas 1% dos utilizadores participam, independentemente do número da amostra? Em relação ao número de visitas, a participação não se afasta muito daquela regra, excetuando as experiências relacionadas com as greves, em que o foco se centra, apenas, no SPRC e FENPROF. Estes dados requerem mais estudo, mas podemos retirar

algumas ilações: 1) quanto maior o foco, maior a percentagem do número de visitantes; 2) o maior número de visitas é dos professores sindicalizados; 3) a FENPROF tem um peso significativo, o que está de acordo com a sua dimensão; 4) a participação efetiva e a percentagem de *lurkers* está próxima dos valores de referência defendidos por Nielsen & Tognazzini (2014), Ferro & Molinari (2010), Lange (2008), Cruickshank et al.(2010), Preece & Shneiderman (2009) e OBERCOM (2012). Ferro & Molinari (2010) receia, mesmo, que a dimensão dos ativistas continuará igual nos próximos anos, apesar de todos os progressos nos métodos, ferramentas e experiências de e-participação, fazendo uma projeção até ao ano 2025, mostrada na Figura 96.

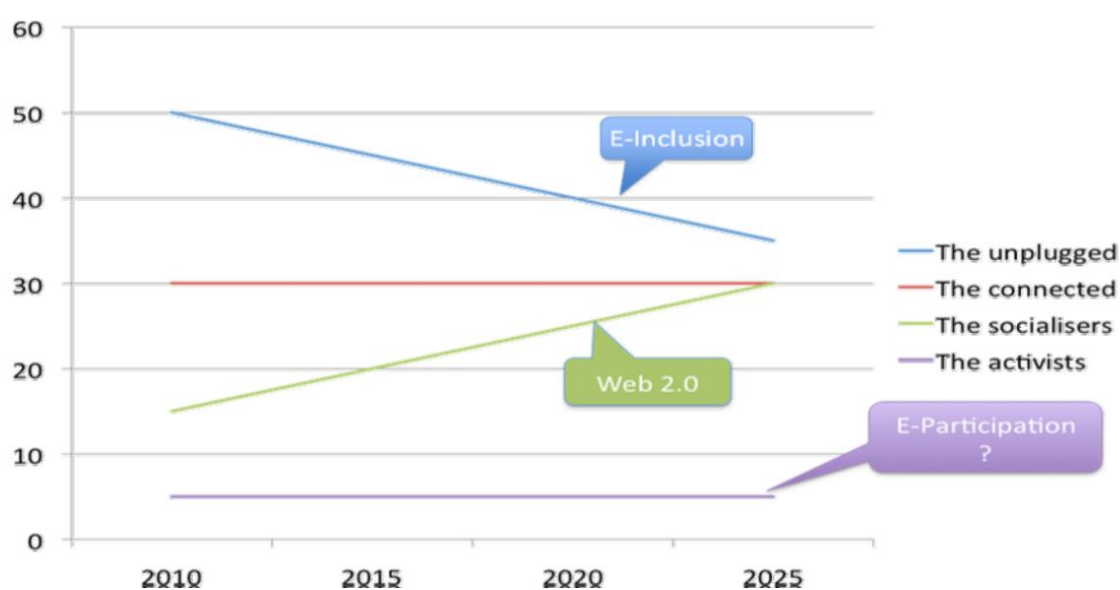


Figura 96 - Evolução no tempo do tamanho esperado das comunidades ASCU

A participação efetiva, isto é, o número de *posts* nos eventos foi de 6,2%, 7,2%, 8,4%, 4% e 8,1%, respetivamente, o que vem de encontro a alguns autores como Schneider (1997) que afirma que 80% dos *posts* são enviados por menos de 5% dos utilizadores. Nielsen chama-lhe a desigualdade na Web e afirma que 90% dos *posts* é realizado por 1% dos utilizadores e argumenta que as leis há muito estabelecidas para as comunidades *online* devem manter-se, talvez com pequenas modificações, mas os princípios são devido à natureza humana e não mudam quando se muda para uma nova plataforma. A plataforma *iLeger* (Sousa et al., 2013), utilizada em debates nas eleições de 2011 em Portugal, registou 2,1% de entradas submetidas nas eleições presidenciais e 0,96% nas eleições legislativas.

No relatório da OBERCOM (2012) afirma-se que 75,0% dos cidadãos nunca participam em votações *online*, enquanto 72,3% nunca editam definições ou conteúdos de

enciclopédias como a *Wikipédia* e que os dados confirmam que os portugueses não são particularmente proactivos no que se refere a produzir informação online.

Em geral a participação passiva prevalece inequivocamente sobre a participação ativa (Nielsen, 2006). As iniciativas de participação descritas neste capítulo, excetuando as e-petições, não são exceção a esta tendência. O desequilíbrio existente entre os participantes passivos e ativos é particularmente flagrante quando o envolvimento requer a submissão de entradas escritas. Contudo, a proporção de participação ativa parece mais animadora, quando se considera a ação de votar. O número de votos (72) é considerável, quando comparado com o número de perguntas (102). Isto pode ser devido à facilidade de executar a ação de votar – basta premir um botão –, em comparação com o trabalho de submeter conteúdos escritos inteligíveis. Convém referir que estes resultados estão de acordo com os resultados reportados em Östling (2011).

Os resultados apresentados mostram que a divulgação dos eventos de participação são um fator chave para o sucesso deste tipo de iniciativas, tal como argumentam Mantilla (2009) e Ferreira (2011). Este autor refere que um aspeto relevante e que pode ter influência no nível de adoção da e-participação em iniciativas de âmbito local é o esforço feito simultaneamente na promoção/divulgação junto dos cidadãos. É claramente perceptível que sempre que havia divulgação através das mailing lists aumentava o número de visitas na plataforma. É fundamental divulgar antecipada e continuamente as iniciativas e os eventos de participação no maior número possível de canais adequados (e.g. redes sociais e media).

Os eventos de curta duração também têm grande influência no número de visitas e, possivelmente, na quantidade de participação dos intervenientes. Os debates em direto têm grande potencial de participação, segundo vários autores, mas na experiência realizada, não foi possível chegar a essa conclusão.

O número de comentários submetidos foi reduzido em todas as experiências de utilização da plataforma, mas estão de acordo com outros encontrados na literatura, como se mostrou. É fundamental encontrar uma forma de estimular o uso desta funcionalidade por parte de todos os intervenientes.

Um dos temas recorrentes é a necessidade de alocar recursos humanos a estas atividades com competências para moderar, apoiar e facilitar as discussões, o que nem sempre é conseguido porque 1) o moderador não está suficientemente motivado, 2) o moderador

tem outras atividades *offline* que lhe ocupam imenso tempo, 3) as atividades associadas à contestação de rua são consideradas em primeiro plano. Acreditamos que, nas experiências apresentadas, teve influência na quantidade de questões colocadas pelos professores pois, nalguns casos, houve um hiato enorme entre a submissão e o início das aprovações por parte do moderador. Este pode ser um motivo para os cidadãos desistirem, não voltarem e não partilharem a informação com outros utilizadores.

O impacto destes resultados nas políticas públicas continua a ser muito baixo. Os governos não veem a e-participação como uma vantagem competitiva e não respondem aos apelos dos cidadãos da mesma forma que respondem aos métodos tradicionais, o que faz com que os cidadãos participem menos. Os departamentos e agências governamentais devem participar em fóruns públicos de entidades terceiras, pois os sítios do governo permanecem vinculados a um desequilíbrio significativo nas relações de poder, o que pode limitar os níveis de participação e a eficácia das consultas *online*.

A e-participação tem alguns princípios básicos que foram cumpridos, como apresentado na Tabela 46.

Tabela 46 - Cumprimento dos princípios de participação pública

A participação pública é baseada no princípio de que aqueles que são afetados por uma decisão têm o direito de estar envolvidos no processo de decisão	As iniciativas levadas a cabo pelos sindicatos cumpriram este princípio
Inclui o compromisso de que a contribuição do público vai influenciar a decisão	Houve esse compromisso claro nas experiências <i>Contraportagens</i> , <i>Manifesto Educação</i> , <i>Auscultação aos Professores</i> e <i>Em defesa da Escola Pública</i> . Nas restantes experiências não é tão claro
Promove decisões sustentáveis, reconhecendo e comunicando as necessidades e interesses de todos os participantes, incluindo dos decisores	As decisões foram claras. No caso das e-petições, o objetivo era entregar o pedido no Parlamento e foi efetuado. As decisões foram comunicadas aos participantes. No caso das e-consultas, os decisores do sindicato tomaram decisões de acordo com as opiniões dos professores no caso da <i>Auscultação</i> e responderam aos professores no caso das experiências no <i>Liberopinion</i>
Promove e facilita o envolvimento daqueles potencialmente afetados ou interessados numa decisão	Os sindicatos facilitaram o envolvimento dos participantes através de plataformas digitais e promoveram o mesmo através de diversos meios
Promove a contribuição dos participantes na definição do modelo de participação	Alguns professores e representantes do sindicato colaboraram na sua definição
Proporciona aos participantes as informações necessárias para participar de uma forma expressiva	Foi proporcionado, mas é necessário melhorar, principalmente no que diz respeito à literacia
Comunica aos participantes a forma como o seu contributo afetou a decisão	Foi comunicado aos participantes, de forma genérica, na própria plataforma ou através de outros meios, como o <i>e-mail</i>

Staiou & Gouscos (2010) identificam alguns fatores críticos de sucesso nas iniciativas de e-participação que necessitam de ser seguidos para garantir o envolvimento dos cidadãos na interação com decisores e instituições e que são mostradas, no contexto das experiências realizadas, na Tabela 47.

Tabela 47 – Interação com os decisores e instituições

Diversidade	Os participantes representaram vários pontos de vista, ideias
Inclusão	As barreiras à participação foram reduzidas. O <i>digital divide</i> , no caso dos professores, não é um problema. Pode colocar-se na usabilidade da plataforma no que concerne à acessibilidade
Igualdade	A igualdade de participação foi garantida
Transparência	Os trabalhos em curso foram comunicados a todos os participantes
Legitimidade	Todas as decisões foram justificadas
Deliberação	Foi dada a oportunidade de compartilhar não só ideias, mas também valores
Influência	A influência sobre o resultado foi assegurada, embora nalguns casos tenha sido efetivamente nula
Processo em curso	Foi dada a oportunidade de participar em todas as fases do processo, várias vezes e em vários locais

8.4 Resumo do capítulo

Neste capítulo discutimos as experiências de e-petição (contraportagens e Escola Pública), apresentadas ao Parlamento português, discutimos as variáveis com impacto na participação, os objetivos, as metas a atingir, o impacto político, a qualidade da e-participação, como igualdade, liberdade, impacto e responsabilidade, discutimos os resultados e apresentámos números para comparação entre iniciativas *online* e iniciativas tradicionais. Apresentámos, também, um manifesto na forma de e-petição, o *Manifesto Educação*, que não foi concluído e, por isso, não foi apresentado ao Parlamento, e comparámos várias experiências de e-consulta no contexto dos sindicatos de professores.

9 Conclusão

A natureza da Internet como um espaço de colaboração aberta promove novas formas de ação coletiva. Sem fronteiras, a Internet é vista como libertação e liberdade democrática que permite atingir audiências internacionais fora do controlo governamental e censura (Ameripour, Nicholson, & Newman, 2010). Os cidadãos preferem apoiar as iniciativas da Internet que não estão ligadas à política formal, e que não provenham de decisões das próprias instituições. Um bom exemplo disso é dado pelos *websites* desenvolvidos por *MySociety*, uma organização não-governamental do Reino Unido que, embora tenha e-petições governamentais, inclui vários *websites* populares como *TheyWorkForYou*, *WhatDoTheyKnow* e *Alaveteli* onde os cidadãos podem obter informação sobre processos políticos, os representantes eleitos e participar em ações que desafiam as instituições a partir do exterior.

Na Europa, o *e-Government Action Plan 2011–2015* e a Agenda Digital para a Europa têm como objetivo aumentar o uso dos serviços de governo eletrónico para 50% dos cidadãos da União Europeia até 2015, segundo o relatório da UNDESA (2014). O relatório acrescenta que, apesar, do aumento para 46% na utilização de serviços de e-governança na União Europeia, em 2013, há questões que merecem atenção especial, como, por exemplo, 1) o facto de mais de metade dos cidadãos estarem em risco de abandonar a escola depois da sua primeira experiência, 2) a satisfação dos cidadãos com os serviços de governo eletrónico e 3) o seu uso estar atrás do setor privado (e.g. serviços bancários *online*, compras *online*).

O nível de utilização de e-governança avançada permanece relativamente baixo. De acordo com o relatório da UNDESA, referindo-se ao EUROSTAT, 52% das pessoas na União Europeia utilizam este serviços para obter informações, 35% utilizam-nos para

descarregar formulários e 29% para enviar formulários preenchidos²¹⁷. Portugal encontra-se na lista de países com uma pontuação superior a 66,6 por cento na publicação de dados.

A cidadania diz respeito aos direitos de soberania das pessoas, o nível mais alto da cidadania nas preocupações da era digital (e-democracia). No Fórum Mundial para a Democracia, organizado pelo Conselho da Europa em novembro de 2013, em Estrasburgo, Mary Kaldor (professora de governança global na *London School of Economics*) afirmou que a vida social está atualmente no meio de uma transição profunda e, como as instituições públicas não se adaptam a estas mudanças profundas, há necessidade de se repensar a democracia, nomeadamente em termos da era digital (COUNCIL OF EUROPE, 2013).

Há quem critique a importância que se dá às ferramentas digitais quando há mais pessoas a utilizar telemóveis do que pessoas com acesso a casas de banho e eletricidade. Até ao final de 2013, quase 40 por cento da população mundial estava *online*, mas em África apenas 16 por cento das pessoas usavam a Internet (UNDESA, 2014). Segundo este relatório, as subscrições de telemóveis ultrapassou 6 bilhões em outubro de 2012 e o número aproxima-se da população mundial (7 bilhões).

Mas a verdade é que sem conhecimento, património universal da humanidade, os países não evoluem e, principalmente nestes países designados do terceiro mundo, as democracias não emergem. *A educação é a chave para a democracia*²¹⁸ e, neste sentido, as TIC podem ter um papel fundamental, quer na partilha de informação, quer na colaboração para o desenvolvimento de um mundo mais igualitário e os professores, que devem produzir conhecimento, deveriam ser socialmente mais reconhecidos e valorizados, pois aliando a reflexão à ação têm uma contribuição importantíssima na formação de cidadãos críticos e participativos.

A Web, principalmente, ajuda as pessoas com preocupações comuns a estabelecer comunidades, que podem permitir o engajamento político a surgir em espaços não-políticos. A Web também reduz barreiras para a coordenação e troca de informações,

²¹⁷ *Individuals using Internet for interaction with public authorities* disponível em http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?wai=true&dataset=isoc_pibi_igov

²¹⁸ Irina Yasina, jornalista e ativista da Sociedade Civil, no *World Forum for Democracy*, em 2013

abrindo novos caminhos para que os cidadãos possam contribuir para as instituições governamentais em formas não-convencionais.

É claro que os partidos políticos não são as únicas associações que proporcionam espaços para o engajamento político. Os sindicatos, por exemplo, também têm cumprido esse papel tradicionalmente. A este propósito, Tavares (2014) argumenta que *foi no âmbito dos sindicatos de professores que se efetuaram as reflexões mais profundas e mais profícuas sobre todas as questões que, em cada momento, se entenderam prioritárias para a educação e foi, também, por meio dos sindicatos que se promoveram as grandes lutas que conduziram a substanciais melhorias na qualidade do ensino e na própria profissão docente.*

Os Sindicatos, devido à sua gênese e organização, continuarão, a dar muito ênfase às formas tradicionais de consulta, às reuniões com os professores, aos debates nas Escolas, às manifestações e concentrações nas ruas, mas defendemos que, se não adotarem os sistemas de participação pública, através de plataformas como o *Liberopinion*, perderão a sua influência, pois os mais jovens focam-se, cada vez mais, em estratégias de comunicação *online*. É evidente que os sindicatos necessitam de manter a sua estrutura, pois são organizações representativas, o grande desafio é aderirem a esta abertura e transparência sem perderem muito da estrutura que têm.

Um dos problemas apresentados pela literatura reside na resistência dos representantes dos sindicatos a ferramentas de engajamento, principalmente por serem uma ameaça ao seu poder tradicional. Contudo, isso não deve ser dado como garantido, pois muitos líderes tomam iniciativas e percebem os avanços tecnológicos como oportunidades significativas.

Nestas iniciativas de participação, um dos representantes e moderador afirmou “*Estou entusiasmado com a plataforma. Infelizmente, tenho pouco tempo, mas decidi responder a todos (...). Acho que podíamos acabar com uma entrevista sobre esta matéria, se fosse possível, em direto e que poderia ter antena aberta para quem quisesse colocar questões (...)*”.

Os representantes dos sindicatos que deram voz e ouvidos a estas experiências têm competências em TIC, compreendem e apoiam fortemente este tipo de iniciativas e consideram que “*é necessário promovê-las, adicionar estas ferramentas à forma de*

comunicação dos sindicatos e, cada vez mais, utilizá-las para envolver os professores nas propostas apresentadas aos órgãos governamentais e em algumas tomadas de decisão do próprio sindicato”.

Segundo o testemunho de um dirigente da FENPROF “*O recurso às TIC que permitem novos meios de comunicação e debate não substituem as formas que podemos de designar mais tradicionais de discussão e de confronto de opiniões, como sejam reuniões sindicais, plenários e outros mas, como está demonstrado, são um importante meio de comunicação, de confronto de opiniões e uma importante ferramenta para encontrar consensos mais alargados”.*

Neste estudo exploratório, a comunidade sindical pareceu-nos ser uma escolha adequada, já que, segundo Mumford (2006), as organizações sindicais são tradicionalmente *stakeholders* importantes em questões de desenvolvimento e difusão de tecnologia, especialmente em projetos socio tecnológicos.

9.1 Revisitar os objetivos

Após constatar que o tipo de comunicação entre os sindicatos, os professores e a sociedade civil, em geral, estava mais concentrada na comunicação unidirecional e não suportava um eficiente processo de comunicação escalável, baseado nos objetivos e necessidades de todas as partes interessadas, acreditou-se que podia ser útil e desejável ter uma solução tecnológica que agregasse, num único local, neutro e regulado, os principais atores e que possibilitasse uma comunicação multidirecional, síncrona e assíncrona, entre eles.

Assim, a primeira fase consistiu na revisão da bibliografia e na identificação dos principais intervenientes na construção do modelo proposto neste estudo. Como resultado da revisão bibliográfica realizada (capítulos 2, 3 e 4), do feedback recolhido junto de professores e de responsáveis de sindicatos, entendeu-se pertinente considerar os seguintes atores num modelo de mediação digital para a participação pública no contexto dos sindicatos: os representantes do sindicato, os professores, as associações de pais e estudantes, os políticos, os representantes de empresas, direções de escolas e câmaras municipais e a sociedade civil, em geral. Ficou, deste modo, cumprido o primeiro e o segundo objetivo enunciados na introdução. No capítulo 5 descreve-se a metodologia e no capítulo 6 apresentam-se e descrevem-se os atores, bem como o modelo de mediação

digital para a participação pública no contexto dos sindicatos e que pode ser aplicado a outras organizações.

O objetivo 3 era mostrar como a perspectiva institucional tinha potencial para ilustrar o uso das TIC nos sindicatos. Efetivamente, os sindicatos utilizam meios, como *newsletter*, formulários de ajuda e *e-mail* para distribuir informação e apoiar os seus membros. Tentaram usar ferramentas de participação eletrónica mas na perspectiva institucional, a complexidade organizacional e institucional levou a dificuldades de operacionalização, devido a que, apesar de certos atores influentes perceberem, teoricamente, os fortes benefícios, a sua realização na prática, foi possível apenas num grau limitado.

Para alcançar o objetivo operacional número quatro construiu-se uma plataforma digital, identificada no modelo de comunicação apresentado, de forma a reunir todos os intervenientes num espaço deliberativo compartilhado. Pretendeu-se contribuir para colmatar a lacuna de comunicação identificada entre os principais intervenientes.

Para cumprir o quarto objetivo realizaram-se dez experiências de utilização, que são apresentadas no capítulo 7.

No capítulo 8 apresentam-se, analisam-se, comparam-se e discutem-se, sucintamente, os principais resultados obtidos nas experiências de utilização e, finalmente, neste capítulo, propõe-se um conjunto de recomendações em iniciativas de mediação digital para a participação pública no contexto dos sindicatos, tendo por base os conhecimentos adquiridos ao longo das experiências de utilização da solução tecnológica desenvolvida, satisfazendo, assim, o quinto objetivo. Os objetivos e a sua aplicação mostram-se na Tabela 48.

Levando em conta a questão de pesquisa preliminar “*Como fortalecer o relacionamento entre os sindicatos de professores e a comunidade educativa e promover a participação entre todos os interessados no processo educativo, através da mediação digital?*” e as questões de motivação, defendemos que as experiências preliminares do SPRC com o uso de uma plataforma digital sugerem que as iniciativas de participação (em uma localização privilegiada, no site do sindicato, em redes sociais, e através de e-mails) podem estimular a participação das partes interessadas. Além disso, acreditamos fortemente que as ferramentas baseadas na Internet e os media sociais, como as redes sociais e aplicações

como o *Liberopinion* enriquecem os portais Web dos sindicatos de professores com características inovadoras de participação e, se usados corretamente, têm o potencial de contribuir significativamente para promover a participação e fortalecer o relacionamento entre os sindicatos e a comunidade educativa.

Tabela 48 – Operacionalidade dos objetivos

Objetivos da pesquisa	Resultado
Objetivo 1	
Apresentar uma revisão da literatura relativamente à participação pública e mediação digital em organizações governamentais e não-governamentais com particular destaque para as interseções com o estudo institucional das TIC em sindicatos	Este objetivo foi desenvolvido nos capítulos 2, 3 e 4
Objetivo 2	
Identificar os principais intervenientes no modelo de participação em sindicatos.	No capítulo 6 desenvolveu-se o modelo e definiram-se os intervenientes no uso institucional de ferramentas de engajamento <i>online</i>
Objetivo 3	
Mostrar como a perspetiva institucional tem potencial para ilustrar o uso das TIC nos sindicatos	Os sindicatos utilizam meios, como <i>newsletter</i> , formulários de ajuda e <i>e-mail</i> para distribuir informação e apoiar os seus membros. Tentaram usar ferramentas de participação eletrónica mas na perspetiva institucional, a complexidade organizacional e institucional levou a dificuldades de operacionalização, devido a que, apesar de certos atores influentes perceberem, teoricamente, os fortes benefícios, a sua realização na prática, foi possível apenas num grau limitado. Este objetivo está distribuído pelos capítulos 4 e 6.
Objetivo 4	
Descobrir novas perceções que esta perspetiva pode suscitar em iniciativas de governança digitais liderados por comunidades não-governamentais, elaborando experiências de utilização no contexto dos sindicatos	As experiências de utilização são apresentadas no capítulo 7 e analisadas no capítulo 8.
Objetivo 5	
Para examinar de forma holística o impacto das TIC, avaliar as conclusões das experiências de utilização. Com base nisso, desenvolver implicações para a teoria e a prática, bem como futuras direções de pesquisa	Este objetivo está cumprido no capítulo 8 e nas conclusões.

Acreditamos, também, que é útil e desejável utilizar soluções tecnológicas que promovam a participação e comunicação multidirecional (síncrona e assíncrona) num único lugar, neutro e regulado. Defendemos, contudo, que o foco principal deve estar em primeiro lugar na participação e nas pessoas e não na tecnologia. Esta posição também é partilhada por outros autores, em outros contextos de participação, argumentando que o problema da e-participação não é apenas uma questão de tecnologia, mas também uma questão de mudança social, para um ambiente mais aberto e colaborativo (Effing et al., 2011; Macintosh et al., 2009; Susha & Grönlund, 2012). Apesar de as ferramentas da Internet

estarem bem estabelecidas em todos os aspetos da vida social, este estudo não indica que as TIC tenham um efeito transformador na formulação de políticas.

A adaptação institucional não é fácil, pois requer a configuração de um conjunto de variáveis políticas, organizacionais e tecnológicas. O envolvimento das pessoas continua a ser problemático. A formulação de políticas deve ser visto como fundamentalmente diferente de outros tipos de atividades na Internet (e.g. Anduiza, Cantijoch, & Gallego (2009)). O facto de os cidadãos utilizarem ferramentas Web 2.0 para se organizarem à volta de movimentos, não se traduz necessariamente em participação sustentável e com impacto significativo nas decisões públicas. Essas observações não se devem limitar a iniciativas governamentais, uma vez que parecem relevantes para todas as comunidades institucionais, como os sindicatos e os partidos políticos.

Os estudos procuram ampliar a perspectiva de campo dentro e fora das autoridades públicas, concentrando-se em conceitos aplicáveis a todas as comunidades institucionais. Nesse sentido, o ponto de vista teórico multidisciplinar leva à teorização neste campo emergente (Macintosh et al., 2009, Sæbø et al., 2008). A análise teórica identifica como e por que as TIC não conduzem necessariamente à democratização, concentrando-se sobre o seu impacto mais complicado na política formal e dos seus mecanismos de participação pública. Além disso, certas contribuições metodológicas não incidem sobre as ferramentas, mas sobre as pessoas, processos e instituições que interagem com elas.

O nosso objetivo foi contribuir para uma melhor compreensão dos benefícios destes ambientes colaborativos, promovendo a qualidade de interação entre atores, isto é, contribuir para o estudo da e-participação, em geral, mas sobretudo na relação entre uma organização sindical e os professores de vários níveis de ensino, pois não encontramos estudos relacionados.

Neste estudo apresentaram-se os resultados obtidos a partir das experiências de utilização da plataforma digital envolvendo vários atores da sociedade civil e, particularmente, em sindicatos portugueses, a Federação Nacional dos Professores e o Sindicato de Professores da Região Centro. Analisaram-se, compararam-se e discutiram-se, sucintamente, os principais resultados obtidos nessas experiências, essencialmente na perspectiva das visitas à plataforma e das ações de participação dos intervenientes.

9.2 Principais resultados e contribuições

Entre os principais resultados das experiências de utilização, destacam-se os seguintes:

- As e-petições tiveram participação elevada e um elevado número de subscritores. De notar que a e-petição é a mais utilizada, porque é mais simples, não requer partilhar ideias, opiniões. Gatautis, Stravinskiene, & Gudauskas (2011), num projeto designado *wave* também refere que os utilizadores estavam mais dispostos a votar em petições do que participar em grupos e executar outras atividades na plataforma que requeriam expressar a sua própria opinião;
- Comprova-se que os cidadãos participam pouco; outras iniciativas têm valores referentes a visitas muito baixos, também; o *Parlamento Global*, por exemplo, que foi um projeto criado por grandes grupos de comunicação social, teve um total de visitas de 70 584 no ano de 2012²¹⁹; de abril a julho de 2014 teve 117 518, o que continua a representar uma percentagem média inferior a 5% de visitas;
- A participação efetiva dos cidadãos que visitam a plataforma *Liberopinion* é representada pelo número de perguntas. As experiências 5 a 9 tiveram 6,2%, 7,2%, 8,4%, 4% e 8,1% de perguntas, respetivamente. Nas eleições presidenciais e legislativas de 2011, a plataforma *iLeger* registou 1,08% e 0,6%, fora dos debates em direto e 4,1% e 16,3% nos debates em direto, respetivamente. A plataforma *euparticipo*²²⁰, com o apoio da Fundação para a Computação Científica Nacional, numa iniciativa promovida pelo Conselho Nacional da Juventude, no mesmo período, registou 4 entradas fora dos debates e 120 dentro dos debates em direto; isto contrasta com experiências noutros países, como a Islândia, em que, embora noutro tipo de iniciativas, a e-governança é considerada e num referendo, em 2010, sobre a garantia de empréstimo a bancos estrangeiros, uma decisão do governo foi rejeitada por cerca de 98% da população²²¹ e em 2011, num problema semelhante, o governo voltou a ser derrotado, desta vez por 59,7% da população²²²; em processos de e-participação em Berlim, as e-consultas *Online*

²¹⁹ Compilação de dados da Marktest em <http://netscope.marktest.pt/>. É de notar que este *website* tem o apoio dos maiores grupos de comunicação social. O portal *Sapo* tem uma média aproximada de 40 milhões de visitas por mês, o jornal *A Bola* 30 milhões e o jornal *Record* 24 milhões, os três *websites* mais visitados

²²⁰ <http://www.euparticipo.org/juventude/debate>

²²¹ Notícia do *New York Times* e da *BBC*, em <http://dealbook.nytimes.com/2010/03/07/iceland-voters-reject-repayment-plan/> e <http://news.bbc.co.uk/2/mobile/business/8552971.stm>, respetivamente

²²² Notícia da Bloomberg: <http://www.bloomberg.com/news/2011-04-07/icelanders-may-reject-icesave-agreement-in-april-9-referendum.html>

Dialogue on Biking security, *Marzahn Online Citizen Budget* e *Lichtenberg Online Citizen Budget* obtiveram questões com percentagens de 13,7, 10,8 e 20,8, respetivamente (Carolin Schroder in CEDEM14 (2014));

- Influência na tomada de decisão. A auscultação aos professores teve impacto na tomada de decisão dos *stakeholders*, pois algumas das propostas foram realizadas, como já explicado e, como afirmado por um dos responsáveis, “*o objetivo foi o de adequar as formas de luta à posição aí manifestada, o que a FENPROF fez, obviamente ajustando à conjuntura política*”. O impacto nas decisões do governo continua a ser diminuto;
- Há mais participação nas regiões em que os representantes e moderadores do sindicato se empenham ou são mais ativos;
- Participam mais mulheres que homens;
- A idade média situa-se entre os 35 e 44 anos, o que está de acordo com a idade média da população que utiliza a Internet e trabalha;
- Pouca utilização de dispositivos móveis, o que está de acordo com as estatísticas apresentadas na literatura, mas que necessita de estudo profundo, pois o aumento de utilização de dispositivos móveis poderia influenciar o seu uso na participação dos cidadãos neste tipo de iniciativas. Como Ferro & Molinari (2010) argumentam, se estão ligados, podem migrar para o perfil “*Os ativistas*”, “*Os ligados*” ou “*Os socializados*”, porque se não têm Internet, provavelmente têm telemóvel;
- Necessidade de moderador a tempo inteiro. O tempo disponibilizado pelo moderador para estes debates também é importante. No evento 5, alguns professores contactaram o sindicato para saber se havia alguma avaria na plataforma, pois colocavam questões, mas elas não apareciam. As questões só aparecem depois de o moderador as aprovar, o que não estava a acontecer. A verdade é que os utilizadores desistem se as questões demorarem demasiado tempo a aparecer no *frontoffice*. Isto faz com que a participação diminua pois, para além de não verem as suas questões, também não podem ler as questões de outros utilizadores e, conseqüentemente, não votar nas questões que julguem mais importantes; como argumenta Macnamara (2010), a necessidade de recorrer a um chefe de departamento de alto nível ou até mesmo a um ministro impõe atrasos incomensuráveis com a natureza da consulta *online*;

- A divulgação reveste-se de grande importância. Note-se que os picos de acesso à plataforma deram-se sempre a seguir ao envio de convites aos professores, em todos os eventos, como já explicado anteriormente. Isto demonstra a importância que tem a divulgação e a sensibilização da população para o sucesso deste tipo de iniciativas. Na experiência em que se fez divulgação no *Facebook*, também houve um aumento de visitas logo a seguir. Gatautis, Stravinskiene, & Gudauskas (2011), num projeto de participação pública na Lituânia, argumenta que os anúncios no *Google Adwords* e no *Facebook* foram muito eficazes na condução de tráfego para o sítio Web da iniciativa, embora não tenham sido decisivos para envolver os utilizadores na discussão; o relatório da OBERCOM (2014) refere que as funcionalidades menos utilizadas nas redes sociais são a criação de aplicações, a realização de testes, o apoio / adesão a causas virtuais e escrever comentários; 75,2% dos utilizadores ficam-se pelo *Gostar / Fazer like* nas publicações de outros; outro exemplo é dado por Panagiotopoulos, Sams, Elliman, & Fitzgerald (2011) e Panagiotopoulos (2012) que afirma que os utilizadores do *Facebook* aderem a grupos com facilidade, mas não assinam as petições que esses grupos promovem; também o *eMarketer*²²³ mostra que as redes sociais transportam menos de 1% do tráfego para os *websites* de comércio eletrónico e que menos de 1% dos utilizadores que provêm das redes sociais fazem uma compra; num estudo sobre políticas de e-participação e projetos de e-participação, de âmbito local na Alemanha, Mambrey (2008) afirma que o apoio dos media é vital para mobilizar os cidadãos, e que, caso não exista esse apoio, a participação permanece fraca; os media estão numa posição privilegiada para desempenhar o papel de curador de informação (Rosenbaum, 2011) de plataformas de e-participação e Corbett (2011), citando Rosenbaum argumenta que todos nós somos curadores, não dos artefactos de um museu, mas de conteúdos digitais na Internet²²⁴;
- A importância dos eventos de curta duração nas iniciativas de e-participação. Veja-se que nos momentos da divulgação há mais visitas e ao longo do tempo o

²²³ É um *website* dedicado ao marketing digital e escreve sobre um estudo efetuado no primeiro quadrimestre de 2014 pelo *e-tailing-group* (<http://www.e-tailing.com/>). Disponível em <http://www.emarketer.com/Article/Social-Not-Big-Help-Ecommerce/1010841>

²²⁴ Foi enviado para a TSF, SIC, TVI, RTP e vários jornais, “(...) é uma inovação no sindicalismo português e que, por isso, devia ser divulgado. É uma plataforma de participação digital, no âmbito da e-participação, e a Federação Nacional dos Professores e o Sindicato dos Professores da Região Centro está a dar voz aos professores (...)” e de nenhum dos media houve resposta;

- número de visitas decresce. Os resultados mostram que, a partir do terceiro dia, a participação é reduzida, o que demonstra o interesse dos cidadãos em participar em eventos de curta duração, como também argumentado por Sousa et al. (2011);
- Os debates em direto em vídeo podem ter maior número de participações? O líder da FENPROF, na experiência número 5, iria responder às questões colocadas pelos professores em direto. Em poucas horas houve 317 visitas e 18 participações de professores, o que parecia vir a ser um debate com um grande número de questões dos professores. O debate foi cancelado e não pudemos validar a maior participação em debates em direto como, aliás, é argumentado por Sousa, Agante, & Gouveia (2013) num estudo sobre a importância dos *media* na participação pública em períodos eleitorais. Note-se que esta experiência teve 2,64% de visitas se considerarmos, apenas, o convite enviado a 6000 professores.
 - Os professores, muitas vezes, colocavam questões do foro pessoal, em vez de discutirem o tema, o que evidencia a necessidade de mais discussão e esclarecimentos para capacitar os professores para a e-participação. Esta é a barreira mais importante ao sucesso enunciada por Macintosh et al. (2009), a literacia. Os cidadãos necessitam de saber mais sobre e-participação, o que pode e não pode oferecer, porque é necessária, como funciona e como pode, eventualmente, facilitar a vida quotidiana;
 - Alguns professores afirmaram que preferem a videoconferência, as *mailing lists* e outras funcionalidades no *website*, como perguntas rápidas, do tipo Sim/Não. Como é referido na literatura, as ferramentas mais clássicas têm menor resistência;
 - Os sindicatos têm estruturas organizacionais complexas criadas para aumentar o consenso político dentro da organização e certificar-se de que todas as partes envolvidas têm igual acesso aos órgãos de decisão. Por isso ... a dificuldade inerente para eventos nas federações de sindicatos, pois estes são constituídos por sindicatos e é necessário haver consenso nas decisões.

A análise da literatura indica que não existe uma solução única acordada para consulta pública. Um planeamento cuidadoso de métodos e tecnologias para atender os objetivos e as necessidades de participantes específicos, como é o caso dos professores, e abordagens multiplataforma, como a plataforma *Liberopinion* utilizada pela FENPROF/SPRC, para envolvimento *online*, são provavelmente o mais eficaz (Miller & Williamson, 2008).

A plataforma *Liberopinion* pode contribuir para estimular o espírito cívico, a partilha, a colaboração e a abertura ao diálogo civilizado e construtivo. Essa abertura é essencial para aproximar os vários intervenientes e para fomentar a sua participação.

Um dos contributos desta plataforma digital é permitir a comunicação multidirecional (horizontal, vertical, síncrona e assíncrona) entre os vários intervenientes, colmatando, assim, uma lacuna de comunicação identificada entre os principais atores, que era essencialmente unidirecional. É de salientar, também, que todos os conteúdos da plataforma ficam disponíveis para futura consulta, criando, assim, uma memória digital.

As experiências de utilização são analisadas no contexto dos níveis de e-participação na Tabela 49. De seguida resumem-se as definições dos vários níveis de e-participação:

- e-informação: forma de comunicação que permite aos cidadãos informações sobre política e cidadania *online*;
- e-consulta: é um canal limitado de duas vias que tem o objetivo de obter *feedback* do público e alternativas;
- e-envolvimento: trabalhar diretamente com o público durante todo o processo para garantir que as preocupações e aspirações do público são compreendidas e levadas em consideração;
- e-colaboração: parceria com o público em cada aspeto da tomada de decisão. Dar primazia à comunicação bidirecional; cidadãos e *stakeholders* cooperam e os cidadãos participam ativamente no desenvolvimento de alternativas e identificação de soluções;
- e-empoderamento: colocar a tomada de decisão nas mãos dos cidadãos; é a delegação de poder para os cidadãos, implementando o que estes decidem.

Tabela 49 – Níveis de e-participação nas experiências de utilização

Experiência → Nível de e-participação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
e-informação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
e-consulta	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
e-envolvimento	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
e-colaboração	✓	✓		✓		✓	✓	✓	✓	✓
e-empoderamento	✓	✓		✓						✓

A evolução do portal do sindicato é mostrado na Figura 97. O canal de comunicação utilizado pelo sindicato era unidirecional, baseado, essencialmente, na divulgação de informação para os professores através do seu *website*, SMS ou correio eletrónico. Nos

últimos anos, durante o período em que decorreu este trabalho, desenvolveu outras formas de comunicação, quer através de formulários de apoio para os professores, traduzidos em apoio jurídico ou em pedidos de ajuda sobre questões profissionais, quer através da utilização de outras ferramentas, como *mailing lists* para divulgação das suas posições ou de outras atividades relacionadas com o interesse dos professores e do sistema educativo, em geral. De seguida iniciou um processo de reestruturação interna em que passou a utilizar ferramentas de comunicação para discussão de posições e ações entre os seus dirigentes, entre os seus dirigentes e os delegados sindicais e, finalmente, ferramentas de mediação digital, como e-petições dirigidas, não só aos professores, mas à comunidade educativa em geral, auscultação aos professores para tomada de decisões e e-consultas para discussão dos problemas que afetam os professores, as escolas, em suma, todo o processo educativo com envolvimento de todos os agentes desse processo.

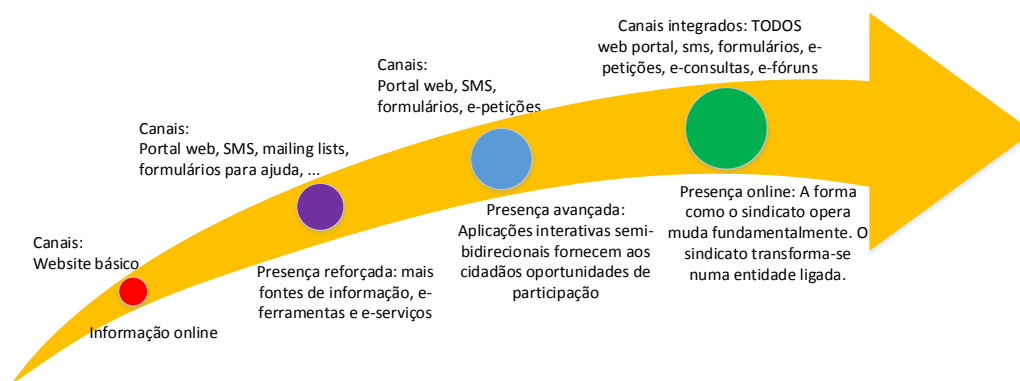


Figura 97 – Evolução do portal do sindicato: da participação à mediação digital

Houve delegação de poder nalgumas experiências de utilização o que nos leva a afirmar que se atingiu o nível mais alto da e-participação, o e-empoderamento, ou seja, foi colocada na mão dos professores a tomada de decisão, pois o sindicato implementou as medidas propostas pelos seus membros. Hoje podemos afirmar que o sindicato utiliza todos os canais de comunicação e se transformou numa entidade ligada.

9.3 Trabalho futuro

Embora as ferramentas de participação baseadas na Internet, tais como as redes sociais e outras tenham cada vez mais importância, defendemos que o problema da e-participação não é, apenas, uma questão de tecnologia, mas é principalmente reforçada pela mudança na forma de pensar e agir no sentido de uma cultura aberta e colaborativa, como argumentam outros autores (Effing et al., 2011; Stromer-Galley, 2000). Kostakis (2011) afirma que a utilização das tecnologias não transforma instantaneamente as democracias

e a participação dos cidadãos e Grönlund (2009) afirma que não há uma relação causal entre a utilização de ferramentas específicas de TIC e o aumento da participação. Embora a sofisticação do uso de ferramentas TIC não induzam um determinado nível de participação, consideramos que é importante para a qualidade da comunicação, tal como outros autores argumentam (e.g. Grönlund (2009)).

As barreiras a uma maior participação dos cidadãos em linha na elaboração de políticas são culturais, organizacionais e não tecnológicas (OCDE, 2003). Em Portugal, o Observatório da Comunicação afirma que 75% dos inquiridos nunca participam em votações *online*, 72,3% nunca editam conteúdos e que o uso da Internet é uma prática estritamente relacionada com os níveis de literacia de cada utilizador (OBERCOM, 2012).

O relatório da OBERCOM salienta que 99% dos cidadãos possuem televisão e que 88,5% possuem telemóvel, e a Internet é, sobretudo, um meio de consulta de informação. Assim, para trabalho futuro é necessário responder às seguintes questões: Que estratégias devem ser adotadas para captar a atenção destes utilizadores? Que metodologias usar para que eles participem?

Depois da análise das experiências de utilização e de ouvir opiniões de professores, há várias questões que devem ser tratadas no futuro para melhorar a plataforma, para melhorar a análise que pode ser realizada e melhorar a interação dos utilizadores e, principalmente, a relação entre os utilizadores e uma organização, neste caso concreto, os sindicatos de professores:

- Fazer inquéritos no final de cada evento para conhecer a opinião dos utilizadores e sugestões para melhorias da plataforma. Divulgar os resultados;
- Completar a plataforma com um módulo de e-petições automático, pois é uma ferramenta essencial para os sindicatos;
- Permitir que os utilizadores e o editor interajam. A plataforma deve ter uma área para que o utilizador possa, diretamente, contactar o editor;
- Fazer pesquisas por utilizadores e assuntos discutidos. Permite, por exemplo, agregar todas as questões de um determinado professor. É uma área em falta e que foi apontada por alguns professores;
- Permitir publicar diretamente noutras redes sociais (e.g. *Twitter*) os conteúdos submetidos na plataforma, como já permite para o *Facebook*, o que pode ter um

impacto positivo no alcance e na divulgação dos conteúdos inseridos na plataforma;

- Criar um mecanismo de notificações, por *e-mail* ou SMS, para notificar o editor que tem trabalho pendente, que existem contributos que necessitam de ser aprovados, notificar um utilizador a indicar que comentaram um contributo seu, notificar um utilizador sempre que seja criado um evento de participação sobre um tema por si definido previamente como favorito, entre outros;
- Acrescentar a possibilidade de submeter conteúdos escritos (perguntas, comentários e sugestões) durante a visualização de debates em direto transmitidos na plataforma, via *streaming* de vídeo;
- Otimizar a plataforma no acesso por dispositivos móveis. Os dispositivos móveis foram pouco utilizados no acesso à plataforma. Como Ferro & Molinari (2010) referem, se os cidadãos não têm Internet, provavelmente têm telemóvel e, por isso, é necessário adotar estratégias para captar a atenção destes utilizadores;
- As redes sociais serão cada vez mais importantes. Consideramos, por isso, importante munir a plataforma *Liberopinion* com recursos característicos dessas redes como um utilizador registado poder seguir outros utilizadores registados na plataforma. Como os utilizadores registados possuem uma área de perfil onde podem colocar informação pessoal, talvez seja importante permitir hiperligações para as suas páginas nas redes sociais e blogs. Seria uma boa forma de melhorar a forma de divulgação das iniciativas;
- Desenvolver métodos de *single sign-on* (SSO) no portal do sindicato; os professores queixam-se por se terem que autenticar mais que uma vez; o objetivo de SSO é que cada utilizador possua apenas uma palavra-chave associada e que tenha que realizar apenas uma autenticação por sessão que lhe permita aceder a todos os recursos de rede que necessita, ou seja, através desta funcionalidade o cidadão autentica-se num portal e pode navegar nos portais aderentes sem necessidade de nova autenticação;
- Criar modelos computacionais, utilizando as ferramentas do Google Analytics em conjunto com outras (e.g o ERGM (*Exponential Random Graph Models for Network Data*)), similar ao que já é feito na área de marketing para as redes sociais, adaptados à e-participação.

Sobre a questão discutida neste estudo sobre a desilusão dos cidadãos relativamente aos políticos e a influência que isso pode ter na e-participação, Macintosh, Coleman, & Lalljee (2005) afirmam que, sem um compromisso sério por parte dos políticos, o alcance e o impacto de qualquer iniciativa de e-participação é muito limitado, Macintosh et al. (2009) defendem que a presença de decisores políticos em iniciativas de e-participação pode ser um fator chave para promover a confiança dos cidadãos e envolvimento. Embora a alguma distância temporal, argumentamos que esta afirmação continua válida, porque os políticos ainda não colocaram na sua agenda a importância deste tipo de participação e, devido ao fraco impacto na tomada de decisão das organizações governamentais, os cidadãos deixaram de acreditar nos políticos e no impacto que a sua participação pode ter nas decisões políticas. Sousa et al. (2013) também defendem que um diálogo mais aberto entre os partidos políticos, a administração pública e os governos, pode aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições e Coleman questiona se os governos são a favor de promover meramente a participação com as suas regras ou estão preparados para se comprometer com uma política de participação democrática (Coleman, 2008) séria e aberta.

Sobre esta questão e a influência que pode ter na e-participação, deixam-se duas perguntas para exploração:

- Que categorias dos modelos de relacionamento podem atrair maior atenção das esferas governamentais?
- Que métodos e estratégias são necessárias para chamar a atenção dos políticos para a importância da e-participação?

9.4 Recomendações

Nesta secção apresenta-se um conjunto de recomendações que surgem como resultado da experiência adquirida neste estudo:

- Promover a literacia. Como já explicado, os cidadãos necessitam de saber mais sobre e-participação, o que pode e não pode oferecer, porque é necessária, como funciona e como pode, eventualmente, facilitar a vida quotidiana;
- Utilizar a plataforma, de forma contínua, para promover debates entre dirigentes e professores, discussão entre professores, questionar os professores sobre algumas das suas preocupações, propor ao sindicato que as apresente aos

- governantes e perceber que influência tem; se possível, promover debates entre governantes e professores para responder às questões e anseios destes;
- Criar vários eventos de participação de curta duração (como vimos, são mais participados) para estimular os cidadãos com desafios diferentes e variados e, sempre que possível, agendar debates em direto, pois são eventos apreciados pelos vários intervenientes, como afirmado por vários professores;
 - Fazer inquéritos na plataforma no final de cada iniciativa, tratá-los e publicá-los, de forma a, por exemplo, conhecer a opinião dos utilizadores sobre a utilização da plataforma, para a melhorar;
 - Criar outros eventos do tipo *Sim/Não*; é uma área da plataforma em que, rapidamente, pode ser realizada uma consulta sobre temas que o sindicato quer explorar. Por exemplo, consultar os professores sobre uma data de greve ou se concordam com uma determinada proposta. Para além disso, os utilizadores aderem mais facilmente;
 - Escolher para promotor/moderador da iniciativa de participação eletrónica elementos com capacidade para angariar, para divulgar a iniciativa e os eventos de participação, para estimular a participação e para garantir qualidade editorial;
 - Convidar o maior número possível de intervenientes a participar, no que concerne a deputados, a partidos políticos, a associações de pais e a outros elementos da sociedade civil, pois é necessário envolvê-los;
 - Divulgar antecipada e continuamente as iniciativas e os eventos de participação no maior número possível de canais adequados. Esta medida irá certamente contribuir para o aumento de professores a participar na iniciativa. Os sindicatos já utilizam o correio eletrónico e, de alguma forma, os media, mas considera-se que, para os sucessos destas iniciativas, os media e as redes sociais podem ter um papel importante;
 - Nas iniciativas com moderação, sempre que o moderador recusa uma contribuição, o utilizador que a submeteu deve ser notificado dos motivos da rejeição, de acordo com as regras de utilização da plataforma de participação. Por outro lado, a escolha do moderador ou da equipa de moderação revela-se de extrema importância, pois têm de ser pessoas com sensibilidade, sensatas, e com conhecimentos sobre as áreas em que estão a moderar. Têm de garantir

neutralidade e imparcialidade, embora os sindicatos persigam um conjunto de objetivos de que dificilmente desistirão;

- Os fóruns de discussão têm o potencial para apoiar a interação, a reflexão, a deliberação, o debate e a discussão alargada, mas são necessários alguns requisitos, tais como o dispêndio de tempo em equipa e competências para moderar, apoiar e facilitar as discussões, bem como para analisar as contribuições. Esta é uma das dificuldades sentidas. É necessário disponibilizar elementos do *stakeholder* para moderar, acompanhar as discussões, responder às questões e isso não é fácil devido ao tempo que os representantes dedicam a outras atividades. Nestes eventos foram escalonados elementos para cada uma das experiências. É necessário que o moderador responda atempadamente aos contributos dos participantes. Os debates em direto poderiam resolver o problema do tempo, pois apenas têm de responder a um número reduzido de questões, durante um tempo também limitado;
- Destacar as melhores contribuições e criar notícias para os media, com base nas contribuições dos utilizadores;
- Fazer relatórios, e publicá-los na plataforma, com os principais conteúdos e contributos de cada iniciativa de participação;
- Incluir as categorias dos *não qualificados* ou marginalizados da sociedade num novo modelo de participação de elaboração de políticas através do estabelecimento de sistemas de m-participação.
- Usar e abusar das ferramentas Web 2.0. A Web 2.0 é fácil de editar, dinâmica, participativa, livre, com ferramentas de comunicação simples que melhoram a comunicação entre representantes e membros, promove a democracia sindical mantendo as pessoas informadas e engajadas, faz do sindicato uma organização mais dinâmica. No Anexo B apresenta-se uma proposta para o portal do Sindicato.

Apesar de algumas tentativas para fragmentar os sindicatos na tentativa de diminuir a sua força, eles continuam a ser imprescindíveis para a reafirmação da liberdade e da democracia e, no caso do sindicalismo docente, para unir os profissionais em torno de objetivos comuns, sobretudo por uma educação democrática de qualidade e pela dignificação da carreira docente. Contudo, a democracia não se esgota nos sindicatos e o movimento sindical não pode alhear-se destes ventos de mudança provocados por movimentos espontâneos, constituídos a partir das redes sociais, que são reveladores de

uma força e descontentamento que perpassa transversalmente as sociedades. Como refere Tavares (2014), *o silêncio, metáfora do sofrimento, quando ganha voz, deixa de ser resignação e transforma-se numa força de indignação coletiva irreprimível.*

E para terminar, deixo uma frase de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN até 2012: *“os sindicatos estão desafiados a ter futuro”*.

Referências

- AGIMO. (2008). *Consulting with Government – Online*. Canberra, Australia: Australian Government Information Management Office. Retrieved from http://www.finance.gov.au/publications/consulting-with-government-online/docs/AGIMO_ConsultGov.pdf
- Ahn, P.-S. (2010). *The growth and decline of political unionism in India*. Bangkok, Thailand: International Labour Organization. Retrieved from http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---sro-bangkok/documents/publication/wcms_143481.pdf
- Alber, S. (2011). *A Toolkit for Action Research*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers.
- Al-Jaghoub, S., Al-Yaseen, H., & Al-Hourani, M. (2010). Evaluation of awareness and acceptability of using e-government services in developing countries: The case of Jordan. *The Electronic Journal Information Systems Evaluation*, 13(1), 1–8. Retrieved from <http://www.ejise.com/issue/download.html?idIssue=224>
- Alshehri, M., & Drew, S. (2012). The Effects of Website Quality on Adoption of E-Government Service: An Empirical Study Applying UTAUT Model Using SEM. *23rd Australasian Conference On Information Systems*, 1–13. Retrieved from <http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1211/1211.2410.pdf>
- Alves, D. (2012). *A Profissionalidade Docente em Tempos de Transição no Sistema Público de Ensino Português : Discursos Sindicais e Associativos*. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Retrieved from <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/5062/1/Dissertação.pdf>
- Alves, T. (2013). Média, movimentos sociais e democracia participativa: As mensagens políticas nos cartazes da manifestação de 15 de setembro de 2012. *Estudos Em Comunicação*, 14, 123–136. Retrieved from <http://www.ec.ubi.pt/ec/14/pdf/EC14-2013Dez-06.pdf>
- Ameripour, A., Nicholson, B., & Newman, M. (2010). Conviviality of Internet social networks: An exploratory study of Internet campaigns in Iran. *Journal of Information Technology*, 25(2), 244–257. doi:10.1057/jit.2010.14

- André, P., Enserink, B., Connor, D., & Croal, P. (2006). *Public Participation International Best Practice Principles. Special Publication Series No. 4*. Fargo, USA: Special Publication Series No. 4. Fargo, USA: International Association for Impact Assessment. Retrieved from http://www.iaia.org/publicdocuments/special-publications/SP4_web.pdf?AspxAutoDetectCookieSupport=1
- Anduiza, E., Cantijoch, M., & Gallego, A. (2009). Political participation and the Internet: A field essay. *Information, Communication & ...*, 12(6), 860–878. doi:10.1080/13691180802282720
- Aristóteles. (1985). *Política*. (M. Kury, Trans., L. Reiner, Ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Arnstein, S. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. Retrieved from <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01944366908977225>
- Astrom, J., Hinsberg, H., Jonsson, M., & Karlsson, M. (2013). *Citizen centric e-participation*. Tallinn, Estonia: Praxis Center for Policy Studies. Retrieved from http://www.praxis.ee/fileadmin/tarmo/Projektid/Valitsemine_ja_kodanike%C3%BChiskond/citizen_centric_e_participation_veebi.pdf
- Avritzer, L. (2007). Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 50(3), 443–464. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>
- Axelrod, R. (2006). *The Evolution of Cooperation* (Revised Ed.). New York: Perseus Books Group.
- Azevedo, J. M. (2006). *Rumos sindicalistas no século XXI: horizontes possíveis*. Universidade Portucalense. Retrieved from <http://repositorio.uportu.pt/xmlui/handle/11328/204>
- Bai, R. (2011). The role of the All China Federation of Trade Unions: Implications for Chinese workers today. *WorkingUSA*, 14(March), 19–39. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1743-4580.2010.00318.x/full>
- Barassi, V., & Trere, E. (2012). Does Web 3.0 come after Web 2.0? Deconstructing theoretical assumptions through practice. *New Media & Society*, 14(8), 1269–1285. doi:10.1177/1461444812445878
- Barreto, J. (1990). Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano. *Análise Social*, XXV(1962), 57–117. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41010791>
- Barreto, J. (1994). Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *Análise Social*, xxix, 287–317. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41011057>
- Bassey, M. (1998). Action Research for Improving Practice. In R. Halsall (Ed.), *Teacher Research and School Improvement: Opening Doors from the Inside*. Philadelphia: Open University Press.

- Benkler, Y. (2006). *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom. Policy Futures in ...*. New Haven: Yale University Press. Retrieved from http://paigrain.debatpublic.net/docs/1_Symposium_PFIE_6_2_web.pdf
- Benko, R. (2008). *The Webster's Dictionary. How to Use the Web to Transform the World*. The Websters' Press.
- Bento, G. (1978). *O Movimento Sindical dos Professores: Finais da Monarquia e I República*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Blanc-gras, J. (2006). *L'évolution des relations sociales dans une société en mutation*. Université de la Méditerranée. Retrieved from http://www.evolution-relations-sociales.fr/dotclear/files/evolution_relations_sociales.pdf
- Bohman, J. (1998). Survey Article: The Coming of Age of Deliberative Democracy. *Journal of Political Philosophy*, 6(4), 400–425. doi:10.1111/1467-9760.00061
- Bonifácio, M. de F. (1982). A revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos. *Análise Social*, XVIII(71), 331–370. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41010341>
- Brás, J. V., & Gonçalves, M. N. (2009). A moralização da voz docente (Finais da monarquia e I República). In *X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 726–739). Braga: Universidade do Minho.
- Bruns, A. (2008). *Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond: From Production to Producership* (p. 418). New York: Peter Lang International Academic Publishers.
- Calhoun, E. (1993). Action research: Three approaches. *Educational Leadership*, 51(2), 62–65. Retrieved from <http://www.wiut.uz/wp/wp-content/uploads/2013/08/Action-research-3-approaches.doc>
- Cardoso, A. M. M. (2004). *A REVOLUÇÃO LIBERAL EM TRÁS-OS-MONTES (1820-1834). O POVO E AS ELITES*. ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Retrieved from <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7115/1/Tese de Doutoramento.pdf>
- Carman, C. (2010). The process is the reality: Perceptions of procedural fairness and participatory democracy. *Political Studies*, 58-4, 731–751. doi:10.1111/j.1467-9248.2010.00840.x
- Carver, S. (2001). The Future of Participatory Approaches Using Geographic Information : developing a research agenda for the 21 st Century. *Urisa Journal: Meeting on Access and Participatory Approaches in Using Geographic Information*, 61–71.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade*. (K. B. Gerhardt, Trans.). São Paulo: Editora Paz e Terra SA.

- Castells, M. (2001). *The Internet Galaxy: Reflections on the Internet, Business, and Society*. Oxford: Oxford University Press, USA. Oxford: USA: Oxford University Press.
- Castells, M. (2009). *Communication power*. Vasa. Oxford: Oxford University Press. Retrieved from http://soniapedrosebastiao.weebly.com/uploads/2/0/3/9/20393123/castells_2009_communication_power.pdf
- Castillo, V. H., Acosta-Díaz, R., Soriano-Equigua, L., Álvarez, J. L., Orozco, D., García, E., & González, I. M. G. (2014). An instrument for analyzing attitudes towards electronic participation services. In Á. Rocha, D. Fonseca, E. Redondo, L. P. Reis, & M. P. Cota (Eds.), *Actas de la 9ª Conferencia Ibérica de Sistemas y Tecnologías de Información*. Barcelona: AISTI (Asociación Ibérica de Sistemas y Tecnologías de Información).
- CEDEM14. (2014). CeDEM14: Conference for e-democracy and Open Government. In P. Parycek & N. Edelman (Eds.), *Proceedings of the International Conference for e-democracy and Open Government*. Edition Donau-Universität Krems, Austria. Retrieved from http://duweb.donau-uni.ac.at/imperia/md/content/departament/gpa/zeg/bilder/cedem/cedem14/cedem14_proceedings.pdf#page=404
- CGT. (2007). *Fonds cgt 1895-1940*. Paris, France: Institut CGT d'Histoire Sociale. Retrieved from <http://www.ihs.cgt.fr/spip.php?rubrique21>
- Chadwick, A. (2003). Bringing E-Democracy Back In: Why it Matters for Future Research on E-Governance. *Social Science Computer Review*, 21(4), 443–455. doi:10.1177/0894439303256372
- Chadwick, A., & May, C. (2003). Interaction between States and Citizens in the Age of the Internet: “e-Government” in the United States, Britain, and the European Union. *Governance - an International Journal of Policy, Administration and Institutions*, 16(2), 271–300. doi:10.1111/1468-0491.00216
- Chaison, G. (1996). *Union Mergers in Hard Times: The View from Five Countries*. (Cornell University Press, Ed.). Ithaca: USA: Industrial Labor Relations Press.
- Christiano, T. (1996). *The rule of the many: Fundamentals issues in democratic theory*. Boulder, CO: Westview Press.
- Clarke, P. B., & Foweraker, J. (2001). *Encyclopedia of Democratic Thought*. Routledge.
- Cohen, J. (1986). An Epistemic Conception of Democracy. *Ethics*, 97(1), 26–38. Retrieved from <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2381404?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21105249142363>
- Coleman, S. (2005). Blogs and the New Politics of Listening. *The Political Quarterly*, 76(2), 272–280. doi:10.1111/j.1467-923X.2005.00679.x

- Coleman, S. (2008). Doing IT for Themselves: Management Versus Autonomy in Youth E- citizenship. In L. Bennett (Ed.), *Civic Life Online: Learning How Digital Media Can Engage Youth* (MIT Press., pp. 189–206). Cambridge, MA: MIT Press. doi:10.1162/dmal.9780262524827.189
- Coleman, S., & Blumler, J. (2009). *The Internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*. Cambridge University Press.
- Coleman, S., & Gotze, J. (2001). *Bowling Together: Online Public Engagement in Policy Deliberation*. (H. Society, Ed.). London: Hansard Society.
- Corbett, S. (2011). Curation nation: how to win in a world where consumers are creators. *Prometheus*, 29(2), 184–187. doi:10.1080/08109028.2011.616029
- Correia, M., Alves, P., Garrido, U., Gonçalves, L., & Fidalgo, F. (2012). Sindicatos portugueses, utilização da Internet e culturas digitais. In *VII Congresso Português de Sociologia*. Porto: Universidade do Porto.
- COUNCIL OF EUROPE. (2009). Recommendation CM/Rec (2009) of the Committee of Ministers to member states on electronic democracy (e-democracy). *Committee of Ministers*. Retrieved from <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1410627>
- COUNCIL OF EUROPE. (2013). *World Forum for Democracy: Connecting institutions and citizens in the digital age* (p. 74). Strasbourg, France: Council of Europe Secretariat. Retrieved from http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/news/wfd/2013report_en.pdf
- Creighton, J. (2005). *The Public Participation Handbook: Making Better Decisions Through Citizen Involvement*. San Francisco: USA: Jossey-Bass, John Wiley & Sons.
- Cruickshank, P., Edelmann, N., & Smith, C. (2010). Signing a an e-petition as a transition from lurking to participation. In M. Chappellet, J., Glassey, O., Janssen, M., Macintosh, A., Scholl, J., Tambouris, E., Wimmer (Ed.), *Electronic Government and Electronic Participation* (pp. 275–282). Linz, Austria: Trauner.
- Cruickshank, P., & Smith, C. (2009). Self-efficacy as a factor in evaluation of e-petitions. In Alexander & P. and P. Parycek (Eds.), *Proceedings of EDEM 2009 - Conference on Electronic Democracy* (pp. 223–232). Vienna: Austria.
- Cruz, M. B. da. (1990). *A sindicalização dos professores - resultados de um inquérito*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement: Citizens, Communication and Democracy*. New York: Cambridge University Press.
- DESA. (2005). *UN Global E-government Readiness Report 2005 From E-government to E-inclusion* (p. 270). New York, United States: United Nations. Retrieved from <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/UN/UNPAN021888.pdf>

- Devaraj, S., Krajewski, L., & Wei, J. (2007). Impact of eBusiness technologies on operational performance: The role of production information integration in the supply chain. *Journal of Operations Management*, 25(6), 1199–1216. doi:10.1016/j.jom.2007.01.002
- Diamond, W., & Freeman, R. (2002). Will unionism prosper in cyberspace? The promise of the Internet for employee organization. *British Journal of Industrial ...*, 40(3), 569–596. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8543.00247/abstract>
- Domscheit-Berg, D., & Klopp, T. (2011). *Nos bastidores da Wikileaks*. (M. Belo, Trans.). Lisboa: Grupo Leya.
- Effing, R., Hillegersberg, J. V., & Huibers, T. (2011). Social Media and Political Participation: Are Facebook, Twitter and YouTube Democratizing Our Political Systems? In E. Tambouris, A. Macintosh, & H. Bruijn (Eds.), *Third International Conference on eParticipation (ePart 2011)* (pp. 25–35). SpringerLink: LNCS 6847.
- Elliott, J. (1991). *Action Research for Educational Change*. Philadelphia: Open University Pres.
- Estanque, E., Silva, L., Vêras, R., Ferreira, A. C., & Costa, H. (2005). *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. (V. Sguissardi, Ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Farivar, C. (2011). *The Internet of Elsewhere. The emergent effects of a wired world*. Rutgers University Press.
- FEDERAL ELECTION COMMISSION. (2008). *Official President General Election Results*. Public Disclosure Division, Office of Communications, Federal Election Commission. Retrieved from www.fec.gov/pubrec/fe2008/2008presgeresults.pdf
- Fedotova, O., Teixeira, L., & Alvelos, H. (2012). E-participation in Portugal: evaluation of government electronic platforms. *Procedia Technology*, 5, 152–161. doi:10.1016/j.protcy.2012.09.017
- Fernandes, E. (1999). *Estatística aplicada*. Braga: Universidade do Minho. Retrieved from <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Estatística+aplicada#5>
- Fernandes, R. (1989). *O despertar do Associativismo Docente em Portugal*. (Instituto Irene Lisboa, Ed.). Lisboa: Editorial Caminho SA.
- Ferreira, V. (2011). *Caracterização das iniciativas de e-participação nas autarquias portuguesas*. Universidade do Minho. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19835/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o - V%C3%ADtor Manuel Azevedo Ferreira - 2011.pdf>

- Ferro, E., & Molinari, F. (2010). Making Sense of Gov 2.0 Strategies: “No Citizens, No Party.” *JeDEM-eJournal of eDemocracy*, 2(1), 56–68. Retrieved from <http://www.jedem.org/index.php/jedem/article/view/13>
- Fico, C., & Ferreira, M. (2008). *Ditadura e democracia na América Latina - Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Getulio Vargas.
- Fiorito, J. (2001). CyberUnion: Empowering Labor through Computer. *Relations Industrielles*, 56(4), 820. doi:10.7202/000114ar
- Fishkin, J. (1991). *Democracy and Deliberation: New Directions for Democratic Reform*. New Haven: Yale University Press.
- Fonseca, A. F. da, Alturas, B., & Martins, A. (2014). Estratégia nas redes sociais das empresas de telecomunicações móveis a atuar em Portugal. In *9th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI), 2014*. Barcelona: IEEE. doi:10.1109/CISTI.2014.6877019
- Freire, J., Lousada, M. A., Graça Carpinteiro, C., Gonçalves, A. P. D., Antunes, L., Rego, R., & Rodrigues, M. de L. (2004). *Associações profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Freire, M., Fortes, N., & Barbosa, J. (2014). Decisive Factors for the Adoption of Technology in E-Government Platforms. In Á. Rocha, D. Fonseca, E. Redondo, L. P. Reis, & M. P. Cota (Eds.), *Actas de la 9ª Conferencia Ibérica de Sistemas y Tecnologías de Información* (pp. 264–269). Barcelona: AISTI (Asociación Ibérica de Sistemas y Tecnologías de Información).
- Friedman, T. (2010). *O Mundo é Plano – Uma História Breve do Século XXI* (10ª ed.). Lisboa: Actual Editora.
- Fuchs, C. (2008). *Internet and Society: social theory in the information age*. New York: Routledge. Retrieved from <http://fuchs.uti.at/books/internet-society/>
- Fung, A. (2006). Varieties of participation in complex governance. *Public Administration Review*, 66(1991), 66–75. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6210.2006.00667.x/full>
- Gatautis, R., Stravinskiene, J., & Gudauskas, R. (2011). Users Engagement In ICT Based Public Discussions: Evidences From Pilot Action. *Economics and Management*, 1253–1258. Retrieved from <http://www.ktu.edu/lt/mokslas/zurnalai/ekovad/16/1822-6515-2011-1253.pdf>
- Gaxotte, P. (1957). *La Révolution française*. Paris: Librairie Arthème Fayard. Retrieved from <http://www.worldcat.org/title/revolution-francaise/oclc/751332411>
- Gibson, R., & Ward, S. (2008). Introduction: e-Politics – the Australian experience. *Australian Journal of Political Science*, 43(1), 1–11. doi:10.1080/10361140701842524

- Girish, J., Gulati, J., Yates, D. J., & Tawileh, A. (2010). Towards E-participation in the Middle East and Northern Europe. In C. Reddick (Ed.), *Integrated Series in Information Systems - Comparative e-Government*. Springer. doi:10.1007/978-1-4419-6536-3
- GlobalVoices. (2012). Portugal:Ativistas digitais ao serviço da cidadania. Retrieved from <http://pt.globalvoicesonline.org/2012/10/20/portugal-activismo-digital-cidadania/>. Consultado em Fevereiro 2014.
- Goot, M. (2008). Is the News on the Internet Different? Leaders, Frontbenchers and Other Candidates in the 2007 Australian Election. *Australian Journal of Political Science*, 43, 99–110.
- Goscha, C. (2004). “THE MODERN BARBARIAN”: NGUYEN VAN VINH AND THE COMPLEXITY OF COLONIAL MODERNITY IN VIETNAM. *European Journal of East Asian Studies*, 3(1), 135–169. Retrieved from <http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?sid=970ce67e-ec06-4a2a-a25d-526620181c55%40sessionmgr4004&vid=0&hid=4214&bdata=JnNpdGU9ZWwhvc3QtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#db=a9h&AN=14491259>
- Gouveia, L. B. (2004). *Local E-Government – a Governação Digital na Autarquia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A.
- Grácio, R. (1983). O Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o caetanismo. *Análise Social*, XIX, 757–791. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41010429>
- Greengard, S. (2009). The first Internet President. *Communications of the ACM*, 52(2), 16–18. Retrieved from <http://cacm.acm.org/magazines/2009/2/19315-the-first-internet-president/abstract>
- Gronlund, A. (2002). Introduction to the Special Issue on E-democracy in Practice: Methods, Infrastructures and Discourse. *E-Service Journal*, 2(1), 3–8. Retrieved from <http://www.jstor.org/discover/10.2979/ESJ.2002.2.1.3?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21101222851681>
- Grönlund, Å. (2009). ICT is not participation is not democracy – eParticipation development models revisited. In A. Macintosh & E. Tambouris (Eds.), *Proceedings of 1st international conference on electronic participation, ePart 2009* (pp. 12–23). Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag LNCS 5694. Retrieved from http://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-642-03781-8_2#page-1
- Habermas, J. (1985). Civil Disobedience: Litmus Test for the Democratic Constitutional State. *Berkeley Journal of Sociology*, 30, 95–116.
- Hacker, K., Dijk, V., & Jan, A. G. (2000). *Digital democracy: issues of theory and practice*. Sage Publications.

- Hansen, H., & Reinau, K. (2006). The citizens in e-participation. In *Electronic Government -5th International Conference, EGOV 2006* (pp. 70–82). Krakow - Poland: Springer Berlin Heidelberg.
- Held, D. (2006). *Models of democracy* (2nd ed.). Stanford: California: Stanford University Press.
- Hogan, J. M. C. (2006). *The internet and the politics and processes trade of unionism*. University of Leeds.
- Hopkins, D. (2002). *A Teacher's Guide to Classroom Research. Edition: 3rd*. Philadelphia: Open University Press.
- Hult, M., & Lennung, S. (1980). Towards a definition of action research: a note and bibliography. *Journal of Management Studies*, 17(2), 24–50. Retrieved from <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-6486.1980.tb00087.x/abstract>
- Hyman, R. (2007). How Can Trade Unions Act Strategically? *Transfer: European Review of Labour and Research*, 13(2), 193–210.
- IAP2. (2007). IAP2 Spectrum of Public Participation. *International Association for Public Participation*. Retrieved from <http://c.yimcdn.com/sites/www.iap2.org/resource/resmgr/imported/spectrum.pdf>
- Institut CGT d'Histoire Sociale. (n.d.). Documents historiques. *Confédération Générale des Travailleurs*. Retrieved from <http://www.ihs.cgt.fr/spip.php?rubrique4>
- Isernia, P., & Fishkin, J. S. (2014). The EuroPolis Deliberative Poll. *European Union Politics*. doi:10.1177/1465116514531508
- Islam, S. (2008). Towards a sustainable e-participation implementation model. *European Journal of ePractice*, 5(10).
- James McKernan. (1996). *Curriculum Action Research: A Handbook of Methods and Resources for the Reflective Practitioner* (2nd ed.). Routledge.
- Jeong, D. Y., & Aguilera, R. V. (2008). The Evolution of Enterprise Unionism in Japan: A Socio-Political Perspective. *British Journal of Industrial Relations*, 46(1), 98–132. doi:10.1111/j.1467-8543.2007.00668.x
- Jungherr, A., & Jürgens, P. (2010). The Political Click: Political Participation through E-Petitions in Germany. *Policy & Internet*, 2(4), 127–161. doi:10.2202/1944-2866.1084
- Karpf, D. (2010). Online Political Mobilization from the Advocacy Group's Perspective: Looking Beyond Clicktivism. *Policy & Internet*, 2(4), 7–41. doi:10.2202/1944-2866.1098
- Kemmis, S., & McTaggart, R. (1988). *The action research planner*. Geelong: Deakin University Press.

- Kemmis, S., & McTaggart, R. (2000). Participatory Action Research. In N. Denzin & Y. Lincoln. (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage Publications.
- Kemmis, S., & McTaggart, R. (2005). Participatory Action Research: Communicative Action and the Public Sphere. In N. Denzin & Y. LINCOLN (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research. 3rd ed.* London: SAGE Publications.
- Kim, D., Yue, K.-B., Hall, S., & Gates, T. (2009). Global Diffusion of the Internet XV: Web 2.0 Technologies, Principles, and Applications: A Conceptual Framework from Technology Push and Demand Pull Perspective. *Communications of the Association for Information Systems, 24*(38). Retrieved from <http://aisel.aisnet.org/cais/vol24/iss1/38>
- Klein, H. S. (2011). *A Concise History of Bolivia*. Cambridge University Press. doi:<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511976964>
- Korzeniewicz, R. P. (2000). Democracy and Dictatorship in Continental Latin America During the Interwar Period. *Studies in Comparative International Development, 35*(1), 41–72. doi:10.1007/BF02687450
- Koshy, V. (2005). *Action Research for Improving Practice*. London: SAGE.
- Kostakis, V. (2011). The advent of open source democracy and wikipolitics: challenges, threats and opportunities for democratic discourse. *Human Technology, 7*(1), 9–29.
- Kotsiopoulou, I., Pappadimitriou, N., & Kolomvov, G. (2009). *Bringing together and accelerating eGovernment Research in the EU*. EU Institutions: European Commission. Retrieved from <http://www.epractice.eu/en/library/292972>
- Kuhne, G. W., & Quigley, B. A. (1997). Understanding and Using Action Research in Practice Settings. *New Directions for Adult and Continuing Education, 1997*(73), 23–40. doi:10.1002/ace.7302
- Lange, A., Mitchell, S., Stewart-Weeks, M., & Vila, J. (2008). *The connected republic and the power of social networks*. Cisco Internet Business Solutions Group. Retrieved from <http://www.openforum.com.au/files/The Connected Republic and the Power of Social Networking July 2008.pdf>
- Larman, C. (2004). *Applying UML and Patterns: An Introduction to Object-Oriented Analysis and Design and Iterative Development*. Addison Wesley.
- Leite, I. (2003). *Sindicatos, trabalho e educação: um estudo do posicionamento do sindicalismo docente brasileiro e portugueses durante a década de 1990*. Universidade do Porto. Retrieved from <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53508>
- Lénine, V. I. (2011). *O Estado e a Revolução*. (Edições Avante, Ed.) (4ª ed.). Lisboa: Edições Avante.

- Lévesque, C., & Murray, G. (2010). Understanding Union Power: Resources and Capabilities for Renewing Union Capacity. *European Review of Labour and Research*, 16(3), 333–350.
- Li, C. (2007). *Social Technographics: Mapping Participation in Activities Forms the Foundation of a Social Strategy*. Cambridge: MA. Forrester Research.
- Lindner, R., & Riehm, U. (2009). Electronic Petitions and Institutional Modernization: International Parliamentary E-Petition Systems in Comparative Perspective. *eJournal of eDemocracy*, 1(1), 1–11.
- Lindner, R., & Ulrich, R. (2008). Electronic petitions and the relationship between institutional contexts, technology and political participation. In P. Parycek & A. Prosser (Eds.), *Edem2008: International Conference on Electronic Government and Electronic Participation* (pp. 116–126). Linz, Österreichische: Computer Gesellschaft. Retrieved from http://www.researchgate.net/publication/26920602_Electronic_petitions_and_the_relationship_between_institutional_contexts_technology_and_political_participation/file/9fcfd5058ae535c5e8.pdf
- Lourenço, R. (2014, January 18). O guru tecnológico de Obama. *Jornal Expresso - Revista*, pp. 23–27. Lisboa. Retrieved from <http://expresso.assineja.pt/V/revista/2151>
- Lourenço, R., & Costa, J. (2007). Incorporating citizens' views in local policy decision making processes. *Decision Support Systems*, 43(4), 1499–1511. doi:10.1016/j.dss.2006.06.004
- Lukensmeyer, C. J., & Torres, L. H. (2006). *Public Deliberation : A Manager ' s Guide to Citizen Engagement*. IBM Center for the Business of Government. Retrieved from http://www.whitehouse.gov/files/documents/ostp/opengov_inbox/ibmpubdelib.pdf
- Macintosh, A. (2004). Characterizing e-participation in policy-making. In *Proceedings of the 37th Hawaii International Conference on System Sciences* (Vol. 00, pp. 1–10). IEEE Press. Retrieved from http://ieeexplore.ieee.org/xpls/abs_all.jsp?arnumber=1265300
- Macintosh, A. (2008). E-Democracy and E-Participation Research in Europe. In H. Chen, L. Brandt, V. Gregg, R. Traunmüller, S. Dawes, E. Hovy, ... C. A. Larson (Eds.), *Digital government: e-government research, case studies, and implementation* (Vol. 17). Boston, MA: Springer US. doi:10.1007/978-0-387-71611-4
- Macintosh, A., Coleman, A., & Lalljee, M. (2005). *e-Methods for public engagement: Local Authorities communicate with citizens*. Bristol: Bristol City Council.
- Macintosh, A., Coleman, S., & Schneeberger, A. (2009). eParticipation: The research gaps. In A. Macintosh & E. Tambouris (Eds.), *Proceedings of 1st international*

conference on electronic participation, ePart 2009 (pp. 1–11). Berlin/Heidelberg: Springer- Verlag LNCS 5694.

- Macintosh, A., & Whyte, A. (2008). Towards an evaluation framework for eParticipation. *Transforming Government: People, Process & Policy*, 2(1), 16–30. doi:<http://dx.doi.org/10.1108/17506160810862928>
- Macnamara, J. (2010). The quadrivium of online public consultation: Policy, culture, resources, technology. *Australian Journal of Political Science*, 45(2), 1–16. Retrieved from <http://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/65362/SSRN-id1085295.pdf?sequence=1>
- MacShane, D., Plaut, M., & Ward, D. (1984). *Powers!: Black workers, their unions and the struggle for freedom in South Africa*. Boston: South End Press. Retrieved from http://books.google.pt/books?id=rLrJ-_78SB0C
- Magalhães, R. (2011). *A Reforma de Jaime Moniz (1894 / 95) Notas Dissonantes - Um estudo à luz do Jornal Educação Nacional*. Universidade do Porto. Retrieved from <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57068/2/TESEMESRAQUELMAGALHES000142045.pdf>
- Maloney-Krichmar, D., & Preece, J. (2005). A multilevel analysis of sociability, usability, and community dynamics in an online health community. *ACM Transactions on Computer-Human Interaction*, 12(2), 201–232. doi:10.1145/1067860.1067864
- Mambrey, P. (2008). From participation to e-participation. In *Proceedings of the 2nd International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance - ICEGOV '08* (p. 355). New York, New York, USA: ACM Press. doi:10.1145/1509096.1509170
- MANIN, B. (1987). On Legitimacy and Political Deliberation. *Political Theory*, 15(3), 338–368. doi:10.1177/0090591787015003005
- Mantilla, C. C. (2009). e-democracy and inclusion: the role for government agencies in mobilizing participation. In & T. J. J. Davies (Ed.), *Proceedings of the 3rd International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance - ICEGOV '09* (p. 211). New York, New York, USA: ACM Press. doi:10.1145/1693042.1693085
- Medaglia, R. (2012). eParticipation research: Moving characterization forward (2006–2011). *Government Information Quarterly*, 29(3), 346–360. doi:10.1016/j.giq.2012.02.010
- Medina, J. (1981). Um semanário anarquista durante o primeiro Governo Afonso Costa: «Terra Livre». *Análise Social*, XVII, 735–765. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41010285>

- Meijer, A., Burger, N., & Ebbers, W. (2009). Citizens4Citizens: Mapping Participatory Practices on the Internet. *Electronic Journal of E-Government*, 7(1), 99–112.
- Metochi, M. (2002). The Influence of Leadership and Member Attitudes in Understanding the Nature of Union Participation. *British Journal of Industrial Relations*, 40(1), 87–111.
- Miller, L., & Williamson, A. (2008). *Digital Dialogues: Third Phase Report August 2007-August 2008*. London: Hansard Society.
- Minsk, C., Poh, S., & Siew, P. (2007). Web 2.0 concepts and technologies for dynamic B2B integration. *2007 IEEE Conference on Emerging Technologies & Factory Automation (EFTA 2007)*, 315–321. doi:10.1109/EFTA.2007.4416784
- Morgado, I., & Rosas, A. (2010). *Cidadania digital*. Covilhã: Livros Labcom. Retrieved from http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20101103-morgado_rosas_cidadania_2010.pdf
- Morlino, L., & University of Aberdeen. (2009). *Qualities of democracy: how to analyze them*. (Centre for the Study of Public Policy, Ed.) *Studies in Public Policy* (Vol. 465). Aberdeen: University of Aberdeen, Scotland. Retrieved from <https://ifind.swan.ac.uk/discover/Record/592440#.UuEa8BCp0kI>
- Morozov, E. (2011). *The Dark Side of the Internet Freedom: The Net Delusion* (1st ed.). New York: Public Affairs.
- Mumford, E. (2006). The Story of Socio-Technical Design: Reflections on its Successes, Failures and Potential. *Information Systems Journal*, 16(4), 317–342.
- Musser, J., & O'Reilly, T. (2007). *Web 2.0 principles and best practices*. (S. St.Laurent, Ed.). Sebastopol: O'Reilly Media, Inc. Retrieved from [http://worknetlab.tk/docs/design/web design/web-2-0-principles-and-best-practices-oreilly-radar.9780596527693.28481.pdf](http://worknetlab.tk/docs/design/web%20design/web-2-0-principles-and-best-practices-oreilly-radar.9780596527693.28481.pdf)
- Nagourney, A. (2008). Obama Elected President as Racial Barrier Falls. *New York Times*. New York. Retrieved from http://www.nytimes.com/2008/11/05/us/politics/05elect.html?pagewanted=all&_r=0
- Newcombe, R. (1998). Two-sided confidence intervals for the single proportion: comparison of seven methods. *Statistics in Medicine*, 17, 857–872. Retrieved from <http://psych.stanford.edu/~jlm/pdfs/Newcombe98SingleProp.pdf>
- Nielsen, J., & Tognazzini, B. T. (2014). Participation Inequality: Encouraging More Users to Contribute. Retrieved from <http://www.nngroup.com/articles/participation-inequality/>
- Noronha, M. de. (1993). *Sindicalismo: que futuro?*. Lisboa: Clássica Editora.

- Nóvoa, A. (1987). *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle)* (Instituto .). Coimbra: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Nunes, A., Cabrita, D., Martins, E., Rocha, F. C., Cartaxo, J. E., Kalidás, B., & Ranita, V. (2011). *Contributos para a história do movimento operário e sindical: das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP-IN.
- Nye, J. (2010). *The Future of Power*. Washington, DC: PublicAffairs.
- Nye, J., Zelikow, P., & King, D. (1997). *Why people don't trust government*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Nyholm, I., & Haveri, A. (2009). Between government and governance—local solutions for reconciling representative government and network governance. *Local Government Studies*, 35(1), 109–124. Retrieved from <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03003930802574516>
- O'Leary, Z. (2004). *The essential guide to doing research*. London: Sage Publications. Retrieved from <http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=ItKeqNfgNW0C&oi=fnd&pg=PA1&dq=The+essential+guide+to+doing+research&ots=pKam8F5tcN&sig=AnT31mKnBD1Mb516sAND92Vpsx8>
- O'Reilly, T. (2007). What is Web 2.0: Design patterns and business models for the next generation of software. *Communications and Strategies*, (65), 17–37. Retrieved from https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN_ID1008839_code785949.pdf?abstractid=1008839&mirid=1
- OBERCOM. (2012). *Sociedade em rede: A Internet em Portugal 2012*. Lisboa, Portugal: Publicações OBERCOM-Observatório da Comunicação.
- OBERCOM. (2014). *A Internet em Portugal: Sociedade em rede 2014* (pp. 1–22). Portugal: Obercom-Observatório da Comunicação.
- OCDE. (2003). *Promise and Problems of E-democracy: Challenges of Online Citizen Engagement*. Paris: OECD Publications Service. Retrieved from <http://www.oecd.org/governance/public-innovation/35176328.pdf>
- Ong, C.-S., & Wang, S.-W. (2009). Managing citizen-initiated email contacts. *Government Information Quarterly*, 26(3), 498–504. doi:10.1016/j.giq.2008.07.005
- Osimo, D. (2008). *Web 2.0 in government: Why and how. Institute for Prospective Technological Studies (IPTS), ...* Luxembourg: European Commission-Institute for Prospective Technological Studies. Retrieved from <ftp://ftp.jrc.es/pub/EURdoc/EURdoc/JRC45269.pdf>

- Östling, A. (2011). How democratic is e-participation? In *Proceedings of the International Conference for E-Democracy and Open Government* (pp. 59–70). Danube University Krems, Austria: Edition Donau-Universität Krems. Retrieved from http://www.donau-uni.ac.at/imperia/md/content/bibliothek/verlag/cedem11_proceedings.pdf
- Øystein Sæbø, Rose, J., & Nyvang, T. (2009). The Role of Social Networking Services in eParticipation. In A. Macintosh & E. Tambouris (Eds.), *Electronic Participation - ePart2009* (pp. 46–55). Linz: Springer Berlin Heidelberg.
- Panagiotopoulos, P. (2011). *An institutional perspective on information and communication technologies in governance. ... of Information Systems, Computing and ...* BRUNEL UNIVERSITY, London. Retrieved from <http://bura.brunel.ac.uk/handle/2438/6437>
- Panagiotopoulos, P. (2012). Towards unions 2.0: rethinking the audience of social media engagement. *New Technology, Work and Employment*, 27(3), 178–192. doi:10.1111/j.1468-005X.2012.00287.x
- Panagiotopoulos, P., Sams, S., Elliman, T., & Fitzgerald, G. (2011). Do social networking groups support online petitions? *Transforming Government: People, Process and Policy*, 5(1), 20–31. doi:10.1108/17506161111114626
- Panopoulou, E., Tambouris, E., & Tarabanis, K. (2009). eParticipation initiatives: How is Europe progressing? *European Journal of ePractice*, 7, 15–26.
- Pato, H. (2009). Contributos para a história do sindicalismo docente. In Universidade Lusófona (Ed.), *Memórias do Associativismo e sindicalismo docentes*. Lisboa: Federação Nacional de Professores. Retrieved from http://spzs.pt/ficheiros/2014/helena_pato_contributos_historia_sindicalismo_docente.pdf
- Peixoto, T. (2009). Beyond Theory: e-Participatory Budgeting and its Promises for eParticipation. *European Journal of ePractice*, 7.
- Peters, J. M. (1997). Reflections on Action Research. *New Directions for Adult and Continuing Education*, 1997(73), 63–72. doi:10.1002/ace.7304
- Pina, I. (2011). *Participação pública e SIG: do potencial à prática, da prática aos resultados* Discussão Pública do PDM de Lisboa. Universidade de Lisboa.
- Pinnock, S. (2005). Organizing virtual environments: national union deployment of the blog and new cyberstrategies. *The Journal of Labor Society*, 8(4), 457–468.
- Pintassilgo, J. (2008). O associativismo docente do ensino liceal português durante o período republicano e a sua imprensa. *Revista Lusófona de Educação*, 12, 79–96. Retrieved from <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/612/507>

- PORDATA. (2013). Base de Dados Portugal Contemporâneo. *FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos*. Retrieved from <http://www.pordata.pt>
- PORDATA. (2014a). Base de Dados Portugal Contemporâneo. *FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos*. Retrieved from <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+real+de+escolarizacao-987>
- PORDATA. (2014b). Base de Dados Portugal Contemporâneo. *FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos*. Retrieved from <http://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Sociedade+de+Informacao+e+Telecomunicacoes-92>
- PORDATA. (2014c). Base de Dados Portugal Contemporâneo. *FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos*. Retrieved from <http://www.pordata.pt/Portugal/Docentes+em+exercicio+nos+ensinos+pre+escolar++basico+e+secundario+total+e+por+nivel+de+ensino-240>
- Preece, J., & Shneiderman, B. (2009). The Reader-to-Leader Framework: Motivating Technology-Mediated Social Participation. *AIS Transactions on Human - Computer Interaction*, 1(1), 13–32.
- Prosser, A., & Müller-Török, R. (2002). E-Democracy: Eine neue Qualität im demokratischen Entscheidungsprozess. *Wirtschaftsinformatik*, 44(6), 545–556. doi:10.1007/BF03250873
- PSF. (2014). La Revue Socialiste. *Bibliothèque Nationale de France*. Retrieved from <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32861464v/date.r=La+Revue+socialiste+.langFR>
- Putman, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- Quental, C., & Gouveia, L. B. (2014). Web platform for public e-participation management : a case study. *International Journal of Civic Engagement and Social Change (IJCESC)*. doi:10.4018/IJCES
- Rainie, L., & Smith, A. (2008). *The Internet and the 2008 Election*. USA: Pew Internet & American Life Project report. Retrieved from <http://www.pewinternet.org/2008/06/15/the-internet-and-the-2008-election/>
- Rego, R., Alves, P., Silva, J., & Naumann, R. (2013). Os sítios na internet dos sindicatos portugueses: navegação à vista? *Sociologia, Problemas E Práticas*, 93–110. doi:10.7458/SPP2013732809
- Rego, R., Naumann, R., & Alves, P. (2010). Towards a typology of trade unions uses of the Internet: preliminary data on the Portuguese case. In *9th Congress of the International Industrial Relations Association*. Copenhagen: FAOS. Retrieved from <http://faos.ku.dk/pdf/iirakongres2010/track1/12.pdf>
- Ricardo, M. (2004). A emergência do sindicalismo docente na imprensa do Estado Novo: os grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES).

Revista Lusófona de Educação, 4, 133–138. Retrieved from http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/1413/Educacao04_Ricardo.pdf?sequence=1

- Rocha, A., Silva, C., Lamas, M., Castro, R., & Silva, S. (2005). Governo electrónico nas juntas de freguesia: situação na região do Minho. In *Actas da 5ª Conferência da Associação Portuguesa de Sstemas de Informação*. Bragança. Retrieved from <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/3346>
- Rosa, E. (2005). *Como Aumentar a Eficácia da Comunicação Sindical*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Retrieved from <http://www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documents/2005/TESE-MESTRADO-ISCTE-Eficacia-Comunicacao-Sindicall.pdf>
- Rose, J., & Sæbø, Ø. (2010). Designing Deliberation Systems. *The Information Society*, 26(3), 228–240. doi:10.1080/01972241003712298
- Rose, W., & Grant, G. (2010). Critical issues pertaining to the planning and implementation of e-government initiatives. *Government Information Quarterly*, 27(1), 26–33. doi:10.1016/j.giq.2009.06.002
- Rosenbaum, S. (2011). *Curation Nation: How to Win in a World Where Consumers are Creators*. McGraw-Hill.
- Sæbø, Ø., Rose, J., & Skiftenes Flak, L. (2008). The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. *Government Information Quarterly*, 25(3), 400–428. doi:10.1016/j.giq.2007.04.007
- Sagnes, J. (1995). *Histoire du syndicalisme dans le monde : Des origines à nos jours*. (T. : E. Privat, Ed.) (p. 575). Toulouse: Editions Privat.
- Sanford, C., & Rose, J. (2007). Characterizing eParticipation. *International Journal of Information Management*, 27(6), 406–421. doi:10.1016/j.ijinfomgt.2007.08.002
- Santos, B. de S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, J. de A. (2012). *Media e Poder - O poder mediático e a erosão da Democracia Representativa*. Lisboa: Nova Vega.
- Santos, L., Esteves, J., & Gonçalves, C. (2012). Ética, política e educação em Aristóteles. *Congresso Internacional Interdisciplinar Em Ciências Sociais E Humanidades*, 1–23.
- Santos, V. (2010). A “Era do conhecimento” e as Problemáticas globais: Manifestações de Cidadania Participativa na Sociedade da Informação. In I. Morgado & A. Rosas (Eds.), *Cidadania digital* (pp. 41–58). Covilhã: Livros Labcom.

- Santucci, D. (2007). Studying e-petitions: State of the art and challenges. In *ESF-LiU Conference Electronic Democracy: Achievements and Challenges* (pp. 21–25). Vadstena, Sweden.
- Sartori, G. (2000). *Homo Videns – Televisão e pós-pensamento*. Lisboa: Terramar.
- Schneider, S. M. (1997). *Expanding the Public sphere through Computer-Mediated Communication: Political discussion about abortion in a Usenet newsgroup*. Massachusetts Institute of Technology.
- Scott, J. (1976). *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. *The Journal of Politics* (Vol. 39). Yale University.
- Seaton, J. (2005). The Scottish Parliament and E-Democracy. *Aslib Proceedings*, 57(4), 333–337.
- Sebastião, S., Pacheco, A., & Santos, M. (2012). Cidadania Digital e Participação Política: O Caso das Petições Online e do Orçamento Participativo. *Estudos Em Comunicação*, 11, 29–48.
- Sejersted, F. (2011). *The Age of Social Democracy: Norway and Sweden in the Twentieth Century* (p. 560). Princeton University Press.
- Shah, A. (2007). *Participatory budgeting*. Washington, DC: The World Bank. doi:10.1596/978-0-8213-6923-4
- Shostak, A. (2002). Empowering Labor Through Computer Technology. In A. Shostak (Ed.), *CyberUnion Handbook: Transforming Labor Through computer technology*. New York: M E Sharpe Inc.
- Silva, M. C. da. (2000). Um olhar sobre a evolução da Europa social. *Sociologia, Problemas E Práticas*, 55–68. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10071/384>
- Smith, R. (2006). Theories of Digital Participation. In M. Campagna (Ed.), *GIS for Sustainable Development* (pp. 37–54). Taylor & Francis. Retrieved from <http://www.taylorandfrancis.com/books/details/9780849330513/>
- Smith, S. (2006). *Subterranean Fire: A History of Working-Class Radicalism in the United States*. HaymarketBooks.
- Smith, S., & Dalakiouridou, E. (2009). Contextualizing Public (e)Participation in the Governance of the European Union. *European Journal of ePractice*, 7(March). Retrieved from <http://www.epractice.eu/files/ePractice-Journal-Volume-7.pdf>
- Soares, N. (2004). 30 anos de sindicalismo responsável. *Sindicato Dos Professores Da Zona Norte*.
- Sousa, A. A., Agante, P., & Gouveia, L. B. (2011). iLeger - a Web based Application for Participative Elections. In *Third International Conference on eParticipation (ePart 2011)* (pp. 228–239). Delft, Netherlands: Springer-Verlag LNCS 6847.

- Sousa, A., Agante, P., & Gouveia, L. B. (2010). Governmenter: Monitoring Government Performance. A Web based Application proposal. In *EGOVIS 2010 - International Conference on Electronic Government and the Information Systems Perspective* (pp. 158–165). Bilbao, Spain: Springer-Verlag LNCS 6267.
- Sousa, A., Agante, P., & Gouveia, L. B. (2012). A worked proposal on eParticipation for state wide elections. In *International Conference on Electronic Government and the Information Systems Perspective and International Conference on Electronic Democracy – EGOVIS/EDEM 2012 - Advancing Democracy, Government and Governance* (pp. 178–190). Vienna: Austria: Springer-Verlag LNCS 7452.
- Sousa, A., Agante, P., & Gouveia, L. B. (2013). Model of Digital Mediation for Direct Public Participation in Electoral Periods. How important are the Media? In *Proceedings of ICEGOV 2013*. Seoul, Republic of Korea: ACM.
- Sousa, A., Agante, P., Quental, C., & Gouveia, L. B. (2014). Model of Digital Mediation to support Communication between Teachers Unions and the Education Community. In *International Conference on Electronic Government and the Information Systems Perspective*. Munich: EGOVIS 2014.
- Sousa, H. (2011). *SINDICALIZAÇÃO: A VIDA POR DETRÁS DAS ESTATÍSTICAS* (pp. 1–50). Lisboa. Retrieved from http://www.fcsh.unl.pt/scd/extra/pdf/wp_hs_2011.pdf
- Staiou, E.-R., & Gouscos, D. (2010). Socializing E-governance: A Parallel Study of Participatory E-governance and Emerging Social Media. In C. Reddick (Ed.), *Integrated Series in Information Systems - Comparative e-Government* (pp. 553–559).
- Stoer, S. (1983). A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»? *Análise Social, XIX*, 793–822. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465326H7aDW8sd7Bn98GQ5.pdf>
- Stoer, S. (1985). A Revolução de Abril e o sindicalismo dos professores em Portugal. *Cadernos de Ciências Sociais, 26*, 49–70. Retrieved from <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC26/26-AREvolucao.pdf>
- Stoleroff, A., & Naumann, R. (1994, September). A Sindicalização em Portugal: A Sua Medida e a Sua Distribuição. *Sociologia: Problemas E Práticas, Nº 14*, 19–47.
- Stromer-Galley, J. (2000). On-Line Interaction and Why Candidates Avoid It. *Journal of Communication, 50*(4), 111–132.
- Susha, I., & Grönlund, Å. (2012). eParticipation research: Systematizing the field. *Government Information Quarterly, 29*(3), 373–382. doi:10.1016/j.giq.2011.11.005
- Tambouris, E., Liotas, N., & Tarabanis, K. (2007). A Framework for Assessing eParticipation Projects and Tools. In *2007 40th Annual Hawaii International*

Conference on System Sciences (HICSS'07) (pp. 90–98). IEEE.
doi:10.1109/HICSS.2007.13

- Tavares, M. (2004). Escola e sindicalismo docente: os Grupos de Estudo nos Cadernos“ O Professor.” *Revista Lusófona de Educação*, 4, 139–146. Retrieved from <http://recil.ulusofona.pt/handle/10437/1418>
- Tavares, M. (2014). Contribuições para a História do sindicalismo docente, em Portugal: dos Grupos de Estudo, à afirmação e crise do movimento sindical docente. *Education Policy Analysis Archives*, 37.
doi:<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n37.2014>
- Tengarrinha, J. (1981). As greves em Portugal : uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social - Revista Do Instituto de Ciências Sociais Da Universidade de Lisboa*, XVII(67-68), 573–601. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223999978H7dAU5fd5Kd02YU0.pdf>
- Teodoro, A. (1992). *Educação, desenvolvimento e participação política dos professores*. Univesidade Nova de Lisboa. Retrieved from <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1003>
- Toffler, A. (1980). *The Third Wave*. New York: William Morrow.
- Tolbert, C., & Mossberger, K. (2006). The Effects of E-Government on Trust and Confidence in Government. In *Public Administration Review* (pp. 354–369).
doi:10.1111/j.1540-6210.2006.00594.x
- Tomkova, J. (2009). e-consultations: New tools for civic engagement or façades for political correctness? *European Journal of ePractice*, 7, 45–55. Retrieved from <http://www.epractice.eu/files/7.4.pdf>
- Tredinnick, L. (2006). Web 2.0 and Business: A pointer to the intranets of the future? *Business Information Review*, 23(4), 228–234. doi:10.1177/0266382106072239
- Tulloch, D. (2008). Is VGI participation? From vernal pools to video games. *GeoJournal*, 72(3-4), 161–171.
- Tulloch, D., & Shapiro, T. (2003). The Intersection of Data Access And Public Participation : Impacting GIS Users ' Success ? *URISA Journal*, 15(2), 55–60. Retrieved from <http://www.urisa.org/clientuploads/directory/Documents/Journal/vol15apa2.pdf>
- Turner, B., & Engin, I. (2010). Citizenship, Cosmopolitanism and Human Rights. In A. Elliott (Ed.), *The Routledge Companion to Social Theory* (pp. 173–187). London: Taylor & Francis Group.
- UMIC. (2003). *Uma nova Dimensão de Oportunidades – Plano de Ação para a Sociedade da Informação*. Lisboa: Unidade de Missão Inovação e Conhecimento. Retrieved from http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/I_Plano_Accao_SI.pdf

- UNDESA. (2010). *United Nations e-government survey 2010: Leveraging e-government at a time of financial and economic crisis*. (United Nations Department of Economic and Social Affairs, Ed.). New York: United Nations. Retrieved from <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan038851.pdf>
- UNDESA. (2012). *E-Government Survey 2012: e-Government for the People*. (United Nations Department of Economic and Social Affairs, Ed.). New York: United Nations.
- UNDESA. (2014). *E-GOVERNMENT SURVEY 2014 - e-Government for the future we want*. (United Nations Department of Economic and Social Affairs, Ed.). New York: United Nations.
- UNESCO. (2005). Defining e-governance. Retrieved from http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=4404&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
- Urbinati, N. (2000). Representation as advocacy: a study of democratic deliberation. *Political Theory*, 28(6), 758–786.
- Urbinati, N. (2014). *Democracy Disfigured: Opinion, Truth, and the People*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Valenzuela, S., Park, N., & Kee, K. F. (2009). Is There Social Capital in a Social Network Site?: Facebook Use and College Students' Life Satisfaction, Trust, and Participation. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 14(4), 875–901. doi:10.1111/j.1083-6101.2009.01474.x
- Vieira, M., & Silva, F. (2013). Deliberative democracy today: challenges and perspectives. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 151–194. Retrieved from http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000100005&script=sci_arttext
- Visser, J. (2006). Union membership statistics in 24 countries. *Monthly Lab. Rev.*, (January), 38–49. Retrieved from http://heinonlinebackup.com/hol-cgi-bin/get_pdf.cgi?handle=hein.journals/month129§ion=7
- Weninger, B., Poplin, A., & Petrin, J. (2010). Developing a Typology of Public Participation 2.0 Users: an Example of Nexthamburg. de. In M. Schrenk, V. Popovich, & P. Zeile (Eds.), *15th International Conference on Urban Planning and Regional Development in the Information Society* (pp. 191–199). Vienna: Real Corp. Retrieved from http://www.corp.at/archive/CORP2010_103.pdf
- White, N. J. (2008). The limits of late-colonial intervention. *Indonesia and the Malay World*, 36(106), 429–449. doi:10.1080/13639810802450316
- Whittall, M., Knudsen, H., & Huijgen, F. (2009). European Works Councils: Identity and the Role of Information and Communication Technology. *European Journal of Industrial Relations*, 15(2), 167–185. doi:10.1177/0959680109103605

- Wiedemann, P., & Femers, S. (1993). Public participation in waste management decision making: Analysis and management of conflicts. *Journal of Hazardous Materials*, 33, 355–368.
- Winter, P., & Lindskog, S. (2012). How the Great Firewall of China is Blocking Tor. *Free and Open Communications on the Internet*, (March). Retrieved from https://www.usenix.org/sites/default/files/conference/protected-files/winter_foci12_slides.pdf
- Wollschlager, N., & Guggenheim, E. (2004). Uma história da formação profissional na Europa: da divergência à convergência. *Revista Europeia. Formação Profissional*, (32). Retrieved from <http://www.cedefop.europa.eu/en/Files/32-PT.PDF>
- Wydra, H. (2007). *Communism and the Emergence of Democracy*. Cambridge University Press. Retrieved from http://is.muni.cz/el/1423/jaro2012/POL336/um/Communism_and_the_Emergence_of_Democracy.pdf
- Zaidi, S., & Qteishat, M. (2012). Accessing e-government service delivery (Government to citizen). *INTERNATIONAL JOURNAL OF eBUSINESS AND eGOVERNMENT STUDIES*, 4(1), 45–54. Retrieved from http://www.sobiad.org/eJOURNALS/journal_IJEBEG/archives/2012_1/syed_faizan.pdf
- Zhang, W., & Gutierrez, O. (2010). Information systems research in the nonprofit context: Challenges and opportunities. *Communications of the Association for Information Systems*, 27(1). Retrieved from <http://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?article=3527&context=cais>
- Zhu, Y., Warner, M., & Feng, T. (2011). The role of trade unions in China. *International Labour Review*, 150(1-2).
- Zuber-Skerritt, O. (1996). New Directions in Action Research. In O. Zuber-Skerritt (Ed.), *New Directions in Action Research*. London: Routledge.

Anexo A - O Meu Movimento e Conselho Digital

As consultas realizadas a “O Meu Movimento” não facultaram muita informação, pois as várias ligações às páginas dão erros, como se mostra nas figuras seguintes. O próprio formulário de contacto, ao qual tentámos aceder para comunicar os erros e obter alguma informação, dá erro. A Figura 98 permite clicar nos vários movimentos para obter mais informação, mas dá erro (e.g. Figura 99).



Figura 98 – Gráfico com os 7 movimentos mais votados



Figura 99 – Resultado da consulta ao movimento mais votado

Na Figura 100 mostra-se uma lista de movimentos com o número de seguidores. Também aqui dá erro ao pretender obter mais informação sobre os movimentos (Figura 101).

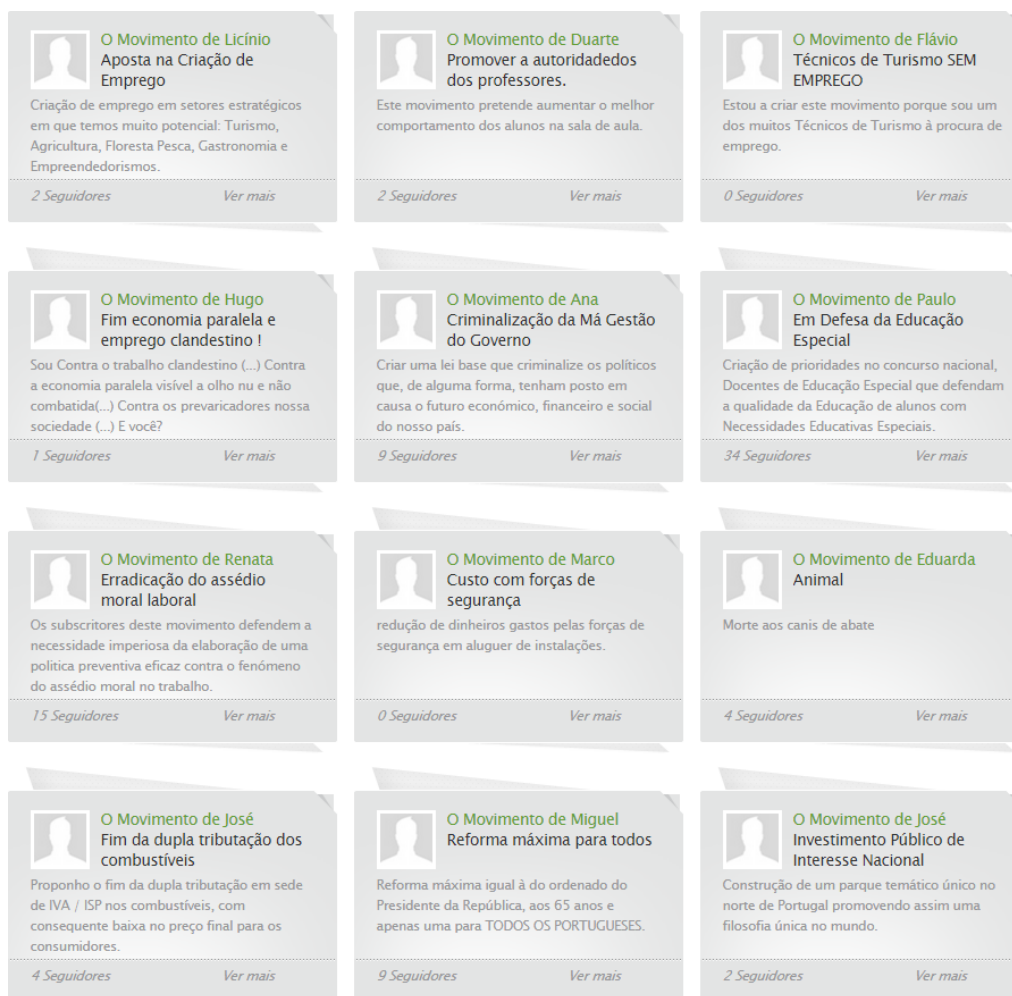


Figura 100 – Lista de movimentos



Figura 101 – Resultado obtido ao clicar em qualquer movimento

O formulário de contacto (Figura 102) também dá erro, quando se clica no botão enviar, como se mostra na Figura 103.

Selecione o destinatário que mais se adequa ao motivo que o traz até nós. Só dessa forma poderemos ser o mais diretos e imediatos quanto possível a esclarecer a sua dúvida ou opinião.

Nome: Carlos Quental

E-mail: quental@estgv.ipv.pt

Destinatário: GESTOR DO PORTAL

Assunto: Erro no acesso a Informações

Argumentos: Pretendo obter informações sobre o número de apoiantes e outras informações em cada um dos movimentos, mas quando clico nos links respetivos, dá sempre erro de "Ficheiro não encontrado" ou "Página não encontrada". Podem corrigir os links ou essa informação não está disponível? Existe outra forma de obter essa informação?

CONTACTO

GESTOR DO PORTAL

Entrar em contacto

QUESTÕES FREQUENTES

LINKS RÁPIDOS

Figura 102 – Formulário de contacto ao gestor do portal ou ao primeiro-ministro

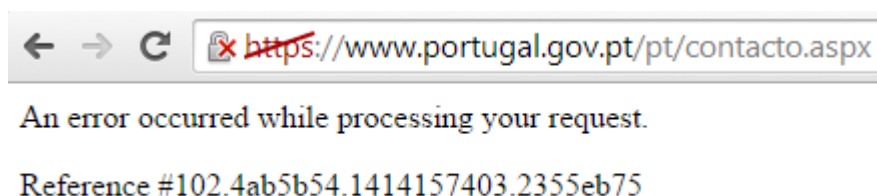


Figura 103 – Erro resultante do envio do formulário

O Conselho Digital pretende ser um formato aberto que informará e enriquecerá a troca de argumentos que caracteriza os valores da democracia digital (Figura 104). Contudo, esse espaço aberto contém, apenas, informação sobre a abertura de candidaturas do Portugal 2020 e a evolução da despesa pública. Mesmo esta informação está limitada a duas páginas de um documento PDF, com alguns valores do INE e do orçamento de Estado, o que denota a falta de transparência destes portais.



Figura 104 – O que é o Conselho Digital

Anexo B - Proposta para o portal do sindicato

Na Figura 105 apresenta-se uma proposta para o portal do sindicato, levando em consideração a interatividade, a facilidade de uso, as várias formas de divulgação, a e-participação com os seus vários níveis, como a e-informação e a e-consulta ... em suma, a mediação digital.

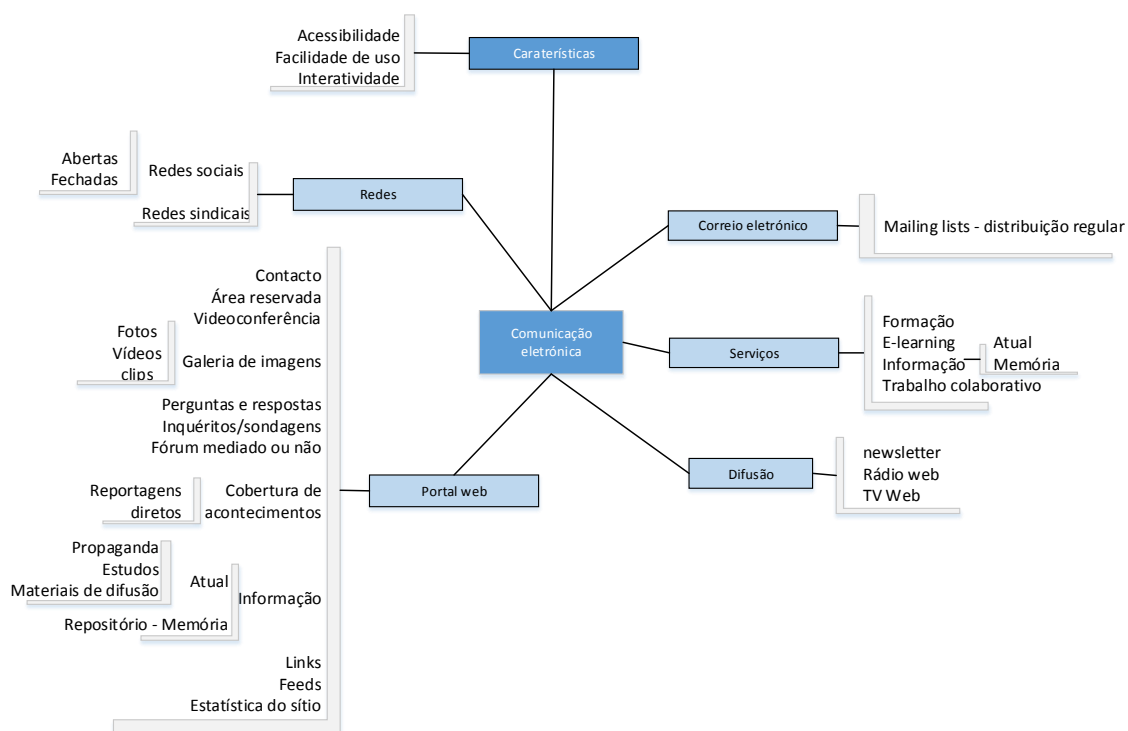


Figura 105 – Portal Web do sindicato